



VOLUME II

**INTERFACES DA
MOBILIDADE HUMANA
NA FRONTEIRA
AMAZÔNICA**

Organizadoras

Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias



**INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA NA
FRONTEIRA AMAZÔNICA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda

Anderson dos Santos Paiva

Bianca Jorge Sequeira Costa

Fabio Luiz de Arruda Herrig

Georgia Patrícia Ferko da Silva

Guido Nunes Lopes

José Ivanildo de Lima

José Manuel Flores Lopes

Luiza Câmara Beserra Neta

Núbia Abrantes Gomes

Rafael Assumpção Rocha

Rickson Rios Figueira

Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br / editoraufrr@gmail.com

Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA NA
FRONTEIRA AMAZÔNICA**

Volume 2

Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias
Organizadoras



EDUFRR
Boa Vista - RR
2020

Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos
Tatiane Rodrigues da Silva
Mayna Rodrigues da Silva

Projeto Gráfico e Capa

George Brendom Pereira dos Santos
Camila Valentina Apiscope Perez

Fotos Capa

Militza Zulimar Perez Velasquez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

I61 Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica v. 2/ Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras.- Boa Vista :Editora da UFRR, 2020.

231 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-51-9

Livro eletrônico Modo de acesso: www.ufrr.br/editora/

1 -Fronteira. 2 -Migração. 3 -Venezuela. 4 -Roraima. I -Título. II - Oliveira, Márcia Maria de. III-Dias, Maria das Graças Santos..

CDU - 325:316.7(811)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Marcilene Feio Lima-CRB-11/507-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
Márcia Maria de Oliveira Maria das Graças Santos Dias	
PREFÁCIO.....	11
Lúcia Marina Puga Ferreira	
ENTRE A EMERGÊNCIA E OS LIMITES DO ACOLHIMENTO: ATORES, PROTAGONISMOS E CONTRADIÇÕES	17
Gilmara Gomes da Silva Sarmento Francilene dos Santos Rodrigues	
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MIGRAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL	37
Maria Soledade Garcia Benedetti Fabrício Barreto Maria Bárbara de Magalhães Bethonico Francilene dos Santos Rodrigues	
A MIGRAÇÃO DA FOME: COMIDA E DESLOCAMENTO VENEZUELANO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA	53
Iana dos Santos Vasconcelos Sandro Martins de Almeida Santos	
INTERFACE MIGRAÇÃO E SERVIÇOS DE SAÚDE PRIMÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA	78
Patrícia Gonçalves Silva de Melo Teresa Tonini Michele de Lima Janottí Quaresma Márcia Maria de Oliveira	
RECEPÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA TRÂNSITO ENTRE OS GÊNEROS NO FACEBOOK EM RORAIMA	106
Luan Correia Cunha Santos Francilene dos Santos Rodrigues	

NOTAS SOBRE A CRISE HUMANITÁRIA, MIGRAÇÃO EM RORAIMA E ATUAÇÃO DO ACNUR 126

Maria das Graças Santos Dias
Andressa Ferreira Félix
George Brendom Pereira dos Santos
Américo de Alves Lyra Júnior

DE REFUGIADO Á BÁRBARO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS ENVOLVENDO IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA 148

Eduarda Rabelo de Almeida
Francilene dos Santos Rodrigues
Amanda Vitória Oliveira Cruz

APROPRIAÇÃO COMUNICACIONAL E FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS PARA AS NOVAS MIGRAÇÕES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL-VENEZUELA 164

Tainá Aragão de Almeida
Vângela Maria Isidoro de Moraes
Francilene dos Santos Rodrigues

ACOLHIMENTO INSTITUCIONALIZADO EM MANAUS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS, A AGÊNCIA DO SUJEITO MIGRANTE. 185

Sidney Antonio da Silva

TRABAJO Y MIGRACIÓN EN EL IMAGINÁRIO DE LOS NIÑOS MAYAS YUCATECOS 203

João Paulino da Silva Neto

EXPERIENCIA MIGRATORIA COMPARTIDA 225

Marielys Briceno Altuve

EXPERIENCIAS MIGRATORIAS COMPARTIDAS – II 228

Oswaldo José Ponce Pérez

PREFÁCIO

A **Coletânea Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica, Volume II**, organizada por Márcia Maria de Oliveira e Maria da Graças Santos Dias, oferece valiosos caminhos para a compreensão das dinâmicas da mobilidade humana, por meio de diferentes referenciais teóricos, distintos métodos e técnicas de investigação, variados pontos de partida e chegada. A maioria dos capítulos tem como foco a segunda década do atual século, com os últimos cinco anos ganhando destaque por conta do intenso fluxo migratório da Venezuela para o Brasil (e outros países), decorrente de situação de instabilidade política, econômica e social vivida naquele país.

No primeiro capítulo, intitulado “**Entre a emergência e os limites do acolhimento: atores, protagonismos e contradições**”, Gilmara Gomes da Silva Sarmento e Francilene dos Santos Rodrigues trazem conjunto expressivo de informações sobre a atuação dos diversos atores envolvidos no acolhimento de Venezuelanos em Roraima, no período de 2015 a 2020. Tomando como ponto de partida as iniciativas de organizações da sociedade civil, que a partir de 2015 protagonizaram ações de acolhimento, mostram a transição para outro padrão de *ajuda humanitária* com a entrada em cena, em 2017, de Agências Internacionais, e com a atuação das Forças Armadas brasileiras, em 2018, por meio da Força Tarefa Logístico-Humanitária, batizada de *Operação Acolhida*. O texto aponta diversas tensões e contradições, nas quais se evidencia que as *ações de acolhimento* podem não se converter em efetiva *acolhida*.

O capítulo seguinte, “**Aspectos Socioambientais da Migração no Estado de Roraima, Brasil**”, que tem por autores Maria Soledade Garcia Benedetti, Fabrício Barreto, Maria Bárbara de Magalhães Bethonico e Francilene dos Santos Rodrigues, expõe três momentos relevantes para a compreensão de processos migratórios naquele Estado: o primeiro retrata brevemente a ocupação e colonização de Roraima em período que abrange do século XVIII ao XX; o segundo descortina a “febre do ouro”, ocorrida de 1985 a 1991, que impactou fortemente a economia local, deslocou para Roraima aproximadamente 50 mil homens, envolveu e afetou negativamente as populações indígenas e deixou um rastro de doenças e devastação ambiental; o terceiro apresenta panorama do atual fluxo migratório venezuelano, destacando o crescimento populacional

decorrente, as respostas governamentais à questão e o pensamento de parte da população que vê o migrante como ameaça (aos empregos, aos direitos ou à segurança).

A seguir, partindo de dados de pesquisa de campo realizada nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, entre os anos de 2016 e 2019, Iana dos Santos Vasconcelos e Sandro Martins de Almeida Santos conduzem o doloroso capítulo **“A migração da fome: comida e deslocamento venezuelano na fronteira Brasil/Venezuela”**, no qual se vê como a busca pela sobrevivência submete os indivíduos a toda sorte de trabalho precário, modifica a paisagem das cidades, altera o tipo de produtos comercializados, impõe novas rotas de transporte de pessoas e mercadorias.

O quarto capítulo, intitulado **“Interface migração e serviços de saúde primária na fronteira Brasil–Venezuela”**, de Patrícia Gonçalves Silva de Melo, Teresa Tonini, Michele de Lima Janottí Quaresma e Márcia Maria de Oliveira, traz uma gama de dados pertinentes ao período de 2015 a 2019, a partir dos quais se discute: o conceito de Saúde Global; as bases legais do Sistema Único de Saúde (SUS); a correlação entre o aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima e o crescimento dos atendimentos no sistema de saúde do Estado, particularmente de Boa Vista; as carências de recursos humanos e materiais; e as variadas respostas governamentais (em âmbito federal, estadual e municipal).

Luan Correia Cunha Santos e Francilene dos Santos Rodrigues, no capítulo **“Recepção das representações de trânsito entre os gêneros no Facebook em Roraima”**, abrem parêntesis, nesta Coletânea, para discutir os deslocamentos (ou viagens) de ideias nas redes sociais digitais (em particular no Facebook), nas quais se disseminam visões estereotipadas, preconceituosas, além de práticas sociais discriminatórias e desumanizadoras. Por outro lado, esse mesmo ciberespaço reduz distâncias temporais e geográficas, amplifica outras vozes e possibilita às pessoas trans – assim como a outros grupos marginalizados – maior espaço de “protagonismo no processo representacional”.

O sexto capítulo desta Coletânea, **“Notas sobre a crise humanitária, migração em Roraima e atuação do ACNUR”**, escrito por Maria das Graças Santos Dias, Andressa Ferreira Félix, George Brendon Pereira dos Santos e Américo de Alves Lyra Júnior, contribui para a compreensão do contexto internacional pós-Guerra Fria no qual está inserido o atual fluxo migratório da Venezuela para o Brasil (e outros países), os fatores

internos e externos que explicam como se produziu um quadro de colapso econômico e social naquele país, bem como dados do período de 2015 a 2019 sobre o perfil de migrantes, as ações do governo federal brasileiro (com destaque para a Operação Acolhida) e a atuação do ACNUR nesse contexto.

Em seguida, o capítulo **“DE REFUGIADO A BÁRBARO: uma análise das situações de violências envolvendo imigrantes venezuelanos em Boa Vista”**, escrito por Eduarda Rabelo de Almeida, Francilene dos Santos Rodrigues e Amanda Vitória Oliveira Cruz, mapeia situações de violência nas quais imigrantes venezuelanos apareçam como vítimas ou autores. A pesquisa envolveu a coleta de dados oficiais junto a instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e também em análise de conteúdos de notícias e comentários de jornais online de Roraima, publicados nos anos de 2017 e 2018. Dentre suas conclusões, destaca-se que o discurso construído acerca do “imigrante ruim” justificaria ou tornaria aceitáveis as violências ou injúrias sofridas por essas pessoas, ao mesmo tempo em que há superdimensionamento da participação de imigrantes em atos violentos, reforçando discursos anti-imigração.

O oitavo capítulo, com autoria de Tainá Aragão de Almeida, Vângela Maria Isidoro de Moraes, Francilene dos Santos Rodrigues, e título **“Apropriação comunicacional e feminização da migração: construção de narrativas para as novas migrações na fronteira entre Brasil-Venezuela”**, partindo da narrativa das trajetórias de vida de 4 (quatro) mulheres venezuelanas, discute a democratização da comunicação e o uso desta para a ressignificação de suas identidades.

“Acolhimento institucionalizado em Manaus: entre avanços e retrocessos, a agência do sujeito migrante”, capítulo escrito por Sidney Antonio da Silva, por meio de dados coletados no período de 2018 a 2020, revela que parte dos imigrantes venezuelanos (Warao e não-indígenas) trabalha em condição de informalidade, com longas jornadas (incluindo domingos), diversas vezes em postos de trabalho aquém da qualificação, com curta distância entre ter como pagar a moradia ou viver na rua. Para outros, a rua torna-se o único espaço de agência, no qual tanto pedidos de emprego quanto os de ajuda são manifestados em cartazes improvisados em papelão, em locais de grande movimento, em que, principalmente, mulheres e crianças ficam expostas às intempéries e a situações de abuso e violência. Tal conjuntura evidencia os “limites das políticas de acolhimento

e inserção”, em contexto agravado, em 2020, pela pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV2.

O décimo capítulo, “**Trabajo y migración en el imaginário de los niños mayas yucatecos**”, de João Paulino da Silva Neto, é fruto de trabalho etnográfico realizado em Kanxoc, comunidade indígena Maia localizada no estado de Yucatán (México), em que a situação de pobreza, impõe a homens e mulheres adultos a migração temporária para o trabalho em zonas turísticas, deixando os filhos ao cuidado de familiares ou no “Albergue Indígena de Kanxoc”. Opiniões de crianças e professores da comunidade foram registradas, dando azo para reflexões sobre identidade, interculturalidade e o contexto globalizado em que vivem.

Ao final, como bônus, duas narrativas carregadas de emoção: “**Experiencias Migratorias Compartidas I**”, Marielys Briceno Altuve, apresenta vigorosa narrativa na qual “salir” carregou o peso do futuro familiar e o “llegar”, sofrido, traduz-se na aguerrida batalha por vida e dignidade; e em “**Experiencias Migratorias Compartidas – II**”, Oswaldo José Ponce Pérez desenrola seu “Hilo Ariádnic” e conduz o leitor pelos labirintos de uma vida que conheceu tanto o conforto da estabilidade profissional e financeira, quanto a dor da perda de um filho, as pressões políticas que o levaram à decisão de partir e também à vida repleta de privações nos primeiros anos em Roraima.

A presente Coletânea enriquece o leitor com resultados de pesquisas cuidadosamente elaboradas e executadas por seus autores e profundamente marcadas por visão humanística e solidária. Este livro chega oportunamente em contexto de inimaginável pandemia, responsável pela perda de mais de 100 mil vidas em nosso país, até a presente data, com cenário marcado por desinformação, discursos de ódio e desvalorização da vida. Portanto, é uma contribuição necessária às batalhas contra as *pestes* da ignorância, da xenofobia, do racismo e da desumanização.

Manaus/AM, 18 de agosto de 2020.

Profa. Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

Esta é a segunda publicação da Coletânea de textos intitulada ***INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA***. A referida Coletânea será composta por três volumes com publicação sequenciada, esta é o volume II, com textos que discutem a dinâmica da mobilidade humana nas Fronteiras Pan- Amazônicas.

A Coletânea está vinculada às linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF da Universidade Federal de Roraima e tem como objetivo divulgar estudos e pesquisas por pesquisadores de Estudos Migratórios da Pan- Amazônia, considerando que atualmente representa uma das regiões com maior mobilidade transfronteiriça na nova modalidade de migração sul/sul.

Com efeito, também é um espaço de estudos realizados pelo corpo docente do PPGSOF/UFRR e entre orientadores/as e orientandos/as, tanto no processo de elaboração da dissertação quanto na qualidade de comunicação de pesquisas finalizadas. Também acolhe textos de importantes estudiosos/as das migrações de outras universidades da Amazônia e de outros países.

Nesse contexto, as pesquisas estimulam a busca por respostas dos fenômenos sociais investigados, são elementos constitutivos da construção do conhecimento. É de bom alvitre ratificar que os artigos que compõem essa Coletânea, volume II, são de fundamental importância para o debate, através de um olhar crítico sobre ações reacionárias em relação aos migrantes.

As autoras Gilmara Gomes da Silva Sarmiento (PNPD/UFRR) e Francilene dos Santos Rodrigues (PPGSOF/PRONAT/UFRR) abrem a obra com um excelente capítulo ***Entre a emergência e os limites do acolhimento: atores, protagonismos e contradições***. Inicialmente, apresentam uma rica discussão sobre os dilemas e as contradições que emergiram da confluência das ações emergenciais e humanitárias da sociedade civil, das Agências Internacionais e das Forças Armadas. Na segunda parte do artigo, abordam, a entrada dos atores que se tornariam hegemônicos da ação humanitária no território, enfatizando como a potencialização das ações de acolhimento a partir desse momento incidiu

na perda de autonomia e, conseqüentemente, na desmobilização política da sociedade civil.

O segundo capítulo intitulado *Aspectos Socioambientais da Migração no estado de Roraima, Brasil*. Nesse contexto, fazem uma discussão do processo de migração no estado de Roraima desde a sua ocupação no período colonial e colonização, buscando relacioná-los com as transformações socioambientais. O presente artigo apresenta três tópicos: o primeiro, refere-se a um breve histórico da ocupação e colonização de Roraima; o segundo, aborda os aspectos socioambientais da migração garimpeira, e o terceiro, aborda a migração venezuelana e seu impacto no estado, na perspectiva dos/as autores/as Maria Soledade Garcia Benedett (PRONAT/UFRR), Fabrício Barreto (PRONAT/UFRR), Maria Bárbara de Magalhães Bethonico (PRONAT/UFRR) e Francilene dos Santos Rodrigues (PPGSOF/PRONAT/UFRR).

O/a leitor/a é contemplado com o terceiro capítulo que apresenta uma discussão sobre a “Migração da fome”, uma pesquisa instigante intitulada *A Migração da Fome: comida e deslocamento venezuelano na fronteira Brasil/Venezuela*, dos autores Iana dos Santos Vasconcelos (PPGAS/UFSCAR) e Sandro Martins de Almeida Santos (PPGAS/UFAM). Com efeito, os/as referidos/as autores/as debatem que desde o ano 2016, a busca por comida bem como a necessidade de enviar alimento àqueles/as parentes que ficaram na Venezuela vem estimulando milhares de pessoas a atravessar fronteiras nacionais e a reinventar suas vidas em outros países.

No quarto capítulo, *Interface Migração e Serviços de Saúde Primária na Fronteira Brasil/Venezuela*, das autoras Patrícia Gonçalves Silva de Melo (PPGENFBIO/UNIRIO), Teresa Tonini (PPGENFBIO/UNIRIO), Michele de Lima Janottí Quaresma (PPGENFBIO/UNIRIO) e Márcia Maria de Oliveira (PPGSOF/UFRR), fazem um profícuo debate sobre Migração e Saúde. Nessa conjuntura de deslocamentos de pessoas ou povos à procura de uma nova vida, a saúde passou a ser considerada um elemento importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento social com influência indireta na política externa e na soberania nacional. Dessa forma a Saúde transcende o tema da doença e inclui um leque de situações distintas, como a promoção da saúde, prevenção, acesso aos serviços e cuidados de saúde, o tratamento e a reabilitação, bem como

a acessibilidade linguística, cultural e material. O referido artigo faz uma minuciosa análise sobre a migração e os serviços de saúde primária na Fronteira Brasil/Venezuela.

Em *Recepção das representações de trânsito entre gênero no facebook em Roraima*, temos o quinto capítulo de autoria de Luan Correia Cunha Santos (PGCOM/UFRR) e Francilene Rodrigues (PRONAT/PPGSOF/UFRR). Uma importante pesquisa que apresenta uma reflexão sobre os cenários de violências, sua convergência e atualização nas redes sociais. Com efeito, busca entender como ocorre, em Roraima, a recepção de produções comunicacionais que representem ou que sejam protagonizadas por pessoas em trânsito de gênero, por meio de análise dos comentários feitos a partir da rede social digital, o facebook. Uma pesquisa, estudo de caso, que certamente preencherá lacunas nessa área de conhecimento. Com vistas a descobrir como são agenciadas suas representações neste cenário, tendo como base produções comunicacionais e como contexto social o hétero-estereótipo negativo relacionado à população trans.

A reflexão do sexto capítulo intitulado *Notas sobre a crise humanitária, migração em Roraima e atuação do Acnur*, dos/as autores/as Maria das Graças Santos Dias (PPGSOF/UFRR), Andressa Ferreira Felix (UFRR), George Brendom Pereira dos Santos (PPGSOF/UFRR) e Américo de Alves Lyra Júnior (PPGSOF/UFRR), possibilitam um panorama que se propõe discutir no contexto internacional Pós-Guerra Fria, a crise humanitária e América Latina, a migração em Roraima e a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR. Infere-se que a globalização e as transformações que acompanham diferentes campos, econômico, social, político e cultural, os deslocamentos migratórios fazem também parte dessas novas configurações. Trazendo para o debate da América latina, o caso da Venezuela no contexto migratório.

No sétimo capítulo intitulado *Derefugiados á Bárbaros: Uma análise das situações de violências envolvendo migrantes venezuelanos em Boa Vista*, as autoras Eduarda Rabelo Almeida (PIBIC/UFRR), Francilene dos Santos Rodrigues (PRONAT/PPGSOF/UFRR) e Amanda Vitória Oliveira Cruz (PIBIC/UFRR), apresentam os resultados de uma pesquisa sobre situações de violência envolvendo migrantes venezuelanos

na cidade de em Boa Vista, capital de Roraima. Com efeito, o propósito foi identificar os tipos de violência cometidos contra os migrantes e/ou por estes, de modo a traçar o perfil desses venezuelanos, tanto os que são vítimas ou autores de crimes e violências ao longo dos anos de 2017 e 2018. Sem dúvida, uma pesquisa relevante para a academia e para sociedade para subsidiar políticas públicas de enfrentamento à violência contra os migrantes.

No capítulo oitavo intitulado *Apropriação Comunicacional e feminização da Migração: Construção de Narrativas para Novas Migrações na fronteira entre Brasil- Venezuela*, as autoras Tainá Aragão de Almeida (PIBIC/UFRR), Vângela Maria Isidoro de Moraes (PPGCOM/UFRR) e Francilene dos Santos Rodrigues (PRONAT/PPGSOF/UFRR), tem como objetivo investigar uma comunicação que nasça de dentro para fora e que se construa em múltiplas narrativas através do protagonismo comunitário. O recorte inicial da comunicação comunitária, cidadã, alternativa e contra-hegemônica soma-se à condição migrante que unifica o perfil das pesquisadoras nessa escrita e que se estende à significativa composição da população de Roraima, o estado formado por uma intensa rede migratória interna e pela diversidade cultural de cerca de dez etnias indígenas. Um excelente trabalho de pesquisa ancorado na Comunicação Social.

Acresce ainda que, apresentamos o nono capítulo do livro intitulado *Acolhimento Institucionalizado em Manaus: entre avanços e retrocessos, a agência do sujeito migrante* de autoria de Sidney Antonio da Silva (PPGAS/UFAM). A pesquisa discute o acolhimento a imigrantes em Manaus, capital do estado do Amazonas, desde a chegada dos migrantes haitianos e, atualmente, dos venezuelanos. Os haitianos praticamente foram atendidos pela Pastoral do Migrante, sentindo ausência do poder público. A maioria seguiu viagem para outros estados brasileiros, em busca de trabalho. No tocante aos venezuelanos a situação migratória é configurada de maneira distinta, em razão da mudança do cenário político brasileiro. Se no caso dos haitianos, a gestão migratória esteve à cargo do Ministério da Justiça, no caso dos venezuelanos, ela se desloca para o Ministério da Defesa. Isso é um indicativo de que a imigração volta a ser tratada como um tema de “Segurança Nacional”, nos moldes do antigo Estatuto do

Estrangeiro de 1980, o qual perdurou até 2017. Nesse ano, entrou em vigor a nova Lei de Migração (Lei 13445), pautada na “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”.

O décimo capítulo contamos com uma profunda experiência etnográfica que aborda lacunas nos estudos sobre crianças no contexto intercultural e migratório simultaneamente, de autoria de João Paulino da Silva Neto (UNAM e UFRR) intitulado *Trabajo e Migración en el Imaginário de los Niños Mayas Yucatecos*. O autor nos brinda com esse capítulo de encerramento do volume II da referida Coletânea.

A Coletânea se encerra de forma honrosa ao apresentar duas *Memórias Compartilhadas* pelos migrantes venezuelanos em circunstância de deslocamento. A primeira de Marielys Briceno Altuve (PPGSOF/UFRR) e a segunda trajetória migratória compartilhada de é Oswaldo José Pontes Perez (PPGSOF/UFRR). As memórias apresentam uma reconstrução do passado, mostrando como se deu a vinda para Roraima. As histórias de vida abrem a possibilidade de um resgate descritivo e analítico de um momento político vivido na Venezuela. São memórias carregadas de emoção. Ao remeter ao passado, os/as autores/as procuraram reconstruir lembranças familiares nas quais passado e presente estão articulados na memória dos migrantes. Nesse contexto, a memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado.

As experiências do passado migratório também são retratadas nas imagens que compõem a arte da capa deste segundo volume da coletânea. Agradecemos a todos os/as migrantes que gentil e generosamente cederam seus direitos de imagem para compor as interfaces das migrações na Amazônia. Aos migrantes brasileiros que circulam pela Amazônia: Rondinelli da Costa Silva e suas filhas no noroeste de Rondônia; Luiz Antonio Nascimento de Souza, paulista em Manaus; Militza Pérez Velásquez e Paola Valentina Gruber Pérez, venezuelanas em Boa Vista; Francisco Wesleson Rodrigues, brasileiro na Bolívia, com seus filhos Leonel Alves e Pedro Rodrigues; Andrea Estevam Dias de Boa Vista; Jama Perez Wapichana, representando os povos indígenas em circulação nas cidades da Amazônia; Marielys Briceno Altuve, venezuelana em Boa Vista; Iana Vasconcelos e sua pequena Luna, de Roraima para o Amazonas. A todos e todas, nosso mais sincero agradecimento.

Por fim, o segundo volume da coletânea, apresenta textos com abordagem acadêmica, trabalho de campo e experiências cotidianas. São pesquisas relevantes para todos que se interessam pelos Estudos Migratórios da Pan- Amazônia marcada pela mobilidade humana. Registramos nossos agradecimentos a todos/as os/as autores/as envolvidos/as nesse trabalho, na certeza da contribuição deste debate para a academia e para a sociedade.

Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias
ORGANIZADORAS

ENTRE A EMERGÊNCIA E OS LIMITES DO ACOLHIMENTO: ATORES, PROTAGONISMOS E CONTRADIÇÕES

Gilmara Gomes da Silva Sarmento¹
Francilene dos Santos Rodrigues²

INTRODUÇÃO

A análise ora apresentada foi produzida a partir dos dados coletados através da pesquisa pós-doutoral desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e financiada pela CAPES (PNPD 2018-2020). Neste artigo mais do que dar visibilidade as ações que consideramos o germe das ações humanitárias em Roraima, tema que temos trabalhado em outros artigos, enfocaremos os dilemas e as contradições que emergiram da confluência das ações emergenciais e humanitárias da sociedade civil, das Agências Internacionais e das Forças Armadas.

Na primeira parte do artigo abordaremos o protagonismo de distintas organizações da sociedade civil antes da oficialização da intervenção federal, ressaltando as iniciativas, as formas de cooperação e a mobilização social emergente num contexto de negligência e hostilidade aos migrantes. Na segunda parte do artigo, discutiremos a entrada dos atores que se tornariam hegemônicos da ação humanitária no território, enfatizando como a potencialização das ações de acolhimento a partir desse momento incidiu na perda de autonomia e, conseqüentemente, na desmobilização política da sociedade civil.

Ao realizar esse trajeto analítico o artigo demonstra como as ações de acolhida, inicialmente representadas por formas de solidariedade social e de mobilização cidadã, foram transformadas em um modelo de governamentalidade das migrações, cujo paradigma militarizado mediado por uma forte tecnologia de controle tem se constituído num contexto de disputas simbólicas, contradições e limites que questionam alguns aspectos da sociedade brasileira como, por exemplo, o velho mito da “hospitalidade” (JARDIM, 2017)³.

¹ Doutora em Ciências Sociais; bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira da Universidade Federal de Roraima; pesquisadora do GEIFRON/UFRR.

² Doutora em Ciências Sociais; Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Supervisora da bolsista PNPD/CAPES/PPGSOF/UFRR.

³ Para compreender melhor o conceito de governamentalidade das migrações e tecnologias de controle ligadas à migração ver “Imigrantes ou Refugiados: Tecnologias de controle e as fronteiras” de Denise Jardim onde a autora explora os conceitos foucaultianos trabalhando-os no contexto de migrações.

QUANDO O “ESTRANHO CHEGA A NOSSA PORTA”

A localização geográfica do estado de Roraima, na tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, favorece o trânsito e deslocamentos transfronteiriços e o torna tanto território de passagem para pessoas e mercadorias (nacionais e internacionais), quanto destino migratório internacional, especialmente para guianenses, mas também para colombianos, bolivianos, peruanos e, mais recentemente, para haitianos, cubanos e venezuelanos.

No Brasil, o estado fronteiriço de Roraima foi à porta de entrada para os migrantes venezuelanos, principalmente, a partir de 2014, que vinham ao país para adquirir gêneros alimentícios, medicamentos e outros itens que faltavam na Venezuela.

Não obstante, o fluxo migratório ganhou visibilidade em 2016, com a chegada de um grupo de migrantes indígenas majoritariamente da etnia Warao, e se intensificou a partir de 2017 (SILVA, 2017). Segundo os dados da PF (2019), o saldo migratório de venezuelanos no Brasil em novembro de 2019 era de 234.961. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2020, p 24), o número de venezuelanos que regularizaram sua estadia no Brasil entre 2013 e meados de 2019 foi de 176.136. Seja como refugiado ou residente provisório. Desse total, 75.962 venezuelanos/as regularizaram sua situação migratória em Roraima entre 2017 e 2019.

Apesar do trânsito fronteiriço antecedente, a migração passou a ser tratada como uma questão relevante após a entrada progressiva de migrantes de origem venezuelana. A partir do momento em que centenas de pessoas chegavam diariamente à cidade de Boa Vista impactando a população local, conforme asseveras interlocutores da pesquisa.

Na ausência de políticas migratórias e sob a omissão dos governos locais - que ora ignoravam ora hostilizavam esses migrantes, as condições de vida dessas pessoas se agravaram conduzindo-os a um processo de rejeição, perda de dignidade e desumanização⁴. Os governos locais, ademais de não buscarem solução, colocavam a população contra os migrantes usando-os como argumento para justificar o próprio descaso com a sociedade local. Sendo assim, abandonados à própria sorte tornaram-se vítimas de múltiplas formas de violência.

⁴ As medidas dos governos locais, quando tomadas, se aproximam do que poderíamos chamar de higienismo urbano, pois na medida em que o fluxo de migrantes aumentava a prefeitura passava a restringir o uso de determinadas praças ocupadas por esses migrantes expulsando-os sob o pretexto de reforma. Enquanto o governo estadual tentava impedir a entrada dos migrantes no país (fechamento da fronteira) ou mesmo deportá-los (caso especificamente ocorrido com migrantes indígenas em 2016).

O estado de Roraima, recebedor da maior parte do fluxo de migrantes venezuelanos, além do menos populoso do país, possuía um dos menores PIBs (Produto Interno Bruto) devido uma economia basicamente voltada para agricultura, extrativismo (vegetal e mineral) e o comércio. O serviço público é o segmento de maior empregabilidade que, segundo dados do IBGE, representa 49% do PIB do estado⁵. No entanto os migrantes dificilmente conseguem se inserir nesse setor.

Dessa forma, a entrada de venezuelanos no Brasil vista, até então, com certa naturalidade, devido às relações amistosas entre os povoados que compartilhavam as fronteiras, passou a ser concebida como um problema quando a entrada foi definida como migração e os atores do processo como *refugiados*.

As autoridades locais trataram de reivindicar verbas extras ao Governo Federal alegando falta de recursos para receber os migrantes, a mídia repercutia o discurso dessas autoridades reforçando a narrativa de que os migrantes “quebrariam” o estado. Os moradores alarmados por essas retóricas se dividiam na opinião favorável ou contrária ao recebimento dos migrantes.

A ideia de “crise migratória”, disseminada por pessoas influentes, foi uma narrativa bastante poderosa implicando na culpabilização dos recém-chegados venezuelanos pela precariedade dos serviços públicos que, em realidade, antecedia a sua chegada. A responsabilização de imigrantes pelas mazelas socioeconômicas das cidades (países) destinos tem sido lugar comum na literatura sobre migrações internacionais. Bauman (2017), um desses autores, aborda como a massificação dessas ideais, veiculadas pelos meios de comunicação, produz pânico moral resultando em ódio e desumanização do migrante⁶.

No Brasil, o fato do aumento do fluxo migratório coincidir com o ano pré-eleitoral (2017) e eleitoral (2018) impactou, ainda mais, a representação construída acerca desse migrante como indesejável. O país

⁵ Esses dados do IBGE foram publicados pelo portal G1 em 2018: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/12/17/com-menor-pib-do-pais-roraima-segue-com-alta-concentracao-da-economia-na-capital-aponta-ibge.ghtml>. No entanto, no ano seguinte outra matéria veiculada pelo mesmo jornal, mostra uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que aponta para um crescimento de 25% no PIB do estado, referente ao primeiro trimestre de 2019, em função das movimentações econômicas decorrentes do fluxo migratório. A matéria pode ser acessada em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/30/roraima-aumenta-arrecadacao-de-imposto-e-estudo-da-fgv-atribui-a-imigracao-venezuelana.ghtml>

⁶ Para Bauman (2017) o pânico moral se constitui numa espécie de “medo de que algo terrível possa ameaçar o bem estar da sociedade”. E os migrantes são, muitas vezes, representados como essa ameaça.

que os recebia estava recortado por disputas políticas difusas, passando por graves problemas de instabilidade institucional e social num cenário de destruição progressiva de direitos.

Como em todas as “crises” pelo mundo há sempre um *bode expiatório*⁷, no estado de Roraima o migrante venezuelano exerceu esse papel ao ser abordado como um problema na campanha de políticos oportunistas, especialmente, embora não de forma exclusiva, daqueles associados ao movimento político de extrema-direita em ascensão no país. Esses políticos tratavam esses migrantes como “parasitas do governo comunista de Nicolás Maduro” que viriam ao Brasil após a “crise da Venezuela” solapar os direitos concebidos como “dos brasileiros”. Este tipo de retórica ganhou forte adesão popular na medida em que aumentava o número de “estranhos a nossa porta”⁸, vulneráveis e demandando políticas públicas e direitos.

O resultado das eleições de 2018, com ampla vitória de candidatos que se utilizaram da bandeira anti-migração e do recurso à *economia do medo*⁹ ascendendo a assentos no governo estadual e federal, demonstra a eficácia política dessas retóricas xenofóbicas, preconceituosas e excludentes, especialmente em contextos migratórios.

SOCIEDADE CIVIL: MEMÓRIAS DO ACOLHIMENTO

A mobilidade de venezuelanos para o Brasil, inicialmente pendular ou temporária associada a trabalho e/ou aquisição de produtos alimentícios, farmacêuticos, dentre outros, que escasseavam na Venezuela, vai tomando forma de migração “permanente” a partir de 2017. Sendo assim, o cruze da fronteira, tratado com “naturalidade” pelos próprios brasileiros que tinham a Venezuela como destino turístico e de exploração mineral, passou a ser concebido como um “problema” quando o aumento diário do volume de entrantes alarmou as autoridades e os residentes nas cidades fronteiriças naquele ano¹⁰.

⁷ Expressão popular usada para designar uma forma de atribuir a culpa a alguém ou a um grupo, ainda que este(s) não seja(m) necessariamente culpado(s).

⁸ Expressão inspirada no título do livro de Bauman (2017).

⁹ A economia do medo é tratada por Joaquín Estafanía (2011) como o *modus operandi* das elites financeiras ancoradas no poder político e na mídia se beneficiam do temor da população causado pela retórica da “crise” e, portanto, acaba aceitando medidas econômicas austeras e às vezes excludentes, como as medidas anti-migração, como solução para a suposta crise, quando estas medidas na verdade favorecem do capital.

¹⁰ Dados oficiais da Polícia Federal demonstram o aumento do processo migratório através do registro do

Três coisas passaram a chamar à atenção dos moradores e das autoridades, a quantidade de pessoas que passavam diariamente pela fronteira, o estado de pauperização em que chegavam ao Brasil e o fato de virem de regiões longínquas da Venezuela, em relação à fronteira com o Brasil e, portanto, não dominarem o idioma ou o “portunhol”, como se costuma dizer.

Ao chegarem ao Brasil, às condições de vida dessas pessoas se deterioravam rapidamente diante da insistência das autoridades locais em dificultar o acesso aos serviços e políticas públicas, impondo barreiras com base na condição de estrangeiro (não nacional) dos migrantes venezuelanos.

O governo do estado, prefeituras de Boa Vista e Pacaraima resistiram em organizar um plano de ação de ajuda humanitária. Políticas migratórias inadequadas à realidade dos migrantes (ou inexistentes) associada à incapacidade do Estado em responder às demandas dessas populações colocam as entidades da sociedade civil, dentre elas as ONGs, como única via de promoção de dignidade às populações migrantes. Desta forma, as primeiras ações de acolhimento e ajuda humanitária vieram de grupos de pesquisa e extensão da UFRR, associações comunitárias, movimentos sociais, entidades religiosas e organizações não governamentais (ONGs) (LIMA; FERNANDES, 2019). A ajuda oferecida por essas entidades, que em nada substitui o direito, num primeiro momento, minimizou a marginalização do imigrante que tendia a ser completa sem essa mediação.

Sendo assim, as primeiras iniciativas de acolhida realizadas entre 2015-2016 foram marcadas pelo protagonismo de entidades religiosas, católicas e evangélicas, pela atuação do Sindicato da Construção Civil (SINTRACON) e de iniciativas voluntário-informais de pessoas não necessariamente ligadas ao universo religioso. Os relatos apontam para iniciativas de algumas paróquias, com destaque para a Igreja da Consolata (em Boa Vista) e da Pastoral do Migrante vinculado à igreja católica de Pacaraima e, de modo especial a Pastoral Universitária (PU), Pastoral dos Migrantes Boa Vista, do Centro de Migração de Direitos Humanos (CMDH – Centro

número de entrada, de pedidos de residência e pedidos de refúgio de nacionais venezuelanos. Em 2017, o órgão recebeu 17.865 solicitações de refúgio, número bastante superior a 2016 que contabilizou apenas 3.375 solicitações. Essas informações podem ser acessadas através da página http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continua-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em: 20 de mar. 2019.

diocesano), Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH – Irmãs Scalabrinianas) e a Cáritas brasileira em Roraima. No cenário evangélico, a igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a igreja Betesta, a igreja Metodista, dentre outras. E no contexto de entidades que escapam essa classificação, o papel das entidades Espíritas e da Maçonaria também foi importante nesse início de *acolhimento* (SARMENTO, 2019).

Enquanto os migrantes indígenas, maioritariamente da etnia Warao, eram precariamente atendidos através do trabalho da ONG Fraternidade Internacional, que gerenciava um abrigo “improvisado” em parceria com a SETRABES (Secretaria do Trabalho e Bem Estar – Estadual), aumentava o número de migrantes não indígenas que chegavam ao estado e passavam a ocupar as principais praças e vias da cidade.

Na ausência de qualquer tipo de política ou de atenção à questão migratória, os migrantes (homens e mulheres solteiros (as), famílias inteiras com crianças, mulheres grávidas, idosos, etc.) ficavam a mercê da caridade de particulares e/ou da assistência das diferentes entidades, especialmente as religiosas.

No entanto, a ação de algumas dessas organizações da sociedade civil às vezes transcendiam à assistência emergencial ou ações solidárias¹¹, propriamente ditas, pois se configuravam também em mobilizações políticas em prol dos direitos humanos e da consolidação dos direitos dispostos na legislação migratória.

De modo especial, as entidades ligadas à igreja católica, associadas a outras entidades da sociedade civil, organizavam atos políticos e reivindicatórios tais como: audiências públicas, O Grito dos Excluídos, criação de uma associação de migrantes¹², publicações de notas de repúdio contra atos arbitrários ou negligências das autoridades públicas, dentre outras ações. Ou seja, realizavam ações que extrapolavam o viés meramente caritativo.

Sendo assim, a migração venezuelana suscitou o protagonismo de grupos não confessionais que atuavam no território e também um forte ativismo religioso de setores da igreja católica que se articulava para

¹¹ Arrecadação de alimentos e roupas, de distribuição de alimentos e cestas básicas, de orientações e assessorias jurídicas, de recreação com as crianças em situação de rua, de oferta de cursos de português para migrantes, etc.

¹² Atores da sociedade civil iniciaram a criação de uma associação de migrantes que viria ser um espaço de organização política para que os próprios sujeitos pudessem reivindicar suas demandas coletivamente. Infelizmente a associação não se consolidou, mas a mobilização chegou reunir em torno de cem migrantes que se encontravam para discutir as condições de vida e pautar reivindicações.

emponderar os migrantes “na reivindicação de bens públicos” entre 2017-2018 (AVRITZER, 2012, p. 394).

ASSOCIATIVISMO INTER-RELIGIOSO E AÇÕES DE ACOLHIMENTO

O esforço das entidades da sociedade civil para atender as demandas emergenciais dos migrantes, resultou também em um processo de associativismo inter-religioso com forte cooperação entre igrejas e entidades religiosas de caráter ideológico-dogmático bastante distinto. Tocadas pela vulnerabilidade social dos migrantes, essas entidades se associavam na realização de ações voluntárias conjuntas, faziam donativos para ações umas das outras ou mesmo apoiavam financeiramente às ações de entidades de credo diferente¹³.

O representante de uma ONG laica abordou esse tema nos seguintes termos: “é muito bonito ver a união dessas pessoas em prol dessa problemática”. E acrescentou:

Lá é uma igreja católica, mas a representante da entidade lá estava entrando em contato com uma entidade espírita que tinha recursos para enviar, mas a entidade católica não tinha como administrar porque eles não tinham o CNPJ. E não podia ser pela igreja. Então a entidade espírita ia mandar os recursos através da igreja adventista para eles aplicarem na igreja católica com a colaboração dos Mórmons¹⁴.

Da convergência de pequenas iniciativas de grupos religiosos, Organizações Não Governamentais e grupos da universidade e da necessidade de catalisar esforços em prol da causa migratória, surgiu o grupo *Ação Social ou Ação Coletiva* em 2017¹⁵. Surge, portanto, da confluência entre ações solidárias, inicialmente realizadas por iniciativa individual ou de grupos específicos, mas que, geralmente, coincidiam por serem realizadas nas imediações da Rodoviária Internacional, maior ponto de concentração de migrantes na época (primeiro semestre de 2017)¹⁶.

¹³ Segundo interlocutores da pesquisa, entidades religiosas recebiam doações de outras denominações para dar continuidade ao atendimento aos migrantes. As doações vinham em forma de itens alimentícios, de higiene, vestuário, medicamentos, etc., mas também em forma de financiamento econômico para ações concretas. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons) e grupos espíritas Kardecistas foram bastante mencionados como sendo financiadores fundamentais dessas ações.

¹⁴ O episódio se refere às ajudas canalizadas para um restaurante popular que funciona nas dependências da igreja católica e serve refeições gratuitas aos migrantes venezuelanos em situação de rua.

¹⁵ Alguns interlocutores se recordaram do grupo como Ação Social e outros como Ação Coletiva. Tratava-se de um grupo informal cujo intuito era somar esforços conjunto para dar respostas ao fluxo migratório.

¹⁶ Segundo interlocutores da pesquisa, o grupo era formado por profissionais liberais, de várias especialidades,

Da coincidência em atividades inicialmente pontuais (individuais ou coletivas) surgiu a ideia de somar esforços convertendo, assim, a ajuda ou caridade individual (particular) em cooperação coletiva mais ampla. Alguns interlocutores consideram essas iniciativas como o embrião das ações humanitárias em Roraima.

O grupo chegou a reunir cerca de noventa voluntários que por meio de um grupo no WhatsApp marcavam encontros, discutiam e planejavam ações buscando mobilizar autoridades de fora do estado, pois conforme asseverou-nos um dos entrevistados “não podia se esperar nada do poder público local”:

Nunca encontrei um povo tão indiferente como aqui em Roraima, as pessoas dormiam nas praças e ninguém fazia nada. Tentamos falar com a prefeitura, e a prefeitura não nos respondeu. Quem nos recebeu com muito custo foi o governo do estado que liberou um ginásio¹⁷.

A indiferença dos governos e da mídia local uniu o grupo na luta pela visibilização externa do tema. A divulgação do descaso com os migrantes venezuelanos nas mídias estrangeiras foi o recurso encontrado pelas organizações civis que atuavam no território. Somente após a veiculação do tema na mídia internacional, especialmente europeia, o coletivo conseguiu mobilizar autoridades de fora do estado e chamar a atenção das Agências Internacionais da ONU.

“Até ano passado [2017] ninguém sabia como estava essa realidade. Só sabia quem estava aqui e olhe lá!”, assinalou um interlocutor da pesquisa em 2018. Após a repercussão internacional a ajuda externa começou a chegar, Organizações Não Governamentais de fora do estado se instalaram em Boa Vista conferindo fôlego novo à ajuda humanitária¹⁸.

A mobilização para a regularização dos migrantes indocumentados foi também outra importante conquista do grupo da sociedade civil naquele ano. A defesa dos migrantes numa perspectiva de direitos, adotada pelo grupo, teria sido fundamental diante do tratamento policial (como caso de polícia) dado aos migrantes pelas autoridades locais¹⁹.

por professores e universitários, representantes de entidades religiosas e laicas.

¹⁷ Trata-se de um ginásio abandonado onde se organizou o primeiro abrigo para os migrantes venezuelanos.

¹⁸ Dentre elas a Fraternidade Sem Fronteiras, responsável por construir um abrigo no final de 2017, a implantação do Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados, pelos padres jesuítas, dentre outras.

¹⁹ Em 2016 a Polícia Federal, apoiada pela prefeitura de Boa Vista tenta deportar 450 migrantes venezuelanos da etnia Warao. A ação foi suspensa após mobilização da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC),

Concretamente, representantes de algumas organizações da sociedade civil preocupados com os venezuelanos indocumentados e, portanto, expostos as variadas formas de violência e exploração por sua invisibilidade, dialogaram com a Superintendente da Polícia Federal de Roraima formando com a Polícia Federal uma parceria para realização de “mutirões” de documentação, iniciativa esta que foi ampliada após a chegada das Agências e das Forças Armadas.

Segundo nossos interlocutores, a superintendente da Polícia Federal da época sensibilizada com a situação “abraçou a causa” abrindo, literalmente, as portas da instituição para os voluntários civis auxiliarem os migrantes no preenchimento dos longos formulários para os trâmites de solicitação de refúgio²⁰.

A decisão pelo refúgio foi tomada com base no entendimento de que a dignidade humana sobrepõe às burocracias estatais. E diante da necessidade concreta de mitigar vulnerabilidades naquela situação emergencial, o protocolo de refúgio se apresentou como o caminho mais rápido para o acesso dos migrantes aos documentos fundamentais como a carteira de trabalho, dentre outros²¹.

Embora as consequências da decisão sobre o refúgio carecessem de análises, pois seria interessante entender como essa forma de regularização migratória tem incidido sobre o itinerário (experiência) dos migrantes venezuelanos no Brasil, por ora nos cabe assinalar que na época foi um passo importante no combate a formas de exploração diversas: laboral, sexual e o tráfico de pessoas. E condição *sine qua non* para que pudessem, ainda que precariamente, acessar outros direitos. Razão pela qual a iniciativa tem grande mérito.

do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, além de outras organizações signatárias dos Direitos Humanos. Matérias relacionadas ao caso podem ser acessadas nos endereços <http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-populacao-de-boa-vista-pediu-deportacao-de-indios-warao-em-roraima/>

²⁰ O pequeno efetivo da PF era insuficiente para atender a imensa fila de migrantes que se formava frente ao órgão. Além disso, os migrantes tinham muita dificuldade no preenchimento do longo formulário por não dominar o idioma. O que tornou a parceria um elemento importante para acelerar o acesso à documentação pelos migrantes.

²¹ Na época, as inúmeras denúncias de exploração laboral estavam relacionadas à condição econômica desses migrantes (necessidade extrema) e sua condição de indocumentados. Nesse sentido, a decisão pelo refúgio era um mecanismo de acelerar o acesso à documentação eliminando a burocracia e as taxas requeridas pelo pedido de residência que o tornavam inviável para maioria dos migrantes.

RECURSOS ECONÔMICOS E DISPUTAS SIMBÓLICAS EM TORNO DA ACOLHIDA

As ações realizadas por Ong's e entidades da sociedade civil apesar de essenciais não foram suficientes para atender a crescente demanda migratória. No final de 2017 o grupo Ação Social foi extinto dando lugar ao Comitê de Migração e Refúgio de Roraima (COMIRR)²², no início de 2018. Ainda em 2017, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização internacional para as Migrações (OIM) e, posteriormente outras agências da ONU constituíram um Comitê Interinstitucional com representantes dos governos estadual e federal para darem as primeiras respostas ao fluxo migratório venezuelano em âmbito macro.

O estabelecimento das Agências Internacionais em Roraima atribuiu um duplo significado às ações humanitárias. Por um lado, significou a chegada de “expertos” na condução do tema e, por outro, significou a chegada de recursos econômicos internacionais para a causa. Sendo assim, o prestígio das Agências as colocou no centro de uma disputa simbólica, envolvendo atores da sociedade civil e políticos locais. Na ótica dos primeiros, os agentes do estado buscavam oportunisticamente cooptar as Agências Internacionais para se beneficiarem dos recursos sociais (o prestígio) e econômicos (financiamento) representados por essas organizações externas.

O interesse repentino dos agentes públicos em se aproximarem das Agências, quando até então estiveram alheios ou fazendo oposição às ações de acolhimento, levou as organizações da sociedade civil se mobilizarem contra essa aproximação concebida como uma grave ameaça (interferência) à isenção necessária para as Agências realizarem seu labor.

O mecanismo encontrado para solucionar o impasse foi descrito por um representante da sociedade civil nos seguintes termos: “[...] Fomos negociar com o reitor para trazer as Agências para cá, para o trabalho das agências não se transformarem em política partidária. E o local mais neutro para nos socorrer naquele momento era a universidade”.

²² O comitê surgiu como espaço de encontro, de debate e troca de informações entre entidades da sociedade civil envolvidas nas ações de acolhimento. Nesses encontros as entidades se atualizavam mutuamente sobre as demandas dos migrantes e deliberavam sobre ações conjuntas. Tanto aquelas referidas à assistência básica emergencial (comida, abrigo, cuidado de saúde, etc.), quanto àquelas referidas às garantias de dignidade face às recorrentes violações dos Direitos Humanos denunciadas pelas entidades presentes.

Após negociações bem-sucedidas, entre as quais se incluía uma contrapartida das agências como a garantia de liberdade para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, as Agências Internacionais se instalaram no campus da Universidade Federal de Roraima e o Centro de Referência para Migrantes e Refugiados também foi trasladado para o campus²³.

O aporte financeiro e a publicização internacional trazido pelas Agências conferiu outra dinâmica ao trabalho humanitário. Atraiu a Roraima outras Organizações Não Governamentais e subordinou as formas de cooperação humanitária aos protocolos previamente estabelecidos no âmbito dessas entidades internacionais.

Atraídas pela “publicidade humanitária” e/ou pelo chamamento para cooperar na causa migratória, ONGs nacionais e internacionais chegavam a Boa Vista²⁴. Por outro lado, entidades locais que até então trabalhavam de modo voluntário e informal, buscaram consolidar-se juridicamente para canalizar os recursos internacionais potencializando suas ações.

O padrão de ajuda humanitária das Agências Internacionais se consolidou com a entrada das Forças Armadas brasileiras no âmbito da cooperação humanitária. Não obstante, detentoras de recursos econômicos (federais) e simbólicos (prestígio calcado na Missão no Haiti em 2010) as Forças Armadas passaram a competir com as Agências Internacionais na condução das ações humanitárias.

Inicialmente disputando, sutilmente, o protagonismo com as agências, mas que, ao longo do tempo, se materializou no controle das ações das entidades da sociedade civil e das informações sobre a operação oficial de recebimento dos migrantes denominada Operação acolhida, conforme ficou evidente durante o trabalho de campo.

²³ O Centro de Referência funcionava provisoriamente em espaço cedido pelo governo estadual até a chegada da Aenur. O centro tem prestado serviço de orientação, de emissão de documentos, de cadastros e registros no sistema de Cadastro Único do Governo Federal, etc. Mais informações sobre o tema podem ser consultadas no site das Nações Unidas no Brasil <https://nacoesunidas.org/universidade-de-roraima-e-agencias-da-onu-inauguram-centro-de-servicos-para-refugiados-e-migrantes/>

²⁴ Ao que parece às próprias Agências Internacionais também acionam certas ONGs para determinadas missões humanitárias. ONGs que são parceiras tradicionais (realizaram outras missões anteriores em parceria) ou pelo prestígio que estas possuem internacional. A chegada do Exército da Salvação em Boa Vista é um desses casos.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A OPERAÇÃO ACOLHIDA

Em março de 2018, as Brigadas militares do exército, marinha e aeronáutica, oriundas de diferentes partes do Brasil, chegaram ao estado para compor a Força Tarefa Logístico-Humanitária, denominada *Operação Acolhida*²⁵. Tratava-se da resposta do governo federal que enviava as Forças Armadas ao território para atuar na assistência emergencial e acolhimento aos venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

As entidades da sociedade civil envolvidas em ações emergenciais foram convidadas a se integrarem à *Operação Acolhida* para potencializar e operacionalizar o atendimento aos migrantes²⁶. As Forças Armadas chegaram a Roraima com cento e noventa milhões de reais destinados ao Ministério da Defesa, para serem aplicados no apoio humanitário nas seguintes ações: “ordenar”, “acolher” e “interiorizar”²⁷.

Na retórica dos representantes da Operação, as Forças Armadas dariam suporte logístico às ações desenvolvidas pelos demais atores que trabalhavam no território, potencializando-as. Nas primeiras reuniões Interagências, a presença dos militares causou certa tensão nos atores sociedade civil, que inicialmente tinham certa resistência ao que definiam como a *militarização da Acolhida*.

Apesar de pautarem o tema em acaloradas reuniões do COMIRR, a incorporação dos militares na rede de acolhimento ocorreu sem maiores problemas, pois esteve fundamentada no argumento da expertise técnico-logística e a experiência humanitária no Haiti²⁸.

²⁵ A operação foi criada pelo presidente Michel Temer através da Medida Provisória (MP) nº 823/2018. Notícia sobre a medida provisória pode ser acessada em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/medida-provisoria-libera-r190-milhoes-para-lidar-com-fluxo-de-venezuelanos-em-roraima.ghtml>

²⁶ Atualmente são mais de 117 entidades contanto com organizações da sociedade civil, instituições religiosas, Agências das Nações Unidas, iniciativa privada e representante do estado e dos municípios que fazem parte da cooperação.

²⁷ “A missão” da Operação Acolhida pode ser consultada numa espécie de manual da Operação, disponível no site da Casa Civil, qual seja, “Cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Os objetivos da Operação, segundo o documento, são: “recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar imigrantes em situação de vulnerabilidade (desassistidos), decorrente de fluxo imigratório provocado por crise humanitária. A Operação é conjunta, interagências e de natureza humanitária”. O documento na íntegra pode ser acessado em: file:///C:/Users/User/Downloads/Apresentacao%20Comit%C3%AA_16deJUL.pdf

²⁸ Nas reuniões que participamos durante o trabalho de campo, as referências à experiência no Haiti eram frequentes pelos membros militares da Operação. Inclusive, em uma visita posterior à base de operações da Operação Acolhida em Pacaraima, cidade fronteira, ficou evidente que uma parcela significativa dos

A partir desse momento as *ações de acolhimentos* agrupadas na *Operação Acolhida* ganharam uma face mais institucionalizada. As Forças Armadas, peritas em operações logísticas, e as Agências da ONU, peritas na ajuda humanitária, passariam a conformar o núcleo duro da *Operação Acolhida*.

O aumento da vulnerabilidade dos migrantes com o início do período de chuvas, que vinha sendo debatido pelas Agências e atores da sociedade civil, foi um mote importante para legitimar a presença dos militares. Apesar da resistência estes entes haviam chegado num momento bastante oportuno, pois diante das circunstâncias todo esforço para abrigar o máximo de migrantes de certa forma seria bem-vindo.

Sendo assim, a resistência inicial à presença militar foi sendo substituída pela cooperação. Afinal de contas, as Forças Armadas possuíam recursos humanos, discursivos (*braço forte, mão amiga*), logísticos e o monopólio dos recursos federais²⁹.

Neste cenário, a autonomia das entidades da sociedade civil ficou bastante reduzida, especialmente daquelas que dependiam dos recursos da *Operação* e /ou das Agências internacionais para as ações que realizavam. A relação de dependência entre esses atores se evidenciava nas reuniões interagências, coordenadas pelas Forças Armadas e ACNUR, quando o posicionamento de certas entidades contradizia àquele que assumiam em âmbito mais reservado como, por exemplo, nas reuniões do COMIRR.

As formas de controle em relação aos migrantes e aos atores humanitários combinavam-se a elaboração de espaços (estruturas) de atendimento emergencial aos migrantes. Poucos meses após a chegada as Forças Armadas, os abrigos existentes foram melhorados, novos abrigos foram construídos (em Boa Vista e Pacaraima), Um Posto de atendimento emergencial foi aberto em Boa Vista e um Posto de *Triagem* aberto na fronteira com a Venezuela.

O posto fronteiriço é uma estrutura física gigantesca, que abriga vários órgãos governamentais e não governamentais (militares e civis),

militares com cargo de chefia, nesta operação, tinha passado por alguma experiência de “Ajuda Humanitária”, especialmente no contexto da “Missão de Paz” no Haiti, após o terremoto de 2010.

²⁹ Contrariando aqueles que acreditavam no fim da Operação com a ascensão do Governo Bolsonaro, este governo não só permitiu a continuidade da Operação como a reforçou economicamente liberando recursos superiores ao valor liberado por Michel Temer em 2018. As matérias sobre o tema podem ser consultadas nas seguintes páginas: <https://veja.abril.com.br/mundo/governo-libera-r-223-milhoes-para-assistencia-emergencial-a-venezuelanos/>; https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/14/interna_politica,1046253/gastos-do-brasil-com-refugiados-chegam-a-r-265-2-milhoes.shtml

onde os migrantes venezuelanos ao cruzar a fronteira passam por uma triagem a partir da qual sua condição migratória e suas “necessidades” são levantadas pelos “expertos”, que decidem previamente sobre que tipo de atendimento os migrantes necessitam encaminhando-os a outros órgãos definidos como competentes a cada caso³⁰.

Ao finalizar os trâmites no posto de passagem, os migrantes são liberados para seguir viagem, caso não se detecte algum empecilho. Aqueles considerados mais vulneráveis geralmente são encaminhados para os abrigos, de acordo com a disponibilidade. Esta *tecnologia da governamentalidade das migrações na fronteira* (JARDIM, 2017), estrategicamente elaborada no âmbito da *Operação Acolhida*, vem ganhando repercussão internacional como um modelo de “acolhimento”. E, as Forças Armadas, mentoras da *Operação*, vêm sendo elogiadas pela governança das *ações de acolhimento* e, sobretudo, a *governamentalidade* do processo migratório³¹.

Desta forma, as críticas à *Operação Acolhida* tem se resumido praticamente às queixas de políticos contrários a migração, considerados pelos próprios militares como atores ressentidos por não acessarem os recursos federais para a migração³².

Sendo assim, a *Operação Acolhida*, que pode ser entendida como a ação conjunta entre as Forças Armadas, Agências Internacionais e distintos atores da sociedade civil, vem se consolidando como a única ação do governo brasileiro no tema das migrações.

A partir de 2019, a *Operação* entrou no que eles chamaram de “a nova fase da acolhida”. Nesta fase, a *interiorização* dos migrantes, ou seja, a transferência dos venezuelanos do estado de Roraima (distribuí-los) para outros estados da federação tornou-se a prioridade. E nessa perspectiva as Forças Armadas têm se articulado com as Agências, entidades, atores públicos (estaduais e municipais) e privados, de dentro e de fora do estado³³.

³⁰ Dentro do Posto de Triagem funcionava a Polícia Federal (para a verificação/controle da situação migratória), Anvisa (controle epidemiológico e vacinação), Receita Federal, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério de Desenvolvimento Social, ACNUR, UNFPA, OIM, UNICEF, um abrigo de passagem organizado pelos militares, dentre outros.

³¹ Em trabalho seminal sobre a governamentalidade e tecnologias de controle das migrações, Jardim (2017) evidencia como essas tecnologias de controle se impõem aos corpos, às vidas e ao itinerário de imigrantes e refugiados marcando, às vezes, de forma dramática suas experiências.

³² Quando um evento estadual, considerado hostil pelas entidades pelo teor das críticas de deputados estaduais à operação, foi abordado numa reunião interagências, o coronel representante máximo da *Operação* respondeu que “a essas críticas se respondia com trabalho”, argumentando sobre essa questão do ressentimento.

³³ De acordo com documento da Organização Internacional para as Migrações (OIM), parceira na *Operação Acolhida*, número total de migrantes interiorizados desde o início até março de 2020 é de 35.519 pessoas.

Cabe ressaltar que o trabalho das entidades da sociedade civil tem sido fundamental na concretização das metas da *Operação Acolhida*. No entanto, apesar de serem peças-chave nas ações de *acolhimento*, *assistência emergencial* e de *interiorização*, o trabalho dessas entidades tende a ficar subsumido nos dados (documentos) oficiais das Forças Armadas e das Agências Internacionais, causando insatisfação entre essas entidades.

Atores da sociedade civil se queixavam frequentemente da invisibilização do trabalho intenso que as organizações civis realizavam no âmbito da *Operação Acolhida*. Para esses atores, as entidades é que “faziam o trabalho pesado” enquanto os entes hegemônicos eram premiados pelo trabalho humanitário.

Na retórica dessas entidades, as propagandas oficiais e documentos na maioria das vezes não faziam jus ao empenho dos atores civis. Em março de 2019, por exemplo, diante da propaganda que a *Operação Acolhida* havia interiorizado 5.000 migrantes venezuelanos naquele mês, os dados fornecidos por uma das entidades entrevistadas mostravam que dentre esse montante, 1.500 migrantes haviam sido interiorizados por uma única entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o recebimento de migrantes no estado de Roraima, fica evidente que categorias como *acolhimento e acolhida* são insuficientes para explicá-lo, pois os gestos altruístas e as ações de acolhimento além de não abranger a totalidade dos migrantes não sobrepujam os inúmeros dramáticos acontecimentos que vão à contramão da *acolhida*.

A própria Operação logístico-humanitária do governo federal, a *Operação acolhida*, é contraditória em sua origem, pois emerge desrespeitando a legislação migratória vigente. A experiência de cada venezuelano no Brasil não tem sido pouco dramática, pois com ascensão da extrema-direita, a partir de 2016, os grupos avessos aos Direitos Humanos e obcecados pelo combate ao “comunismo” veem os venezuelanos como uma ameaça. E isso, em parte, tem determinado o tratamento dispensado a esses migrantes pelo país, mas de modo especial em Roraima.

Nesse imaginário social, que também é ultraliberal, políticas sociais são concebidas como estratégias de governos “comunistas”/“esquerdopatas” e, portanto, a população beneficiária dessas políticas como “curral

eleitoral” desses governos. Em razão disso, o migrante venezuelano tem sido bastante estigmatizado.

Os partidários desse discurso concebem os migrantes como a escória venezuelana, restolho do “comunismo falido” da “ditadura comunista de Maduro”, que vem ao Brasil usurpar os recursos e os direitos “dos brasileiros”. Neste imaginário, o venezuelano tem sido representado como *vagabundo*, *preguiçoso*, *parasita*, etc. Adjetivos que são comumente usados para hostilizá-los e contra o qual os venezuelanos quase sempre rebatiam: “ni todos los venezuelanos somos malos”³⁴.

Não obstante, essa discriminação contra os migrantes venezuelanos é similar àquela dirigida aos pobres brasileiros, ou seja, aos usuários dos programas de transferência de renda. No caso dos venezuelanos o estigma de vagabundo era usado para justificar humilhações, leia-se exploração, praticadas contra eles. Como, por exemplo, o recebimento de um prato de comida como forma de pagamento por um dia inteiro de trabalho (diária), dentre outras humilhações.

A história da *acolhida* de venezuelanos no Brasil, diz respeito também à hostilização dos migrantes, as tentativas de expulsão³⁵, aos protestos contra sua entrada e permanência no Brasil³⁶, a assassinatos, agressões, exploração laboral e sexual, acusações infundadas sobre crimes não praticados³⁷, ataques às entidades que lidavam com esses migrantes, etc.

Todos esses elementos nos desautorizam a naturalizar a “acolhida”, mas permite conceber essa experiência migratória como uma grande oportunidade de aprendizado social, pois, inclusive, tem colocado em xeque o mito da *hospitalidade brasileira* e demonstrado que a nossa receptividade na verdade é seletiva. A amabilidade está dirigida a um tipo de estrangeiro em particular, o *gringo*³⁸ que aporta algum *capital econômico* ou *simbólico*, mas não necessariamente ao estrangeiro sul-americano, imigrante e pobre.

Falar de *acolhida* implica também entende-la da ótica (narrativa) dos próprios migrantes e de seu itinerário a partir da entrada no Brasil,

³⁴ Pareceu-nos bastante significativo que todos os migrantes com os quais cruzamos durante a pesquisa formulassem a mesma frase. Todos se queixavam da falta de credibilidade dos brasileiros

³⁵ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>

³⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/prefeito-de-pacaraima-pede-reforco-na-seguranca-para-protesto-contravenezuelanos.shtml>

³⁷ <https://oglobo.globo.com/mundo/venezuelano-presos-por-homicidio-que-nao-cometeu-solto-apos-45-dias-em-roraima-23840911>

³⁸ Em algumas ocasiões presenciamos a mudança drástica no tratamento que brasileiros davam a um migrante espanhol que vivia em Boa Vista, quando descobria sua verdadeira nacionalidade atribuída inicialmente, pelo sotaque, a nacionalidade venezuelana.

pois conhecendo os dilemas da condição migrante no país teríamos a oportunidade de entender os limites das ações de recebimento e aprendermos valiosas lições sobre hospitalidade.

Caberia ainda um estudo relacionado às informações controversas sobre negligências e violações dos direitos humanos no âmbito da *Operação Acolhida*, acessadas durante o trabalho de campo. Tema tratado como tabu pelos atores envolvidos no *acolhimento*. A blindagem dos migrantes ao acesso dos pesquisadores locais, entretanto, coloca interrogações sobre essa questão. Os entraves à entrada nos abrigos, alegações da Acnur para barrar nossas pesquisas, não se estendiam aos pesquisadores de universidades de fora (do sul e sudeste do país ou estrangeiras) e a outros visitantes “ilustres”. A estes as visitas às instalações da *Operação Acolhida* eram quase sempre bem vindas desde que ciceroneadas por agentes da *Operação*³⁹.

Ao longo desses anos a migração venezuelana tem suscitado distintas formas de solidariedade, cooperação e iniciativas como evidenciadas neste artigo. No entanto, pensar os limites e as contradições do recebimento nos permite melhorar a capacidade de resposta das ações humanitárias e pensar políticas públicas mais consistentes.

No caso brasileiro, as contradições não são poucas. O próprio Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) visitou o estado de Roraima em 2018 e produziu um documento apontando irregularidades, incoerências e recomendando mudanças para que o trato aos migrantes fosse mais condizente com os Direitos Humanos e com a Legislação⁴⁰.

No entanto, poucas recomendações feitas pela CNDH foram atendidas. Dentre elas, a sugestão de *desmilitarizar a Operação*, transferindo sua tutela a um ministério mais alinhado com o paradigma dos Direitos (como preconiza a Nova Lei de Migração - Lei nº 13.445/17), além de não ter sido atendida, o controle das ações humanitárias pelo ente militar passou ser exercida, inclusive, de forma mais acentuada⁴¹.

³⁹ Pesquisadores do GEIFRON tiveram suas pesquisas emperradas devido à negativa da Acnur à solicitação para entrevistar os migrantes nos abrigos. Representantes da Agência alegavam que estas pesquisas seriam invasivas à privacidade dos moradores. Sequer possibilitaram que os migrantes tivessem agência para decidir diante da abordagem dos pesquisadores, participar ou não das entrevistas.

⁴⁰ O documento se intitula “Relatório das violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil” e pode ser consultado na íntegra no site <https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-contra-imigrantes-venezuelanos-1.pdf>

⁴¹ De acordo com Atores da sociedade civil, aumentou a restrição à entrada nos abrigos que de certo modo tem estado condicionada ao clima de “normalidade” que, ao que parece, tem sido um recurso para blindar da opinião pública dos problemas da operação que ocorrem dentro desses espaços. Até mesmo entidades que normalmente realizam trabalho voluntário, têm sido impedidas de entrar nos abrigos mediante tensões internas.

Ao invés de elaborar uma política migratória consistente, o governo brasileiro continua tratando a migração como uma situação transitória paliada por meio de uma *operação* que caminha já para o terceiro ano. E que mantém o protagonismo do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, num papel que já não lhe compete, segundo os dispositivos jurídicos nacionais em vigor⁴².

Qual o sentido de sancionar uma lei e em seguida desrespeitá-la? Tal contrassenso só ganha inteligibilidade se alguns antecedentes forem considerados.

Em 2016 a desestabilização das instituições políticas após o impeachment de Dilma Rousseff abriu precedente para que grupos descontentes com as políticas do seu governo ressurgissem no cenário nacional. Dentre eles, nichos do Exército ressentidos com a ampliação do debate público sobre os crimes do Regime Militar (1964-1985), após a instauração da Comissão da Verdade⁴³, passaram a exercer forte pressão sobre o governo Michel Temer (vice-presidente).

Os representantes desse nicho conservador não só entraram na disputa de narrativas exaltando a ditadura para resgatar o prestígio da instituição, como passaram interferir na política nacional. De modo especial, valendo-se da retórica anticorrupção.

Fragilizado pelas próprias acusações de corrupção sobre si, o governo Temer respondeu às pressões das Forças Armadas com elogios e sua inserção em temas relevantes para a opinião pública. Na intervenção militar no Rio de Janeiro (questão de segurança pública) e, posteriormente, na condução da questão migratória, através do comando da Operação Logístico-humanitária em Roraima, ambas no início de 2018⁴⁴.

Neste cenário, a legislação migratória recém-atualizada acabou sendo ignorada pelo mesmo governo que a sancionou e pelo governo seguinte. Ou seja, muda-se a legislação, mas o respeito ao seu conteúdo varia ao sabor das circunstâncias políticas. Ou como diria o famoso personagem da

⁴² Com a revogação do Estatuto do Estrangeiro a migração foi descriminalizada deslocando-a, portanto, do âmbito da ameaça à Segurança Nacional para a ótica dos direitos.

⁴³ Trata-se de um colegiado instituído no governo Dilma Rousseff para apurar os crimes e violações de direito entre 1946-1988, a fim de construir memória histórica.

⁴⁴ Notícias sobre essas questões podem ser conferidas nas seguintes matérias: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,todos-sabem-da-contribuicao-dos-nossos-militares-para-o-brasil-diz-temer,70002264373>; <https://theintercept.com/2018/03/04/militares-voltam-ao-centro-da-politica-pelas-maos-de-michel-temer/>; <https://istoe.com.br/temer-assina-decreto-e-exercito-vai-intervir-na-seguranca-do-rio/>

novela *O Leopardo*, do Italiano Giuseppe Tomasi Di Lampedusa⁴⁵, “algo deve mudar para que tudo continue como está”.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. 2012. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião pública**, Campinas, vol. 18, n° 2, p. 383-398, novembro, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa Porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

ESTEFANÍA, Joaquín. **La economía del miedo**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2011.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas (FGV) e Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2020. Disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano_-_30-01-2020-v2.pdf

JARDIM, Denise F. **Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LIMA, José Carlos Franco e FERNANDES, Gilmar. Migrantes em Roraima (Brasil): a massificação dos termos acolher/acolhimento. INAN- **Curso de Antropologia Social**, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista-RR, março de 2019. Disponível em http://ufr.br/antropologia/index.php?option=com_content&view=article&id=115:migrantes-em-roraima-brasil-a-massificacao-dos-terminos-acolher-acolhimento&catid=2&Itemid=102

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe, São Paulo: NAU/USP, ano 2, versão 2.0, fev. 2008.

POLÍCIA FEDERAL. Migração venezuelana em Roraima. **Relatório**. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/dados-policia-federal-fluxo-migratorio-4-12-2018/view>. Acesso em: 28 abril. 2019.

⁴⁵ LAMPEDUSA, T.d. *O Leopardo*. Editora Difiel, 3 edição, 1963.

_____. Migração venezuelana em Roraima. **Relatório**. Brasília, 2018b. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/prf_migracao-em-roraima-atualizado-em-26_06_2018/view Acesso em: 28 abril. 2019.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Tradução de Dora Roh Fauman. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

RIBEIRO, Natália Vilar Pinto (2018/2019). Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. In: **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília v. 20 n. 122, p. 541-563. Disponível em <http://dx.doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2018v20e122-1820>

SARMENTO, Gilmara G.S.; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, Rosana E SILVA, João Carlos Jaronchiski (orgs). **Migrações Venezuelanas**. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Populações Elza Berquó, NEPO/Unicamp, 2018, pp242-249. Disponível https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf

SARMENTO, Gilmara G. S. ENTRE A ASSISTÊNCIA E A REPRESENTAÇÃO: o papel das ONGs e a política local no contexto de imigração venezuelana para Roraima. **Relatório Anual** Bolsa PNPd/CAPEs/UFRR. Boa Vista-PRPPG/UFRR, 2019. 47 p.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Refúgio em Números** - 3a Edição. Disponível em http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuum-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view. Acesso em: 20 de mar. 2019.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 41, 2017, Caxambu (MG). Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file>

SILVA, Sidney Antônio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.34, n.1, p.99-117, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00099.pdf>

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MIGRAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL

Maria Soledade Garcia Benedetti¹

Fabício Barreto²

Maria Bárbara de Magalhães Bethônico³

Francilene dos Santos Rodrigues⁴

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo descrever o processo de migração no estado de Roraima desde a sua ocupação no período colonial e colonização, buscando relacioná-los com as transformações socioambientais. Dessa forma, o presente artigo apresenta três tópicos: o primeiro, refere-se a um breve histórico da ocupação e colonização de Roraima; o segundo, aborda os aspectos socioambientais da migração garimpeira, e o terceiro, aborda a migração venezuelana e seu impacto no estado.

Na Amazônia, a presença militar iniciou-se efetivamente, em 1616, com a ocupação da foz do rio Amazonas pelos portugueses. A expansão portuguesa para o vale do rio Branco, ocorreu somente a partir dos anos 30 do século XVIII (RODRIGUES, 1996). No entanto, os deslocamentos populacionais se intensificaram na região na década de 1970, ressaltando-se que foram baseados em políticas de colonização e programas de incentivo à entrada de migrantes nacionais para expansão territorial e exploração das riquezas nacionais no Amazonas (SOUZA, 2015; SILVA; BACHA, 2014). Conhecer os processos de deslocamento populacional e as principais transformações socioambientais no estado de Roraima requer, também, um conhecimento sobre a história de ocupação desse espaço situado em região transfronteiriça.

¹ Mestre em Ciências da Saúde e doutoranda no Pós-graduação em Recursos Naturais/PRONAT da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: soledadebenedetti@hotmail.com.

² Mestre em Ciências da Saúde e doutorando no PRONAT/UFRR. E-mail: fabricio.barreto@ufr.br.

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado em Antropologia Social pelo CIESAS Cidade do México. Professora da UFRR do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e dos programas de Pós-graduação de Geografia/PPGGEO e PRONAT. Email: maria.bethonico@ufr.br.

⁴ Doutora em Ciências Sociais formada pelo CEPPAC/UnB. Professora da UFRR do curso de Ciências Sociais, da Pós Graduação PRONAT e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras/PPGSOF. E-mail: francerodrigues@yahoo.com.br.

A Agenda 2030 instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu entre os seus objetivos para redução da desigualdade entre os países o tema das migrações internacionais visando facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas (BAENINGER; SILVA, 2018). Os movimentos migratórios no cenário mundial não são fatos inéditos em nossa história, isto é, as pessoas se deslocam motivadas por crises econômicas, perseguição política e religiosa, guerras, além das catástrofes ambientais. Outras razões, tais como a qualidade de vida, educação e oportunidades laborais também são levadas em consideração quando indivíduos decidem emigrar (PORTELA; SCHWINN, 2018). Logo, os processos migratórios são complexos, e mais ainda as migrações transnacionais, por envolverem aspectos de fronteira nacional, soberania e processos de transculturação (RODRIGUES, 2006).

Para a concretização do presente artigo foi realizada uma breve revisão bibliográfica em banco de teses, periódicos, revistas especializadas e livros. Foi realizado, também, pesquisa documental sobre as legislações e publicações oficiais do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima (SESAU), além de jornais e site de organizações governamentais e não governamentais.

OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA

No período colonial, houve, a princípio, desinteresse por parte dos invasores portugueses e espanhóis pela parte norte do país. Com a descoberta de muitos minérios na região os espanhóis, ingleses e franceses disputaram com Portugal a posse das riquezas e da terra. Para se defender, os portugueses criaram em 1669, a Fortaleza de São José do Rio Negro, e em 1775, o Forte São Joaquim, na divisa dos rios Uraricoera e Tacutu. A ocupação e colonização da região que hoje forma o estado de Roraima está diretamente ligada à estratégia e interesse da Coroa Portuguesa em expandir seu território na América, motivada pela descoberta de ouro, diamantes e outros minérios. Os portugueses em 1779, já possuíam pequenas povoações na bacia do Rio Branco e seus afluentes. A partir da década de 1780, veio a expansão demográfica, com a implantação

de fazendas de gado às margens dos rios Branco, Uraricoera, Tacutu e Maú com animais abandonados pelos espanhóis. Vários militares e funcionários do Império foram destinados a servir ou trabalhar no Forte São Joaquim, alguns fixaram-se na região com os seus familiares. Por volta do ano de 1830, a primeira fazenda particular de gado bovino foi fundada, denominada Boa Vista, pouco tempo depois, o local passou a categoria de Vila de Boa Vista do Rio Branco (TEIXEIRA, 2010). A população de Boa Vista era de 8 a 10 mil índios e de 3 a 4 mil o restante. Em 1926, Boa Vista elevou-se à categoria de cidade (BARBOSA, 1993).

O Território Federal do Rio Branco foi um território federal brasileiro desmembrado do Amazonas em 1943. Seu nome mudou, em 1962, para Território Federal de Roraima, o qual em 1988 foi extinto e deu lugar ao Estado de Roraima. Na década de 1980 a migração tomou um impulso jamais visto e configurou o período de maior eferescência no crescimento populacional de Roraima ocasionado pelo garimpo (SOUZA, 2015) esse fenômeno gerou impacto social e ambiental. A conclusão da BR 174, ligando Manaus (AM), Boa Vista (RR) e a Venezuela guiou um novo fluxo migratório em direção a Boa Vista, resultando um crescimento acelerado e exigindo a expansão da infraestrutura básica e de serviços, nos anos 2000 (VALE, 2007). Houve uma transformação do espaço urbano de Boa Vista motivada pela transformação do próprio estado. Até final dos anos de 1980 todo o poder e os recursos eram centrados na capital, disponibilizados pela União. No entanto, daquela Boa Vista dos idos de 1980 pouco restou. A cidade, assim como todo o estado, sofreu os efeitos das políticas estadual e federal, para as quais o objetivo maior era incentivar a economia por meio da exploração mineral e da agropecuária. A demarcação das terras indígenas freou em grande parte esse propósito (OLIVEIRA, 2012). Nos anos seguintes houve uma expansão significativa da periferia da capital Boa Vista (NEVES, 2010) e os indicadores sociais de pobreza atingiram mais de 50% da população (OLIVEIRA, 2012). Os concursos públicos municipais, estadual e federal serviram de estímulo para um novo modelo de migração que reforçou o modelo econômico centrado no setor terciário e, em particular no funcionalismo público.

MIGRAÇÃO GARIMPEIRA: ASPECTO SOCIOAMBIENTAL

O aparecimento da atividade mineral (garimpo de ouro e diamante) foi responsável por um pequeno fluxo migratório na década de 1910. Contudo, não foi fator responsável por significativo crescimento populacional ou econômico (BARBOSA, 1993). A exploração do garimpo no território roraimense foi mais intensa a partir de 1930. A Serra do Tepequém, hoje pertencente ao município do Amajari, teve um grande número de homens em busca de riquezas entre as décadas de 1930 e 1970. Há relatos que foram tirados mais de 40 quilos de diamante de um único veio ou jazida. Com a chegada dos garimpeiros a Tepequém vieram também bebidas alcoólicas, doenças e costumes dos homens desbravadores e pioneiros (TEIXEIRA, 2010).

Roraima, historicamente, foi o palco de uma corrida por materiais preciosos até hoje cobiçados: o ouro e o diamante. O garimpo, antes de 1930, era uma exploração pequena por parte de moradores locais e indígenas. Somente após esse período é que se tem um real crescimento na atividade de extração mineral, ainda assim, de forma incipiente. Em meados da década de 1940, o estado passou a dar uma importância significativa para a extração mineral, superando a atividade da pecuária e se tornando a principal base econômica no período. A migração tornou-se intensa nos anos 1980. Foram abertas centenas de frentes de garimpo ao longo das bacias dos rios Apiaú, Mucajáí, Parima e Uraricoera. O garimpo trouxe uma nova perspectiva não só para os que aqui já viviam, mas principalmente para os indivíduos que viram neste espaço uma utopia de vida, ou seja, o sonho de conseguir enriquecer através da extração mineral (SOUZA, 2015).

O garimpo possuía um conjunto complexo de relações sociais e financeiras. Santos (2013) caracteriza esse conjunto como um turbilhão de interesses e conflitos, no qual estavam os trabalhadores do garimpo, os proprietários das máquinas, das pistas e dos aviões, comerciantes, indígenas, os pequenos proprietários de terras, os latifundiários, além dos grupos políticos locais que se formavam a partir de seus interesses. Um dos fatores determinantes dessa complexidade de relações, bem como dessa corrida do ouro, é justamente o seu valor comercial e financeiro a partir da década de 1970 até meados de 1990, quando o valor do ouro

no mercado internacional passa a ser considerado bastante elevado. Na Amazônia essa atividade despontou por conta, principalmente, desse elemento (CAHETÉ, 1995). A ocorrência de jazidas e o alto valor do minério, acabou favorecendo a migração para territórios onde o minério existia em abundância. Essa é uma das características que esteve presente na exploração aurífera em Roraima (SOUZA, 2015).

Com as notícias de muito ouro e diamante, a região logo virou um “formigueiro humano”. Toneladas e mais toneladas de ouro saíram dessas terras clandestinamente, oficialmente, dizem os especialistas que somente em seis anos, entre 1985 a 1991, a pequena cidade de Boa Vista se tornou um dos grandes centros mundiais de comercialização de ouro e diamante e em suas ruas, os pequenos negócios encarregados de sua compra existiam às centenas. Os recursos financeiros em circulação durante a chamada “febre do ouro” são difíceis de assimilar. Em um único dia, no aeroporto de Boa Vista, havia aproximadamente seiscentas aterrissagens e decolagens de pequenos aviões que levavam pessoas e mantimentos ao garimpo. Na volta à cidade, traziam uma grande quantidade de ouro e diamante. Nos seis anos de atividade garimpeira foram extraídos mais de 10 mil quilos de ouro (TEIXEIRA, 2010).

Os conflitos entre os vários grupos envolvidos direta e indiretamente na extração mineral impulsionaram a retirada dos garimpeiros (JORNAL DO BRASIL, 1990). Conflitos estes, principalmente, envolvendo a violência física entre os grupos indígenas e grupos de garimpeiros, só cresciam frente à cobiça pela pedra preciosa, situada principalmente dentro de terras indígenas demarcadas ou pretendidas, notadamente a Yanomami. A desmobilização destes trabalhadores levou os mesmos a ocupar as áreas urbanas da capital e do interior, transformando Roraima num estado essencialmente urbano. Boa Vista, se confirma, então, como principal centro urbano, funcionando como polo de atração para os garimpeiros que não se deslocaram para outros lugares, continuando a sua saga em busca da riqueza (SOUZA, 2015).

No período de 1987 a 1989, auge do garimpo, o índice de mortalidade na faixa etária de 20 a 49 anos, faixa produtiva, chegou a 41% das mortes, com registros de crimes violentos e acidentes graves como principais causas de morte. O percentual de 8,6% das mortes por homicídios, segundo causa mortis no estado retrata a seqüela da invasão desordenada de cerca

de 50 mil homens em busca de melhores condições de vida, num estado ainda não preparado estruturalmente para tal. Calcula-se estatisticamente que de cinco a dez mil homens oriundos desta época permaneceram em Roraima com subempregos ou mesmo, desempregados. Em 1987 não existiam biscateiros, esmoleiros, meninos de rua, nem formação de gangs. O quadro é visível, apesar dos esforços do estado e municípios em minimizar a situação. Estas causas são de caráter essencialmente social e extrapolam as ações no campo da saúde pública (RORAIMA, 1993).

Segundo Panini (1990) os índios Yanomami viviam na dependência dos garimpeiros e serviam de mão-de-obra barata. As despesas para a alimentação eram muito mais baixas e os índios conheciam bem a mata. As mulheres, sem a presença do marido fazem o trabalho de “pedir”, nas pistas, algumas jovens se entregam aos garimpeiros para receber, em troca de alimentação, remédio ou roupas (BRITO, 1990). Muitas vezes os brancos pagavam o trabalho dos Yanomamis com armas de fogo, bebidas alcoólicas, roupas, lanternas, pilhas, discos e fitas, sal e panelas. As armas podiam ser usadas nas guerras intertribais, comumente praticadas entre esses povos; as bebidas alcoólicas são estranhas aos seus costumes, embriagando-os facilmente; as roupas não higienizadas são ambientes propício à fixação de vírus e propagação de doenças. Assim, eram agredidos: pela própria presença de aproximadamente 50 mil garimpeiros; pela evasão dos impostos relacionados à comercialização ilegal dos minérios; pelo alto grau de insegurança no tráfego aéreo; pela devastação ambiental como o desmatamento nas bordas dos rios, pistas paralelas aos rios, águas barrentas, dejetos de mercúrio afetando as águas, animais e pessoas; balsas circulando nos rios. Em Paapiú, a cabeceira de pista de pouso ficava a menos de 50 metros da maloca indígena, sendo que chegava e decolava aeronave a cada cinco minutos. Os índios, sem entender o perigo, circulam livremente pela pista (PANINI,1990).

Os Yanomamis, à medida que são vítimas da violência generalizada, passam do deslumbramento à indagação de modo à desconfiança, à incerteza e a agressão. Esses indígenas desconheciam, até então, a existência de doenças como: malária, hepatite, pneumonia, tuberculose, gripe e doenças venéreas, e desconheciam também a contaminação por mercúrio. O Relatório da CCPY de 1989 aponta para os seguintes fatos: mortalidade infantil (faixa etária até 4 anos) em tomo de 28%; nas

proximidades do garimpo Santa Rosa, 90% dos índios estão com anemia; na região de Surucucus 46,7% dos atendimentos são casos de gripe; em Paapiú, 90% da população está atacada pela oncocercose. A incidência da tuberculose, que em 1987 era de 24/1.000 habitantes, aumentou para 120/1.000 habitantes em 1989 (O GLOBO, 1989).

A extração de ouro e diamante no estado enriqueceu uma centena de pessoas, e lamentavelmente a degradação e a falta de respeito ao meio ambiente fizeram que o estado aparecesse na mídia nacional e internacional de forma negativa. O aumento desordenado e repentino de garimpeiros levou a destruição ambiental nas áreas de garimpo, e em Boa Vista, houve aumento da prostituição, da violência e de doenças, sobretudo as doenças infecciosas e parasitárias (SOUZA, 2015).

Alguns eventos foram importantes para o incremento da malária no estado, em 1978, houve o garimpo de Santa Rosa (Índice Parasitário Anual - IPA foi de 108,2/1.000 habitantes), em 1989, auge do garimpo em área Yanomami (IPA 161,6) (RORAIMA, 1996). Em 1999, em algumas localidades da área Yanomami o IPA foi de 1.342 casos de malária por 1.000 habitantes (BENEDETTI, 1999). Nas últimas décadas, a malária em área indígena se tornou um problema no estado, e mais recentemente se mantém com importante número de casos (BENEDETTI et al., 2019).

MIGRAÇÃO VENEZUELANA E SEU IMPACTO NO ESTADO

Até poucos anos, na fronteira Brasil -Venezuela, o trânsito maior era de brasileiros para a Venezuela e para a Guiana, em decorrência das possibilidades de atuarem nas atividades de mineração, no comércio local e no setor de transportes, além das atividades ilegais, como tráfico de mulheres, contrabando de combustível, câmbio ilegal de moeda. Já a imigração de transfronteiriços ainda é incipiente, com exceção dos imigrantes guianenses (RODIGUES, 2006).

Atualmente, a Venezuela está sendo assolada por uma crise política agravada pelo embargo econômico imposto pelos EUA desde 2013, mas com ênfase em 2015 quando cortou o acesso ao mercado crédito e declarou a Venezuela ameaça à segurança nacional – e em 2019 com a imposição de sanções econômicas totais contra o governo venezuelano (CELAG,

2019). Todos esses fatores favoreceram ao processo de emigração dos venezuelanos para com destino a Colômbia, Brasil, México, Panamá, Chile, Guiana, República Dominicana, Aruba e Curaçao (SILVA, 2018).

A complexidade e heterogeneidade das migrações venezuelanas denotam os desafios teórico-metodológicos para análises das migrações no Sul global e para a implementação de políticas migratórias e de acolhimento. No caso brasileiro, há a reconfiguração de espaços migratórios na fronteira norte, em particular no estado de Roraima, e fora dela, expressando especificidades no contexto local (BAENINGER; SILVA, 2018).

A partir de 2015, com o acirramento da situação econômica e política na Venezuela, verificou-se um acentuado aumento na migração de venezuelanos para o Brasil, em especial no município de Boa Vista (RR) (RORAIMA, 2017). O crescente número de venezuelanos ingressando no Brasil pela fronteira entre os municípios de Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uairén (Venezuela) tem trazido um conjunto de desafios para nossos governos Federal, Estadual e Municipais (FONSECA, 2019).

O estado teve crescimento populacional de 5,1% em 2018, o maior do país no último ano e, Boa Vista teve o maior crescimento da taxa geométrica populacional entre todas as capitais brasileiras de 6,3%. Segundo o IBGE não estão incluídos os migrantes, apenas os bebês filhos de migrantes. Entre 2015 e agosto de 2018, mais de 75 mil venezuelanos pediram para se regularizar em Roraima e, entre 2017 a agosto de 2018, 154 mil entraram oficialmente no país por Pacaraima (COSTA, 2018)⁵.

Segundo Rocha (2019) apenas 6,5 mil venezuelanos recebem assistência e alimentação dentro dos abrigos geridos pela Operação Acolhida, do Governo Federal, em Boa Vista e na cidade de Pacaraima. A maioria vive em casas cedidas, alugadas, prédios abandonados e até mesmo nas ruas. O estado tem a maior taxa de natalidade do país e isso está sendo estimulado pelo fluxo migratório. No levantamento de Costa (2019) na única maternidade pública do estado, 25% dos nascimentos são de filhos de venezuelanas.

⁵ Segundo dados da PF (2019), o saldo migratório de venezuelanos no Brasil, em novembro de 2019 era de 234.961. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2020, p 24), de 2013 até meados de 2019, 176.136 venezuelanos regularizaram sua estadia no Brasil, seja como refugiado ou residente provisório. Desses 75.962 venezuelanos/as regularizaram sua situação migratória em Roraima, no período de 2017 a 2019. POLÍCIA FEDERAL – MJSP. Diretoria Executiva. Coordenação-Geral de Polícia de Imigração Imigração Venezuela/Brasil. Novembro de 2019. Disponível em http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentao_Novembro_2019_VFfinal_RETIFICADA.

Os processos migratórios intensos, sempre despertam a preocupação dos governantes e gestores dos serviços de saúde, diante da possibilidade do aumento do número de doenças e até mesmo a entrada de casos não incidentes naquela região (BARRETO et al., 2018). Em 2017, diante do panorama internacional do sarampo, sobretudo com a ocorrência de surto de sarampo na Venezuela e a intensa migração de venezuelanos para o estado, a SESAU juntamente com o Gabinete Civil, Defesa Civil e outras secretarias estaduais elaborou o “Plano Integrado de Ação para a Saúde – Migração de Venezuelanos para o Estado de Roraima”, e com apoio do MS, a Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) estadual instituiu a Sala de Situação de Emergência em Saúde dos Imigrantes (MOURA; SOUZA, 2018a).

Segundo a análise de risco realizada em reunião estratégica do MS com gestores da saúde estadual, a migração de venezuelanos é um evento com intenso trânsito de pessoas, com potencial de aumentar o risco de disseminação de doenças. Neste cenário, havia preocupação da introdução ou reintrodução de doenças, além de agravos por causas externas e sobrecarga dos serviços na rede assistencial. Em fevereiro de 2018, foi registrado o primeiro caso de sarampo em uma criança venezuelana como genótipo D8, compatível com o que estava circulando na Venezuela (MOURA; SOUZA, 2018b). Após esse evento o estado viveu um importante surto de sarampo, e a doença foi reintroduzida no país, que perdeu a certificação internacional de eliminação da doença.

O Governo estadual decretou situação emergencial por 180 dias diante do colapso dos serviços de saúde baseado no aumento da procura pelos migrantes venezuelanos. No entanto, o relatório do Tribunal de Contas da União apontou que a fragilidade do sistema de saúde local já estava implantada há anos (BARRETO et al., 2018).

Diferentes atores sociais compõem os esforços para a governança das migrações venezuelanas no Brasil, em especial entre 2016 a 2018 (BAENINGER; SILVA, 2018). O Governo Federal empreendeu esforços para promover apoio técnico e financeiro aos estados e municípios mais impactados, e desde o segundo semestre de 2016 foram realizadas visitas sistemáticas ao estado com o objetivo de reconhecer a situação e dar o apoio necessário às gestões locais. Essa articulação envolveu 16 órgãos federais e diversas agências da ONU que atuam com migração, refúgio e

outros temas correlatos. A partir do final de 2016 e durante todo o ano de 2017, o Governo Federal atuou com apoio técnico e financeiro ao estado e aos municípios de Boa Vista e Pacaraima, cidades mais afetadas por serem as portas de entrada no país. Em janeiro de 2017, foi assinado o “Plano Integrado de Ação para a Saúde dos Imigrantes no estado de Roraima”, com o objetivo de garantir a assistência adequada aos migrantes venezuelanos e a continuidade da assistência à população brasileira (FONSECA, 2019).

Em 2017, foi sancionada a Lei da Migração (Lei N° 13.443, de 24 de maio de 2017), com a nova lei o Brasil passa a ser mais flexível em relação a entrada de imigrantes, além disso, o imigrante passa a ser um indivíduo detentor de direitos (OLIVEIRA; LACERDA, 2018).

A proximidade territorial com a Venezuela permitiu um convívio intenso e harmonioso. No entanto, em decorrência do expressivo fluxo migratório e de incidentes pontuais envolvendo os migrantes venezuelanos, observa-se o crescimento de manifestações xenofóbicas e discriminatórias por meio das redes sociais (OLIVEIRA; LACEDA, 2018). No estudo de Martine (2005) os imigrantes recém-chegados são vistos pela população local como competidores de empregos, inflacionadores de custos dos serviços sociais, como escolas, sistemas de saúde e da infraestrutura nos lugares de destino, além de serem uma ameaça permanente à estabilidade social e política da região na qual estão inseridos. A rejeição dos indivíduos é uma constante nos processos migratórios, porém esse processo é particularmente intenso nos movimentos que fogem dos padrões de normalidade ao qual a população nativa designa/impõe. Ou seja, indivíduos de etnia, idioma, religião ou aparência marcadamente diferentes dos habitantes do lugar de destino, são tratados como rejeitados, são taxados como indivíduos que não deveriam e nem devem estar presentes.

Outro aspecto importante, é que as migrações internacionais estão provocando a difusão do pluralismo religioso no mundo inteiro. Não há dúvida de que o multiculturalismo e o pluralismo religioso sejam fenômenos crescentes e, talvez, irreversíveis. A questão não é aceitá-los ou não, mas como lidar com eles. A presença do “outro”, numa ótica intercultural, pode gerar diálogo e enriquecimento recíproco; já, numa ótica etnocêntrica e fundamentalista, gerará preconceitos e conflitos. No que se refere à integração sociocultural dos migrantes, deve-se excluir tanto os modelos de assimilação, que tendem a fazer do diverso uma cópia de

si mesmo, como os modelos de marginalização, com atitudes que podem chegar até às opções do apartheid (MARINUCCI; MILESI, 2018).

A violência é um importante problema de saúde pública em Roraima e apresenta alta morbidade e mortalidade há décadas, sendo a principal causa de morte. Em relação aos migrantes, a violência sofrida por eles representou 0,4% de todas as violências notificadas no estado nos últimos 10 anos, com importante participação de venezuelanos, sobretudo a partir de 2016. Os migrantes ficam vulneráveis as várias formas de violência, tanto no papel de vítima como de agressor (BENEDETTI; ARAÚJO, 2019). Dados do Departamento Penitenciário Brasileiro do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEPEN) mostram que a proporção de estrangeiros no sistema prisional de Roraima era de 1,3% em 2016 (BRASIL, 2016), e atualmente são 7,5%, e corresponde a um aumento no percentual de 400% no período (RORAIMA, 2020).

Nos tempos atuais, tornou-se comum acreditar na existência de nexos profundos entre os grandes fluxos migratórios e o crescimento da violência. Acredita-se que a chegada maciça de estrangeiros provoque, necessariamente, o aumento de crimes hediondos e outros atos violentos. Nesta perspectiva, o endurecimento das leis imigratórias é tido como um importante instrumento de proteção das populações locais. A questão migratória virou uma questão de ordem pública (LENARDUZZI, 2007).

No estudo de Oliveira e Lacerda (2018) foram encontrados indícios que comprovam a questão da inferiorização praticada por uma parcela dos boa- vistenses, sendo que muitos deles não tratam o migrante como uma pessoa de direitos. Já em relação aos casos isolados de migrantes venezuelanos que cometem crimes, nota-se que algumas pessoas fazem generalização. Além disso, muitos pedem medidas para que haja o fechamento da fronteira. Dentre as muitas questões geradas pelo fenômeno da migração venezuelana, a xenofobia tem ganhado cada vez mais destaque, inclusive no cenário nacional. E essa prática passa a ser mais evidente na medida em que o volume de migrantes no estado cresce. Apesar de muitas Organizações não- governamentais (ONGs) estarem atuando na região e dos repasses econômicos pelo Governo Federal, essas ações não têm sido eficientes a ponto de amenizar a situação. Dessa forma, muitos migrantes são obrigados a praticar mendicância, viver nas ruas e recorrer a meios ilícitos para promover o seu sustento e de sua família. Essas ações acabam

gerando desconforto na população local, que vê os seus direitos preteridos em detrimento de estrangeiros.

Pesquisas mostram descolamento da realidade de brasileiros sobre a real presença de imigrantes no país. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Brasil registra a presença de aproximadamente 170 mil venezuelanos vivendo em território nacional. Informações da Polícia Federal mostram que menos de 2 milhões imigrantes residem no país, o que equivale a uma fatia da população inferior a 0,5%. A média mundial de presença de imigrantes é de 3%. Uma pesquisa do Instituto IPSOS, publicada em dezembro de 2018, aponta que a população acredita que atualmente o Brasil é composto por 30% de imigrantes. Isso superestima em 75 vezes a realidade. No mesmo mês, o Instituto Datafolha mostrou que 67% dos brasileiros defendem a adoção de restrições à entrada de pessoas de outros países (LUZ, 2019). Segundo a ONU (2003), os imigrantes são pessoas como nós. Trazem uma bagagem cultural, educacional e profissional. Se a população conseguir entender isso, e apoiar o processo de acolhimento e integração, os imigrantes têm muito a contribuir com o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Roraima, o período migratório mais intenso ocorreu com o advento do garimpo no período de 1970 a 1990. Nos anos de 1980, o garimpo trouxe um crescimento populacional exponencial, fluindo a economia local a um crescimento do comércio, mas por outro lado problemas sociais surgiram, como aumento da prostituição e da criminalidade, e aumento de doenças endêmicas e de infecções sexualmente transmissíveis.

Atualmente, o estado vive a expressiva migração de venezuelanos. A complexidade e heterogeneidade dessa migração é um desafio para a implementação de políticas migratórias e de acolhimento. Consideramos que é uma questão de humanidade acolher quem passa por adversidades e precisa reconstruir suas vidas. Nesse sentido, vemos que a migração é uma oportunidade de aprender, crescer, inovar e construir um ambiente recíproco a pessoas que foram obrigadas a reconstruir suas vidas longes de suas origens.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. 400p.

BARBOSA, R. I. **Ocupação Human em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao início do assentamento dirigido**. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi 9(1): 123-144, 1993.

BARRETO, T. A. A. C.; BARRETO, F.; FERKO, G. P. S.; RODRIGUES, F. S. O impacto nos serviços de saúde decorrentes da migração venezuelana em Roraima: ensaio reflexivo. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População - Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2018, P 369-373.

BENEDETTI, M. S. G. **Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima 1999**. Secretaria de estado da Saúde de Roraima. Coordenação de Epidemiologia de Roraima. Boa Vista, 1999.

BENEDETTI, M. S. G.; RODRIGUES, T. M.; CARBONEL, R. C. C.; CAMARGO, C. Magnitude e comportamento das doenças de notificação compulsória no Estado de Roraima. In: CARDOSO, N. A.; ROCHA, R. R.; LAURINDO, M. V. **As ciências biológicas e da saúde na contemporaneidade** [recurso eletrônico]– Ponta Grossa (PR): Atena Editora, v. 1, 2019.

BENEDETTI, M. S. G.; ARAÚJO, M. B. Morbimortalidade por violência entre os venezuelanos ocorrida no Estado de Roraima, Brasil. **Textos e Debates**, v. 1, n. 32, July, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i32.5695>

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN**. Atualizado – junho de 2016/ organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rocha [et al.] – Brasília, 2017. 65p.: il. color. ISBN:098-85-5506-063-2

BRITO, M. E. “**Yanomami em Boa Vista**”. In: Serviço de Documentação - SEDOC, Vozes, Petrópolis, 22 (219): 619, mar.-abr.1990.

CAHETÉ, F. L. S. **A extração do ouro na Amazônia e suas implicações para o meio ambiente**. Periódicos UFPA, 1995. Disponível em: <http://>

www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/14/13

CELAG. Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela. 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>

COSTA, E. Mais de 75 mil venezuelanos pediram para se regularizar em Roraima entre 2015 e agosto de 2018, diz Casa Civil. G1 RR. Boa Vista, 06/09/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/06/mais-de-75-mil-venezuelanos-pediram-para-se-regularizar-em-rr-entre-2015-e-agosto-de-2018-diz-casa-civil.ghtml>

COSTA, E. Ao menos 7 venezuelanas dão à luz por dia na maternidade de RR; número é quase o dobro de 2018. Aplicativo G1 RR. Boa Vista. 29/08/2019.

FONSECA, C. E. Governo Federal. Casa Civil. Acesso em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/historico>. Publicado 10/05/2018, última modificação 05/04/2019.

JORNAL DO BRASIL. DPF começa a tirar garimpeiros de Roraima. Ano XCIX. Nº 273. Rio de Janeiro. 08/01/1990.

LENARDUZZI, M. Criminalização dos migrantes e violência no contexto migratório: desafios. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Resenha Migrações na atualidade, ano 18, nº 66, março 2007.

LUZ, C. 17 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.destakjornal.com.br/mundo/detalhe/alem-da-fome-venezuelanos-enfrentam-xenofobia>. Acesso em: 18/10/2019.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações Internacionais Contemporâneas. CSEM/IMDH, 2018. Disponível em: <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/MIGRA%C3%A7%C3%87%C3%83O-N%C3%93-MUNDO.pdf>

MARTINE, G. A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

MOURA, L. N.; SOUZA, O. M. F. Situação Epidemiológica do Sarampo em Roraima, 2018. Sala de Situação de Emergência em Saúde dos Imigrantes. **Boletim Epidemiológico** N. 01, atualizado em: 06/03/2018a.

MOURA, L. N.; SOUZA, O. M. F. Situação dos atendimentos nos serviços de saúde do Estado de Roraima em decorrência do processo migratório. Sala de Situação de Emergência em Saúde dos Imigrantes. **Boletim Epidemiológico N. 03**, atualizado em: 20/03/2018b.

NEVES, L. R. Cidade planejada versus cidade corrompida: aspectos da desigualdade e da vida urbana. In: MELO, J. L. B.; LOPES, J. R. **Desigualdades sociais na América latina: outros olhares, outras possibilidades**. São Leopoldo-RS: Oikos, 2010.p 81-97.

OLIVEIRA, Arlete Sales. Uma análise do processo migratório em roraima, sob o aspecto da linguagem como traço identitário, no contexto amazônico. 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras: as fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras (1.: 2012: Boa Vista, RR) **Anais**. - Boa Vista: EDUFRR, 2012. 87p

OLIVEIRA, J. A. D.; LACERDA, E. G. Imigração venezuelana e xenofobia em Roraima, Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População - Elza Berquól – Nepo/Unicamp, 2018, p 231-235.

O Globo. **Justiça fecha garimpo na terra yanomami**. Roraima: o aviso da morte. Rio de Janeiro, 22/10/1989. pp.13-4.

ONU. Organização das Nações Unidas. Maneiras de promover a segurança das pessoas. In: **Human Security Now**. Commission on Human Security Report, New York: Commission on Human Security, 2003. p. 129-143.

PANINI, C. **Garimpo na área Yanomami: direitos humanos ou violência e impunidade?** Vida Pastoral, nov/dez, 1990.

PORTELA, Ê.; SCWINN, S. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexão iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER, R. (Org). **Migração Sul - Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População - Elza Berquól – Nepo/Unicamp, 2018, p 700-711.

ROCHA, R. **Estimativa é que população de Roraima chegue a 605,8 mil em 2019**. Boa Vista, 29/08/2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-passa-de-600-mil-habitantes--diz-IBGE/56824>

RODRIGUES, F.S. **“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Universidade Federal do Pará. Núcleo de altos estudos da Amazônia. Mestrado Internacional em Planejamento e Desenvolvimento. (Dissertação). Belém, 1996.

RODRIGUES, F.S. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**. [online]. 2006, vol.20, n.57, pp.197-207. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200015>.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Saúde de Roraima. **Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima, 1993**. Boa Vista, 1993.

RORAIMA. Secretaria de estado da Saúde de Roraima. Centro Estadual de Epidemiologia de Roraima (CEPIRR). **Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima, 1996**. Boa Vista, 1996.

RORAIMA. Governo do Estado de Roraima. **Relatório caracterização de saúde dos migrantes venezuelanos, Boa Vista, Roraima, Brasil, 2017**. Boa Vista, 2007.

RORAIMA. **Quantitativo de presos dos estabelecimentos penais de Roraima - março/2020**. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

SANTOS, A. G. **Garimpeiros, quando a “cobra tá fumando”**: condições de vida e de trabalho nos garimpos em Roraima (1975-1991). Uberlândia-MG. 2013. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia).

SILVA, C. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexão iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER, R. (Org). **Migração Sul - Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População - Elza Berquiol – Nepo/Unicamp, 2018, p 356-366.

SILVA, R. R., BACHA, C. J. C. Acessibilidade e aglomerações na Região Norte do Brasil sob o enfoque da Nova Geografia Econômica. **Nova Economia**, v. 24, n. 1, Belo Horizonte, Jan/Apr. 2014.

SOUSA, R. N. **Garimpo e migração em Roraima na década de 1980**: implicações socioeconômicas e demográficas. Universidade Federal de Roraima. Curso de História. Boa Vista, 2015.

TEXEIRA, P. A. **Do Caburá ao Chuí**. 2010.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR**. 2007. (Tese). Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

A MIGRAÇÃO DA FOME: COMIDA E DESLOCAMENTO VENEZUELANO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

Iana dos Santos Vasconcelos, UFSCar¹
Sandro Martins de Almeida Santos, UFAM²

INTRODUÇÃO

Não tenho mais família,
Não tenho mais trabalho,
Não tenho casa,
Não tenho carro,
Não tenho profissão,
Eu só tenho fome!³

O presente artigo apresenta uma contextualização da recente migração venezuelana para o Brasil, por via terrestre, dando centralidade a um aspecto muito presente nas narrativas e mobilizações de venezuelanos e venezuelanas: a (carência de) alimentação. Desde o ano 2016, a busca por comida bem como a necessidade de enviar alimento àqueles/as parentes que ficaram na Venezuela vem estimulando milhares de pessoas a atravessar fronteiras nacionais e reinventar suas vidas em outros países. Os dados aqui trabalhados são provenientes de pesquisa de campo intermitente conduzida entre os anos de 2016 e 2019, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, visitando moradias e abrigos institucionais, realizando entrevistas semiestruturadas, mantendo conversas informais registradas em diário de campo, participando de reuniões para discussão de políticas governamentais e realizando trabalho voluntário.

O tema da alimentação coloca os/as cientistas sociais na encruzilhada entre natureza e cultura, “pois se comer é uma necessidade vital, o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar” (MACIEL, 2005). Todos nós precisamos comer para viver, logo, parece correto afirmar

¹ Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo n. 14055-0

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É coordenador da pesquisa “Parentesco e mobilidade venezuelana no norte do Brasil”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

³ Depoimento colhido pela irmã Gema, do Serviço Pastoral do Migrante em Manaus.

que “nenhum outro comportamento não automático se liga de modo tão íntimo à nossa sobrevivência” (MINTZ, 2001). O estudo pioneiro de Audrey Richards sobre fome e trabalho em uma sociedade Bantu já assinalava há quase noventa anos que “nutrition as a biological process is more fundamental than sex” (RICHARDS, 1932, p.1). De acordo com essa antropóloga britânica, aluna do lendário Malinowski, a nutrição é um processo biológico assim como o é uma atividade social. A comida, para ser consumida, precisa ser produzida como tal por meio da caça, da coleta, da agricultura, do cozimento, da magia, da distribuição entre os membros da casa, ou seja, o ato de comer é dependente de toda uma transformação de coisas dispersas na paisagem em alimento apropriado para o consumo humano. Ellen Woortman (2013) lembra ainda que a alimentação constitui uma linguagem, ela define prescrições, interdições, distinções sociais, entre outros marcadores que diferenciam a alimentação do mero ato de “encher a barriga”. Buscando conciliar os aspectos da necessidade nutricional e os traços culturais relativos aos hábitos alimentares e simbolismos que os cercam, Sidney Mintz (2001) argumenta que “a prosperidade nos leva a esquecer o quanto a fome pode ser impositiva, mas mesmo nesses períodos os hábitos alimentares continuam sendo veículos de profunda emoção”.

De fato, pensando nos amigos e amigas venezuelanos, a satisfação das necessidades nutricionais ocupa um papel preponderante nos projetos migratórios de indivíduos e famílias. Por seu turno, a satisfação das necessidades nutricionais se encontra emaranhada com questões políticas (uma crise de abastecimento no país de origem), socioeconômicas (diferenças de classes e acesso a recursos) e culturais (o que comer, como comer, com quem comer). Abordando a alimentação enquanto metáfora para relações de poder, pode-se dizer que venezuelanos e venezuelanas vivenciam três momentos no Brasil: recebem comida dos brasileiros, enviam comida aos parentes na Venezuela e experimentam a possibilidade de comer como iguais com outros venezuelanos, a despeito das diferenças socioeconômicas preexistentes no país de origem. (VASCONCELOS, 2018).

Para o presente artigo, manteremos o foco apenas em dois aspectos: receber e enviar. O primeiro é marcado pela relação de trabalho assimétrica com os brasileiros/as, cuja centralidade está na exploração de sua mão de obra e na necessidade vital de alimentar-se. Já o segundo consiste na transição entre a condição de sujeito passivo (que recebe comida) para

a de agente (que dá comida), concretizada pelo envio de remessas aos seus familiares na Venezuela. O ponto comum, reivindicado nas narrativas de homens e mulheres, é a condição de fugitivo da chamada “Dieta de Maduro”, expressão utilizada por venezuelanos/as como analogia ao desabastecimento de gêneros alimentícios no país, durante o governo do presidente Nicolás Maduro.

O texto está organizado no sentido de oferecer ao/à leitor/a um panorama sobre os primeiros atos de um drama que vem se prolongando ao longo dos últimos anos. Não temos aqui qualquer pretensão de esgotar teórica ou empiricamente o assunto da fome-alimentação e sua relação com as migrações internacionais, mas estimular o debate em torno desse aspecto. Inicialmente, abordamos as motivações dos/as venezuelanos/as para sair do país e os diferentes perfis que caracterizam as distintas ondas migratórias, tal como entendidas por cientistas sociais venezuelanos. Em seguida, descrevemos como a circulação de coisas e pessoas na fronteira Brasil/Venezuela, com o incremento do fluxo migratório venezuelano na região, transformou o cotidiano das cidades fronteiriças de Santa Elena Uairén (VE) e Pacaraima (BR). Na última sessão traçamos o panorama da acentuação do deslocamento venezuelano para a capital Boa Vista. Em todos os momentos veremos como o tema da fome, ou sua contraparte, a alimentação, ocupam lugar de destaque na experiência migratória de venezuelanos e venezuelanas no Brasil.

A MIGRAÇÃO DA “FOME”

País acostumado a receber imigrantes, desde a década de 1980 a Venezuela vem apresentando uma tendência de aumento das suas emigrações. Tal processo emigratório vem se acentuando a partir da década de 2000. Uma instabilidade política de longo prazo estimulou a fuga de profissionais altamente qualificados, mesmo nos períodos de prosperidade garantidos pelos altos preços do petróleo (FREITEZ, 2011; VAZQUEZ, 2012). De acordo com Guardia (2008, p. 188) a primeira eleição do presidente Hugo Chávez em 1999 e suas promessas de campanhas eleitorais de cunho socialista produziram a migração de parcela da população de classe média e profissionais qualificados para os Estados Unidos e países da Europa

em virtude do receio de iniciativas governamentais que limitassem direitos de propriedade e afetassem interesses econômicos, tais como o aumento de impostos, desapropriações de propriedades privadas e demissões em massa de profissionais da indústria petroléira que eram contra o regime.

Entre os anos de 2003 e 2008, devido ao aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional, houve um novo período de expansão econômica no país, todavia isso não representou o mesmo grau em investimentos na infraestrutura pública. Assim como na década de 1980, a Venezuela de Hugo Chaves passou por mais uma “ilusión de armonía”. Contudo, não foi suficiente para incentivar o retorno das correntes migratórias predecessoras e tampouco estabilizar aquelas que surgiram (FREITEZ, 2011, p. 13). De acordo com Vazquez (2012), os/as venezuelanos/as altamente qualificados/as da indústria petroléira residindo em países europeus e nos Estados Unidos afirmavam não manifestar interesse de retorno ao país mesmo tendo a possibilidade de obterem salários equivalentes. A justificativa da escolha de manter-se em terras estrangeiras girava em torno do sucateamento da indústria petroléira e divergências político-ideológicas com o governo venezuelano.

A demógrafa Anitza Freitez, coordenadora do Instituto de Investigações Econômicas e Sociais da Universidade Católica Andres Bello na Venezuela, alertava para a tendência de crescimento da emigração Venezuelana, que já leva três décadas. Ela diz isso baseada em dados fornecidos por órgãos internacionais dos países acolhedores, uma vez que o governo venezuelano não realiza levantamentos estatísticos sobre o tema. De acordo com a estudiosa, num primeiro momento a informação não causava grandes repercussões nos países acolhedores à medida que o fluxo de migrantes não produzia demandas sociais nestes países. Mas, ao contrário, sua força de trabalho qualificada gerava transferência de riqueza (FREITEZ, 2011, p. 14). O que vem ocorrendo atualmente é justamente o oposto. As pessoas chegam ao Brasil, especificamente a Boa Vista e Manaus, carentes de saúde, alimentação e moradia, sendo geralmente encaradas pelas três esferas de governo como crise migratória e problema social, jamais como oportunidade.

O sociólogo venezuelano Iván de la Vega (2016) argumenta que a partir de 2016 o padrão migratório venezuelano vem se modificando. Anteriormente, havia um fluxo de empresários e profissionais altamente

qualificados para Europa, América do Norte e países latino-americanos como Chile e Argentina. Com a instabilidade política unida à crise econômica, somam-se a estes as classes populares e povos indígenas que se deslocam por meio terrestre para as regiões de fronteira.

De acordo com a Plataforma de Coordenação Regional Interagência (R4V), em junho de 2019, estimava-se que 4 milhões de pessoas estariam fora da Venezuela, representando 13% da população total do país (R4V, 2019). A vasta maioria, cerca de 80%, estaria na América Latina e Caribe (SELEE et al, 2019). Existem mais de 1.100.000 imigrantes venezuelanos na Colômbia (DOOCY et al. 2019), mais de 750.000 no Peru (CASTRO QUISPE, 2019) e apenas cerca de 168.000 no Brasil (ACNUR 2019). Ainda que em comparação com dados de outros países como a Colômbia que já recebeu mais de um milhão de venezuelanos nos últimos anos, o impacto da presença venezuelana em Roraima não pode ser minimizado.

O percurso terrestre por meio da fronteira Brasil/Venezuela, delimitada entre os municípios de Santa Elena de Uairén (VE) e Pacaraima (BR), tornou-se o mais viável na etapa atual do deslocamento venezuelano, intitulado por Paez e Vivas (2017) como a “migração do desespero”, iniciada na primeira metade de 2015. De acordo com esses autores, a fuga da Venezuela é uma alternativa de contornar as mazelas causadas pela acentuação da crise humanitária, marcada pela falta de comida e medicamentos, altos índices de inflação, militarização e corrupção das instituições públicas, violência e repressão política. Esses migrantes, segundo Paez e Vivas (2017) e Subero (2017) compõem a parcela mais pobre e com menores índices de educação, em relação a outras camadas da sociedade venezuelana que emigraram anteriormente⁴. Com poucos recursos, viajam sem qualquer garantia de segurança pessoal, estabilidade financeira ou recepção nos países de destino. Dada a centralidade da busca por comida e também os esforços para realização de remessas internacionais de alimentos básicos como arroz, açúcar e macarrão, preferimos entender esse processo enquanto uma “migração da fome”.

⁴De acordo com levantamento demográfico realizado pela Cáritas, a grande maioria dos migrantes venezuelanos residentes em Boa Vista exercem funções de menor especialização, tais como: vendedor, cozinheiro, trabalhador da construção civil, segurança, faxineira, pintor, entre outros (FERREIRA, 2018, p. 15).

LA LÍNEA Y EL HAMBRE: DESLOCAMENTO DE VENEZUELANOS/AS NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA EM BUSCA DE COMIDA

A cidade fronteira de Santa Elena de Uairén, localizada no município de Gran Sabana (Venezuela), até 2013 representava cidade-base para turistas estrangeiros e venezuelanos/as aventureiros/as que percorriam a Reserva Nacional de Canaima, um grande atrativo turístico no país, considerado patrimônio natural da humanidade pela Unesco, o que corroborava para que a cidade recebesse um significativo número de visitantes, não apenas da Venezuela, mas de todas as partes do mundo. A partir de 2016, com acentuação da crise política e econômica no país e a falta de abastecimento de gêneros alimentícios básicos, cidadãos venezuelanos passaram a buscar a fronteira para comprar alimentos e trabalhar nas cidades brasileiras.

Quando comprei meu carro tinha o sonho de trabalhar com turismo. Levar as pessoas para mirarem os rios, montanhas e cachoeiras. Porém agora somente transporto pessoas para comprar comida. (Margarita Patricio, moradora há 30 anos em Santa Elena, atualmente trocou a profissão de guia turístico pela de taxista, 15/09/2016).

A rodoviária de S. Elena, antes pouco movimentada, passou a despachar centenas de pessoas diariamente junto com toneladas de mercadorias que podem atravessar toda a Venezuela. Conversando com jovens *caraqueños* na rodoviária de S. Elena em meados de 2016, percebia-se uma disposição empreendedora motivada pela falta de acesso a produtos alimentícios na capital do país. Muitos viajavam à fronteira para abastecer a própria família; outros compravam comida para revender aos parentes e amigos mais próximos; e havia aqueles que viajavam para comparar os preços em Pacaraima, Boa Vista e Manaus, visando negócios maiores. Todos/as queriam importar comida a preços mais acessíveis. Não era comum a manifestação de querer se mudar para o Brasil naquele momento. Até mesmo os filhos de brasileiros nascidos na fronteira demonstravam pouca euforia pela opção de viver no Brasil. Estavam apegados às instituições, costumes e modos de ser venezuelanos. Sobretudo, resistia a confiança numa rápida (talvez mágica) recuperação econômica do país: *“Eso no va a durar tanto tiempo”*.

Santa Elena é considerada cidade-gêmea com a brasileira Pacaraima, estado de Roraima. A expectativa de um possível agravamento das

condições de vida, contudo, motivou cidadãos fronteiriços a buscar mecanismos que garantissem sua permanência regular no lado brasileiro de *la línea*, como se referem os venezuelanos à aduana. De acordo com Claudio Bezerra da Silva⁵, vice-cônsul do Brasil na época, em 2015 foram registrados 113 casamentos entre brasileiros/as e venezuelanos/as em comparação a 13 registros no ano anterior. Isso evidencia um elemento novo, comparado às pesquisas anteriores na região, nas quais a oficialização do casamento transnacional não representava uma estratégia de regularização da permanência em ambos os países (VASCONCELOS, 2013). Esse fato também foi bastante apontado durante entrevistas em S. Elena. Para os filhos desses casais binacionais, cidadãos de dupla nacionalidade, a oficialização de documentação brasileira representava uma alternativa de retorno ao Brasil caso o desabastecimento de comida viesse a afetar diretamente a cidade.

O desabastecimento de gêneros alimentícios e medicamentos é o efeito mais nítido da contraditória situação venezuelana. Pequenos empresários venezuelanos (atualmente trabalhadores informais em Roraima) reclamam que o controle de preços imposto pelo governo a partir de 2009 teria prejudicado toda a cadeia de produção e de distribuição nacional (SANTELIZ GRANADILLO, 2008). Por outro lado, “oficialistas” (como dizem na Venezuela) argumentam que está havendo um boicote dos grandes capitalistas contra a presidência da república (CURCIO, 2016). Há, ainda, aqueles que acusam a desvalorização dos preços do petróleo e a consequente redução do volume de dólares circulando no país que desestabilizaram uma economia muito dependente das importações (CEPAL, 2012). Os analistas econômicos e os empresários podem discordar entre as diferentes explicações externas e internas para a crise, mas não há como omitir a existência da mesma. Por outro lado, altos funcionários do governo seguem negando a existência de uma crise, o que repercute em inação no sentido de promover políticas públicas capazes de mitigar os efeitos do desabastecimento. Aos olhos das autoridades venezuelanas, até mesmo as promessas internacionais de ajuda humanitária não passariam de pretextos para intervenções estrangeiras e consequente derrubada do presidente Maduro (BRONER, 2018, 27-28).

⁵ De acordo com Claudio Bezerra da Silva, vice-cônsul do Brasil em Santa Elena do Uairén, em entrevista concedida em 05 de outubro de 2016, com base nos dados apresentados à Divisão de Assistência Consular – DAC.

Santa Elena, contudo, não parece se encaixar neste cenário de grave desabastecimento. A proximidade com o Brasil facilita a entrega de mercadorias brasileiras. Dizem que não há crise em S. Elena. E parece não haver mesmo percepção de crise, uma vez que o comércio com o Brasil e a circulação dos *bachaqueros* contribuem com a economia local e o abastecimento da cidade. A expressão *bachaqueros* tem origem na palavra *bachaco*, uma espécie de formiga, em alusão ao deslocamento das formigas para conseguir alimentos. Uma modalidade de *bachaquero*, ou comércio-formiga (como são conhecidos do lado brasileiro), são as pessoas que compram gêneros alimentícios e itens de primeira necessidade nos supermercados e distribuidoras de Pacaraima e Boa Vista e revendem em domicílios e no comércio informal de rua na Venezuela a preços mais altos que os regulados pelo governo Bolivariano. A bem da verdade, não havia em 2016 e não há em 2019 muitos produtos disponíveis para aquisição aos preços controlados. “*Hay, pero no hay*” – respondiam os venezuelanos. Existe o anúncio da mercadoria, mas não há o que comprar⁶.

O perfil dos/as *bachaqueros/as* é bastante diversificado, existem os que compram em grande escala para comercialização e outros/as que compram para família e revendem o excedente aos vizinhos e conhecidos. A chegada dos/as *bachaqueros/as* manteve aquecido o comércio local em S. Elena do Uairén. Embora as transações comerciais da compra de produtos fossem realizadas do outro lado da fronteira, era necessário o acionamento de uma rede de serviços na cidade, tais como transporte, hospedagem, câmbio, informação, entre outros, que dão suporte a essa atividade.

Contudo, outros problemas não deixam de abalar os habitantes da pequena cidade. Podemos destacar a escalada de violência ligada ao crescimento abrupto do fluxo de pessoas, repressão estatal às manifestações contrárias ao governo e as constantes interrupções dos meios de comunicação alternativos como os cortes do fornecimento de internet pela CANTV (Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela)⁷, única prestadora deste serviço no país. Isso não apenas

⁶ Para maiores detalhes sobre a política de controle de preços estabelecida pelo governo venezuelano consultar Santeliz Granadillo (2008). O autor chama atenção para os resultados dessa política que ao mesmo tempo que amplia o acesso a bens e serviços para população de baixa renda na Venezuela também oculta a insuficiência da produção. Nesse contexto, o preço simplesmente determina quem terá acesso às mercadorias de acordo com a quantidade de mercadorias disponíveis, mas não garante a oferta. “*Hay, pero no hay*”.

⁷ A CANTV é uma empresa estatal vinculada ao Ministério do Poder Popular para Ciência e Inovação da Venezuela, tem como objetivo fundamental fomentar a inclusão social, as tecnologias digitais e telecomunicação.

dificulta o acesso às informações e a mobilização social, como também prejudica a comunicação com familiares que se encontram em outras partes do mundo.

O fluxo intenso modifica a paisagem urbana de S. Elena de Uairén e do município de Gran Sabana, com 28.450 habitantes⁸, distante mais de mil quilômetros de Caracas, produzindo controvérsias. A população local alega que a chegada de venezuelanos/as de várias partes do país ocasionou o aumento da violência na pacata cidade de S. Elena do Uairén e inflacionou o mercado imobiliário, dada alta demanda por imóveis. A quantidade expressiva de forasteiros na cidade vem provocando insegurança, medo e violência de acordo com os/as moradores/as locais. Apesar de S. Elena não ter um controle estatístico dos delitos, atualmente é muito comum o relato de casos de homicídios e assaltos na pequena cidade (RAMOS, 2019). Morelia Ramos, jornalista e pesquisadora, me disse que nesses tempos recentes ficou difícil se encontrar com os/as moradores/as antigos/as de S. Elena e, quando isso ocorre, pessoas que antes não trocavam afagos e demonstravam qualquer intimidade agora se abraçam e se beijam. Esse ato sugere a afirmação de pertencimento ao grupo.

Do centro da cidade fronteira de Santa Elena do Uairén até Pacaraima, Brasil, são cerca de 15 km. O principal serviço de transporte oferecido para o deslocamento até Pacaraima são os chamados táxi-lotação. Esse tipo de táxi se distingue do convencional, pois permite que algumas pessoas compartilhem o mesmo automóvel quando têm um destino comum. Isso torna a corrida de táxi mais barata, tendo em vista que pode ser rateada entre todos e cobrada individualmente. Os taxistas das lotações não restringem seu serviço apenas ao transporte dessas pessoas. Por ser comumente um trabalho oferecido por moradores locais, também prestam informações sobre locais de compra, emissão de documentação e servem de mediadores para o comércio em Pacaraima. De modo geral, até 2017 a maior parte dos venezuelanos pegava o táxi, atravessava a fronteira, fazia as compras e retorna à rodoviária para tomar o primeiro ônibus com destino à sua cidade.

No percurso entre as cidades, a exuberante paisagem da savana divide espaço com o quartel da Guarda Nacional venezuelana, local onde

Fonte: <http://www.cantv.com.ve>, acesso: 15/05/2017.

⁸ Dados populacionais, conforme relatório censitário (2011) do Instituto de Nacional de Estadística – República Bolivariana de Venezuela – INE. Importante ressaltar que desde de 2011 não há Censo no país.

também são mantidos estrangeiros que praticam atividades ilegais no país. Existe uma “alcabala” – equivalente venezuelano aos postos policiais – onde militares fiscalizam os automóveis de quem se desloca até a fronteira, em especial estrangeiros/as. Há também os órgãos governamentais de controle e de segurança, como a Dirección Nacional de Identificación y Extranjería, que tem função equivalente à da Polícia Federal.

O desabastecimento de gêneros alimentícios implicou a inversão do fluxo de comercialização. Anteriormente brasileiros/as destinavam-se a S. Elena de Uairén para comprar produtos venezuelanos no comércio que tornavam lucrativas as compras, dada a diferença cambial. Agora são venezuelanos que vão a Pacaraima comprar gêneros alimentícios brasileiros. Toneladas e toneladas de produtos alimentícios brasileiros são enviados à Venezuela mensalmente (ver dados da SEPLAN RR). Quando da minha presença nas duas cidades fronteiriças em outubro de 2016, eram notórias as longas filas de caminhão aguardando a emissão da documentação de entrada no país pela Divisão de Operações da Aduana Principal Ecológica de Santa Elena do Uairén. A liberação de pequenas cargas de responsabilidade individual era relativamente rápida. O obstáculo burocrático era enfrentado por quem transporta muita mercadoria. Sem distinção de nacionalidade, motoristas venezuelanos e brasileiros reclamavam da longa espera e consideravam-na humilhante. Segundo interlocutores, a liberação somente era facilitada com pagamento de propina à guarda nacional.

Do lado brasileiro, a cidade fronteiriça de Pacaraima se encontra sobre o marco fronteiriço conhecido como BV8 (Brasil-Venezuela 8) e tem como cartão postal os bustos dos heróis nacionais Simón Bolívar e Dom Pedro I, na estrada que une os dois países. O cenário em 2016 e 2017 era marcado pelo fluxo intenso de pessoas, veículos, filas quilométricas de carros no posto de gasolina autorizado para abastecimento da população brasileira, cambistas venezuelanos, táxis, vendedores ambulantes. O calor intenso da região convivía com o exalante cheiro de gasolina, seja pelos vazamentos dos carros com tanques adulterados, seja pelo exagero dos motoristas brasileiros/as que enchiam o tanque de tal forma que chegava a derramar⁹.

⁹ Cena bastante comum ver motoristas balançando automóveis nesse posto de gasolina na tentativa de encher o tanque além do limite de armazenamento.

Pacaraima também possui órgãos de controle migratório e segurança. Até março de 2018, antes da instalação da Operação Acolhida (tópico do 2º capítulo), na entrada da cidade os/as visitantes eram recepcionados/as pelos postos da Polícia Federal e Receita Federal, em seguida, pelo Pelotão Especial de Fronteiras do Exército Brasileiro, localizado no centro da cidade em frente à principal rua comercial. A rua Suapi tem 650 metros de extensão, até recentemente tinha como principal ramo a venda de produtos considerados especiarias brasileiras pelos turistas venezuelanos/as, tais como sandálias havaianas, chocolates, linguiça calabresa, entre outros. Entre 2005 e 2015, com a contínua valorização do Real frente ao Bolívar, o comércio local sentiu-se bastante prejudicado em relação à cidade-gêmea; habitantes de Pacaraima e de Boa Vista viajavam regularmente a Santa Elena para realizar compras de mês. A partir de meados de 2016, o sentido do comércio transfronteiriço modificou. Com o desabastecimento na Venezuela e, mesmo com o câmbio desvalorizando diariamente, intensificou-se o trânsito de venezuelanos/as que compram no Brasil para consumo familiar. O que provocou mudança nas prateleiras de lojas de roupas, peças automotivas e materiais de construção (dos dois lados da fronteira). Muitos passaram a vender fardos de arroz, açúcar, feijão, macarrão e óleo. Os possíveis empregos em Pacaraima – e também em S. Elena – passaram a girar em torno desse comércio de alimentos. Venezuelanos/as de Caracas e outras cidades grandes afirmavam ser vantajoso investir nas longas viagens porque conseguiam comer e comprar produtos alimentícios mais baratos do que na Venezuela, mesmo com a diferença cambial, e alegavam que a alta inflação do país tornava o preço dos alimentos no Brasil mais acessível.

O objetivo comum de comer e comprar comida não significa que todos/as venezuelanos/as que chegavam e ainda chegam a Pacaraima tenham condições financeiras para isso. Muitos, especialmente o povo indígena warao¹⁰, e os *criollos*¹¹, até o início de 2018 acabavam ficando algum tempo na cidade em acampamentos improvisados. Era comum a cena cotidiana de famílias inteiras morando nas calçadas, em condições de

¹⁰ Tradicionalmente ocupantes do estuário do rio Orinoco, os Warao foram deslocados de seu território em décadas passadas pelos grandes projetos de desenvolvimento (hidrelétrica, mineração, portos). Inicialmente, chegaram a Caracas e à fronteira com a Colômbia (Garcia Castro, 1999). Com a crise em Caracas e o aumento de restrições na fronteira com a Colômbia, o movimento se voltou para o Brasil.

¹¹ Termo associado às populações de origem pobre, não considerados indígenas, nem brancos.

pouca higiene, em redes, colchões no chão e fogareiros improvisados ao ar livre. Como a oferta de trabalho em Pacaraima era muito pequena, essas pessoas sobreviviam de pequenos bicos como carregadores de mercadoria e da doação incerta de moradores e/ou transeuntes. Sem um local para realizarem as necessidades fisiológicas e de higiene pessoal, antes da instalação de abrigos e do centro de triagem, utilizavam os banheiros da rodoviária, terrenos baldios e pequenos igarapés que cortam bairros da cidade. Essa situação causou constrangimento e incômodo aos moradores locais que se sentiam invadidos/as e inseguros/as com a presença dos/as estrangeiros/as. No entanto, também era percebida pelos imigrantes certa hospitalidade pelos brasileiros ligados a igrejas locais. Simón, durante entrevista em setembro de 2016¹², comentou: *“A 50 metros, está además el templo de la Asamblea de Dios. Al menos en este extremo, los brasileiros son profundamente religiosos. Aquí todos creen en Dios, será por eso que son tan bendecidos”*.

Com base em denúncias e no acionamento de órgão de controle migratório, houve no primeiro momento, em dezembro de 2015¹³ a deportação de parte do grupo de indígenas para a Venezuela. Com a mediação do debate do contexto migratório em Roraima por organismos internacionais, como o Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas – ACNUR, não houve mais deportações. O que passou a ser ventilado enquanto política governamental, a partir de meados 2017, por meio da interlocução com as três esferas de governo, seria a criação de um “campo de refugiados” na cidade de Pacaraima que seria coordenado pelo exército brasileiro. Atualmente, enquanto escrevemos este texto, não consta a criação de nenhum “campo de refugiados”.

Nesse período de 2016-2017 já havia um grande contingente de pessoas que não se limitava à linha fronteira, deslocando-se até Boa Vista e Manaus. Desde a madrugada era possível observar longas filas de venezuelanos/as agilizando trâmites de entrada e saída do Brasil no posto da polícia federal. Devido à crescente procura, a polícia federal instituiu ainda em agosto de 2016 a redução do visto de turista de até 90 dias para cinco dias e um sistema de senhas que limitava o atendimento a quatrocentas pessoas diárias, para ambos os procedimentos. De acordo com Morelia, moradora

¹² Entrevista publicada no blog <http://lascronicasdelafrontera.blogspot.com.br> da jornalista Morelia Morillo em outubro de 2016.

¹³ <https://folhabv.com.br/noticia/Indigenas-venezuelanos-sao-deportados/12463>

de S. Elena, era necessário madrugar para conseguir pegar uma senha, pois começavam a ser distribuídas às 7 horas da manhã e terminavam rapidamente. Quando pessoas de lugares distantes não conseguiam as senhas para atendimento no mesmo dia, era comum retornarem a S. Elena e dormirem dentro dos carros ou nas praças da cidade.

Boa Vista tornou-se o destino preferido da maioria dos/as venezuelanos/as que transitavam na fronteira, de acordo com eles e elas, por oferecer maiores variedades de produtos e a preços mais acessíveis. As compras não se restringiam, nesse caso, apenas a produtos alimentícios, mas também cosméticos, medicamentos e acessórios automobilísticos como pneus. Quem não tinha carro particular atravessava a fronteira de táxi-lotação até Boa Vista. Aqueles sem recursos disponíveis, aventuravam-se a fazer o caminho de 215 km a pé pelas margens da BR174. Isso ocorria porque quando realizavam o câmbio em Pacaraima se percebiam desprovidos de recursos para custear a própria passagem de táxi-lotação até Boa Vista, estimada em torno de R\$ 60 por pessoa naquela época.

Conversando com William Dourante, 43 anos, natural de Barquisimeto (VE), ele me contou que em virtude de ter poucos recursos resolveu vir caminhando até Boa Vista. No segundo dia de caminhada parou na Comunidade indígena Sorocaima¹⁴, lá foi acolhido por uma família onde prestou serviço de ajudante de pedreiro durante alguns dias e começou a frequentar a igreja adventista. Após adquirir confiança por seu caráter de *cristiano*, a família ofereceu sua casa em Boa Vista para ele morar provisoriamente. A afirmação de valores cristãos parece despertar nos brasileiros/as um senso de humanidade compartilhado que será discutido adiante. Antes disso a casa servia apenas de apoio logístico para a família indígena viajar até Boa Vista para receber salários, benefícios e fazer compras.

¹⁴ Descrições do acolhimento de migrantes venezuelanos/as por famílias indígenas do lado brasileiro são constantemente utilizadas como fundamento para interpor Recurso de Multa executadas pela Núcleo de Polícia e Imigração - NUMIG/DPF/PAC/RR: “Conforme consta das razões apresentadas, informou o estrangeiro que, tendo ingressado em território brasileiro, foi para comunidade indígena Garagem-Amajari, onde passou a residir com sua família, razão pela qual teria excedido o prazo de permanência no Brasil. Nesses termos, pleiteia a anulação da multa constante do auto de infração em tela, por entender irregular a referida penalidade. Mais ainda, a fim de comprovar as alegações, juntou declaração de Tuxaua para informar a residência, também declaração não possuir recursos para arcar com o valor da multa, devido à crise humanitária e econômica na Venezuela, motivo de ter migrado para o Brasil”. (consultar: Decisão nº 11668951/2019-NUMIG/DPF/PAC/RR, Processo: 08115.018044/2018-48, Data da infração: 04/12/2018).

O trajeto de Pacaraima a Boa Vista, situado dentro dos limites das Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, oferece uma paisagem diversificada entre as verdes matas das serras e a planície amarelo ocre das gramíneas do lavrado, entrecruzadas por espelhos d'águas de lagos perenes e pontes que atravessam rios e igarapés. O trajeto do município até a capital atravessa pequenas localidades e algumas comunidades indígenas. Até 2018, quando o Brasil intensificou a presença militar na região, não havia controle do fluxo migratório ao longo da estrada.

Com acentuação do deslocamento de venezuelanos/as para Boa Vista, a polícia federal também começou a exigir a comprovação de uma renda mínima de quinhentos reais por pessoa para entrar no país¹⁵. Sobre isso Rodolfo, 28 anos, natural de San Félix, me relatou que em abril de 2017 precisou percorrer o *camino verde*, expressão utilizada pelos venezuelanos/as para se referir à rota que desvia da fiscalização de postos da polícia federal em Pacaraima. Ele afirmou que se aventurou por esse caminho porque não conseguiu o visto de turista. Na hora em que a agente de polícia solicitou o dinheiro ele tinha um pouco mais de R\$ 300. Voltou rapidamente para o lado de fora e pediu o resto do dinheiro emprestado a uma amiga que também se encontrava no local. No entanto, a segunda tentativa foi frustrada, pois a agente da polícia o reconheceu e novamente teve a solicitação negada. Nesse instante saindo desesperado do posto da polícia acompanhado da esposa Yudex e cunhada Mariana se deparou com um homem que prontamente ofereceu o serviço de condução pelo *camino verde*. Sem ter muita opção, aceitaram a proposta imediatamente. Por não conhecerem Roraima, eles apenas descrevem como uma estrada estreita, não asfaltada, cheia de subidas e descidas, com uma ponte em estado precário bastante perigosa. Pelo *camino verde* era possível apenas se deparar com o antigo posto de fiscalização já desativado.

Venezuelanos/as utilizavam a rota alternativa do caminho verde por diversos motivos, tendo em comum relação direta com o não atendimento de regras impostas pelo Brasil. Exemplo: ser menor de idade desacompanhado/a; ser solicitante de refúgio e regressar ao país; não apresentar os R\$500 para entrar como turista, entre outros. Os prestadores desse serviço de transporte tinham todas as informações sobre as horas

¹⁵ De acordo com decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, regulamenta a lei de nº 13.445, de 24 de maio de 2017 que institui a Lei de Migração em seu artigo 10, inciso V, parágrafo § 1º a autoridade consular poderá, a seu critério, solicitar exigências para concessão de visto de entrada no país.

de fiscalização e o momento em que era possível passar tranquilamente. Com o recrudescimento do controle migratório no primeiro momento da acentuação do fluxo migratório venezuelano na fronteira Brasil/ Venezuela, constitui-se uma rede de agentes facilitadores na travessia da fronteira. Aspecto também observado por Silva (2017, p.100) com a intensificação da chegada de haitianos na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru no início de 2010.

PROCESSO MIGRATÓRIO VENEZUELANO PARA BOA VISTA

Na realidade da fronteira Brasil-Venezuela, Boa Vista, enquanto capital do estado de Roraima, é o centro de convergência dos aparatos estatais e institucionais, políticos e econômicos da região. Boa Vista está 750 km distante de Manaus e 230 km da cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén (distante 700 km de sua capital, Ciudad Bolívar). A proximidade das cidades de Boa Vista e Santa Elena de Uairén e, ao mesmo tempo, o distanciamento face aos grandes centros urbanos desses países possibilita o estabelecimento de relações mais diretas e dinâmicas entre si, favorecendo certa integração entre esses centros urbanos relativamente “isolados”.

Os grupos são provenientes de diferentes partes do país, extrapolando o fluxo transfronteiriço costumeiro. As comunidades crescem à medida que as malhas de parentesco são estabelecidas em Boa Vista. A Venezuela está representada do Oriente ao Ocidente e da Amazônia ao Caribe. A população do município estimada pelo IBGE para 2018 seria de 375 mil habitantes. Apreende-se daí que os solicitantes de refúgio venezuelanos podem representar mais de 15% da população atual da capital roraimense. Talvez, para antropólogos e outros pesquisadores preocupados com grandes acontecimentos globais, o “pequeno número” de Roraima seja quase desprezível. Mas, assim como sugere Arjun Appadurai, não podemos menosprezar os fenômenos minoritários (APPADURAI, 2009). Nós, enquanto pesquisadoras/es que já vivemos em Roraima, não podemos deixar de frisar a profunda transformação que a presença venezuelana vem produzindo na pequena Boa Vista. Os impactos para quem vive em Boa Vista, seja pela presença dos/as venezuelanos/as nas ruas, do exército circulando com veículos camuflados e armamento pesado ou mesmo pelo

acionamento da xenofobia entre os brasileiros, são ainda imensuráveis e não podem ser desprezados.

Para as/os venezuelanas/os, a cidade de Boa Vista era atrativa por permitir que os/as trabalhadores/as, em curtos períodos de tempo, se deslocassem até a Venezuela para visitar os parentes e/ou levar dinheiro, comida, roupas e medicamentos. As remessas¹⁶ internacionais desempenham importante aspecto da manutenção familiar, tanto no que diz respeito à subsistência quanto ao fortalecimento dos vínculos afetivos a distância (LEVITT, 2001).

O perfil de quem se deslocava para Boa Vista era bastante heterogêneo e os objetivos do deslocamento eram distintos. Com base em um recorte de classe era possível identificar pessoas das classes alta, média e popular, além do povo Warao. Ouso falar na existência de uma “migração da fome” que assume duas diferentes facetas: existiam aqueles que viajavam para comprar comida destinada aos familiares e amigos e outros que viajavam para abastecer pequenos e grandes empreendimentos comerciais. Paralelo a isso, se originou um conjunto de atividades de apoio ao trânsito constante em busca da comida, serviços de transporte, hospedagem e informação. Por outro lado, existiam pessoas de classes populares que viajavam com pouco ou quase nenhum recurso e se fixam em Boa Vista para buscar trabalho. Entre estes, existiam aqueles/as que encaravam Boa Vista como lugar de passagem, ou seja, esperavam ficar temporariamente na cidade até acumular dinheiro suficiente para viajar para outras cidades no Brasil ou para outros países. A maioria legaliza temporariamente sua permanência no país solicitando refúgio, alegando especialmente o desabastecimento de comida, falta de medicamentos e, alguns casos, perseguições políticas. O destino principal do dinheiro arrecadado (mediante trabalho e doações) é a compra de comida e/ou envio de valores às famílias na Venezuela.

O novo padrão migratório venezuelano vem descortinando peculiaridades de uma migração transfronteiriça. A facilidade de deslocamento por via terrestre intensifica a mobilidade e ao mesmo tempo permite elaboração de novas estratégias de cuidados e manutenção

¹⁶ O conceito de remessas aqui é compreendido pelo fluxo de bens materiais, simbólicos e informações, acionados por diferentes arranjos familiares transnacionais, cuja centralidade não reside na participação ativa de todos os membros da família no processo migratório, mas na sua integração em rede sociais e familiares transnacionais. Assim, dependendo do padrão e do arranjo familiar, as remessas podem assumir distintas configurações (Canales, 2004; Lozano, 1998; Conway, 1998; Moctezuma, 1999; Serrano, 2002).

familiar. A combinação de uma incipiente oferta de vagas no mercado de trabalho em Boa Vista, a necessidade de deslocamentos intermitentes para Venezuela aliados à esperança de que a situação política e econômica do país se estabilizasse atraiu milhares de migrantes venezuelanos/os para trabalhos informais e temporários na pequena capital roraimense.

A prostituição de mulheres e homens venezuelanos é outro aspecto que também chamou atenção no ano de 2017 em Boa Vista. As mulheres ocupavam ruas próximas de antigas zonas de comércio sexual na cidade, a diferença é que a atividade passou a ser realizada em plena luz do dia e com número muito maior de mulheres. Era possível encontrá-las na região desde as primeiras horas da manhã até as últimas horas do dia. Muitas dessas mulheres vinham acompanhadas de filhos pequenos e dos maridos que também atuavam no ramo da atividade sexual. Pela dificuldade de falar o idioma português, elas acabavam pronunciando o valor do programa em espanhol, *“ochenta”*. A expressão *“ochenta”*, que significa oitenta em português, passou a ser utilizada pelos brasileiros para se referir a essas profissionais e a outras venezuelanas como forma de associação a esse tipo de trabalho.

Porém existiam também aqueles/as brasileiros/as que percebiam como positiva a chegada de venezuelanos/as na cidade. Na prestação de serviços, se distinguem em relação aos prestadores locais. Venezuelanos/as eram percebidos/as pelos/as brasileiros/as como mais gentis, educados/as e caprichosos/as. Aqueles que viajam em busca de comida em carros luxuosos são percebidos como uma oportunidade, pois têm poder aquisitivo para usufruírem de serviços de hotéis, restaurantes e do comércio em geral. Afinal, a chegada de venezuelanos/as em Boa Vista é uma oportunidade ou um problema?

A paisagem da capital roraimense se modificou completamente. Expressões que mesclam português e espanhol se espalham por toda cidade, seja nos canteiros das principais avenidas por meio de cartazes feitos em papelão por migrantes venezuelanos/venezuelanas solicitando ajuda e trabalho (*Soy madre de familia necesito de trabajo y ayuda para comer*); pelas fachadas de novos estabelecimentos comerciais que vendem comidas (*Hay arepas, perros calientes y hamburguesa*); por anúncios de oferta de serviços (*hacemos transferencias bancarias y encomiendas para Venezuela*); e por avisos proibitivos (*prohibido quedarse en este local*).

Os espaços públicos foram transformados. Calçadas e passeios públicos tornaram-se durante a noite dormitórios de milhares pessoas. Praças foram gradeadas pela prefeitura, fechadas à noite e vigiadas por guardas municipais para impedir aglomeração e pernoite de venezuelanos no local.

Arriscaríamos dizer que a visibilidade dessas pessoas nas ruas não apenas trabalhando, mas também dormindo, pedindo dinheiro e ocupando prédios públicos era o principal fator de estranhamento aos olhos dos/as boa-vistenses, aliados a situações conflituosas vivenciadas anteriormente na fronteira. A relação entre brasileiros/as e venezuelanos/as na fronteira nunca foi amistosa. Os/as brasileiros/as, em geral, narravam que os//as venezuelanos/as em S. Elena os tratavam mal, especialmente pela forma de atendimento na rede comercial e pelo controle e saída de mercadorias nas estradas venezuelanas pela guarda nacional, que em muitos casos apreendia as mercadorias sem justificativa e/ou exigia propina dos/as turistas brasileiros/as. Os/as venezuelanos/as em S. Elena também reclamam da convivência com os brasileiros que transitam esporadicamente pela cidade, considerando-os desrespeitosos com a cultura local, tendo em vista que não se esforçam para falar espanhol por acharem que eram obrigados a entender português só porque a moeda do Brasil era mais forte (VASCONCELOS, 2013).

Com a intensificação do processo migratório venezuelano, a partir de 2017, brasileiros/as passaram a se sentir incomodados/as com os/as venezuelanos/as por considerarem o fluxo de pessoas como um problema social e/ou a causa do próprio problema em Boa Vista. Os/as venezuelanos/as são associados a diversas mazelas, discurso reforçado pela mídia local. Cidadãos boa-vistenses e a imprensa culpam venezuelanos/as pelo aumento dos preços dos alimentos, criminalidade, sobrecarga de serviços públicos, proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. De acordo com Moraes e Lima (2019, p. 205) “o medo e o preconceito, continuamente resignificados por esses dispositivos midiáticos, alimentam em circularidade permanente de produção e recepção das mensagens as ações xenofóbicas na cidade”.

Os/as venezuelanos/as, por sua vez, sentem-se estigmatizados/as e hostilizados/as cotidianamente pelos/as brasileiros/as. Abordando o assunto com Vitória Lima, estudante em Boa Vista, filha de uma família transnacional de S. Elena, ela descreve emocionada o que considera extrema xenofobia:

“Estão falando do seu país e você se sente mal. É difícil ter dupla nacionalidade nessa hora. Por dentro a gente se sente destruída. As pessoas não entendem que nem todos venezuelanos que vêm para cá vêm para fazer coisa ruim. Ninguém escolhe deixar sua casa e tudo que construiu para começar do zero. O pior que nessas ocasiões quando eu falo que também sou venezuelana, dizem que sou diferente porque meu pai é brasileiro”.

As diferenciações impostas pelos/as brasileiros/as não são direcionadas apenas aos/às venezuelanos/as que possuem dupla nacionalidade em relação aos que não têm. Isso ocorre também a outros grupos de imigrantes que compõem a paisagem social da cidade. Estes, por não representarem um “problema” pela quantidade menos expressiva, são relacionados de forma contrastante com os/as venezuelanos/as: “*Os haitianos vieram aqui e não fizeram nada, mas esses venezuelanos mal chegaram e começaram a aprontar*”.

Ao atravessar a fronteira com o Brasil, as/os venezuelanas/os arriscam-se em terras desconhecidas, tornando-se *pendejos/as*¹⁷, ou seja, mansos e vulneráveis às condições impostas pelos/as brasileiros/as, a fim de atender a um código de exigências. A expressão *pendejo/a* é utilizada pelos/as venezuelanos/as para referir-se àquele/a que se submete a situações de subordinação, consciente ou inconsciente; algo parecido com “fazer-se de bobo” em português. Como “de fora” ou “cidadão de segunda classe”, como se autodenominam, assumem a condição de sub gente no território onde a gente do lugar é que tem direitos. Uma vez no Brasil, sua posição é de passividade na relação dar/receber comida. Existe uma perene instabilidade em sua capacidade de receber comida ou pagamento justo por parte dos/as brasileiros/as.

Desta condição passiva de recebedor de comida, os/as venezuelanos/as transitam para uma posição de provedor quando abordamos o tema das remessas para os familiares que ficaram na Venezuela. Assumem, no ato de enviar comida, uma posição ativa na qual podem se enxergar novamente enquanto pessoas plenas e capazes de garantir o próprio sustento e dos entes queridos. Meu interlocutor Rodolfo ressalta que o vínculo de pai é reforçado com envio da remessa à família para comprar comida. Tomando a relação de dar/receber comida como metáfora para relações de poder, alimentar a família significa contê-la dentro de si enquanto provedor (FAUSTO, 2013).

¹⁷ O termo pode apresentar distintas conotações nos muitos países de língua hispânica.

Na busca eminente pela comida tornam-se *pendejos/as* a diversas formas de negação de direitos. Aceitam entrar em relações de trabalho precário¹⁸ e preferem estar no Brasil mesmo que não sejam reconhecidos socialmente como cidadãos/gente, no caso dos indocumentados, aos olhos do Estado (PEIRANO, 2006; CROVETTO, 2015). No pêndulo entre as condições de ser e não ser pessoa no sentido do acesso aos direitos sociais brasileiros, os venezuelanos e as venezuelanas oferecem sua força de trabalho a qualquer preço para garantir a própria sobrevivência e a de seus familiares que ficaram na Venezuela.

No caminho percorrido por venezuelanos/as na capital roraimense em busca de receber e poder enviar comida, a condição de *pendejo* não é a mesma de uma vítima e não pode ser analisada como de mera passividade, pois que é preciso *apendejarse*, de forma consciente, tendo em vista continuar recebendo doações e ofertas de trabalho. Os/as venezuelanos/as se colocam em condição de *pendejo/a* por meio de uma relação de trabalho permeada por estreitamento de laços de amizade que geram pequenos favores como doação de roupa usada, indicação para pequenos trabalhos na rede local de amizade dos/as patrões/as brasileiros/as e/a própria possibilidade de comer junto. Quando imersos nesse tipo de relação com os/as novos/as patrões e patroas podem passar até a comer junto com e/ou como eles/as, mas jamais são considerados plenamente iguais e/ou alguém de dentro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração venezuelana para o Brasil vem produzindo transformações nas vidas das pessoas que saem de suas casas em busca de condições mínimas de sobrevivência assim como vem produzindo também importantes transformações nas cidades onde este fluxo estaciona, seja por um período longo ou curto. A procura por gêneros alimentícios básicos modificou a paisagem das cidades-gêmeas que fazem a fronteira entre os dois países. Tanto Santa Elena de Uairén, do lado venezuelano, como Pacaraima, do lado brasileiro, com suas lojas de peças automotivas e materiais de

¹⁸ De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em 2017, o Ministério Público do Trabalho-MPT registrou denúncias e atuou no resgate de venezuelanos/as em condição análoga à escrava. Ver: (CNDH,2018, p.26)

construção convertidas em pequenos atacadistas vendendo fardos de arroz, açúcar e macarrão, dão testemunho do caráter impositivo da fome. Assim como também modificou o mercado de prestações de serviços em Boa Vista que passou a contar com ampla oferta de envios de encomendas para a Venezuela, invariavelmente caixas repletas de comida.

Como bem exemplificado na citação que serve de epígrafe para este capítulo, os venezuelanos trazem consigo a sua fome. E trazem, de alguma maneira, a fome de outras pessoas que ficaram em suas casas. Uma vez que conseguem satisfazer suas necessidades nutricionais individuais no Brasil, procuram enviar de volta à Venezuela os recursos necessários para evitar um agravamento da penúria entre seus entes queridos. Também vimos o desenvolvimento de um certo empreendedorismo associado ao comércio de alimentos. Homens e mulheres que carregam, como formiguinhas (*bachacos*), fardos e mais fardos de comida para dentro do país, suprindo uma demanda (essencial) não coberta pelos planos econômicos do governo.

Devemos destacar aqui a capacidade de agência dos/as migrantes ao deixar-se *apendejar* pelos/as brasileiros/as e pelas instituições. A busca por recursos é uma busca ativa. Os/as venezuelanos/as demonstram-se prestativos à realização de qualquer tipo de trabalho em troca de pagamento que possa ser convertido em comida, para si e para enviar aos parentes. Trabalhadores como o senhor Rodolfo fazem questão de construir marcadores de diferença em relação a outros venezuelanos que não se comportariam de maneira mansa e submissa.

A agência dos migrantes associada ao binômio alimentação/fome também repercute na política internacional. A ênfase dos discursos dos venezuelanos na satisfação das necessidades nutricionais vem operando como justificativa para pedidos de refúgio com base num sentido ampliado desse conceito jurídico internacional¹⁹: tendo em vista a carestia dos víveres na Venezuela, todos/as que atravessam a fronteira podem alegar que são vítimas de “grave e generalizada violação de Direitos Humanos”. As disputas institucionais em torno das categorias aplicáveis

¹⁹ De acordo com a Convenção das Nações Unidas de 1951 Relativa ao estatuto dos refugiados, o termo referir-se-á a pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar”.

aos venezuelanos foram alvo de outro artigo nosso (VASCONCELOS e SANTOS, 2018). Naquela oportunidade chamamos atenção para as incertezas em torno das motivações que impulsionavam o movimento migratório. Atualmente, já contamos com dados suficientes para afirmar a existência de uma “migração da fome”. Não queremos, com isso, minimizar outras justificativas tais como as perseguições políticas, mas chamar atenção que a dificuldade generalizada de acesso aos alimentos é responsável pela produção de milhões de migrantes.

As necessidades nutricionais, eufemismo para a condição de fome, ameaçam sobremaneira não somente a qualidade de vida dos/as migrantes, mas a sua própria condição de existência e reconhecimento enquanto pessoa. Como alerta Sidney Mintz (2001), por vezes nos esquecemos que a fome é impositiva. E a caminhada venezuelana Brasil adentro não nos permite o luxo desse esquecimento. Estamos falando de pessoas que atravessam as aduanas com visíveis sinais de desnutrição e fraqueza física, que se deslocam centenas de quilômetros a pé e se submetem a trabalhos de toda sorte, tendo como objetivo declarado a busca de comida. Não seria exagerado supor, na esteira de Audrey Richards (1932), que a alimentação seja a principal motivação dos seres humanos para se colocarem em movimento, em busca de outras terras, outros lares, outros cultivos.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BRONER, Tamara Taraciuck. La inmigración venezolana em território brasileño. In: *Florescer Lejos de Casa: Testimonios de la Diáspora Venezolana*. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2018.

CASTRO QUISPE, L. C. 2019. “La migración masiva venezolana en el Perú y las políticas públicas migratorias.” Disponível em http://www.repositorioacademico.usmp.edu.pe/bitstream/usmp/5024/1/castro_qlc.pdf, acessado em setembro de 2019.

CANALES, Alejandro I., 2004, “Vivir del norte: perfil sociodemográfico de los hogares perceptores de remesas en una región de alta emigración”, en Marina Ariza y Orlandina de Oliveira (coords.) *Universo familiar y*

procesos demográficos contemporáneos, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México

CONWAY, D. y J. H. Cohen. “Consequences of migration and remittances for Mexican transnational communities”, en *Economic Geography*, vol. 74, núm. 1, 1998.

CEPAL, Informe macroeconómico de América Latina y el Caribe, junio, 2012.

CURCIO, Pasqualina. *La mano visible del Mercado. Guerra económica en Venezuela*. Caracas: Nosostros Mismo, 2016.

DOOCY, S., Page, K. R., de la Hoz, F., Spiegel, P., & Beyrer, C. *Venezuelan Migration and the Border Health Crisis in Colombia and Brazil*. *Journal on Migration and Human Security*, 2019.

FRANKL, V. E. (1990). *Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva* (A. Allgayer, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes

FREITEZ, Anitza. *La emigración desde Venezuela durante la última década*. *Temas de Coyuntura (Ve)*. Caracas, Venezuela, vol. 63, p.11-38, jul. 2011.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2015. “Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado”. *Cienc. Cult.*, 67(2): 20-24.

GARCÍA-CASTRO, Alvaro A. HEINEN, H. Dieter. *PLANIFICANDO EL DESASTRE ECOLÓGICO: Impacto del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela)*. *ANTROPOLOGICA*. 91, 1999: (31-56). Caracas, Fundación La Salle de Ciencias Naturales.

GUARDIA, Inés. *Fuga de venezolanos durante la Revolución Bolivariana (1998-2007)*. **Investigaciones Geográficas. Alicante**, n. 44, p. 187-198, fev. /jun. 2008.

LEVITT, Peggy. *The transnational villagers*. Los Angeles: University of California Press, 2001.

LOZANO, Fernando. “Las remesas de los migrantes mexicanos en Estados Unidos: estimaciones para 1995”, en *Binational study. Migration between Mexico and the United States*. Secretaría de Relaciones Exteriores, U.S. Commission on Immigration Reform, México, 1998.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. in CANESQUI, AM., e GARCIA, RWD., (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. pp.49-55.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, outubro/2001.

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de; LIMA, Damião Marques de. O Horizonte Comunicativo da Migração Venezuelana na Cidade de Boa Vista – Roraima. *Textos e Debates*, Boa Vista, n.32, p. 199-212, jan./jun. 2019

MOCTEZUMA, Miguel. Redes sociales, comunidades y familias de migrantes de San Alto, Zacatecas en Oakland, California, Tesis de Doctorado, El Colegio de la Frontera Norte, México, 1999,

RICHARDS, Audrey. **Hunger and work in a savage tribe**. Londres: Routledge, 1932.

R4V. 2019. “Southern Cone Situation Report.” Portal Operacional May 21, 2019. Acessado em junho de 2019 <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/69590>

SERRANO, Javier. La dimensión cultural de las remesas: los tapalpenses y su comunidad transnacional, Tesis de Maestría en Antropología Social, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Guadalajara, 2002.

SANTELIZ GRANADILLO, Andrés. 1999-2009, La economía en diez años de gobierno Revolucionario. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* [online]. 2008.

SELEE, Andrew, Jessica Bolter, Betilde Munoz-Pogossian, and Miryam Hazan. 2019. “Creativity amid Crisis: Legal Pathways for Venezuelan Migrants in Latin America - Colombia.” Migration Policy Institute. Acessado em maio de 2019. <https://reliefweb.int/report/colombia/creativityamid-crisis-legal-pathways-venezuelan-migrants-latinamerica>.

SILVA, Sidney Antônio. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017

WOORTMAN, Ellen. Alimentação como linguagem. **Habitus**, v. 11, n.1, 2013. pp. 517.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. Articulações familiares transnacionais: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. PPGAS/UFPE, 2013.

_____. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v.26, n.53, ago. 2018, pp. 135-152

VASCONCELOS, Iana e SANTOS, Sandro Almeida. Refugiados em Roraima? Instituições, papéis e a competição pelas categorias. In JAROCHINSKI SILVA, João Carlos e BAENINGER, Rosana (coord.). **Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO/Unicamp, 2018. pp. 250-256**

VAZQUEZ, Gonzalo E., “An Evaluation of Brain Drain in the Case of the Venezuela’s Petroleum Company, Petroleos de Venezuela S. A. (PDVSA)” (2012). Open Access Theses. 363. http://scholarlyrepository.miami.edu/oa_theses/363

INTERFACE MIGRAÇÃO E SERVIÇOS DE SAÚDE PRIMÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL–VENEZUELA

Patrícia Gonçalves Silva de Melo¹

Teresa Tonini²

Michele de Lima Janotti Quaresma³

Márcia Maria de Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

O deslocamento de pessoas ou povos em escala significativa pelo espaço geográfico à procura de uma nova vida vem indicar um fenômeno relativamente comum na antiguidade e contemporaneidade. Conceitos como mobilidade humana, deslocamento, emigração, imigração, refúgio, exílio, fluxos migratórios, globalização ou termos gerais como simplesmente migração expressam formas de contenção e recepção dos migrantes à nova pátria ligadas à desagregação de estruturas societárias obsoletas, atravessando os séculos com uma dinâmica comum, em especial ao tocante às suas causas políticas, econômicas e sociais (XAVIER, 2012).

O processo de globalização tem criado grandes disparidades internacionais e produzido enormes problemas sociais e de saúde, particularmente nos países mais excluídos dos circuitos centrais da economia global (BUSS; FERREIRA, 2010).

A saúde passou a ser considerada como um elemento importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, com influências indiretas na política externa, na soberania nacional, no comércio, na segurança nacional e nos direitos humanos. Contudo, os impactos sociais, culturais e econômicos resultantes da globalização podem causar riscos à saúde.

Diversos fenômenos sociais contribuíram na transição da saúde internacional para a Saúde Global - SG, entre eles: o papel cada vez maior da percepção da importância da saúde nas agendas do desenvolvimento econômico, na segurança global, na paz e na democracia; e a crescente

¹ Doutora em Enfermagem e Biociências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil(2006); Professora Associada Classe D nível 4 da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

³ Mestrado Profissional em Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Estatutária - Enfermeira Obstétrica do Hospital Maternidade Leila Diniz.

⁴ Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Pós-Doutora em Sociedade e Fronteiras.

transferência internacional de riscos e oportunidades para a saúde ocasionada pela globalização (FORTES; RIBEIRO, 2014).

A SG fundamenta-se na noção da supraterritorialidade, mas estabelece conexões desde o nível global até o nível local. Fundamenta-se, também, nos princípios de respeito à diversidade humana, em seus aspectos sociais e culturais, de justiça social, de equidade e de ampliação da autonomia das pessoas e dos povos. A noção de supraterritorialidade não é domínio separado dos níveis nacionais, regionais e locais. Ela pode ser entendida como sendo as conexões sociais entre pessoas em qualquer lugar do mundo, ou as conexões entre determinantes sociais da saúde em quaisquer lugares do mundo, mas não necessariamente em todas as partes (op.cit.).

O principal objetivo da SG é o acesso equitativo à saúde em todas as regiões do mundo. Os problemas referentes à saúde global transcendem as fronteiras e os governos nacionais e demandam ações das forças globais determinantes da saúde dos povos (KICKBUSCH, 2002).

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país acolhedor. Todavia, isso não significa a inexistência de dificuldades a serem enfrentadas pelo imigrante ou refugiado para se integrar à sociedade brasileira e ter acesso às políticas públicas, em especial à de saúde. A população de imigrantes em diferentes países encontra dificuldades para receber os cuidados em saúde, por ser um grupo minoritário, vulnerável, heterogêneo, cujo acesso aos serviços de saúde depende das políticas públicas de cada local (MOTA; MARINHO, 2014).

A utilização dos serviços de saúde brasileiros por cidadãos dos países vizinhos tem se tornado uma preocupação cada vez maior para as autoridades envolvidas, na medida em que o aumento da demanda pode potencialmente contribuir para uma sobrecarga do já deficiente sistema público de saúde em cada localidade. Legalmente, aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, é garantido o acesso ao serviço de saúde gratuito, pois é inconstitucional negar atendimento a qualquer ser humano. Mais do que isso, a saúde é um direito fundamental inerente aos seres humanos, conforme consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (SCHERMA; OLIVEIRA; FERRAZ, 2015).

Os estudos das migrações transfronteiriças contribuem para ampliar a visão do espaço amazônico para além das fronteiras brasileiras e relacionam-se com a ideia de simultaneidade de tempos e espaços. Nesta

perspectiva, por um lado, as fronteiras dão lugar às transformações simultâneas em espaços nos quais as diferenças se evidenciam e tornam-se geradoras de conflitos culturais e sociais. Por outro, é na fronteira que as distâncias culturais se estreitam e as diferenças passam por um processo de reelaboração. (OLIVEIRA, 2015, p. 111). Desta forma, na Amazônia, as fronteiras “vão se constituindo como fronteiras étnico-culturais e onde experiências migratórias são vivenciadas de forma muito particular” (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010, p. 336).

Abordar a saúde de pessoas de diferentes origens culturais não é uma questão puramente técnica. As práticas interdisciplinares e a articulação de uma participação ativa dos profissionais, gestores dos serviços de saúde e usos em redes podem ampliar o cuidado em saúde e fortalecer a rede de apoio social ao imigrante e ao refugiado.

Em virtude das crises política, econômica e social que a Venezuela enfrenta, o fluxo migratório em direção ao Brasil intensificou-se entre 2015 a 2018. A situação migratória coloca uma série de questionamentos sobre a saúde das pessoas que vivenciam múltiplas situações de deslocamento e a utilização dos serviços de saúde por cidadãos de países vizinhos, tem se tornado uma preocupação cada vez mais para as autoridades brasileiras envolvidas, na medida em que o aumento da demanda contribui potencialmente para sobrecarga do sistema de saúde nessas localidades.

Dois estados brasileiros fazem divisa com a Venezuela: Amazonas e Roraima. A rota mais acessada para entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil é pela via terrestre, BR-174, pelo estado de Roraima. Por ser o estado que tem menor número de habitantes da federação, além de ser o que tem menos recursos, o cenário de Roraima foi o mais impactado em sua região.

Com o agrupamento de imigrantes na cidade de Boa Vista e com a utilização dos serviços em saúde concentrados na Atenção Primária à Saúde (APS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município estão recebendo um fluxo relevante de imigrantes, fazendo com que essas unidades se configurem como termômetro situacional nesse contexto, e sinalizando a disfunção direta do gerenciamento da estrutura e dos processos institucionais.

A grande imigração de venezuelanos no Brasil, a alta taxa de desemprego e a necessidade de sobrevivência deles têm gerado problemas no sistema de saúde de Roraima (BRASIL, 2018a). Do ano de 2014 até agosto de

2017, o número de atendimento nos serviços mais que duplicou. Segundo relatório da Superintendência de Atenção Básica do município de Boa Vista, ocorreram 1.533 atendimentos ao longo de 2017 e 7.372 nos três meses iniciais de 2018, nas UBS, representando acréscimo de 420% no período de 1 ano. Dos atendimentos de 2018, houve um percentual de 95% de venezuelanos, 2% de guianenses, 1% de cubano, 1% de haitiano e 1% de outras nacionalidades.

A saúde é um direito humano universal assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF) a todos os residentes no país, brasileiros e estrangeiros. Garantir o acesso aos serviços de saúde equivale à utilização do serviço, à oportunidade de dispor em circunstâncias que permitam o seu uso apropriado e adequado ao tempo, para o alcance dos melhores resultados de saúde. Assim, o usuário acessa o sistema de saúde para satisfação de suas demandas e necessidades, com foco na prevenção de agravos e promoção da saúde, sob os princípios de equidade, integralidade e universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de ações vinculadas à justiça social (Silva et al, 2017).

Ao se buscar garantir o acesso à saúde para todos imigrantes nas regiões fronteiriças, ocorre o desvelar de uma problemática relacionada ao acesso universal, no que diz respeito às ações sanitárias entre os três níveis de atenção e o desenvolvimento de padrões saudáveis de qualidade de vida, condições de trabalho, moradia, alimentação, entre outros. O imigrante apresenta características culturais, linguísticas, sociais e perfil epidemiológico diferentes dos brasileiros, que são geradores de problemas adicionais aos já existentes nas UBS, cujas estrutura e organização possuem baixa capacidade de ampliação de atendimentos e pouca eficiência para o alcance de alguns indicadores de saúde.

MIGRAÇÃO E SAÚDE

O processo da globalização tem demandado novas dimensões espaciais, temporais e cognitivas. A percepção das distâncias e barreiras das fronteiras são alteradas aos contatos globais, modifica nossa percepção de tempo, conectando a vida cotidiana com acontecimentos que ocorrem em outras partes do mundo, modelando nossa percepção cognitiva de como vemos e entendemos nós mesmos e o mundo que nos cerca.

Uma economia sem fronteiras, com hierarquias claras, não existe. A realidade consiste em um vasto número de circuitos globais muito característicos, sendo alguns especializados, de caráter mundial ou de caráter mais regional. Os diferentes circuitos são compostos por grupos distintos de países e de cidades (SASSEN, 2008, 2010). O aumento de desemprego, da pobreza, da emigração, da dívida pública e de encarceramentos são indicadores que demonstram o aprofundamento das desigualdades.

À luz dessa reflexão, a proliferação desses circuitos decorre não apenas das forças econômicas globais. A migração, o trabalho cultural e a luta, empreendidas pela sociedade civil, para preservação dos direitos humanos, do meio ambiente e justiça social, também, acarretam tanto a formação quanto o desenvolvimento de circuitos globais. Discutir elementos de uma sociologia globalizada, onde lugar e escala incorporam noções equivocadas de modo que falar com destaque ao subnacional ou supranacional não faz mais o menor sentido (op. cit.).

As “cidades globais” são evidências de que as escalas não têm mais hierarquias rígidas, que oferecem condições locais para o funcionamento de instituições de atuação e alcance global com regulamentações e desregulamentações, cujas orientação e a definição cabem aos mais poderosos para reconfigurar a nova ordem social e funcionar como uma “estrutura complexa” capaz de alinhar os processos atualmente denominados de transfronteiriços (SASSEN, 2010).

As migrações internacionais são desenvolvidas como parte da dinâmica social. À medida que a magnitude, âmbito e complexidade da questão aumentam, os países e outras partes interessadas têm identificado as dificuldades e oportunidades que as migrações internacionais representam. Em todas as partes do mundo, há maior clareza e ciência o quanto benefícios econômicos, sociais e culturais dessas migrações precisam ser mais eficazes e que as consequências negativas dos movimentos transfronteiriços podem ser mais bem resolvidas (op. cit.).

O fenômeno internacional contemporâneo vem se diferenciando pelo desenvolvimento e constituição de sociedades em redes. Os processos migratórios são complexos e mais ainda as migrações transnacionais, por envolverem aspectos de fronteira nacional, soberania e processos de transculturação. As migrações internacionais são, hoje, uma prioridade na agenda política mundial. Nos Estados, agora há maior consciência de que

os benefícios econômicos, sociais e culturais das migrações internacionais têm de ser mais eficazes, e que as consequências negativas dos movimentos transfronteiriços podem ser mais bem resolvidas (RODRIGUES, 2006; CMI, 2005).

As elucidações da migração não compõem novidades nas construções teóricas atuais e tampouco se aplicam às elaborações científicas a respeito dos sujeitos da migração. Em seus estudos sobre migração, Oliveira (2016, p. 50) afirma ser muito comum perceber, nas teorias migratórias, determinado distanciamento entre a teoria e a realidade dos sujeitos teorizados. Tais teorias priorizam as abordagens, apresentam o sujeito ativo e consciente de seu papel e nas relações sociais, em a abordagem pode pensar o sujeito das migrações não como uma vítima dos processos sociais, econômicos e políticos impostos de forma arbitrária pelas políticas obrigatórias internacionais.

Deve-se, portanto, pensar o imigrante como um ser construído, de forma diferente, como categoria sociológica nos mais variados contextos e realidades. Sob esses preceitos, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), criada em 1951, tem buscado enfrentar os desafios da migração humana, em parceria com os 173 Estados-membros, em prol de ordenação dos processos migratórios, de promoção de benefícios, de assistência e de assessoramento a todos.

A Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) tratou sobre refugiados, sob as premissas de que eles não podem ser expulsos ou devolvidos “para fronteiras ou territórios onde suas vidas ou liberdade estejam ameaçadas”, com o propósito de protegê-los, além de estabelecer os seus direitos básicos a serem garantidos pelos países signatários. Atual desafio da comunidade internacional é encontrar mecanismos eficientes para lidar com as migrações econômicas e os deslocamentos forçados pelas mudanças climáticas, assegurando mecanismos de proteção humanitária complementares ao refúgio (ONU, 2019).

A proteção de refugiados e das populações deslocadas por guerras, conflitos e perseguições é a principal missão do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), pertencente a ONU, busca soluções adequadas e duradouras para essas pessoas. Ela define a mobilidade de pessoas como:

- **Refugiados:** estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião,

nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

- **Solicitantes de refúgio:** alguém que solicita às autoridades competentes ser reconhecido como refugiado em outro país, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.
- **Deslocados internos:** são pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, por motivos similares aos de um refugiado (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave violação dos direitos humanos), mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção.
- **Apátridas:** são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias em legislações nacionais, falha em reconhecer todos os residentes de um país como cidadãos quando este se torna independente (secessão de Estados) ou conflitos de leis entre países.
- **Retornados:** são pessoas que tiveram o status de refugiados e/ou solicitantes de refúgio, mas que retornaram voluntariamente a seus países de origem, muitas vezes porque as circunstâncias que ensejaram o fundado temor de perseguição ou conflitos deixaram de existir (ACNUR, 2019, p. 8).

Com o constante aumento do número de pessoas deslocadas a cada ano, os sistemas de proteção internacional estão sob constante pressão. Refugiados e migrantes são cada vez mais confundidos entre si e tratados com desconfiança, preconceito e intolerância. A diferença entre migração e refúgio está em uma situação muito vulnerável, pois não têm proteção de seus respectivos países e sofrem ameaças e perseguições, os imigrantes optaram por viver no exterior, principalmente, por motivações econômicas ou educacionais, podendo voltar com segurança ao seu país de origem quando e se assim desejarem (ACNUR, 2019, p. 9).

Há importantes diferenças entre os termos asilo político e refúgio. No Brasil, o asilo político é regido pelo Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, sendo um ato discricionário do Estado. O asilo pode ser solicitado no exterior (asilo diplomático) ou no território nacional (asilo territorial),

e o pedido pode ser feito na unidade da Polícia Federal ou representação regional do Ministério das Relações Exteriores.

A concessão é para pessoa “perseguida em um Estado por suas crenças, opiniões e filiação política ou por atos que possam ser considerados delitos políticos”, sob competência de decisão do Presidente da República. De modo diferente, o refúgio é regido pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, devendo ser solicitado apenas no território nacional, em uma unidade da Polícia Federal. O reconhecimento como refugiada é para pessoa que, devido a fundados temores de perseguição, se encontra fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção deste país. A competência da decisão é do Comitê Nacional para os Refugiados (ACNUR, 2019, p. 10).

Ao final de 2017, cerca de 68,5 milhões de pessoas (1 em cada 113 pessoas em todo mundo) foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos. Desses, cerca de 25,5 milhões são refugiados e até o final de 2017, cerca de 3,1 milhões de pessoas estavam à espera de uma decisão sobre o seu pedido de asilo (UNHCR, 2017, p. 2-3).

Os processos migratórios contemporâneos são um fenômeno global e vêm adquirindo acomodações específicas nos continentes. O Brasil faz parte desse contexto ao receber imigrantes de vários outros países e em situações bastante diferenciadas. Constitui-se, portanto, como componente nos novos cenários de mobilidade humana ocorridos principalmente na América do Sul e que têm evidenciado reconfigurações nas características da mobilidade humana no continente, alterando a circulação de grupos de imigrantes em curtos espaços temporais (MARTIN; GODENBERG; SILVEIRA, 2018).

Vários são os elementos que influenciam a vida do imigrante, do refugiado ou requerente de asilo, em relação à sua saúde, desde as próprias condições de vida, o stress do trabalho em excesso, da adaptação à nova sociedade, a viagem quando implica em experiências arriscadas, a nostalgia de casa, as dificuldades cotidianas, entre outros (PADILLA, 2013).

Pensar no processo de integração dos imigrantes engloba necessariamente a saúde, devido a que se manifesta em todos os aspectos da vida. Vista assim, a saúde transcende amplamente o tema da doença e inclui um leque alargado de situações que vão desde as ações de promoção da saúde e de prevenção da doença, o acesso aos serviços e cuidados de

saúde, o tratamento e a reabilitação, assim como também a acessibilidade linguística, cultural e material (op. cit.).

A competência do Estado o controle de fronteiras, a regulamentação de fluxos, o acesso à residência, e aos diferentes serviços públicos. Cuidados de saúde devem ser assegurados a toda população, geralmente através do Sistema Nacional de Saúde. Essa responsabilidade se constitui em dois desdobramentos: uma preocupação vinculada à saúde pública protegendo a saúde de todos os habitantes, e uma de direitos humanos na qual a saúde é percebida como direito fundamental de todos os seres humanos, questionamentos nas convenções internacionais, nas constituições nacionais e nas leis, pelos próprios estados quando materializados no Sistema Nacional de Saúde, especialmente ao se tratar de especificar quem pode efetivamente gozar dos direitos vinculados à saúde (PADILLA, 2013).

Conforme Santos (2015), os imigrantes internacionais compõem um dos grupos cujo acesso aos serviços de saúde no Brasil se busca garantir. Embora garantido pela CF, é dificultado por uma série de fatores estruturais. Os imigrantes em geral são mais vulneráveis social e economicamente, sobretudo os recém-chegados, que se submetem mais facilmente a postos de trabalho insalubres, salários baixos e moradias precárias. Tais fatores propiciariam maior risco de quadros de subnutrição, doenças laborais e doenças infecciosas como tuberculose, hepatites e HIV, além de transtornos psicossociais decorrentes das mudanças sociais e do afastamento da família, como depressão, alcoolismo e consumo de drogas.

Na Amazônia Brasileira, a questão geográfica e social se constitui em fator de peso no acesso aos serviços e políticas públicas. O princípio da equidade no SUS é desafiado pela necessidade constante de adequar abordagens e metodologias de ação a fim de garantir o acesso universal, não permitindo que as especificidades sociais sejam barreiras à sua inclusão no sistema (SANTOS, 2015).

MIGRAÇÃO FRONTEIRIÇA – BRASIL E VENEZUELA

Migrações de fronteiras são entendidas dentro e fora do país, conforme reconhecido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH),

como uma modalidade humana de deslocamento. As migrações internas, dentro do mesmo país, podem acontecer entre municípios ou estados federativos. Por outro lado, as migrações internacionais ocorrem quando os imigrantes são de nações diferentes (BUCCI, 2018).

A migração pode também ser voluntária ou forçada, sendo esta última caracterizada quando uma pessoa tem sua vida, liberdade ou integridade, ameaçada como efeito de diversas formas de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, conflitos armados, violências generalizadas, violação de direitos, desastre naturais entre outros (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2015).

As cidades de fronteiras são as primeiras a receber o fluxo migratório, seja decorrente de migração interna ou internacional. Essas cidades passam a receber indivíduos e famílias que se deslocam por causa do trabalho, por razões familiares, por questões ambientais, sociais e políticas, por motivo de saúde, estudo, dentre tantos motivos que podem justificar o deslocamento dessa pessoa ou grupo (CAMÂRA; DUTRA; CAVALCANTI, 2018). Assim como o caso, Brasil e Venezuela, Pacaraima e Boa Vista foram as cidades de fronteira brasileira que sofreram o maior impacto e desafios do grande fluxo migratório dos venezuelanos.

As cidades fronteiriças possuem o desafio de criar uma infraestrutura local para receber os imigrantes e para lhes conceder um tratamento adequado, que abrange saúde, escola e alimentação; preservar a identidade cultural desse imigrante; prevenir e combater o trabalho análogo à escravidão e ao tráfico humano e aumentando a segurança de vias públicas, especialmente em razão da xenofobia que tem sido verificada nessas regiões (BUCCI, 2018).

Menezes (2018) explica que, embora a fronteira continue a ser de responsabilidades dos governos nacionais, nas áreas fronteiriças são competências compartilhadas entre os governos nacionais e subnacionais (regionais e/ou locais), sem impedir conflitos entre as competências ou suas lacunas. Cada cenário de fronteira é único, pois as bordas que a compõem são únicas. No entanto, esses espaços geralmente apresentam características que permitem construir uma tipologia de ação neles. De fato, o fenômeno migratório que ocorre na fronteira Brasil – Venezuela possui características próprias e diferentes de todo o Brasil.

Pode-se afirmar que não há um motivo em especial para a crise que acomete a Venezuela, mas uma linha de acontecimentos que a levaram a entrar em colapso econômico, político e principalmente social. Faz-se, assim, a necessidade de elencar os principais motivos da crise, como a queda do preço do barril de petróleo, um dos maiores recursos do país; política de controle de preço de produtos internos; controle do câmbio; escassez da moeda estrangeira e a polarização política do governo (BARBOSA; OBREGON, 2018).

Estimativas do IOM (2018) indicam que até 44.000 venezuelanos entraram no Brasil nos anos 2015-2017, e dados do Ministério da Justiça do Brasil (2018) mostram que pouco mais de 22.000 deles iniciaram o processo de busca de asilo. A grande maioria entrou através do estado de Roraima e estão vivendo em Boa Vista, capital do Estado. A influência de migrantes nesse estado tem causado um choque de oferta no mercado de trabalho local e gerou um aumento insustentável da demanda por serviços públicos, tendo em conta os recursos atualmente disponíveis para o governo local (UNHCR, 2019, p. 11).

A Venezuela está passando por uma forte crise econômica e política reconhecida pela comunidade internacional como uma crise humanitária. De acordo com a Resolução nº 2/18 da CIDH, a situação é nitidamente grave (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2018). Os venezuelanos vêm experimentando generalizada ausência de proteção do Estado e violação dos seus direitos fundamentais, como as faltas de alimentos, remédios e atendimento de saúde (UNHCR, 2019, p. 17).

No caso brasileiro, a chegada dos imigrantes venezuelanos é realizada, majoritariamente, pelo extremo norte do país, no estado de Roraima. Assim, constata-se um aumento da imigração venezuelana. Dados estatístico, em que o número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 280 em 2015, para 2.313 em 2016, 14.277 em 2017 e 11.083 até abril de 2018 (SIMÕES; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2018).

A nacionalidade venezuelana é apenas a 9ª no ranking de nacionalidades que mais migram para o Brasil. O contexto migratório venezuelano geral não demonstra grandes modificações no cenário brasileiro. Entretanto, o impacto dessa imigração é bem maior em relação a um estado de aproximadamente 500 mil habitantes, como é o caso de Roraima, em que há a concentração da maioria dos imigrantes em Boa Vista, uma cidade com cerca de 278 mil habitantes.

O fato dessa imigração ter alto grau de vulnerabilidade e se dado de forma concentrada no estado de Roraima traz uma série de dificuldades. Roraima é o menor e mais novo estado da federação, e uma migração plural e com características próprias como a que ora se dá em um estado sem uma grande estrutura e experiência em fluxos migratórios dificulta a efetiva inserção dos imigrantes, bem como impacta diretamente a qualidade dos serviços públicos em função do aumento de sua demanda (ROCHA; RIBEIRO, 2018, p. 549).

Sendo Roraima um estado pequeno, sem condições de absorver todo o fluxo migratório e tendo a política de imigração lançado bases nacionais sobre o tema, o governo brasileiro federalizou a questão, por meio da Medida Provisória no 820, de 15 de fevereiro de 2018, que posteriormente foi convertida na Lei no 13.684, de 21 de junho de 2018. Assim, estabeleceram-se medidas de assistência emergencial para o acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Então, foi reconhecida a situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima, tendo em vista o fluxo migratório proveniente da Venezuela, por meio do Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018 (ROCHA; RIBEIRO, 2018, p. 549).

O plano operacional para assistência emergencial aos imigrantes traçado foi, então, estruturado em três frentes. Primeiramente, tendo em vista que uma migração ordenada e regular é também mais segura, foi feito o ordenamento de fronteira, com o objetivo de receber, orientar, regularizar a situação do imigrante e documentá-lo, por meio de atendimento em posto de triagem para recepção e identificação na fronteira do Brasil com a Venezuela, na cidade de Pacaraima. Segunda frente do plano operacional é o abrigo. Como parte desse fluxo é economicamente vulnerável – não tem condições de sair de Roraima – e, por isso, acabava em situação de rua em Boa Vista, imigrantes que não possuem recursos para custear uma moradia digna têm direito a abrigo. A terceira frente do plano operacional desenvolvido pelo Brasil é a interiorização, que consiste na transferência dos imigrantes que assim desejarem a outros estados brasileiros. O objetivo dessa estratégia é diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima, e, ao mesmo tempo, oferecer maior oportunidade de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos (op. cit.).

Apesar de avançada legislação, perduram os desafios para sua implementação, como, por exemplo, a falta de recursos humanos para implementação de todas as ações propostas, principalmente no âmbito do acolhimento em Roraima; a dificuldade de coordenação entre diferentes níveis de governo; a disponibilidade de dados desagregados e atualizados sobre fluxos migratórios; e os mecanismos de compartilhamento de dados (UNHCR, 2018). Segundo o Plano de Resposta do ACNUR para refugiados e migrantes provenientes da Venezuela, a projeção é de que haverá aproximadamente 190.000 refugiados e imigrantes da Venezuela no Brasil até o final de 2019 (UNHCR, 2018). Faz-se necessário, portanto, o monitoramento constante do quantitativo e das características do fluxo migratório venezuelano para realizar os ajustes necessários no plano operacional, uma vez que ele é contínuo, não apresenta sinais de diminuição e possui atualmente características bastante diferentes do seu início (ROCHA; RIBEIRO, 2018, p. 549).

Entre 2017 e 2018, entraram 111.581 venezuelanos no território nacional, através da fronteira Brasil-Venezuela, sendo que 9.466 solicitaram residência, 29.202 pediram refúgio e 9.978 agendaram atendimento na Polícia Federal do Brasil (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020). Por ser a fronteira de acesso à Venezuela, o estado de Roraima é o território brasileiro, que tem sofrido o maior impacto com a chegada de grande número de venezuelanos, acarretando aumento na demanda por serviços de saúde e no registro de doenças por notificação compulsória.

Nessa perspectiva, o acirramento da crise política e econômica enfrentada no país, nos últimos anos, fez com que muitos venezuelanos migrassem ao Brasil na tentativa de buscar melhores condições de vida. A maioria desta população se concentra em estados fronteiriços do norte brasileiro. Roraima é o único estado que possui acesso por via terrestre, se tornando o território com maior concentração de imigrantes venezuelanos adoecidos pelo longo percurso percorrido a pé, com horas de espera na fronteira.

Diante desta situação, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), em março de 2017, a Resolução Normativa nº 126 do CNIG que dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço, por um prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país

fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados (SCHWINN; PORTELA, 2018).

A migração e os migrantes, como parte constitutiva desse processo, são vistos como problema e responsabilidade pela “crise” que não criaram, seja no país de origem ou no de passagem ou destino. Nesse sentido, a noção de “crise” pode, por um lado, ser usado pelo país receptor como discurso político e ideológico para criminalizar os migrantes pela “invasão” de um território e; por outro, para justificar o possível “caos” gerado por eles e a ausência das políticas públicas de acolhimento, já que o problema vem sempre do lado fronteiriço (SILVA, 2018).

Em contraposição, Rocha e Ribeiro (2019) afirmam que o Brasil não passa por uma crise migratória. Embora haja aumento da entrada de venezuelanos no país entre 2016 e 2018, a balança migratória brasileira é negativa, porque, a emigração do Brasil é maior que a imigração nele. Adicionalmente, ao fato de que o total de imigrantes no Brasil mantém a média dos anos anteriores e as entradas na fronteira terrestre de Pacaraima corresponde apenas a 0,67% dos movimentos transnacionais em todo país. Proporcionalmente, o número de imigrantes venezuelanos provenientes desse fluxo migratório não chega a 0,05% do número de habitantes no Brasil, um país de dimensões continentais. Portanto, não há um impacto a ponto de gerar crises. Roraima, por outro ponto de partida para a criação de políticas migratórias eficazes, é precisamente a revalorização dos aspectos positivos da migração e a redução gradual dos seus efeitos negativos.

A CEXVENEZ, uma comissão externa destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil, apresentou relatório preliminar em 2019, com base nos dados fornecidos pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, identificando alguns pontos que merecem atenção, a saber:

- **Na área da saúde:**
 1. O acentuado aumento populacional decorrente da imigração acarretou aumento desproporcionalmente elevado, por se tratar de população em situação socioeconômica muito desfavorável na demanda dos serviços de saúde municipais e estaduais.

2. Somente em 2018, o Ministério da Saúde tomou medidas para aumentar o aporte de recursos federais para a saúde do estado, mediante as Portarias n° 1.384 e 1.385, ambas de 16 de maio. A Portaria n° 1.384 aumentou o incentivo financeiro anual do PAB fixo (Parcela de Recursos fixa, calculada sobre a população do Município, componente do Piso da Atenção Básica) em R\$ 174.608,00 (cento e setenta mil, seiscentos e oito reais) para Pacaraima e R\$ 333.672,00 (trezentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e dois reais) para Boa Vista, divididos em doze parcelas mensais, das quais a última se deu em maio passado. A Portaria n° 1.385 estabeleceu aporte anual de R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) ao bloco de custeio do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do estado de Roraima, também em parcelas mensais que, depreende-se, findaram em maio último.
3. Ao longo de 2018, estima-se que 505 (quinhentos e cinco) venezuelanos imigraram por dia. Em 2019, estima-se que este número se situe acima de 420 (quatrocentos e vinte) por dia. Grande parte desses imigrantes permanece em Roraima, aumentando a sobrecarga dos sistemas de saúde municipais e estadual. Como não há, no ofício enviado pelo Ministério da Saúde, nenhuma menção à nova alocação de recursos, é grande a possibilidade de que haja colapso na atenção à saúde.
4. A avaliação da situação de saúde no estado é dificultada, também, pela inconsistência que se pode detectar nos dados disponíveis. Por exemplo, segundo o Ministério da Saúde, a cobertura populacional da Atenção Básica e das Equipes de Saúde da Família em Pacaraima teria sido de 100% entre 2016 e 2019. Entretanto, o número de Agentes Comunitários de Saúde permanece o mesmo desde 2014, assim como o número de Equipes de Saúde da Família. O próprio sítio institucional da Sala de Apoio à Gestão Estratégica do Ministério da Saúde mostra números diferentes, ainda que indique uma alta cobertura.
5. Cremos ser possível e necessário melhorar a comunicação entre os entes federativos, no caso entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde de Pacaraima. Esta, em ofício datado de 30 de abril do corrente ano (SENSA/GAB/OFÍCIO N° 070/2019),

relata a necessidade de credenciar microscopistas, em número de cinco, para atuar no diagnóstico de Malária. O Ministério, por sua vez, informa ter enviado “kits” de teste rápido, 8.000 em 2017 e 10.700 em 2018, o que no mínimo reduz agudamente a necessidade dos exames, em gota espessa, efetuados por microscopistas. Seria necessário verificar se os “kits” encaminhados estão sendo efetivamente utilizados.

6. No mesmo ofício, a Secretaria municipal de Saúde indica a necessidade de 8 (oito) novos agentes de combate a endemias. Esse é precisamente o quantitativo máximo de ACE's determinado para o Município no Anexo da Portaria nº 1.025, de 21 de julho de 2015, bem como o número autorizado para repasse de recursos federais pela Portaria nº 2.393, de 19 de setembro de 2017, ambas do Ministério da Saúde. O aumento populacional, mesmo acentuado, não seria suficiente para justificar a duplicação do número de ACE's.

Destaca-se que a atenção à saúde é o ponto com maior aplicação no relatório da CEXNENEZ, por apresentar as demandas dos serviços de saúde nas esferas municipais e estaduais, com ênfase na atenção básica.

Em bases legais da CF (1988) e do Mercosul (1991), a permanência do estrangeiro em território nacional garante direitos iguais aos dos brasileiros, apenas quando for residente. Entretanto, o imigrante venezuelano com pedido de refúgio pode aguardar a decisão do pedido em solo brasileiro e, se adoecer, poderá utilizar os serviços de saúde dado o princípio de universalidade do SUS.

As populações de imigrantes, refugiados e minorias étnicas são mais vulneráveis a alguns agravos de saúde que a maioria dos brasileiros, uma vez que se encontram em condições ambientais diferentes e situações de riscos relacionadas à pobreza, discriminação e exclusão social (MOTA; MARINHO, 2014).

Em relação aos dados referente à atenção terciária no ano de 2016, o relatório da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima informa que houve um aumento de 110% de atendimentos comparado a 2015, no Hospital de Pacaraima (município que faz fronteira com a Venezuela) e de 310% em relação a 2015, no Hospital Geral de Roraima (HGR). Esses números são preocupantes, quando se verifica que há capacidade instalada

comprometida, material de consumo e quantitativo de profissionais de saúde e técnico-administrativo insuficientes para a demanda de venezuelanos em tão pouco tempo. Outra preocupação foi o ressurgimento de algumas doenças transmissíveis graves já erradicadas no Brasil.

A mudança desse cenário em Roraima fez com que Ministério da Saúde, em janeiro de 2018, assinasse o Plano Integrado de Ações para atendimento em saúde no estado. Construído em conjunto com os governos estadual e municipais das cidades de Boa Vista e Pacaraima, esse Plano é resultado de um Grupo de Trabalho (GT), criado em agosto de 2017, para atender ao aumento da demanda nos serviços de saúde devido ao crescimento do fluxo migratório. Essas ações definidas orientam, ampliam e qualificam a assistência na APS e hospitalar, inclusive a vigilância em saúde, e define os responsáveis pela assistência no estado. Dentre as medidas, se propõe o monitoramento da situação epidemiológica e o controle vetorial do estado, com estímulo à vacinação, principalmente para população migrante em situação de rua. O horário de atendimento de Unidades Básicas de Saúde para a vacinação foi ampliado e garantido vacinas e soros (BRASIL, 2019b).

ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO CENÁRIO MIGRATÓRIO – BRASIL E VENEZUELA

A CF remeteu a regulamentação do SUS à aprovação de leis complementares e ordinárias. Desde então, foram aprovadas pelo Congresso Nacional as seguintes leis sobre o tema:

- 1) Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- 2) Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências³; e
- 3) LC n. 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da CF para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados

anualmente pela União, por estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo (CONASS, 2011).

A Seção de Saúde da CF e as Leis n. 8.080 e n. 8.142, de 1990, constituem respectivamente as bases jurídicas, constitucionais e infraconstitucionais do SUS e estabelece as definições iniciais do processo efetivo da sua implantação. O SUS vem sendo implantado como um processo social, dinâmico em permanente construção.

Os sistemas de atenção à saúde são respostas sociais deliberadas às necessidades de saúde das populações que se expressam, fundamentalmente, nas suas situações de saúde. Por decorrência, deve haver uma harmonia entre essas necessidades e a forma como o sistema de atenção à saúde se organiza para respondê-las socialmente (CONASS, 2015, p.23). Com o objetivo de oferecer uma atenção à saúde integrada, de qualidade e resolutiva de forma regionalizada, que atenda às necessidades da população, por meio de discussões de gestores, o SUS implanta a Rede de Atenção à Saúde (RAS) como forma de organizar seus serviços, facilitando a implantação e a operacionalização das redes temáticas, nas regiões de saúde de cada estado.

Com o Decreto nº 7.508, de 28 de julho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/90, e descreveu algumas funções para garantir o funcionamento das Redes de Atenção à Saúde:

1. ser de base territorial: modalidade de atenção e de serviço de Saúde com o mais elevado grau de descentralização e capilaridade, cuja participação no cuidado se faz sempre necessária;
2. ser resolutiva: identificar riscos, necessidades e demandas de Saúde, utilizando e articulando diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de uma clínica ampliada capaz de construir vínculos positivos e intervenções clínica e sanitariamente efetivas, na perspectiva de ampliação dos graus de autonomia dos indivíduos e grupos sociais;
3. coordenar o cuidado: elaborar, acompanhar e gerir projetos terapêuticos singulares, bem como acompanhar e organizar o fluxo dos usuários entre os pontos de atenção das RAS, atuar como o centro de comunicação entre os diversos pontos de atenção, responsabilizando-se pelo cuidado dos usuários por meio de relação horizontal, contínua e integrada, com o objetivo de produzir a gestão compartilhada da atenção integral.
4. ordenar as redes: reconhecer as necessidades de Saúde da população sob sua responsabilidade, organizando-as em relação aos outros pontos de atenção,

contribuindo para que a programação dos serviços de Saúde parta das necessidades de Saúde dos usuários (CONASS, 2015, p.7).

A nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) publicada pela Portaria GM/MS nº 2.488/11, que restabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da APS, da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Além disso, atualizou conceitos na política e introduziu elementos ligados ao papel desejado da Atenção Primária à Saúde (APS) na ordenação das Redes de Atenção à Saúde, reconhecendo novas modelagens de equipes para as diferentes populações e realidades do Brasil.

Pleiteia-se, então, um investimento crescente na APS de forma que se torne de fato a ordenadora da RAS, uma vez que as suas equipes se inserem dentro dos territórios ou o mais próximo possível onde as pessoas vivem. Desse modo, sob o modelo de redes poliárquicas e em contraposição ao modelo hierárquico até então adotado, a APS pode se tornar cada vez mais o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a RAS, integrando e coordenando as ações gerenciais e de saúde, com respeito às diferenças tecnológicas de cada ponto da rede.

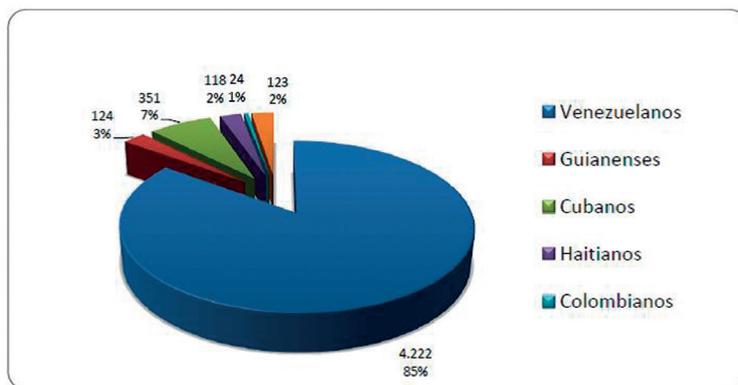
A APS se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e de autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. Desenvolve-se por meio de exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. As Unidades Básicas de Saúde – instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem – desempenham um papel central na garantia à população de acesso a uma atenção à saúde de qualidade (BRASIL, 2012).

A UBS é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a RAS em Roraima, devendo

estar localizada próxima de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem. Com isso, desempenha um papel central para a acessibilidade da população à saúde de qualidade, com atribuição de promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (BRASIL, 2019).

Ao longo de 2016, os dados da Secretaria Municipal de Boa Vista mostram considerável demanda de estrangeiros para APS, com destaque para venezuelanos, haitianos, africanos e guianenses. Maior procura de atendimentos se direcionou para médicos, dentistas, pré-natal, imunização, emissão de cartão do SUS e preservativos, sendo realizados cerca de 1.377 atendimentos gerais para pacientes venezuelanos em todas as unidades de saúde, entre os quais 62 se destinaram ao pré-natal. No período de janeiro a agosto de 2017, foram realizados 18.796 atendimentos, em que 4.962 se destinaram às pessoas oriundas da Venezuela (RORAIMA, 2018). Esses fatos demonstram a carência de investimentos na ampliação da RAS municipal, de modo a se assegurar o acesso com a qualidade almejada.

Gráfico 2: Quantitativo de atendimentos de estrangeiros nas Unidades Básicas de Saúde, segundo país de origem, no mês de agosto de 2017, em Boa Vista, RR



Fonte: Plano Municipal de Saúde de Boa Vista, RR, entre os anos de 2018-2021.

O crescente fluxo migratório exige da gestão municipal constante reflexão e tomada de decisão estratégica, sob as bases dos princípios de

acessibilidade e integralidade do SUS. Trata-se de enorme desafio, quando se considera a crescente demanda e o conjunto de diferentes necessidades dos venezuelanos, que buscam as UBS, cujos processos de cuidar e estruturas foram planejados para a população existente em cada área territorial de Boa Vista.

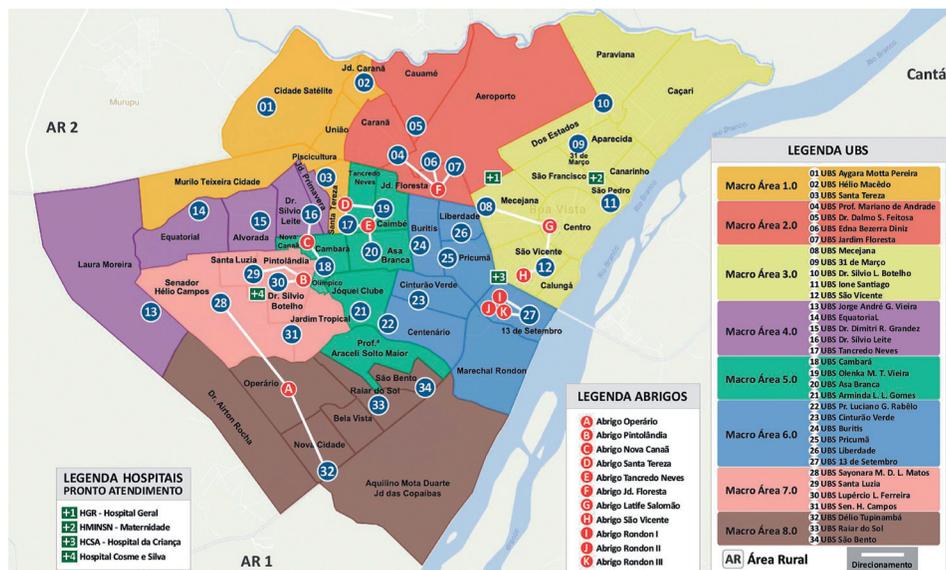
Há grande preocupação em relação ao acompanhamento e seguimento dos venezuelanos atendidos na APS, principalmente em relação ao início tardio de pré-natal; atualização de vacinas, conforme o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do MS; o controle epidemiológico de agravos evidenciados em decorrência da situação de vulnerabilidade e da falta de assistência no país de origem, em especial os casos de doenças infectocontagiosas como a Tuberculose, AIDS, Hepatites Virais (RORAIMA, 2018). Esses são agravos monitorados pela vigilância sanitária, por meio de rastreamentos e acompanhamentos de intervenções terapêuticas pelas equipes de ESF ou de UBS, nos casos compensados, conforme preconizado na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), publicada pela Portaria GM/MS nº 2.488/11.

Ao atualizar conceitos e diretrizes e introduzir elementos essenciais para implantação do novo papel da APS, pode-se afirmar que a PNAB propiciou maior organicidade do nível de atenção primária e consequente ordenação das RAS, permitindo a incorporação de novas modelagens de equipes de saúde e arranjos gerenciais e assistenciais para minimizar as situações específicas de populações vulneráveis. Além de as equipes existentes, cria-se outros arranjos organizacionais para ESF ou para UBS, tais como as equipes destinadas aos Consultórios de Rua para o acolhimento, acompanhamento e inserção na rede de saúde desse grupo populacional que se encontra em situação de rua e à População Ribeirinha da Amazônia Legal e Pantanal Sul Matogrossense, simplificando e facilitando a criação de UBS Fluviais; além de ampliar o número de municípios com implantação de novos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF (CONASS/APS, 2015).

Com base nessas experiências organizativas exitosas na promoção de maior capilaridade na acessibilidade e acolhimento, se sugere a sua ampliação para oferta de cuidados em saúde aos imigrantes das áreas fronteiriças do Brasil. O intuito é orientar as ações de saúde para os imigrantes, sob os princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A gestão da APS da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista se constitui pelos seguintes órgãos, a saber: Assessoria; Núcleo da Rede Básica que trata do acompanhamento dos processos de saúde desenvolvidos no território, através de Coordenadores de Macro área, Diretores de UBS; Coordenação de Sistemas de Informação; Coordenação do Programa Bolsa Família; Coordenação do Programa Saúde na Escola e Tabagismo; Coordenação de Saúde Bucal e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Na totalidade, há 60 equipes de ESF, e 03 equipes de NASF, distribuídas em 34 UBS, em regime de 40 horas semanais, entre as quais, quatro (4) unidades funcionam com horário ampliado para atendimento de segunda a sexta-feira, de 19:00h às 00:00h, favorecendo o acesso para pessoas, que trabalham em horário comercial. A definição pelas UBS Olenka, UBS Aygara Motta, UBS Mariano de Andrade e UBS Délio Tupinambá se deu por suas localizações em pontos estratégicos da cidade, conforme mostra a Figura 5.

Figura 5: Mapa dos Abrigos de Imigrantes e as UBS de Referência para os imigrantes



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, 2019.

Todas as UBS possuem o Acolhimento implantado com classificação de risco e vulnerabilidade, visando a melhoria e organização do fluxo dos pacientes, de forma a assegurar um atendimento resolutivo e humanizado. Para tal, a Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista implementou o sistema de prontuário eletrônico em todas as UBS, sendo o e-SUS AB em 11 UBS e o SIGGSS em 23, além de oferecer o Telessaúde para capacitação dos profissionais de saúde (RORAIMA, 2018).

CONCLUSÃO

As UBS não possuem a adequada capacidade instalada e o suficiente quantitativo de profissionais para o atendimento das demandas de saúde oriundas do intenso fenômeno migratório de venezuelanos, os gestores das UBS são capazes de implantar estratégias emergenciais para ofertar um conjunto de tecnologias de cuidados primários de saúde, com base no raciocínio analítico, pensamento crítico e capacidade de avaliação. No Núcleo de Atendimento da Atenção Básica do município de Boa Vista – RR, a estratégia é formada a partir do cotidiano dos gestores e profissionais das áreas da atenção primária de saúde, que se deparam com uma série de dificuldades e problemas de saúde no território, intensificada pelo aumento do fluxo de migratório. Essa situação complexa faz com que esses profissionais tomem decisões preservando normas nacionais e internacionais com adoção de estratégias deliberadas, mas as acomodando e modelando, segundo a necessidade e demandas epidemiológicas e territoriais das UBS.

A definição do território como responsabilidade de cada equipe está entre as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). O processo de territorialização deve ser considerado como meio operacional para o desenvolvimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população, permitindo aproximação para o entendimento dos problemas e necessidades de saúde do coletivo de cada território. Vale ressaltar a importância de refazer ou atualizar a territorialização sempre que necessário, considerando o dinamismo de fluxos e fixos, das subjetividades circulantes nas diferentes articulações, nas possibilidades de referências e contrarreferências entre institucionais e sociais garantidores dos apoios e vínculos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Refugiados e migrantes venezuelanos já são 3 milhões no mundo**. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/refugiados-e-migrantes-venezuelanos-ja-sao-3-milhoes-no-mundo>. Acesso em: 08 nov. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BARBOSA, Carolina Coelho; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela para além das fronteiras: análise do impacto da crise venezuelana na população e na saúde pública de Roraima. **Derecho y Cambio Social**, Lima, n. 54, p.1-25, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão externa destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil – CEXVENEZ. **1º relatório da comissão externa Crise na fronteira da Venezuela com o Brasil**. 2019a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento à demanda espontânea**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28, Volume I).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Informativa Nº 57/2018**. Atualiza Informações sobre sarampo em Roraima. 2018a. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/42721-nota-do-ministerio-da-saude-atualiza-informacoes-sobre-sarampo-em-roraima>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Roraima tem Plano de Ações para Atendimento aos Imigrantes**. 2018b. Disponível em: <http://portalms>.

saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42320-roraima-tem-plano-de-aco-es-para-atendimento-aos-imigrantes. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento. UBS: Unidade Básica de Saúde – Roraima. [2019b]. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/ubs-unidade-basica-de-saude/rr>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 out. 1988.

BUCCI, Daniela. Implicações das migrações fronteiriças e a necessidade de criação de um espaço de direitos e acolhimento: parâmetros fornecidos pelo sistema interamericano de direitos humanos. In: BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Fronteiriças**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 271-280.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. **Ensaio crítico sobre a cooperação internacional em saúde**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação de Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 93-105, 2010. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/350/516>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação**. 2005. p. 96. (Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais). Disponível em: https://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/gcim/GCIM_Report_Complete_PT.pdf. Acesso em: 14 de jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). **A atenção primária e as Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: CONASS, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). **Legislação Estruturante do SUS**. Brasília: CONASS, 2011.

EL PAIS. **O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html. Acesso em: 27 ago. 2018.

FORTES, Paulo Antônio de Carvalho; RIBEIRO, Helena. Saúde Global em tempos de globalização. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 366-375,

jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902014000200366&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jun. 2020.

KICKBUSCH, I. Global health: a definition 2002. New Haven: Yale, 2020. Disponível em: <<http://www.ilonakickbusch.com/kickbusch-wAssets/docs/global-health.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde e Sociedade [online]**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 26-36, 2018.

MENEZES, Daniel Nagão. Introdução do debate das fronteiras no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Fronteiriças**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 291-299.

MOTA, André; MARINHO, Gabriela S. M. C. (orgs.). **Saúde e história de migrantes e imigrantes: direitos, instituições e circularidades**. São Paulo: USP/Faculdade de Medicina; UFABC/Universidade Federal do ABC; Casa de Soluções e Editora, 2014.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Desafios e Perspectivas da Mobilidade Humana na Amazônia Contemporânea. **Textos & Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 27, p. 107-121, 2015.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OIM**: Organização Internacional para as Migrações. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

PADILLA, Beatriz. Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. **REMHU**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 49-68, 2013.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 20, n. 122, p. 541-563, 2018.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 18, p. 251-268, 2010.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 197-207, 2006.

RORAIMA (Estado). Prefeitura de Boa Vista. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde de Boa Vista 2018-2021**. Roraima: Secretaria Municipal de Saúde, 2018.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 477-494, 2016.

SASSEN, Saskia. **As diferentes especializações das cidades globais**. 2008. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.103/87/pt>. Acesso em: 10 ago 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SILVA, Sidney. A fronteira norte do Brasil. Notas de pesquisa. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro et al. **Migrações Fronteiriças**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 300-303.

SILVA, Camila Ribeiro et al. Dificuldade de acesso a serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte: um estudo de caso. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 22, n. 4 [Acessado 24 Junho 2020], pp. 1109-1120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.27002016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017224>

SCHERMA, M.; OLIVEIRA, J.; FERRAZ S. Cooperação internacional em saúde: um panorama da fronteira Brasil-Venezuela. **Revista ESPACIOS**, Caracas, v. 36, n. 1, p. 1-12, 2015.

SCHWINN, Simone Andrea; PORTELA, Êmily de Amarante. O Brasil e a imigração venezuelana: a (des)organização da Política Migratória Brasileira. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. 2018. **Anais** [...] Rio Grande: Editora da FURG, 2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Global Trends, Forced Displacement in 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2017/>. Acesso em: 1 mar 2019.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Livelihoods for Migrants & Refugees in Brazil**. 2018. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Livelihood-for-Migrants-and-Refugees-ACNUR-e-OIT.pdf>. Acesso em: 15 fev 2019.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Livelihoods for Migrants & Refugees in Brazil**. 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms675251.pdf. Acesso em: 15 fev 2019.

XAVIER, Fernando César Costa. **Migrações internacionais na Amazônia brasileira: impactos na política migratória e na política externa**. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação Interinstitucional, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RECEPÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE TRÂNSITO ENTRE OS GÊNEROS NO FACEBOOK EM RORAIMA¹

*Luan Correia Cunha Santos²
Francilene dos Santos Rodrigues³*

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de pesquisa iniciada no âmbito da Iniciação Científica junto ao Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON, sob coordenação da Profa. France Rodrigues. O ponto de partida para desenvolvermos o tema foram os cenários de violências, sua convergência e atualização com as redes sociais. A partir dessa ideia buscamos entender como ocorre, em Roraima, a recepção de produções comunicacionais que representem ou que sejam protagonizadas por pessoas em trânsito de gênero, por meio de análise dos comentários feitos a partir da rede social digital, o facebook. A pesquisa tomou como base uma metodologia descritiva para levantar dados sobre crenças relacionadas a um grupo social específico, no caso a população em trânsito de gênero e o acompanhamento da recepção expressa nas redes sociais digitais, visando descobrir como são agenciadas suas representações neste cenário tendo como base produções comunicacionais e como contexto social o hétero-estereótipo negativo relacionado à população trans.

Tratando-se de uma pesquisa básica estratégica, a partir de GIL (2010, p.27) “pesquisas voltadas à aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos”, procura aperfeiçoar, a partir dos conhecimentos adquiridos, os problemas de comunicação que se fazem presentes quando se trata da população de transgêneros. A partir do estudo de caso de determinadas peças comunicacionais, que tenham expressiva repercussão no ambiente digital em que estejam presentes cidadãos roraimenses, pretende-se proporcionar

¹ Sub projeto desenvolvido no âmbito de Iniciação Científica (2018-2019), vinculado ao Projeto de pesquisa, financiado por meio do Edital Universal/CNPq 2018 e Edital Pró-Pesquisa APG/UFRR/2018, coordenado pela Profa. Dra. Francilene Rodrigues.

² Voluntário em Iniciação Científica (2018-2019); Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação PPGCOM/UFRR. Email: luanjack@gmail.com.

³ Orientadora do subprojeto. Coordenadora do GEIFRON e do Projeto de Pesquisa Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima (2019-2021). Email: france.rodrigues@ufr.br

uma visão global sobre a representação trans no estado, e possíveis fatores que influenciem uma visão estereotipada, assim como suas consequências sobre a influência de tal representação.

Baseando-se em levantamentos bibliográficos a partir de autores que tratam a temática de gênero e sexualidade, especialmente os “Estudos *Queer*”, que propõem um questionamento as noções pressupostas de masculinidade e feminilidade e suas transições, o conteúdo coletado por meio de observação direta pôde ser analisado, tendo como suporte o método analítico, buscando assim um estudo com profundidade.

Dessa forma, esse artigo está subdividido em quatro partes. A primeira “Recepção, Mapa das Mediações e Relações no Ciberespaço” reúne discussões teóricas sobre o conceito de recepção amparado nas mediações expostas por Jesus Martín-Barbero e como estas se constituem a partir de tecnologias relacionais no ciberespaço. Depois explanamos as quatro mediações separadamente, sendo elas: “Institucionalidade, Ritualidade, Sociabilidade e Tecnicidade nas redes Sociais Digitais”, buscando suas adaptações e aplicações para esta pesquisa. Na terceira parte dialogamos com as teorias *Queer* e o trânsito entre os gêneros, contextualizando os sujeitos da pesquisa. por fim, analisamos a recepção expressa nos comentários do facebook, problematizando os estereótipos de pessoas trans e suas repetições descontextualizadas.

RECEPÇÃO, MAPA DAS MEDIAÇÕES E RELAÇÕES NO CIBERESPAÇO

Nos últimos anos a internet tem se consolidado como um espaço de disputa de narrativas e representações, especialmente por grupos, como os sujeitos que transitam entre os gêneros, que antes tinham acessos restritos aos meios de comunicação convencionais. A população de gêneros dissidentes (BENTO, 2003) quando representada, era majoritariamente estereotipada. Como uma das consequências, pouco conhecimento popular foi produzido sobre pessoas trans, agravando cenários de preconceitos e discriminações. Exemplo disso, não é incomum que, ainda em 2020, travestis sejam associadas, por alguns setores sociais, como sinônimo de prostituição ou escárnio.

Tais associações reforçadas pelas comunicações, acabam por caracterizar o que se pode denominar hétero estereótipo-negativo, sendo esse uma

crença negativa compartilhada sobre um agrupamento humano distinto, formado a partir de um ou mais critérios, como gênero, sexo, moralidade, profissão (LIMA; PEREIRA, 2004). Ainda é comum que pessoas transexuais sejam privadas do espaço público de maneira “naturalizada” como pessoas cisgênero fazem. Os espaços que são normatizados para os gêneros dissidentes são os “guetos”, pontos de prostituição, especialmente de madrugada. Qualquer uso que fuja deste estereótipo é visto com estranhamento, que segue acompanhado de violências (BENTO, 2010).

Porém, com sua ascensão, o ciberespaço tem se consolidado como uma forma dos nichos e margens se comunicarem. Por reduzir distâncias temporais e geográficas, também é utilizado para a disseminação de estilos e aproximação de indivíduos que estão inseridos no mesmo grupo (FONTENELE, 2015).

Ocorre que as possibilidades de alcance são universais. Ao tempo que sujeitos de gêneros dissidentes conseguem se comunicar entre si e aumentar sua representação e protagonismo comunicacional, também emergem em uma esfera macro, onde pessoas de fora desse convívio passam a ter contato com contextos divergentes, resultando em um cenário virtual onde novas representações e significações são construídas e atualizadas, interagindo entre si e também com as produções de sentido a partir dos meios de comunicação convencionais. Trata-se de um espaço de convergência. Segundo Jenkins, as audiências têm exigido cada vez mais espaço de atuação e protagonismo na cultura (JENKINS, 2009). Consolida-se uma zona de trânsito entre produção e consumo de conteúdo, fenômeno observado com base nas novas tecnologias de comunicação, especialmente a partir da WEB 2.0, em que o ambiente digital incorpora características relacionais aos processos mediados pela tecnologia (PRIMO, 2007). Apoiada em tal necessidade humana e aliada as possibilidades técnicas, encontram-se as redes sociais, que tornam-se assim um espaço de grande adesão da população com acesso ao ciberespaço e que passam a funcionar como extensão fundamental das relações humanas presenciais.

O facebook, por exemplo, é a rede social digital de maior acesso no Brasil e de maior repercussão no mundo. A partir dele, usuários podem se conectar no espaço virtual com suas redes de amigos, além de criar outras redes. Produzir e divulgar suas produções, assim como de outros, e também reagir. O campo das reações é fundamental nas redes sociais

e no ciberespaço, pois é a partir dele que se constituem as relações neste ambiente (PRIMO, 2007). Através de uma publicação ou compartilhamento de determinado usuário, cria-se a possibilidade de comentar, aprovar ou desaprovar determinado tipo de conteúdo. Tais interações consolidam a participação efetiva da audiência no processo de comunicação e realça a influência da recepção nos processos de produção.

Perceber as formas como determinadas produções, protagonizadas ou não por gêneros dissidentes, produzidas por meios tradicionais ou emergentes, mas que tenham como temática o trânsito de gênero, são recebidas no facebook, por parte de seus usuários roraimenses é fundamental para se compreender como esta população do estado trata das questões relacionadas as pessoas transgênero.

Consideramos, como um dos pontos iniciais da pesquisa todas as violências sociais cotidianas institucionalizadas que pessoas que transitam entre os gêneros são expostas. Violências por desrespeito ao uso do nome social de pessoas trans ou por conta de suas vestimentas são algumas das diversas opressões simbólicas que aqueles que transitam entre os gênero precisam vivenciar em seu cotidiano. Acrescentam-se a elas as violências físicas transfóbicas, processos excludentes de espaços sociais que contribuem para falta de acesso a bens e recursos públicos e baixa expectativa de vida (SANTOS;SILVA, 2018). Uma vez expulsas de suas casas, violentadas nos espaços de ensino, negligenciadas pelo mercado de trabalho e invisibilizadas pelos órgãos institucionais, as pessoas que transitam entre os gêneros, recorrem ao espaço da rua como alternativa (JESUS, 2012), porém neste espaço estão expostas às violências físicas que geram mortes e entram em um processo de disputa territorial do espaço público quando tentam reivindicar para si uma moral diferente daquele que a cis-heteronormatividade delega, no caso, a prostituição e a criminalidade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018) aponta que a expectativa de vida de pessoas que transitam entre os gêneros no Brasil é de 35 anos, número que se consolida como menos da metade da expectativa de vida de pessoas cisgênero, cuja a média nacional é de 75 anos (FONSECA, 2018). Segundo o Dossiê divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, sendo que em 80% desses casos, apresentaram requintes de crueldade. O país se apresenta como o líder no

ranking mundial de nações com maior número de mortes por transfobia (SUDRÉ, 2020). Os dados, porém, devem ainda ser maiores, considerando que há crimes de transfobia não registrados dessa maneira, o que dificulta o levantamento da Associação.

Com base em Jesús Martín-Barbero (1997), de que a recepção é um influente campo para se estudar e entender a comunicação, o desenvolvimento do presente trabalho ocorre em observar, a partir da recepção expressa nos comentários de notícias jornalísticas e postagens de facebook selecionadas, traços culturais, construídos historicamente e socialmente, assim como novos movimentos híbridos, como processo de comunicação se atualiza, tendo o sujeito capacidade criativa, mesmo estando ele inserido em uma dada estrutura social (ESCOSTEGUY, 2010).

Partindo do conceito de cultura abordado por Stuart Hall (apud ESCOSTEGUY, 2010), que a determina como “processo integral pelo qual significados e definições são socialmente construídos e historicamente transformados” (2010, p.28), a análise da recepção ultrapassa o que é explícito no material selecionado, mas seus sentidos circulam nos diferentes elos que integram o cenário comunicacional, tendo a cultura como eixo principal para compreender o processo de comunicação (ESCOSTEGUY, 2010). Ciente de que a mídia vem desenvolvendo, ao longo das etapas de sua renovação tecnológica, um papel fundamental na construção de significados, é necessário que se faça uma observação mais focal sobre a produção de conteúdo na atualidade, considerando temas e pautas tão complexos e, principalmente, sobre as formas de receber esse conteúdo e dar a ele outras apropriações.

INSTITUCIONALIDADES, RITUALIDADE, SOCIABILIDADE E TECNICIDADE NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Para trabalhar com o mapa das mediações de Barbero (1997) e, assim, compreender e realizar os estudos de recepção, é necessário explicar e posicionar cada uma das relações que mediam o campo da comunicação, sendo elas: a institucionalidade, a ritualidade, a socialidade e a tecnicidade. No que se refere à Institucionalidade e seus diferentes segmentos, podemos afirmar que esta “põe em relação as matrizes culturais e as lógicas de

produção e, em uma primeira aproximação, dizem respeito às negociações estabelecidas pelo sujeito com o poder e com as diversas instituições em seu cotidiano” (SANTI, 2016, p.39). Interpretando este contexto histórico-social, “podemos compreender a institucionalidade como uma mediação repleta de interesses e de relações de poder, responsável pela regulamentação dos discursos envolvendo questões econômicas e sociais” (SANTI, 2016, p.39).

No caso de nossa pesquisa, a mediação de institucionalidade pode-se referir tanto as matérias jornalísticas compartilhadas nas redes sociais digitais de pessoas trans, como o próprio uso e relação do facebook com os veículos de comunicação e os atores sociais concordantes com a lógica vigente no site. A forma como a matéria é construída e suas formas de veiculação podem ou não reforçar um estereótipo, da mesma forma como podem influir na sua capacidade de conexão com pessoas trans sendo mais atrativa para o compartilhamento, seja este feito de forma crítica ao questionar seu posicionamento, ou de forma a cancelar seu conteúdo. A maneira como este é publicado e posteriormente replicado também se apresenta como um campo de negociações entre os padrões de publicação da rede social e seus usuários.

A tecnicidade está compreendida entre as lógicas de produção e os formatos industriais, a partir de uma relação recíproca, das especificidades do próprio meio e da capacidade de se inovar tecnicamente em formato. Também está ligada as transformações das formas de percepção social provocadas por esses meios (SANTI, 2016). Logo, também pode ser tida como:

Um organizador perceptivo, aquilo que articula a transformação material à inovação discursiva. Mais que aos aparelhos tecnológicos, ela remete aos outros desenhos das práticas socioculturais, pois a tecnicidade é sempre menos um assunto de aparatos do que de operadores perceptivos e de destrezas discursivas (SANTI, 2016, p.49).

O processo de tecnicidade não passa apenas pelas possibilidades tecnológicas de se veicular comunicações de diversas naturezas no ciberespaço e em redes sociais digitais, mas também, como essas técnicas são apropriadas e atualizadas por seus atores. É a vertente do mapa das mediações que nos permite problematizar como o facebook é utilizado para agenciar representações estereotipadas ou formular repetições

descontextualizadas (BENTO, 2003). A interatividade é o campo em que percebemos as estruturas de navegação que possibilitam e atualizam as interações e suas conseqüentes relações sociais dali agenciadas. Caracterizadas na segunda fase da web (WEB 2.0), os sites passaram a adotar uma arquitetura de participação e colaboração (PRIMO, 2007), é neste espaço que se destacam os comentários e, conseqüentemente, as formas de recepção criam uma visibilidade mais concreta. Assim, a interatividade da audiência assume o papel protagonista no processo de renovação da comunicação. Muitas vezes o sucesso de uma matéria se dá com a participação do público em qualidade e quantidade e os portais de notícias têm buscado cada vez atender a essa demanda, advinda de uma vontade de participação que é própria do ser humano (JENKINS, 2006).

Nos estudos de recepção, a participação e a manifestação da audiência são um importante campo para compreender quem são os sujeitos, com quem os meios jornalísticos se comunicam e como eles recebem esse conteúdo, a partir de suas falas, assim como quais são as comunicações de sujeitos trans, e como elas interagem neste ecossistema comunicacional. Os comentários feitos a partir da recepção dos usuários passam a ser o espaço privilegiado de atualização, ressignificação na comunicação, refutando um suposto “papel passivo” da audiência.

Considerando a centralidade do ciberespaço nos dias atuais é necessário compreender as mudanças trazidas ainda na década de 2000 e que projetaram para a *web* um espaço onde as interações humanas cotidianas e frequentes são o principal objetivo e atrativo das navegações na internet. A Web 2.0 potencializa o social com o apoio da tecnologia da informática, como trabalhos coletivos, trocas afetivas, produções e circulações de informações e, muda a ênfase no uso da internet, que outrora era focada em publicações como construções isoladas e que passa a ser então participativa, visando uma construção conjunta (PRIMO, 2007). Não basta apenas a publicação, a ressignificação e interação da audiência são partes fundamentais, se não as mais importantes do processo comunicacional, por se tratar do espaço onde a comunicação se atualiza.

Outras características que amplificam tal movimento é a substituição do modelo “*Push*” em que o conteúdo era “empurrado” até a audiência, sem levar em consideração suas especificidades, para o modelo “*Pull*”

em que o conteúdo é “puxado” pela audiência, de acordo com suas formas de recepção, ressignificação e preferência. (PRIESTMAN *apud* PRIMO, 2007). Na web 2.0 a audiência não é passiva e destinada a assistir conteúdos podendo apenas endossá-los ou refutá-los, mas também tem a possibilidade de produzir, tornando-se produtor e consumidor simultaneamente (PRIMO, 2007). Tais mecanismos e características deram origem ao processo relacional presente até a atualidade nas interações na web. Nele, o “Eu” (usuário) quando interage diretamente com alguém mantendo um diálogo próximo, denominamos seu interlocutor como “Tu”, e “Ele” ou “Eles” quando a interação se der em um nível distante, porém, em ambos os casos temos uma conversação mútua. A comunicação com “It” (do inglês “isto”) é quando o “Eu” se relaciona com uma máquina ou programa, em grande parte das vezes com mensagens massivas, onde a resposta do “Eu” é geralmente ignorada, como no caso de spams, neste temos uma interação reativa (PRIMO, 2007).

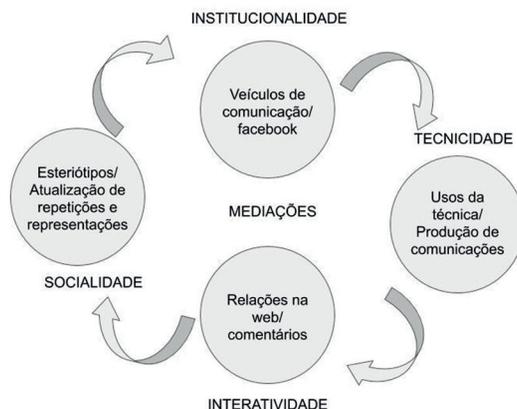
Dentro da mesma perspectiva também se encontra o “Nós”, grupo em que todos os participantes “Eu” e “Vós” (plural de “Tu”) se conhecem e se reconhecem como parte de um mesmo grupo que partilham interesses e afetos. E ainda, “Nós/Todos” quando a interação ocorre em um grupo de desconhecidos, desconsiderando relações de afetividade, mas podendo haver sentimentos de pertencimento e interesses (PRIMO, 2007), como é caso da comunidade trans quando se relaciona através de comentários no Facebook. Existe o compartilhamento de um sentimento de pertencimento, seja ele de inclusão ou exclusão e há um interesse comum em debater determinado tema, normalmente proposto a partir do conteúdo. O conteúdo das interações é o que caracteriza a interação social (mensagem trocada), e a ele sempre está ligado a um contexto, podendo ser geográfico, político, social, temporal, ou todos estes simultaneamente (PRIMO, 2007). É o que existe entre os agentes e suas mensagens, o que faz com que se fortaleçam os vínculos de relacionamento.

Também é presente no aspecto relacional a “coletividade”, está sendo caracterizada por conhecimentos produzidos de forma pública, compartilhados por todos/diversos membros e que podem ser construídos e reconstruídos coletivamente, se diferenciando de “Nós/Todos”, pois na “Coletividade” não existe a possibilidade de

conversação (PRIMO, 2007), embora sua produção possa ser resultado de um diálogo entre “Nós/Todos”. Tais processos de interação são fundamentais para se compreender de maneira mais específica a forma como sujeitos trans se comunicam utilizando as novas tecnologias de comunicação, como fortalecem seu processo de representação social a partir delas, e como essa representação de fato ocorre e é expressa a partir da recepção da audiência.

A última das quatro mediações trata-se de ritualidade, as rotinas e regras construídas através de diferentes tempos em diferentes espaços e a relação entre as rotinas de trabalho e as ações capazes de modificar essas rotinas. Por sua vez, a socialidade está associada a relação mútua entre as competências de recepção e as matrizes culturais, relacionando-se às negociações cotidianas estabelecidas entre os sujeitos e as estruturas sociais a que pertence e interage (SANTI, 2016). A partir da necessidade de participação das audiências nos aspectos que lhes são cotidianos, como já apontada por Jenkins (2006), os sites fazem de uma arquitetura de participação a ferramenta para que a comunicação se atualize dentro de contexto social, que também está sujeito a ser atualizado. É no campo da socialidade que as recepções se encontram com as representações sociais, podendo então serem reforçadas ou atualizadas a partir de repetições descontextualizadas, como veremos no capítulo a seguir. Compreender o mapa das mediações é fundamental para compreender as relações sociais colocadas a partir das redes sociais digitais e como estas estão continuamente em alteração, movimentando agentes e sujeitos sociais. Buscamos, através do esquema abaixo, adaptar os conceitos de mediação de Jesus Martín-Barbero para nosso objeto de análise, considerando este mapa como uma importante ferramenta metodológica para compreensão de objetos de estudo complexos e dinâmicos.

Imagem 01: Adaptação do mapa das mediações como ferramenta metodológica para compreender as recepções de representações trans no facebook



Fonte: Os autores.

TRÂNSITO ENTRE OS GÊNEROS E REPETIÇÕES DESCONTEXTUALIZADAS

Tratando-se de representações e recepções de pessoas trans no facebook, é necessária uma breve discussão em torno do conceito de representação que adotamos nesta pesquisa, a partir das especificidades das pessoas que transitam entre os gêneros. Partindo de Stuart Hall, que definirá representação como um processo ativo de estabelecer sentidos e classificações, tendo como mediação a linguagem (apud SANTI, 2009), podemos considerar que se constituem em um elemento fundamental dentro do ecossistema comunicacional, assim como o atualizam. Cria-se a partir de então um espaço interdependente em que as representações são espelhadas nas práticas sociais, da mesma forma que tais práticas auxiliam no processo de representações. Sendo assim, cada enunciação é construída na interação entre significado e representação e pode ela mesma, ser representada (SANTI, 2009).

Pessoas trans que são representadas na maioria das vezes pelos meios convencionais de comunicação, tendem a uma significação cômica/ridicularizada ou hipersexualizada/vulgarizada que associam esses sujeitos a uma “artificialidade de seu gênero e a incapacidade para encarar masculinidade ou feminilidade” (RAUN, 2010, p.06). Esta representação

está associada diretamente a outros fatores sociais que marginalizam os gêneros dissidentes, sendo assim as representações influenciadas por práticas sociais discriminatórias, assim como, tais reforçam a perpetuação de práticas que desumanizam estes sujeitos.

No entanto, segundo Stuart Hall (apud Vilso 2009), não existe representação (no singular significando unidade) e sim representações (plural), estas operam no tecido social em cadeias discursivas e agrupamentos. Neste caso, compreende-se que, embora exista uma representação hegemônica de pessoas em transito entre os gêneros pelos meios convencionais de comunicação, esta não é única, e interage com outras ideologias, o que as tornam dinâmicas e passíveis de atualização (SANTOS; SILVA, 2018). “A maior possibilidade de participação na cultura midiática permite às pessoas trans tomar conta de sua própria representação” (RAUN, 2010). É nessa possibilidade que tomamos base para problematizar essa participação inédita em seus processos representacionais.

O ciberespaço também abre possibilidade para a criação de novos contextos comunicacionais. Enquanto as repetições sociais reforçam as estruturas violentas para pessoas trans, a partir das práticas cotidianas, existe a possibilidade de “descontextualizar” repetições, também a partir dos atos, criando assim novos significados e representações. Como apontado por Judith Butler

São as repetições descontextualizadas do “contexto natural” dos sexos, consideradas pela autora enquanto “performatividades queer”, que possibilitam a emergência de práticas que interrompam a reprodução das normas de gênero e abre espaço para produção de contra discursos à naturalização das identidades (apud BENTO, 2003, p.3).

Consolida-se assim, o ciberespaço, a partir de suas tecnologias comunicacionais que reforçam as práticas sociais, um lugar que possibilita outras representações, a partir das citações descontextualizadas. Compreendendo gênero como algo produzível, e que este constitui-se de um processo inacabado para repercutir corpos-sexuados heterossexuais, ou seja, dá-se um carácter de causa para um efeito ao estipular para um corpo com pênis uma série de padrões de comportamentos, gostos, e sexualidade, levando em consideração apenas características biológicas. Um sujeito com pênis, quando nascer, já estará inserido neste espectro

de expectativas que irão preparar aquele corpo para a vida heterossexual convencionada como masculina. Esta preparação ocorre por meio das “tecnologias que produzem os gêneros”, que vão das roupas escolhidas para determinados sujeitos, até as posições que este “naturalmente” ocupará na sociedade. Quando se estimula sujeitos nascidos com vagina a brincarem de casinha e boneca, preparasse aquele corpo para a vida adulta caseira, submissa, amorosa, delicada, apta a cuidar das crianças (filhos), da casa e do marido, papéis sociais tidos como femininos. O oposto ocorre com as características impostas ao masculino, em que sujeitos nascidos com pênis são estimuladas a competitividade, agressividade, força, e por meio de uma série de tecnologias, são preparados para a vida social fora de casa e independente (BENTO, 2010).

Problematizamos que os papéis de gênero são produzíveis, adquirindo concretude a partir das vestimentas, dos gestos e olhares que cobrem os corpos, assim como a estilística e estética corporal convencionadas como apropriadas para cada corpo. “São esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo, que é basicamente instável, flexível e plástico” (BENTO, 2003, p.3). As legitimidades das performances são então adquiridas a partir das repetições. A experiência transexual nos revela não apenas que gênero é uma categoria produzível socialmente a partir de uma série de tecnologias, mas que também que a sexualidade está deslocada de qualquer referência biológica. Desta forma, podemos perceber o trânsito entre os gêneros como uma oportunidade de compreender as múltiplas possibilidades de ressignificar o masculino e o feminino em seu caráter performático. Visto que homens e mulheres biológicos também interpretam os papéis performáticos de gênero tanto quanto as pessoas trans, diferenciando apenas a partir da legitimidade social em suas ações (BENTO, 2010).

As interações sociais são fundamentais neste processo de construção de uma identidade de gênero e interpretação de seus papéis, e a influência da comunicação neste processo é notória. Os indivíduos aprendem a avaliar seus corpos, suas atitudes e imagens a partir das interações construídas socialmente (BECKER apud RUSSO, 2005). Os papéis de gênero que desempenhamos remetem de algum modo ao sentido das imagens que circulam na sociedade e se constroem a partir de inúmeras interações e relacionamentos que ali se estabelecem, fazendo com que determinada imagem seja apreciada enquanto outra é rejeitada (RUSSO, 2005).

ANÁLISE DE RECEPÇÃO DOS COMENTÁRIOS NO FACEBOOK

Para compreender a recepção das representações do trânsito entre os gêneros no ciberespaço de Roraima, foi feito um mapeamento no ciberespaço local com base nas interações de agentes sociais com a página oficial da Associação de Travestis e Transexuais de Roraima – ATERR. Com este mapeamento, foi-se feito um levantamento sobre as postagens de cada agente social, em busca de identificar o compartilhamento de reportagens e/ou materiais jornalísticos que tivessem como protagonistas pessoas trans. O objetivo foi analisar, não apenas a representação de gêneros dissidentes, mas também como novas representações são acionadas a partir de seus compartilhamentos de conteúdo com sua rede social digital.

Deste estudo do perfil da ATERR, outros três perfis foram identificados, selecionados e sistematicamente acompanhados para a execução da pesquisa. Iremos manter o nome dos perfis dos usuários em sigilo por questões de segurança e privacidade. Numeramos os sujeitos estudados de 01 à 03, referindo-nos aos seus perfis pelo código “sujeito 01”, “sujeito 02” e “sujeito 03”. O período de análise foi de 1º de outubro de 2018 à 31 de maio de 2019.

Dentro destes perfis, foram identificados nove compartilhamentos de reportagens na página da ATERR, um compartilhamento na página do “sujeito 01”, quatro compartilhamentos na página do “sujeito 02” e quatro compartilhamentos no perfil do “sujeito 03”. Chama atenção que, das quatro publicações do “sujeito 02”, três delas apenas fazem referência a alguma reportagem, porém, essas matérias não foram compartilhadas na íntegra, mas sim com uma releitura, em forma de nota de repúdio feita pelo agente social, já demonstrando um descontentamento com a forma como tais veículos jornalísticos representaram as pessoas trans e permitindo que um posicionamento crítico do sujeito fosse publicado e colocado em circulação no ecossistema comunicacional junto com a produção da empresa de comunicação. Embora esta pesquisa não traga dados referentes a como estas interações podem atualizar o discurso jornalístico e assim torná-lo menos estereotipado, podemos questionar: que espaço o “sujeito 02” teria neste mesmo veículo para questionar sua representação?

Neste estudo, considerando o foco em análises gerais de recepção não iremos discutir análises de conteúdo das matérias ou publicações que

motivaram tais reações. A seguir, como uma forma de medir a interação através da rede social facebook, elaboramos uma tabela das reações de cada um dos perfis, a partir do total dos dados das postagens, como exposto:

Tabela 01: Reações das Postagens no Facebook

Página	Curtidas	Amei	Risos	Triste	Surpresa	Raiva	Compartilhamentos
ATERR	52	7	9	8	3	1	108
Sujeito 01	16						74
Sujeito 02	244	29		126	4	1	35
Sujeito 03	53	25					252

Fonte: Os autores.

É perceptível através da tabela o alto número de compartilhamento de postagens comparadas ao número de reações e comentários. Nota-se que os perfis analisados são como uma espécie de disseminadores de conteúdo sobre a temática Trans e LGBTI em Roraima. A página da ATERR, destaca-se como o perfil da rede social com maior alcance de pessoas fora do meio LGBTI no estado, e por isso, movimenta diversos tipos de reações do público, enquanto no perfil pessoal de sujeitos trans, a tendência é que esse conteúdo fique restrito a pessoas que já convivem e compreendem a temática do trânsito entre os gêneros. Nas páginas pessoais, é comum que sejam divulgadas muitas ações sociais da associação, como distribuição de preservativos, cursos, serviço de cabeleireiro comunitário, campanhas de doação. A recepção deste conteúdo é unanimemente positiva, e serve também como uma ferramenta política de aproximação social entre esses sujeitos e a população cisgênero em que ainda é predominante o discurso do hetero-estereótipo negativo.

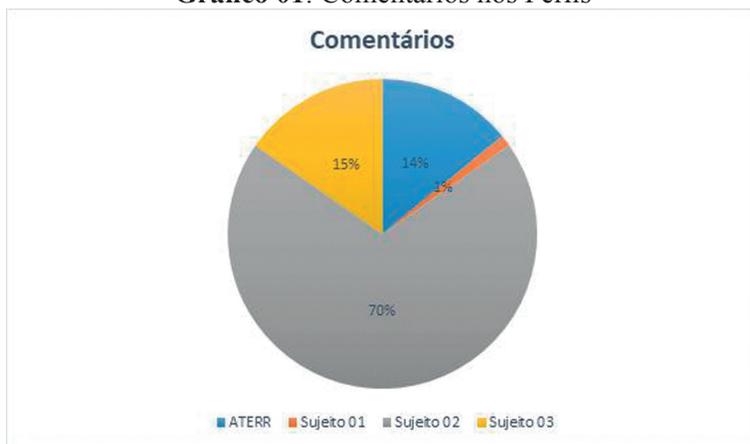
Entre as matérias apontadas, destacam-se como principais veículos jornalísticos o site vinculado a “Rede Globo” de televisão - “G1”, o próprio site do jornal “O Globo” e vídeos da “Rádio e Tv da Universidade Federal de Roraima”. Foram identificadas 16 matérias compartilhadas, sendo que duas delas, tiveram compartilhamento em mais de um perfil dos selecionados para esta pesquisa. Confira na tabela abaixo os veículos jornalísticos que constam no levantamento:

Tabela 01: Veículos Jornalísticos Compartilhados pelos perfis de pessoas trans no facebook em Roraima

Veículos Jornalísticos	Matérias Compartilhadas
ÉPOCA	1
Metrópole	1
Põem na roda (site)	1
O Globo	3
Yahoo Notícias	1
G1	2
RTU/UFRR	2
Catraca Livre	1
Futura	1
Guia Gay São Paulo	1

Fonte: Os autores.

A partir das reportagens compartilhadas, foram analisados 85 comentários oriundos da junção de todos os perfis analisados. A divisão numérica para cada uma das páginas ficou disposta conforme no gráfico a seguir:

Gráfico 01: Comentários nos Perfis

Fonte: Os autores.

Todos os 85 comentários identificados foram analisados e classificados a partir do teor de conteúdo de cada um deles. A divisão por temática ficou conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 03: Classificação dos Comentários no Facebook

Categorias	Quantidade de Comentários	%
Apoio à diversidade	19	22,35%
Ironia	1	1,17%
Moralismo	1	1,17%
Indignação	2	2,35%
Política Institucional	3	3,52%
Desprezo	1	1,17%
Reação Afirmativa	1	1,17%
Pêsames	40	47,05%
Descaracterização de Transfobia	3	3,52%
Interação de Amizade	2	2,35%

Fonte: os autores.

Entre os comentários de apoio a diversidade, encontram-se especialmente aqueles que parabenizam conquistas importantes para a população trans ou que repudiam alguma atitude de cunho transfóbico, a partir do compartilhamento de alguma matéria. O comentário classificado como irônico foi feito na página da ATERR no formato de uma figurinha de olhos revirados, indicando que o conteúdo da matéria compartilhada na página, que se referia a criminalização da homofobia, era redundante. O teor moralista apresentado no comentário, também na página da Associação de Travestis e Transexuais de Roraima, vinculava a imagem de uma pessoa trans a prostituição e reprimia o compartilhamento de pessoas trans que trabalham com a prostituição, pois “essas pessoas mancham a imagem da comunidade”, associando a prostituição a uma atividade moralmente questionável sem considerar as condicionantes sociais das pessoas trans que precisam se submeter a esta atividade.

Em tempos que grandes quantidades de debates políticos institucionais tem sido acionados no ciberespaço, a categoria política institucional é acionada, em especial, quando se remete a ações do atual governo de Jair Bolsonaro. O comentário de desprezo segue o mesmo teor do comentário moralista, porém desta vez, em um ataque direto a população trans associando ao hétero-estereótipo negativo, em que uma pessoa que transita entre os gêneros é atacada de forma a associar pessoas trans como criminosas. O comentário de reação afirmativa, foi movido por

uma mulher trans que, ao se deparar com o compartilhamento de uma matéria em que um deputado do PSL dizia que tiraria a força e com base na violência uma mulher trans do banheiro feminino, tem uma reação de enfrentamento, que recebeu uma série de reações positivas como “amei” e “curti” em seu comentário original.

Os quarenta comentários de pêsames foram expressos no compartilhamento no perfil do “sujeito 02”, que relata a morte violenta de uma travesti em Boa Vista. Os comentários mostram que os agentes sociais movidos na rede social se compadeceram da situação e ofereceram apoio. A descaracterização da transfobia é presente em três comentários que tentam desclassificar o recorte social de pessoas trans a partir de relatos de violência, ou tentam associar pessoas de gêneros dissidentes a organizações criminosas, o que desqualificaria o crime como transfóbico e o enquadraria como crime de facções. Por fim, uma última categoria de comentários se faz presente, em que a partir do compartilhamento de uma notícia sobre a travesti Indianara Siqueira, no perfil do “sujeito 03”, as duas expressam uma conversa de amizade, que reforça a rede social facebook, como espaço de interação de aproximação da comunidade, apesar das barreiras geográficas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com a abertura de novos espaços, como as redes sociais digitais, populações marginalizadas conseguem um espaço de voz inédito no campo das comunicações, podendo ter grandes alcances, reforçando seu protagonismo no processo representacional, atualizando o imaginário social. O ciberespaço está na linha de frente no processo de protagonismo representacional das minorias sociais, considerando que trata-se de um canal comunicacional descentralizado e com maior facilidade de acesso. Portanto, a presença de pessoas trans no ciberespaço, assim como em qualquer outro lugar, é fundamental para que interações sociais sejam criadas, e partir de tais práticas, atualizem-se representações que não necessariamente associem transexualidade ao hétero estereótipo-negativo.

Com a abertura nos campos participativos e interacionais no ciberespaço, a partir da Web 2.0 abre-se um outro espaço para representações, ressignificações e, especialmente, para a publicação da ressignificação feita

pela audiência. O campo da recepção foi, talvez, o mais atualizado com as mudanças trazidas pela Web 2.0, a partir do momento que ela não ocorre de maneira isolada e solitária, mas sim em conjunto e com a possibilidade de hibridização.

Quando nos referimos ao campo da recepção, estamos falando de um espaço dentro do circuito da comunicação onde se pode refletir todo o seu processo, levando em conta não somente sua produção, mas especialmente como ela é recebida por uma audiência. Quando se trata desta, os estudos de recepção compreendem que existe uma estrutura social, construída e localizada historicamente, a qual a audiência faz parte e que influencia em sua capacidade crítica e criativa de significação de determinado conteúdo.

Tendo como matéria-prima a cultura, a comunicação faz mover representações sociais que motivam ações em sujeitos, que por sua vez possuem um histórico e estão presentes em um contexto de dominação historicamente e socialmente definido (ESCOSTEGUY, 2010). As representações presentes nas publicações de pessoas trans no facebook, seus campos de interações e ressignificações expressos nos comentários são fundamentais para se compreender as relações culturais que pessoas LGBTI encaram em seu cotidiano. Logo, em uma análise deste tipo, não podemos tomar um sujeito sem considerar quem ele é, a que estrutura social este pertence, como esta estrutura social foi culturalmente construída e como novas produções, representações e interações auxiliam no processo de atualização cultural.

Nota-se que já existe uma movimentação para a descontextualização do hetero estereótipo-negativo da população de gêneros dissidentes, e que muitas pessoas da sigla se sente representadas e empoderadas com trabalhos deste nicho, porém, ainda existem manifestações contrárias a este movimento que mostram que os espaços a serem conquistado pelas minorias sociais ainda são muitos. Para que haja uma real mudança social, em todas suas camadas e classes, é necessário que se rompa com a bolha de interesses da internet, e que o respeito, coexistência e compaixão com o próximo seja algo incentivado e divulgado em todos os meios de comunicação, dos nichos as massas, dos convencionais aos novos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. Labrys **Estudos feministas**. Brasília, s/n, n.4, ago-dez. 2003, não paginado.

BENTO, Berenice. As tecnologias que fazem os gêneros. **VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero**. Curitiba. 2010.

BUTLER, Judith. 1999. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latino-americana. ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRARI, Pollyana. **A Força da Mídia Social: interface e linguagem jornalística no ambiente digital** – 2. Ed.- São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

FONTENELE, Amanda Venacio. **Os Vlog's, o Consumo e a Busca pela Identidade na era do pós-modernismo**. Rio de Janeiro. 2015.

FONSECA, Jordana Viana Carvalho. **Corpos (in)desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as**. 2018. 103 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JENKINS, Henry. **Cultura de Convergência**. São Paulo. Aleph. 2009.

Jesus, J. G. (2012). **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Goiânia: Ser-Tão/UFG.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. PEREIRA, Marcos Emanuel. **Estereótipos, preconceitos e discriminação – Perspectivas teóricas e metodológicas**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA. Bahia. 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MORAIS, Vângela. Maria. Isidoro. De; SANTOS, Luan. Correia. Cunha. **MEDIAÇÕES E CIBERCULTURA: Estudo de comentários em matéria jornalística sobre a imigração venezuelana em Roraima**. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 2, p. 120-144, 30 ago. 2017.

PRIMO, Alex. O Aspecto Relacional das Interações na Web 2.0. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Rio Grande do Sul. 2007.

RAUN, Tobias. Screen-Births: exploring the transformative potential in trans video blogs on YouTube (Nascimento em telas: explorando o potencial transformador em blogs de vídeo no Youtube). In: **Revista do Programa de Pós-Graduação da UFRN**. Vol11, Nº 2. Tradução de Jaqueline Gomez de Jesus. Universidade de Brasília. Brasília. 2010.

RUSSO, Renata. Imagem corporal: construção através da cultura do belo. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.6, jan./jun. 2005.

SANTI, Vilso Júnior Chierentin. **As representações no circuito das notícias**: O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no jornal zero hora. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande de Sul. 2009.

SANTI, Vilso Junior. **Mediação e midiaticização**: conexões e desconexões na análise comunicacional. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Luan Correia Cunha; SILVA, Yara Cinthya Walker da. ENVIADESCER NO CIBERESPAÇO: Linn da Quebrada e Representações Trans no youtube. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 2, n. 1, p. 58-82, 2 jan. 2018.

SUDRÉ, Lu. Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2020.

NOTAS SOBRE A CRISE HUMANITÁRIA, MIGRAÇÃO EM RORAIMA E ATUAÇÃO DO ACNUR

*Maria das Graças Santos Dias*¹

*Andressa Ferreira Félix*²

*George Brendom Pereira dos Santos*³

*Américo de Alves Lyra Júnior*⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe discutir no contexto internacional Pós-Guerra Fria, a crise humanitária e América Latina, a migração em Roraima e atuação do ACNUR. A globalização e as transformações que acompanham diferentes campos, econômico, social, político e cultural, os fluxos migratórios fazem também parte dessas novas configurações. Nesse contexto, a intensificação das crises humanitárias encontra parte de suas causas nessa etapa recente da história da humanidade que está

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade da Amazônia (1986), Especialização em Educação na área de Ciências Sociais (1989), mestrado em História das Américas, pela Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela (1995) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Roraima. Membro do PROCAD-DEFESA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, História Sócio-econômica da Amazônia, História e Políticas Públicas e História Ambiental. Foi Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Extensão no período de 2014 a 2016. Pós-Doutoranda em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC Centro de Direitos Humanos Coimbra/Portugal (2020). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4177416730937254>

² Aluna do curso de História da UFRR.

³ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Roraima (2018); Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras. Atualmente é professor celetista horista ministrando a disciplina de história do Colégio Agnus Dei; Membro dos Grupos de Pesquisa: sobre “Religiosidades e História das Religiões” e “Paulo Freire e Educação de Adultos na Amazônia Setentrional”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Religiões (protestantismo e pentecostalismo). Atua sobre pesquisa e estudos nas seguintes temas: Roraima, Comércio Religioso, Educação, Educação de Jovens e Adultos em Roraima e Igreja Universal do Reino de Deus. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5241744851751321>

⁴ Bacharel e licenciado em Filosofia; mestre em História Social e das Ideias; doutor em Historiografia e História das Ideias; pós doutor em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais pela Universidade de Brasília, UnB. Professor Associado da Universidade Federal de Roraima, UFRR. Faz parte do corpo docente efetivo da graduação de Relações Internacionais, sendo membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, nível mestrado. Possui experiência no ensino de Filosofia Política e História (Andina e Pan-Amazônica, das Relações Internacionais e das Relações Internacionais do Brasil). Tem interesse por temas como Amazônia, América (Andina e Latina), Fronteiras, História Contemporânea, Política e Relações Internacionais. Já orientou trabalhos de conclusão de curso, especializações, iniciações científicas e mestrados. Possui livros de autoria própria, organizações de obras, além de artigos publicados em revistas especializadas e capítulos de livros. Aprovou e coordenou 2 (dois) projetos com auxílio da CAPES. Foi Vice-Reitor da Universidade Federal de Roraima, UFRR. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5440477238046077>

sendo denominada de globalização. Com efeito, podemos estabelecer a relação entre a globalização e a migração como um fenômeno relacionado ao processo causado pela inexistência de fronteiras. Ademais, o estado de Roraima, não foge do contexto da migração brasileira. Historicamente, apresenta uma migração interna e externa, nos últimos anos marcados pela migração venezuelana. A atuação do ACNUR em Roraima, um trabalho de êxito voltado para a proteção internacional dos refugiados.

CONTEXTO INTERNACIONAL PÓS-GUERRA FRIA, CRISE HUMANITÁRIA E AMÉRICA LATINA

A conjuntura global na contemporaneidade, em termos de relações internacionais, teve o seu advento com o desfecho da Guerra Fria (1945-1991). O fim dos embates entre os Estados Unidos da América, EUA, e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, pela hegemonia econômica, militar e política mundial deu lugar a um novo cenário coletivo. De acordo com Mônica Hirst (2017, p. 145-146), nesse contexto, desenhou-se uma agenda humanitária universal controlada por agentes governamentais e privados ocidentais. Para Hirst (2017, p. 145), eles agiram a partir de princípios altruístas, como a compaixão, e por propósitos civilizatórios então direcionados a situações de extrema fragilidade de um “(...) mundo em desenvolvimento” (HIRST, 2017, p. 145). Um ambiente que buscava um novo equilíbrio de poder.

Emergiu daí uma conjuntura que se tornará conhecida como globalização neoliberal. Caracterizada pelo retraimento econômico dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE. Estagnação dos EUA, com intranquilidade financeira global e recessão. Falência de grandes empresas, casos de corrupção em corporações tendo o envolvimento de agentes do mais alto escalão de governos estadunidenses. Descortinou-se, assim, um ambiente para colapsos que alcançaram os mercados emergentes ainda na primeira metade da década de 1990. Período que nações da Ásia Oriental, a exemplo da China, refutaram o modelo então hegemônico e experimentaram acentuados índices de crescimento econômico que se opõem aos do Ocidente.

A Rússia, herdeira da extinta URSS, passou a integrar a Comunidade de Estados Independentes, CEI, fundada no ano de 1991⁵. Até 1999, quando Vladimir Putin alcançou o poder, o país experimentou um cenário de desventuras administrativa, econômica e política. Putin resgatou o sentimento nacional no povo, desenvolveu a economia ao tempo que manteve autonomia em relação ao Ocidente. Contribuiu na fundação da Organização de Cooperação de Xangai, parceria com Cazaquistão, China, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Política que preocupou Washington porque permitiu a criação de um bloco eurasiático, o qual poderia provocar alterações na geopolítica na Ásia Central. No contexto regional, essas mudanças representaram uma rearticulação no sentido do que foi o mundo soviético e um óbice para a hegemonia estadunidense no local.

Na China, os esforços seguiram na procura do desenvolvimento e da modernização acelerados. Os governos, em termos diplomáticos, buscaram a “política da boa vizinhança” com os países fronteiriços e, desse modo, evitaram confrontos regionais. A nação se afirmou internacionalmente ao se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ONU, e participante da Organização Mundial do Comércio, OMC. Nesta última em 2001. Neste mesmo ano, a Coreia do Sul quitou sua dívida com o Fundo Monetário Internacional, FMI, dada a retomada de sua economia como também estabeleceu negociações com a Coreia do Norte que, por seu turno, revelava relativa estabilidade. Com Taiwan orbitando na esfera chinesa, a península não apresentava problemas quanto ao seu equilíbrio. O Japão, nesse contexto, significou um pólo tecnológico para a sua vizinhança.

No Sudeste Asiático teve-se a presença da Associação de Nações do Sudeste Asiático, ASEAN⁶, contribuindo na manutenção de um diálogo permanente com a União Europeia. Enquanto que, no continente africano ocorreram mudanças profundas como a construção da paz em Angola e na República Democrática do Congo, finalizando longo período de guerras civis. Na África do Sul se afirmou a presença do contíguo negro por

⁵ A Comunidade de Estados Independentes foi fundada pelas repúblicas da Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Geórgia, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão. Geórgia e Ucrânia abandonam a confederação em 2009 e 2018, respectivamente.

⁶ Pertencem à agremiação: Brunei, Camboja, Cingapura, Indonésia, Filipinas, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã.

meio da diplomacia e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, SADC. No território em questão, no ano de 2002, acompanhou-se a transformação da Organização da Unidade Africana, OUA, em União Africana, UA, que promoveu ações coordenadas entre as nações da região. Políticas que concorreram para o desenvolvimento dos seus países.

Já no Oriente Médio não se observaram progressos de nenhum tipo. Em setembro de 2000 ocorreu a segunda Intifada. No ano seguinte, o partido israelense Likud elegeu o ex-militar Ariel Sharon para primeiro-ministro. Ele foi intransigente a qualquer iniciativa de diálogo com os palestinos, do que resultaram atos violentos e mortes de ambas as partes em litígio. As consequências para a região foram sentidas profundamente. Os regimes árabes aliados aos EUA, por exemplo, foram hostilizados porque a potência americana passou a representar ameaça às nações do continente em questão. Depois do 11 de setembro, os estadunidenses lançam a luta contra o terrorismo. Esta política foi logo associada ao combate ao islamismo, representando, na prática, uma ameaça ao Irã e ao Iraque. A isso se associou a guerra do Afeganistão.

Na União Europeia, UE, sentiu-se fortemente o medo à globalização e à imigração estrangeira. No continente ocorreram movimentos políticos que se opõem ao neoliberalismo, em especial, ao desemprego e ao aniquilamento de direitos sociais que resultavam dele. Esse temor fortaleceu o protagonismo das esquerdas simultaneamente à extrema-direita. Países com longa tradição social-democrata, como a Holanda, foram substituídos por governos conservadores de “terceira via”. Na França, o segundo turno das eleições presidenciais foi disputado por Jacques Chirac, de direita, e Marine Le Penn, de extrema-direita, com a vitória do primeiro. Paralelamente, a UE apresentou moeda única, o Euro, como também procurou avançar em direção Leste e ao Mediterrâneo⁷.

A América Latina experimentou a tensão estadunidense através do projeto de Área de Livre Comércio das Américas, ALCA, e de procedimentos militares em um contexto de crise do Consenso de Washington, o programa neoliberal para a região. As consequências se fizeram sentir no México, com a eleição de Vicente Fox para a presidência. Fox era pró-EUA. O Plano Colômbia, por sua vez, serviu de pretexto para

⁷ Os seguintes países aderiram à UE: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Tchêquia.

umentar a pressão sobre Cuba de Castro e Venezuela de Chávez, além de criar graves problemas de governabilidade em países como Argentina, Bolívia e Peru. O Brasil foi um ator tático nesse contexto porque procurou integrar fisicamente as nações do continente, bem como criar um centro proativo para contribuir na edificação de um sistema multipolar.

Nessa conjunção de mudanças globais ou “de um mundo em desenvolvimento” como visto acima, criam-se novos conteúdos para entendimentos que pareciam consolidados. Conceitos que indicam realidades políticas e sociais com dinâmicas contemporâneas, com as quais podem-se observar e compreender fatos que atingem diretamente a existência de Estados nacionais e de um sistema internacional formado por eles.

CRISE HUMANITÁRIA

Aquela ideia, a “de um mundo em desenvolvimento”, revela a ocorrência de pressupostos contemporâneos que alteram semanticamente conceitos como o de soberania. Nos séculos XIX e primeira metade do XX, a essa ideia eram associadas noções como a de Estado e autodeterminação. Com essas mudanças no cenário mundial, aquela concepção passa a ter sentidos como o de “comunidade periférica e/ou compartilhada”, como também de “princípio da responsabilidade de proteger” (HIRST, 2017, p. 145). Assim a autoridade é entendida como responsabilidade e Estados tidos por ineptos na defesa de seu povo frente a “(...) genocídio, limpeza étnica, guerras e crimes contra a humanidade, devem recorrer à comunidade internacional” (HIRST, 2017, p. 145). Compreensão criada pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal em 2001, amplamente reconhecida pelos governos ocidentais e organismos multilaterais.

Esse conceito acolhe o preceito de intervenção humanitária, de modo a se tornar compromisso mundial. A sua recepção é interpretada de acordo com os interesses e história dos atores internacionais. No Sul Global⁸, segundo Hirst (2017, p. 145), essas aceitações são expressas por termos como “princípios do humanitarismo solidário”, “não indiferença” e “responsabilidade ao proteger”. Por certo, tentativa de se salvaguardar

⁸ Refere-se a nações em via de desenvolvimento, tendo vivenciado processos de colonização e neocolonização. Possuem sociedades com grandes assimetrias econômicas e diferenças em termos de padrão de vida.

de ingerências sob pretexto de emergência humanitária. Ressalta-se que os países que compõem esse campo tiveram histórias que se cruzaram, de modo nada proveitoso para eles e seus povos, com o imperialismo posto em marcha por potências dos séculos XIX e XX. Circunstância que colocou os primeiros na condição de fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados, fazendo-os dependentes dos últimos.

Já o Norte dá outro significado à noção de intervenção humanitária. Com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o conceito em tela se relaciona com a ideia de securitização. Assim, o ato de resguardar povos ameaçados em sua humanidade porque seus Estados são impotentes é relacionado com a concepção de Guerra contra o Terror. Associação que se presta a justificar ações militares como solução para crises entendidas como ameaças globais. De modo que expedientes bélicos são introduzidos, com relativa periodicidade, nas situações de emergência “(...) seja por suas vantagens logísticas ou por desvios motivacionais que passaram a limitar o sentido apolítico da ação humanitária” (HIRST, 2017, p. 146). Conjuntura que, na maioria dos casos, coloca em desvantagem a população civil.

Paulo Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira (2008, p. 243) comentam, a esse respeito, que:

(...) o 11 de setembro constituiu um ponto de inflexão de um processo que já vinha ocorrendo. Dito de outra maneira, ele é o símbolo visual de uma crise em desenvolvimento e um evento sinalizador, tal como a queda da Bastilha o foi em relação à Revolução Francesa. É preciso considerar três aspectos. Em primeiro lugar, até agora não se fez as perguntas adequadas sobre a questão, e centrou-se a reflexão em aparências demasiado óbvias. Em segundo lugar, o propósito da resposta americana era bem claro pouco depois: o início de uma longa intervenção na Ásia Central e Oriente Médio, que pouco tem a ver com o atentado em si mesmo, ou com a “guerra ao terrorismo”. Por fim, o nó da questão encontra-se no próprio Ocidente e seus problemas internos, sendo o Oriente Médio apenas uma extensão do problema (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 243).

A “longa intervenção na Ásia Central e Oriente Médio” e o “nó da questão” ser algo do “próprio Ocidente” conforme mencionado pelos autores, coloca em questão um conjunto de indefinições para o século XXI. Dentre elas, pergunta-se como será a ordem dessa centúria. Uma hodierna hegemonia estadunidense, próxima daquela do século XX, ou de conflitos de conteúdo religioso com disputa de projetos de civilização.

Nesse exercício de projeções não se descarta a possibilidade de um sistema global multipolar, com sua regulação partindo da ONU e equilibrada em uma complexa balança de poder que envolveria Estados nacionais e Organizações Internacionais. Nesse sentido, ainda se problematiza a partir da união anglo-americana que culminou na ocupação do Iraque em 2003.

Eiiti Sato (2003) analisa o papel das Organizações Internacionais na centúria atual, tendo a ingerência anglo-americana no Iraque como cenário para expor suas conclusões sobre a importância e a viabilidade dessas instituições a despeito do mal-estar causado pela campanha militar que abalou a crença de que a Organização das Nações Unidas, ONU, pudesse concorrer para assegurar o equilíbrio mundial. Não obstante, o episódio em destaque mostrou que os interesses dos Estados mais fortes do globo prevalecem, como prioridade de suas políticas externas. Em termos conceituais, a ideia da não indiferença surge como um contraponto a essas práticas. A noção aludida desponta na Carta Constitutiva da União Africana de 2002. Por meio dela cede-se, ao organismo em questão, o direito de intervir em seus Estados-membros desde que observadas situações como, por exemplo, crimes de guerra e contra a humanidade.

AMÉRICA LATINA: O CASO DA VENEZUELA⁹

Na América Latina esse debate contempla questões naturais, políticas e sociais. Na região tem-se a existência de espaços conflituosos e outros de catástrofes socioambientais, comprometendo suas nações com uma agenda de ajuda humanitária e cooperação securitizada internacional. Conforme Hirst (2017, p. 150), conta-se, além disso, com conflitos armados intraestatais e migrações forçadas. Desse modo, salienta-se que os principais temas no caso latino-americano são a diferenciação de políticas de seus governos quanto à ajuda humanitária; as catástrofes socioambientais; a ressignificação das Forças Armadas; o Haiti como modelo experimental; a insegurança pública e as migrações. Este último assunto, objeto a ser explanado em relação ao processo acompanhado em Roraima.

Nesse último caso, observa-se o contexto de polarização política então promotor de instabilidade e dificuldades econômicas e sociais. O processo

⁹ Essa seção está baseada no artigo intitulado **Brasil, Venezuela e Migração Internacional: disputas pela hegemonia e a nova Lei de migração brasileira**, de Américo Alves de Lyra Junior e Ricardo Abreu de Melo. A referência consta no final do capítulo.

migratório começou a se acentuar com a entrada de venezuelanos em Roraima através de fronteira terrestre entre as cidades de Santa Elena de Uaiarén e Pacaraima. Frisa-se que nosso entendimento é o de que as disputas intestinas representam uma inflexão acentuada de dois projetos que se opõem, aparentemente, de forma quase irreconciliável no curto prazo.

Uma das consequências sociais da crise econômica e social na Venezuela é o aumento constante do fluxo de migrantes, levando as autoridades brasileiras a registrar perfil desses venezuelanos. Procuram no refúgio uma forma de assegurar a sua permanência a médio e longo prazos no Brasil, além de permitir a estada regular com documentação, em especial a carteira de trabalho (SIMÕES, 2017). Os principais países de destino desses migrantes, de acordo com Organização Internacional para as Migrações, OIM, são Colômbia, Estados Unidos e Espanha, que chegam a concentrar cerca de 68% dos migrantes venezuelanos. Na América Latina se destacam, além da Colômbia, o Peru, Chile e Argentina.

O Brasil também recebe milhares de migrantes e refugiados devido a sua proximidade com a Venezuela, por meio da fronteira do estado de Roraima com esse país. A OIM estima que 2% dos migrantes e refugiados venezuelanos tenham como destino o Brasil. Grande parte dos migrantes que atravessam as fronteiras brasileira estão apenas transitando pelo país para chegar a um outro destino. (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Contudo, o estado brasileiro tem um histórico de migrações que afetaram a formação e desenvolvimento da sua sociedade.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO EM RORAIMA

Historicamente, nas décadas de 1960 e 1970 a expansão demográfica foi acelerada pela construção de rodovias federais, a principal BR 174 – uma rodovia longitudinal que corta no sentido Norte Sul, ligando a capital do Amazonas (Manaus) até a capital do então território de Roraima (Boa Vista) seguindo até a Venezuela. Nesse contexto, o território de Roraima passou a receber de maneira mais intensa migrantes das mais diversas regiões do país, muitos incentivados pelos programas do Governo Federal através do processo de colonização. Nessa discussão a ONU – Organização das

Nações Unidas - afirma que não existe uma definição formal e uniforme para a palavra “migração” que seja aceita por toda a comunidade internacional, sendo assim, esse termo pode apresentar variadas definições efetuadas por diferentes autores em diferentes contextos e países.

É evidente, que desde a criação do Território Federal de Roraima, em 1943, existiu um aumento em sua densidade demográfica. Ao longo dos anos o governo procurou formas de atrair migrantes nacionais para essa região. Esses primeiros padrões de migração se caracterizavam por serem, em sua maioria, interestaduais. Os principais fluxos eram oriundos de estados do Norte e Nordeste do Brasil. Em 1976 a BR 174 é consolidada, facilitando assim a chegada de migrantes brasileiros e o acesso ao país vizinho, Venezuela. Durante toda essa década o estado teria recebido aproximadamente 11.729 migrantes nacionais. (DINIZ, 2008)

É importante ressaltar que os processos migratórios para o atual estado de Roraima sempre estiveram atrelados a processos históricos. O intenso fluxo migratório de maranhenses entre os anos de 1975 – 1980 é uma das representações desse fato. Destaca-se que essa região obteve 6 governadores maranhenses, entre civis e militares, entre o período de 1943 e 1988, alguns desses governadores efetuaram campanhas publicitárias por meio das mídias para tentar atrair migrantes originários do estado do Maranhão, os quais deveriam vir para essa região para ocupar áreas “inabitadas” e “colonizar” esses vazios demográficos. (DINIZ, 2008)

Em meados da década de 1980 foram descobertos vestígios de ouro e diamante na região setentrional de Roraima, esse fato teria contribuído para o aumento de migração nacional para essa região.

Entre os anos de 1986 e 1991 o território que corresponde hoje estado de Roraima recebeu cerca de 40.000 indivíduos, a maioria era oriunda de fluxos do norte e nordeste e estavam ligados a extração de minério. A intensificação desse processo está atrelada a consolidação da rodovia BR 174 e a facilidade de circulação de pessoas ocasionadas por ela. (DINIZ, 2008)

No período entre 1995-2000 o fluxo migratório ocasionado pela exploração do garimpo clandestino permanece. Nesse mesmo período muitos brasileiros também migram para a Venezuela em busca de atividades clandestinas relacionadas a extração de minério, o que poderia gerar conflitos entre os dois países. (Diniz, 2008)

Segundo Rodrigues (2006), os dados oficiais analisados relatam que os brasileiros migravam mais para Venezuela do que os venezuelanos para o Brasil. Esse trabalho evidencia que esse movimento migratório de brasileiros para o país vizinho obteve dois momentos importantes até então. O primeiro teria ocorrido devido ao declínio do garimpo ilegal de diamantes no Estado de Roraima na década de 1970, a partir disso esses migrantes teriam sido atraídos pela então estabilidade econômica venezuelana e a maioria teria se firmado no comércio vinculado a mineração na cidade que faz fronteira com o Brasil, Santa Elena de Uaiiren. O segundo momento teria ocorrido no final dos anos 1980 e 1990 e teria tido as mesmas motivações, o declínio do garimpo ilegal no Brasil, essa situação acabou gerando alguns conflitos diplomáticos entre os dois países.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Nos últimos anos esse quadro migratório internacional entre Brasil e Venezuela tem se modificado. Se antes o número de brasileiros que migravam para a Venezuela era superior ao de venezuelanos que migravam para o Brasil, devido ao comércio relacionado, principalmente, a extração de minerais, a partir da crise econômica e social vivida pelo país vizinho nos últimos anos o número de venezuelanos migrando para o Brasil aumentou de forma exponencial.

Para compreender melhor essa crise devemos entender que não há um motivo singular para ela, mas que houve uma sucessão de acontecimentos que levaram a Venezuela a um colapso social e econômico. (BARBOSA; OBREGON, 2008).

Um dos principais motivos que se pode destacar está relacionado a dependência econômica venezuelana do petróleo. A Venezuela é um dos maiores produtores de petróleo do Mundo, produzindo cerca de 300 bilhões de barris ao ano. Dessa maneira, o petróleo corresponde sozinho a 96% das exportações venezuelanas. Associado a essa dependência financeira houve uma queda no preço do barril de petróleo. Para se ter ciência, no ano de 2013 o barril custava 120 dólares e no ano de 2014 passou a custar 50 dólares. Fato que culminou em uma das maiores inflações do mundo, segundo o FMI. (BARBOSA; OBREGON, 2008). A saber, inflação é o

aumento dos preços e bens de serviços, o que implica na diminuição do preço da moeda, a inflação é medida pelos índices de preços. Além disso, o descontrole inflacionário ocasiona incertezas econômicas, desestimulando assim os investimentos e, por fim, prejudicando a economia. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Como consequência dessa queda do preço do barril, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Para tentar conter a inflação e facilitar o acesso de produtos essenciais pela população foi adotada uma política de controle de preços, esse congelamento por parte do governo Venezuelano se prorrogou por anos, fato que resultou na venda desses produtos por um preço menor que o de sua produção, desestimulando assim o investimento de capital estrangeiro no país, fato que gerou uma crise de desabastecimento no país. (BARBOSA; OBREGON, 2008).

Nessa discussão, pode-se dizer que o estopim para a crise política, econômica e humanitária na Venezuela ter chegado aos níveis atuais foi a polarização política vivida no país. Pois há uma tensão entre a oposição e o governo que fez com que o governo priorizasse a manutenção do poder em detrimento da adoção de medidas que possam estimular a economia e melhorar a situação da sociedade venezuelana. Por fim, essa situação desfavorável gerou uma crise migratória.

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA

A partir de 2015, houve um aumento exponencial da entrada de migrantes venezuelanos no Brasil. Em Roraima é bastante perceptível, o número de solicitação de refúgios subiram de 280 em 2015 para 2.233 em 2016 e, antes de acabar o primeiro semestre de 2017, cerca de 6.438 venezuelanos haviam pedido refúgio em Boa Vista/RR (VELA, 2015).

De acordo com o jornal BBC, o Brasil em uma reportagem de agosto de 2018, os motoristas brasileiros já registravam um fluxo aumentado de venezuelanos no segundo semestre de 2016, a maioria dessas pessoas buscavam o país vizinho apenas para comprar suprimentos alimentícios e depois regressavam para o lado venezuelano. Em dezembro do mesmo ano o governo brasileiro registrou a deportação de 450 venezuelanos, os

quais estavam acampados nas cidades de Pacaraima e Boa Vista e a maioria era de origem indígena Warao. Essa atitude foi criticada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que pediu proteção aos migrantes. (BBC, 2018). Nesse mesmo mês, o governo estadual de Roraima decretou estado de calamidade na saúde por meio do secretário Cesar Pena, um ano depois o estado de calamidade social também é decretado.

Em 2017 foi registrado o primeiro abrigo para venezuelanos, inaugurado em Pacaraima, o principal objetivo era atender os indígenas da etnia Warao que acampavam na região. No início de 2018, Boa Vista recebeu a visita oficial de uma comitiva de Ministros, que compreendia aos ministros da Defesa, Raul Jungmann; da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Sérgio Etchegoyen. Essa visita pode ser entendida como uma tentativa de governo federal brasileiro de compreender a situação vivida no estado de Roraima e traçar formas de contornar a situação.

No ano de 2018 em dados emitidos pela Operação Acolhida, do Exército Brasileiro, foram apontados que naquele momento que cerca de 6.411 refugiados ainda viviam nos abrigos instalados na capital e interior do Estado, ainda apontaram que uma média de 4.445 estiveram presentes no processo de interiorização seguindo para outros Estados. Nesse sentido, o Comitê Federal de Assistência Emergencial, que é presidido pela Casa Civil, também foi criado no mês de fevereiro do ano de 2018, sendo a finalidade o atendimento emergencial do fluxo migratório de venezuelano. Dessa maneira, o Governo Federal estaria atuado em três frentes: ordenamento de fronteira, acolhimento e interiorização. O responsável para coordenação da operação que se desenvolveu em apoio aos migrantes venezuelanos, ficou sobre a responsabilidade do Ministério da Defesa.

Vale ressaltar que em março do ano de 2017, foram liberados R\$ 190 milhões para o Ministério da Defesa com a finalidade de atuar em Roraima na Operação Acolhida. Além dessa medida adotada foi editada uma outra medida para no mês de novembro de 2017 no qual liberava mais R\$ 75,2 milhões, com a finalidade de garantir a continuidade dos trabalhos até o fim do mês de março do ano de 2017. Vale ressaltar os números apresentados pelo site Ecoamazonia onde demonstra que desde o início da estratégia de interiorização até 15 de junho de 2020 já foram encaminhadas 35.567 pessoas com destino para mais de 376 cidades brasileiras nas 24 Unidades da Federação.

PERFIL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS

No tocante ao perfil dos migrantes, Simões (2017) informa que: [...] em primeiro lugar, identificamos uma maior presença masculina. Segundo dados da Polícia Federal, os venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio são divididos em 58,28% homens e 41,72% mulheres. No caso dos indígenas localizados no abrigo do Pintolândia, essa porcentagem é de 54,55% de homens e 45,45% de mulheres. Com relação à idade, o número de jovens e adultos é maioria, o que classifica essa migração como uma migração de trabalho e oportunidades. Segundo dados da PF, 80% dos venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio encontram-se nas faixas etárias de 20 a 39 anos e 40 a 59 anos. As faixas etárias abaixo de 18 anos e 60 anos ou mais encontram-se respectivamente em cerca de 15% e 5% respectivamente, o que coloca a migração venezuelana como uma migração majoritariamente jovem. Por outro lado, os casos dos indígenas são diferentes. Dos 143 indígenas Warao registrados no maior abrigo público, 52 eram crianças, totalizando cerca de 36% do total de indígenas no abrigo. Esse número maior de crianças pode apontar para uma migração em família no caso dos indígenas e uma migração de homens e mulheres solteiras no caso dos não-indígenas. Ressalta-se que a grande maioria dos Warao não solicitou refúgio, como fizeram a maioria dos criollos, como são conhecidos os não-indígenas. Por outro lado, os idosos (60 anos ou mais) indígenas no abrigo totalizam apenas 5 dos 143, representando cerca de 3,5% do total, número próximo aos 3% dos que solicitaram refúgio (SIMÕES, 2017).

Com efeito, recentemente o Congresso Nacional brasileiro aprovou a nova Lei de Migração, em substituição ao anterior Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815, de 1980). Segundo o Relatório do Deputado Orlando Silva (Congresso Nacional do Brasil, 2016), a nova lei visa “tomar o tema do migrante (...) a partir do enfoque da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento econômico e social”, reforçando “o caráter de abertura do Brasil para com a recepção e integração do imigrante à nossa vida social”). Efetivamente, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, a sucedânea Lei de Migração (Lei 13445, de 2017) brasileira tem forte índole democrática e preocupa-se em “garantir o respeito aos direitos humanos, o combate à xenofobia e a todas as formas de discriminação da imigração, a

acolhida humanitária, o direito à reunião familiar, a inclusão social, laboral e produtiva do imigrante, entre outras medidas” (Congresso Nacional do Brasil, 2016). A nova legislação brasileira, em seu artigo 3º inciso XI ainda assegura aos imigrantes o acesso a “serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (Congresso Nacional do Brasil, 2017).

Ensejam-se, desse modo, processos de cooperação entre as nações latinoamericanas. No caso particular da presença venezuelana no Brasil, tem-se a ocasião de dispor de mão-de-obra qualificada além de pesquisadores presentes em redes científicas internacionais. Pessoas que podem trazer, consigo, conhecimentos e contribuições técnicas que favoreçam a sociedade brasileira. Além de propiciar esforços regionais no sentido de uma integração latinoamericana que faça frente ao violento processo de globalização, defendendo suas indústrias, povos e a soberania dos seus países. Outro princípio da nova Lei de Migração é o inscrito no inciso XIV do artigo 3º, que versa sobre o “fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas” (Congresso Nacional do Brasil, 2017), a Venezuela, do membro do Mercado Comum do Sul (Mercosul), entretanto está suspensa desde 2016, da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Essa é uma condição distintiva da migração venezuelana, pois a comunidade de nações latino-americanas é preceito da Constituição de 1988 e agora essa distinção é ressaltada pela legislação brasileira sobre migrações, que visa a promoção da integração dos países e povos da região.

Imagem 1: Processo de interiorização

Fonte: <https://www.ecoamazonia.org.br/2020/06/refugiados-venezuelanos-recebem-atendimento-humanitario-brasil/>

Dentro desse processo foram montados para o acolhimento dos imigrantes 13 abrigos, sendo 11 em Boa Vista e 2 em Pacaraima. Esses abrigos estão sobre a gerência da Organização das Nações Unidas (ONU), os migrantes que são abrigados recebem três refeições, kits de higiene, além de assistem aulas de Língua Portuguesa e outras atividades.

Tabela 1: Abrigos para acolhimento dos imigrantes

Boa Vista	Capacidade
Bairro Pintolândia	680
Jardim Floresta	416
Hélio Campos	252
Tancredo Neves:	305
São Vicente:	400
Nova Canaã:	390
Latife Salomão:	470
Santa Tereza:	493
Rondon 1:	717
Rondon 2:	600
Rondon 3:	1.000
Pacaraima	Capacidade
Abrigo Janokoida	399
Abrigo de passagem BV-8	500

Fonte: G1.

Com isso, uma das ações que tem sido feita é o processo de interiorização, no qual tem por objetivo proporcionar uma melhoria na qualidade de vida para os migrantes e recolocá-los em outros estados brasileiros com a finalidade de proporcionar oportunidades de emprego e alojamento. Tal diretriz é organizada pela Casa Civil da Presidência da República juntamente com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur).

Imagem 1: Rondon 3



Fonte: Jackson Félix/G1 RR.

Dados apresentados pelo site Ecoamazonia demonstram que a Operação Acolhida vem proporcionando assistência emergencial para os migrantes. Ressalta que desde o início da crise migratória, se tem estimado que um número maior que 264 mil venezuelanos já entrou e permaneceu no Brasil. E não se pode deixar de lado o momento que o mundo está passando devido a pandemia, dessa maneira afirma a reportagem que “a solidariedade faz a diferença. Refugiados uniram-se para retribuir com trabalho”. Nesse sentido, os beneficiários que são atendidos pela Operação Acolhida uniram-se a costureiras e costureiros brasileiros com a finalidade de proporcionar materiais que seriam utilizados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), possibilitando desenvolver uma maior proteção contra o COVID-1.

Nessa discussão, é importante destacar que há uma diferença entre Migrantes e refugiados. Para ressaltar essa diferença vamos analisar as

definições trazidas pelo site oficial das Nações Unidas no Brasil, nele o migrante é definido como alguém que cruza as fronteiras de forma voluntária, como por exemplo alguém que cruza as fronteiras a procura de melhores condições financeiras. Enquanto o refugiado é definido como um indivíduo que deixa o seu país de nacionalidade por conta de um fundado temor de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbem a ordem pública. Além disso, é importante ressaltar que o refúgio se caracteriza como uma forma de proteção internacional. (ONU, 2016) O ACNUR Brasil retrata a Operação Acolhida como:

a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em situação de maior vulnerabilidade, decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária. Ela tem o apoio de agências da ONU no Brasil e de organizações da sociedade civil. (ACNUR BRASIL, 2019)

Para coordenar essa operação a Casa Civil criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária venezuelana, esse comitê foi instaurado por meio do decreto 9.286 de 15 de fevereiro de 2018 (JUSBRASIL, 2018). Ele é responsável pela gestão dos serviços, abrigos e centros transitórios que estão sob a competência do Governo Federal. Assim como também pela atualização de migrantes venezuelanos que vivem nos abrigos do país, garantir o acesso a saúde, a inserção de crianças e adultos no sistema educacional, além de formular a logística de prestação de ajuda humanitária nos abrigos dentro dos abrigos efetuadas por agências parceiras (VALOR, 2018).

Segundo o Decreto que o instaurou, compõem esse Comitê Federal de Assistência emergencial para Acolhimento:

- I Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;
- II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- III - Ministério da Defesa;
- IV - Ministério das Relações Exteriores;
- V - Ministério da Educação;
- VI - Ministério do Trabalho;
- VII - Ministério do Desenvolvimento Social;
- VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
X - Ministério da Integração Nacional;
XI - Ministério dos Direitos Humanos; e
XII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. (DECRETO 9.286, 2018)

Com efeito, para amenizar o impacto migratório no estado de Roraima, a Operação Acolhida tem promovido a legalização por meio de documentação e a interiorização dos migrantes para outros estados brasileiros, facilitando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e contribuindo para o fortalecimento de comunidades de acolhida.

ACNUR EM RORAIMA

Além de ministérios e órgãos ligados ao governo federal, existem algumas agências da sociedade civil, de organismos nacionais, internacionais e agências da ONU que prestam apoio na Operação Acolhida. Entre as agências da ONU estão o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (ACNUR, 2019). As atividades desempenhadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados – ACNUR dentro dessa operação. Para tanto se faz necessário abordar o histórico dessa agência, a fim da compreensão de suas atividades.

Historicamente, ACNUR foi criado em dezembro de 1950 por meio de uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, entretanto só iniciou os seus trabalhos em janeiro de 1951, tendo como base a Convenção de 1951 da ONU sobre refugiados. A proposta inicial era assentar os refugiados europeus oriundos da Segunda Guerra Mundial. O mandato da agência nesse período tinha duração de 3 anos e poderia ou não ser renovado ao final desse período por meio de uma Assembleia Geral da ONU. (ONU BRASIL)

Com efeito, em 1955 ACNUR passa a ser responsável também pela proteção e assistência de apátridas¹⁰ em todo o mundo. Na década de 1970

¹⁰ Segundo o site oficial do ACNUR Brasil apátridas são caracterizados como pessoas sem vínculo formal com

a ONU expande seu mandato para além das fronteiras europeias, por meio do Protocolo de 1967 que reformava a Convenção de 1951. E no ano de 2003 foi abolida a Cláusula que obrigava a renovação de seu mandato a cada 3 anos. (ONU BRASIL)

O ACNUR Brasil, nos últimos anos o número de deslocamentos forçados aumentou consideravelmente, com 67 milhões de pessoas que deixaram seus locais de origem por conta de conflitos, perseguições e violação dos direitos humanos. Desse quantitativo, aproximadamente 22 milhões cruzaram as fronteiras internacionais em busca de proteção e foram reconhecidas como refugiadas. Enquanto a população de apátridas é estimada em 10 milhões de pessoas em todo o mundo. (ONU BRASIL)

O principal objetivo da agência é contribuir para que pessoas que são forçadas a deixar seus países por um fundado temor de perseguição ou conflito possam recomeçar as suas vidas. O trabalho humanitário do ACNUR foi reconhecido pelo prêmio Nobel da Paz¹¹ em 1954 e em 1981. (ONU BRASIL)

O orçamento anual dessa agência está estimado em um pouco mais de US\$ 7,5 bilhões. Esse dinheiro provém de contribuições voluntárias de países membros da ONU e de doações do setor privado. (ONU BRASIL)

Em Roraima, o ACNUR tem contribuído com a Operação Acolhida desde março de 2018, quando a operação foi posta em prática pelo governo Federal. Essa referida agência tem contribuído diretamente com as ações do governo federal brasileiro relacionadas a receptividade dos migrantes e refugiados venezuelanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se entender a crise humanitária na perspectiva da migração em Roraima e a atuação do ACNUR. Para isso, contemplou-se o contexto da Pós-Guerra Fria com a intenção de acompanhar a evolução do sistema global até os dias que correm e as mudanças que permitiram graves qualquer país

¹¹ Segundo o site oficial do prêmio, The Nobel Peace prize, desde a Segunda Guerra Mundial o prêmio nobel da paz foi concedido principalmente para honrar os esforços em quatro áreas principais: controle de armas e desarmamento, negociações de paz e direitos humanos, e trabalho voltado para a criação de um mundo mais organizado e pacífico.

crises mundiais e, em particular, na América Latina. Nesta região, o caso venezuelano revela as contradições brasileiras quando observados seus impactos no estado ao extremo-norte do Brasil. Também se empenhou em compreender aspectos relativos a como os migrantes venezuelanos concorreram para contribuir nos movimentos políticos e sociais acima mencionados. Abordou-se, igualmente, outros agentes como o ACNUR e os efeitos dos atos do Estado receptor de pessoas nos termos da sua soberania.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados, 1951.** Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019

ACNUR. **PROTOCOLO DE 1967 RELATIVO AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1967.** Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967> Acesso em: 26 de junho de 2019

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS BRASIL. **Histórico.** Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/historico/>>. Acesso em: 26 de junho de 2019

ALVIM, Mariana. **A cronologia da crise migratória em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela.** Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>> Acesso em 25 de junho de 2019

ASSIS, Gláucia de Oliveira ; SASAKI ,Elisa Massae. **TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.** Disponível em: < https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf > Acesso em: 26 de junho de 2019

AZEVEDO, Alan; FERREIRA, Allana. **Operação Acolhida celebra primeiro aniversário integrando venezuelanos e brasileiros em Roraima.** Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/2019/03/28/operacao-acolhida-celebra-primeiro->

aniversario-integrando-venezuelanos-e-brasileiros-em-roraima/>. Acesso em: 26 de junho de 2019

BARBOSA, Carolina Coelho; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. **Venezuela para Além das Fronteiras: Análise do impacto da crise venezuelana na população e na saúde pública de Roraima.** Disponível em < www.derechoycambiosocial.com> . Acesso em: 26 de julho de 2019

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** 6. ed.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **O que é inflação.** Disponível em : <<https://www.bcb.gov.br/controlainflacao/oqueinflacao>>. Acesso em: 25 de junho de 2019

BRASIL. **Decreto – lei N16º 9.286**, de 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm> . Acesso em : 26 de junho de 2019

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Migração: Abordagens Teóricas.** In: ARAGON, Luís E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA/UFGA, 2009. p. 39-55.

CASTRO, Hebe. **História Social.** In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

COELHO, Lenilson Melo. **A História Da Rodovia BR 174 E Os contatos com a etnia Waimiri –Atroari nos anos 70: doenças e desenvolvimentismo na Amazônia.** Florianópolis: XVIII Simpósio Nacional de História, 2015

DINIZ, Alexandre Magno Alves. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima.** Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 269-287, mai./ago. 2008.

HIRST, Monica. **Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global. Estudios Internacionales, Chile, n. Extraordinario 1 (Edición Especial 50 años), p. 143-178, 2017.** Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/470930> > Acesso em: 6 jul. 2020.

HOSPITAL CENTRAL DA AERONAUTICA. **Operação Acolhida – Boa Vista.** Disponível em: < <http://www2.fab.mil.br/hca/index.php/2014-12-11-17-51-57/343-operacao-acolhida-roraima>>. Acesso em: 25 de junho de 2019

LYRA JUNIOR, A. A.; MELO, Ricardo Abreu de. Brasil, Venezuela e Migração Internacional: disputas pela hegemonia e a nova Lei de migração brasileira. In OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos de (Orgs). **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 31-38.

NETO, Manoel Aires da Silva. **Migração de nordestinos para o vale do rio branco (RR) entre 1890 e 1930**. Boa Vista, 2011. Monografia, Centro de ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

SATO, Eiiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. Rev. Bras. Polít. Int. Brasília, v. 46, n. 02, p. 161-176, jul/dez, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a07.pdf> > Acesso em: 6 jul. 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A PESQUISA CIENTÍFICA**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-32

SIMÃO, Edna. **Casa Civil cria subcomitê para acolhimento de imigrantes Venezuelanos**. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/politica/6043331/casa-civil-cria-subcomite-para-acolhimento-de-imigrantes-venezuelanos> >. Acesso em 26 de junho de 2019

THE NOBEL PEACE PRICE. **Prize Winners**. Disponível em:< <https://www.nobelpeaceprize.org/>> Acesso em : 01 de julho de 2019.

SIMÕES, Gustavo. “Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país”. Mundorama – **Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

VELA, João Marcelo. **Imigração Venezuelana em Roraima**. Disponível em:< <https://www.infoescola.com/história/imigração-venezuelana> em Roraima.> Acesso em 09 de julho de 2020.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo contemporâneo: Da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DE REFUGIADO À BÁRBARO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS ENVOLVENDO IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA¹

*Eduarda Rabelo de Almeida²
Francilene dos Santos Rodrigues³
Amanda Vitória Oliveira Cruz⁴*

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “violência e imigração em Boa Vista: uma análise preliminar das situações de violência envolvendo imigrantes venezuelanos” teve o propósito de, preliminarmente, realizar um levantamento das diversas formas de violência a que estão submetidos os imigrantes venezuelanos em Boa Vista. O propósito foi identificar os tipos de violência cometidos contra os imigrantes e/ou por estes, de modo a traçar o perfil desses venezuelanos, tanto os que são vítimas ou autores de crimes e violências ao longo dos anos de 2017 e 2018.

Em Roraima, um estado transfronteiriço, o trânsito populacional faz-se presente desde a década de 1980, de brasileiros em mobilidade à Venezuela e, mais recentemente, a partir de 2014, de venezuelanos para o Brasil. Conforme dados disponibilizados pela Polícia Federal, no ano de 2017 foram registradas 73.891 entradas de venezuelanos no país e, em 2018, o número foi para 136.414, apresentando um aumento de, aproximadamente, 85% nas informações. Todavia, de acordo com Rocha e Ribeiro (2018), as migrações na fronteira terrestre com a Venezuela representam apenas 0,67% dos movimentos transnacionais do Brasil.

O aumento do fluxo migratório de venezuelanos em Roraima, ingressos pelo município de Pacaraima e, mais especificamente, em Boa Vista, a capital traz à tona uma violência latente que se manifesta em reações de ódio. Não obstante, é comum também encontrar, de acordo com Silva (2018), uma superestimação dos dados do fluxo migratório a fim de criar

¹ A presente pesquisa é parte do projeto Migração, Violência e Direitos Humanos em Roraima, do GEIFRON/UFRR, financiado por meio do EDITAL N° 01/2018/UFRR/PRPPG/PRÓ-PESQUISA-AGP e Edital Universal CNPq 2018.

² Aluna do Curso de Psicologia e bolsista de Iniciação Científica CNPq/UFRR 2018-2019.

³ Coordenadora do GEIFRON-Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre fronteiras e orientadora.

⁴ Aluna do Ensino Médio, Colégio de Aplicação e bolsista de Iniciação Científica CNPq/EM.

a sensação de “invasão”, o que demandaria um controle e/ou fechamento das fronteiras. Como aponta Caixeta e Solti (2018, p. 7):

O fechamento de fronteiras, a implementação de políticas de securitização, a precariedade de políticas de integração, juntamente com o fomento de discursos contra o estrangeiro, representam um terreno fértil para o crescimento do discurso de ódio, da xenofobia, para a rejeição àquele que vem de outro lugar. Quando migrantes em um país não são reconhecidos com a mesma dignidade do que os nacionais, eles acabam sendo relegados às situações que acabam por reforçar a exclusão social, provocando a intolerância de um grupo, normalmente os nacionais, com relação a outro, os migrantes.

A partir desses cenários surgem as manifestações de xenofobia, conhecida como a aversão à estrangeiros, além da confluência de responsabilidades e omissões do estado projetadas na população venezuelana em mobilidade (SILVA, 2018). Os migrantes tornam-se, então, párias e são responsabilizados como os causadores de todos os problemas de um estado já adoecido. Não se trata apenas da ausência de políticas migratórias ou de acolhimento, mas de ações e atos anti-imigração. A população venezuelana é considerada intrusa em território que não só não a recebe, mas também a incrimina e a expulsa.

Embora o preconceito ao migrante seja direcionado à população migrante de maneira geral, aqui em sua forma xenofóbica, é imprescindível destacar que certos grupos como os afrodescendentes, indígenas, comunidade LGBT+, mulheres, pobres, entre outros, encontram-se em maior situação de vulnerabilidade e risco de violência. A discriminação oriunda desses casos pode resultar em diferentes tipos de violência e, portanto, produzir uma seletividade dos corpos que podem ser violados e agredidos. Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo geral a realização de mapeamento preliminar das situações de violência envolvendo os migrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista- Roraima –Brasil sejam vítimas, sejam autores.

Para realizar tais objetivos fizemos uso da metodologia qualitativa com coletas de dados estatísticos e informações oficiais junto a Polícia Civil, Polícia Federal (PF), Prefeitura de Boa Vista, Secretaria de Segurança do Pública de Roraima (SESP/RR) e Secretaria Municipal de Gestão de Social (SEMGES). Informações publicadas nos jornais online de Roraima, em particular, a Folha de Boa Vista, sobre violência e criminalidade envolvendo o grupo em mobilidade, cujo método de coleta e sistematização foi a Análise de Conteúdo, mesmo que só parcialmente.

A pesquisa foi executada em novembro e dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019, a partir das notícias e comentários publicados no jornal Folha de Boa Vista, ao longo dos anos de 2017 e 2018, relacionadas à criminalidade e violência envolvendo imigrantes venezuelanos, como vítimas ou autores. Utilizamos, nesse primeiro momento da pesquisa, o sistema de busca por palavras-chave, tais como violência, migrante, migração, venezuelanos, venezuelana, entre outras. A partir desse quadro, fez-se necessária uma tabulação minuciosa das matérias da Folha de Boa Vista e das informações. Foi feita uma tabela a fim de esquematizar as notícias reunidas, além de apontar quem aparecia como vítima, quem era identificado como agressor, o local, crime cometido e o encaminhamento realizado. Assim, produzimos alguns gráficos com a finalidade de melhor apresentar os dados compilados. A outra etapa da pesquisa consistiu em levantamento de dados indicando as estatísticas sobre violência no estado junto aos órgãos oficiais. Alguns órgãos estaduais não nos forneceram as informações solicitadas, uma vez que estavam em fase de transição de governo. Cruzamos alguns dados sobre violência em Roraima, a partir do ATLAS da violência (2018), relatório da Comissão Externa da Câmara Federal para as questões da migração venezuelana. Quanto a coleta de dados junto aos órgãos municipais fomos informada que a SEMGES – Secretaria Municipal de Gestão Social não teria a informação solicitada, como também nenhum outro órgão municipal estaria fazendo o levantamento sobre o tema em questão.

MEDO DOS BÁRBAROS VENEZUELANOS

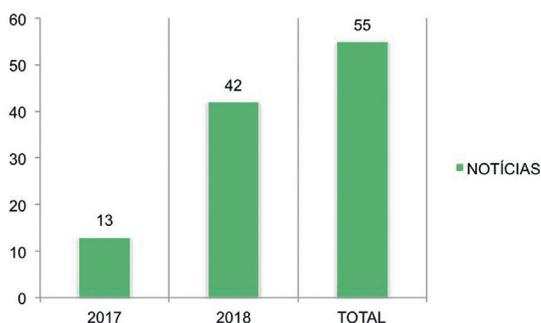
De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2019, p. 15) baseado em dados extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), dois fenômenos estão em curso no país ao longo de 10 anos (2007-2017). Por um lado, a redução na taxa de letalidade violenta em alguns estados da federação, tais como Rondônia, Distrito Federal e Sergipe e, por outro lado, vários estados têm se confrontado com forte crescimento nos índices de homicídio, em especial alguns estados das regiões Norte e Nordeste como Ceará, Acre, Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Já quando observado a taxa de variação do homicídios por cada

100mil habitantes, no período de 2016 e 2017, Roraima ocupa a quarta posição (19,6%) atrás apenas de Ceará, Acre e Pernambuco (IPEA, 2019, p.23). Segundo (BENITES, 2017) apenas nos primeiros dias do ano de 2017, Roraima registrou 33 mortes violentas resultado da chacina ocorrida no Presídio Agrícola de Monte Cristo (PAMC) protagonizada pela rivalidade entre as facções criminosas atuando na penitenciária.

Em 2017 a taxa de homicídio em Roraima foi de 47,5% por cada 100mil habitantes, em contraposição a taxa de 39,7% em 2016; de 40,1% em 2015; de 31,8% em 2014 e, de 43,8% em 2013 (IPEA, 2019, p. 23). Portanto, desde 2013 e 2015, Roraima já apresentava uma das mais altas taxas de homicídio do país. Vale salientar, que o fluxo da migração venezuelana intensifica-se entre 2017 e 2018 quando foram registradas 17.942 e 62.295 solicitações de refúgio, respectivamente, junto a Polícia Federal (POLÍCIA FEDERAL, 2019).

Com base nas informações foram elaboradas tabelas e gráficos de modo a identificar os tipos de crimes associados aos venezuelanos tanto como vítimas, como autores. Em 2017, foram registradas 13 matérias e, em 2018, 42 citando migrantes venezuelanos como autores ou vítimas, conforme figura 01.

Figura 1: Quantidade de notícias nos anos de 2017 e 2018

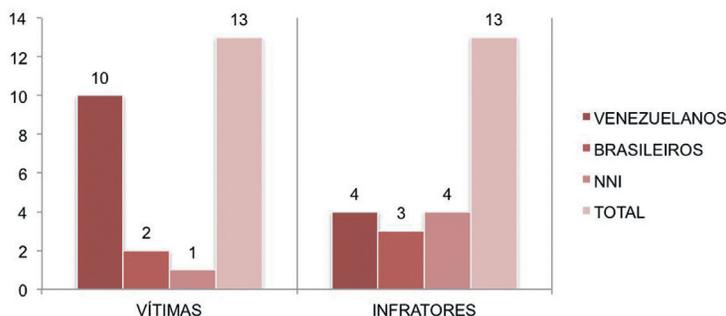


Fonte: Folha de Boa Vista.

Em 2017, das 13 notícias selecionadas 10 apontavam mulheres venezuelanas como vítimas, em sua maioria, de crimes sexuais e violência de gênero; dois brasileiros e uma das vítimas não tiveram sua nacionalidade

identificada (NNI). Em contrapartida, dos crimes de violência sexual e de gênero os autores foram identificados como venezuelano (1), brasileiro (3) e nacionalidade não informada (NNI) (6). Em relação às outras vítimas os autores foram identificados como venezuelanos (3). O que fica evidente nos dados de 2017 é o número de pessoas que foram identificadas como autores do crime/delito que chega a 30,7% enquanto as vítimas não identificadas representam 7,6%. (Figura 02).

Figura 02: Nacionalidade de vítimas e infratores, em 2017



Fonte: Folha de Boa Vista web.

Das 42 reportagens analisadas, de 2018, foram identificadas como vítimas 45 pessoas (três reportagens relatavam dois casos em uma só notícia) e como infratores ou autores 44. Dessas, como autores de crimes e delitos 61,36% eram de nacionalidade venezuelana; 13,6% de nacionalidade brasileira e, sem identificação da nacionalidade 25%. Já como vítimas 55% era de nacionalidade venezuelana; 13,5%, de nacionalidade brasileira e 31,5% a nacionalidade não estava expressa nas reportagens. Vale ressaltar que 40% das ocorrências em que venezuelanos eram vítimas os autores também eram venezuelanos; 16% eram brasileiros e 36% não foram identificados. Isso nos leva a supor que a violência tem crescido, também, entre os próprios venezuelanos resultante, em parte, dos conflitos regionais vivenciados em seus países e das condições de extrema vulnerabilidade em contexto migratório.

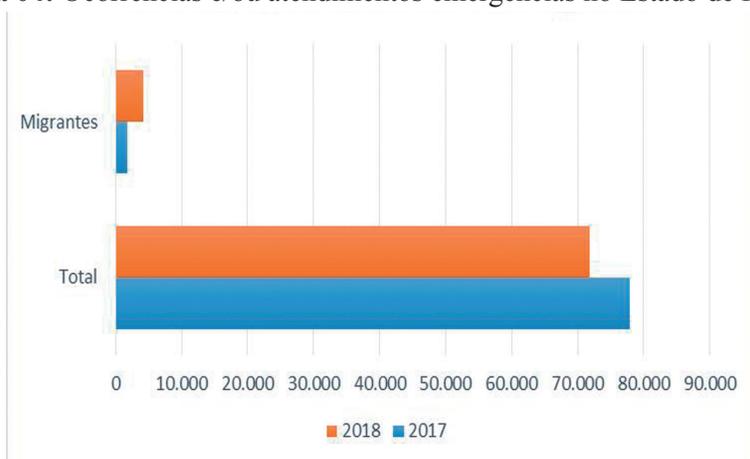
Figura 3: Condição de vítima ou autoria de crimes e delitos por nacionalidade

Fonte: Folha de Boa Vista.

Em um quadro comparativo entre a nacionalidade identificada e a condição de vítima ou acusado/suspeito é possível verificar que os venezuelanos figuram-se mais como vítimas que acusados, tanto em 2017 como em 2018 (Figura 03).

Em 2019 os dados da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania indicam o crescimento do número de ocorrências ou atendimentos emergenciais. O índice geral de ocorrências quando comparado àquelas associadas à população migrante é, exponencialmente menor que aquelas envolvendo os nativos, uma vez que representava, em 2017, aproximadamente, 2,25%, ou 1.765 atendimento de um total de 77.939. Em 2018, o percentual de atendimento emergencial envolvendo migrantes foi de 5,8%, ou 4.173 do total de 71.852 atendimentos emergenciais, conforme relatório do Centro Integrado e Operações Policiais da Secretaria Estadual da Segurança Pública (RODRIGUES, 2019). (Figura 04).

Apesar do aumento de ocorrências envolvendo migrantes, em sua maioria venezuelanos, os dados da Secretaria de Segurança não informam a condição de vítima ou autores do crime. Isso por si só demonstra uma abordagem tendenciosa e com distorção dos dados

Figura 04: Ocorrências e/ou atendimentos emergências no Estado de Roraima

Fonte: Secretaria de Segurança e Cidadania do Estado de Roraima. (RODRIGUES, 2019)

Se, a criminalidade envolvendo pessoas de nacionalidade venezuelana aumentou isso se reflete, também, no número de internos reclusos nas 6 unidades penitenciárias. Segundo dados de maio de 2019, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Roraima havia 3.386 (três mil, trezentos e oitenta e seis) pessoas reclusas. Desse quantitativo 216 (duzentos e dezesseis) são de nacionalidade venezuelana, ou seja, o equivalente a 6,3% do total. Já o DEPEN – Departamento Penitenciário local informou que encontrava-se nas unidades penitenciárias, no mesmo período, um total de 202 venezuelanos, ou o equivalente a 5,9% da população carcerária em todo o estado. Destes, 148 estão na Penitenciária Agrícola, 25 no sistema de albergados, 16 na Cadeia Feminina e 12 na Cadeia Pública (NICOLETTI, 2019).

É possível afirmar que há tratamento distintos entre os autores de crimes devido a sua nacionalidade, tanto nos meios de comunicação como pelo aparato da justiça. O caso mais emblemático de violação de direitos foi o de dois venezuelanos acusados e presos por latrocínio em que, em menos de 24 horas, o autor do crime, um brasileiro, assumiu a autoria. Mesmo assim, um dos venezuelanos inocentado do latrocínio, em junho de 2019, segue na penitenciária acusado pelo autor confesso do crime, agora, de roubo do celular, mesmo não havendo materialidade do crime

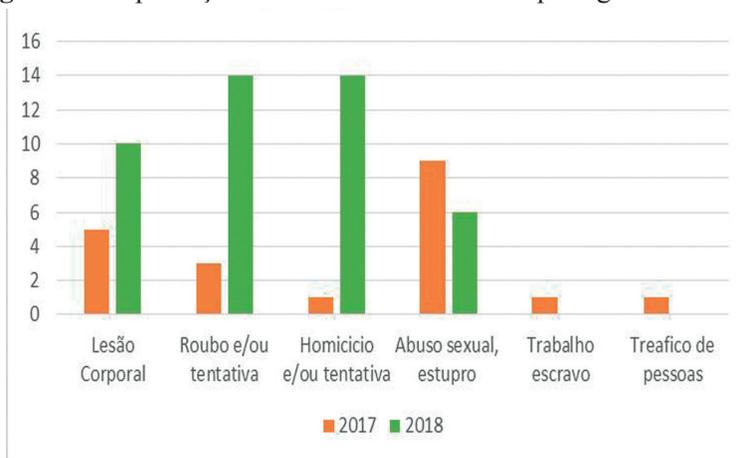
(VENEZUELANO, 2019).

Os meios de comunicação local superlativam os acontecimentos, como por exemplo a manchete da Folha Web (2018) que afirmava: “Número de ocorrências envolvendo venezuelanos quintuplicou em 2017”. No entanto, ao lermos a reportagem encontramos a seguinte informação:

“Mesmo com crescimento tão expressivo, os números apresentados pelo órgão são considerados baixos quando comparados com o número total de ocorrência no ano passado. Dos números gerais (envolvendo brasileiros e estrangeiros), o Ciops (Centro Integrado de Operações de Segurança) contabilizou, em 2016, 73.533 ligações e 75.927 chamados por meio do 190 em 2017. [Somente] 1.714 ocorrências envolvendo venezuelanos atendidas via número de telefone 190 em 2017. (NUMERO, 2018, online)

Os meios de comunicação, mas também, as redes sociais criam e reproduzem o venezuelano como bárbaro, indigno, vil e cruel. A construção do “outro”, do venezuelano como agente da violência, portanto, nocivo ao Estado serve como uma catarse para a população local que, “de algum modo (...) respira num país de imigrantes como o Brasil. Respira como medo e transpira como violência” (BRUM, 2018, online).

A quantificação e tipificação dos crimes e delitos relatados nas reportagens totalizaram 63. Destes, o crime mais frequente imputado aos migrantes venezuelanos, como autores, foram tentativas e homicídios (14); roubos, tentativas de roubo e furtos (16); lesão corporal (10); crimes sexuais (6). Parte desses crimes podem ser associados às condições precárias as quais os migrantes têm vivido em Roraima, expostos à fome, miséria, trabalho escravo, preconceito, exploração sexual, dentre outros. Já os crimes nos quais os venezuelanos eram vítimas estavam homicídio ou tentativa de homicídio. Quando os brasileiros eram as vítimas os crimes mais comuns, em 2018, foram os homicídios e tentativas de homicídios, diferentemente de 2017, em que sobressaiam as lesões corporais. Isso indica aumento da letalidade (Figura 05).

Figura 05: Tipificação dos crimes citados em reportagens 2017-2018

Fonte: Folha Web de Boa Vista.

A ausência de políticas migratórias no Brasil, reflete-se em Roraima uma vez que o que ocorre são apenas ações emergenciais como as desenvolvidas pela Força Tarefa de Ajuda Humanitária, do Governo Federal. Além do descaso, os venezuelanos são marcados como causadores de um estado em crise e utilizados politicamente, como nas eleições de 2018:

Os venezuelanos são usados como bode expiatório para o aumento da violência no estado. Quase todos os candidatos ao governo estadual culpam os migrantes pela escalada na violência, citando que a estatística falsa de que oito em cada dez boletins de ocorrência registrados em Roraima envolvem venezuelanos – o número verdadeira é de 4 em cada 10, segundo a Polícia Militar. (VENEZUELANOS vivem cotidiano de fome e violência em Roraima e sobrecarregam serviços públicos. Gazeta do Povo, 2018).

O crescimento da extrema direita, tanto no Brasil, como em Roraima contribui para o avanço da xenofobia e a intolerância aos imigrantes e naturalização da violência e humilhação aos venezuelanos. Como diz LOWY (2019, online):

Em cada país, está extrema direita tem características próprias: em muitos casos (Europa, Estados Unidos, Índia, Birmânia), “o inimigo” – isto é, o bode expiatório – são muçulmanos e / ou imigrantes; em alguns países muçulmanos, são minorias religiosas (cristãos, judeus, yazidis). Em alguns casos, o nacionalismo e o racismo xenofóbicos prevalecem, em outros o fundamentalismo religioso, ou o ódio pela esquerda, o feminismo e os homossexuais.

Apesar desta diversidade, existem algumas características comuns à maioria, senão a todos: autoritarismo, nacionalismo fundamentalista – “Deutschland über alles” e suas variantes locais: “America First”, “Brasil acima de tudo” e assim por diante – religiosas ou intolerância étnica (racista), violência policial / militar como única resposta aos problemas sociais e ao crime. A caracterização como fascista ou semi-fascista pode se aplicar a alguns, mas não a todos. [...].

A violência no Brasil atual é tolerada, principalmente quando direcionada aos grupos que fogem à regra e, de maneira higienista, tenta-se apagá-los ou silenciá-los. No fenômeno migratório presenciado em Boa Vista não se trata somente de aversão ao estrangeiro em si, nota-se, também, sexismo. As mulheres venezuelanas compõem, majoritariamente, as estatísticas de Roraima no tocante aos dados relacionados à violência sexual. Somente em abril de 2017, 5 venezuelanas foram sexualmente violentadas em menos de um mês (CORREIA, 2017). Isso sem considerar aquelas que por medo e desinformação não denunciam as agressões.

Essa violência contra migrantes e trans é expressão de uma sociedade machista e heteronormativa que as confina à prostituição. Conforme Fernandes (2019), os registros oficiais apontam um fluxo de 87 travestis venezuelanas e 50 mulheres lésbicas em situação de rua e prostituição nos bairros de Boa Vista. Deste total 40% possui ensino superior, mas isso não evita a dupla discriminação. Por um lado, por serem venezuelanas, por outro, por serem trans, negras ou indígenas.

[...] as inviabilizam e renegam como seres políticos ou sociais. [...] a exclusão destas e as violações de seus direitos são muitas vezes ignorados pela rede de atenção, intimidando essa população. Exemplo disso é a utilização da Lei Maria da Penha por mulheres lésbicas, travestis e transexuais. Poucas procuram as delegacias, em razão do desconhecimento do direito, e a própria rede de enfrentamento à violência muitas vezes desconhece que essa lei abarca casos de violência em âmbito familiar e que violência doméstica independe de orientação sexual e da identidade de gênero. (FERNANDES, , 2019, p. 45-46).

O caso da travesti Sthephany Tablante (27), assassina brutalmente com oito facadas profundas nas costas e outros 12 cortes no corpo, na madrugada do dia 22 de outubro de 2017, é só mais um exemplo da impunidade e da discriminação de gênero e nacionalidade. Sthephany teria se desentendido com um cliente após este ter se recusado a pagar por serviços sexuais que, apesar de ter confessado o crime alegou legítima defesa contra um suposto assalto. Os inúmeros golpes desferidos indicaram, após análise pericial,

o contrário do que foi afirmado e expressava muito mais crime de ódio. (SUSPEITO, 2017).

Seguindo a mesma lógica, a xenofobia caminha lado a lado com o racismo, uma vez que a população indígena da etnia warao tem notoriamente sofrido com exploração laboral nas cidades do Norte do país (MPF investiga exploração de índios venezuelanos no norte do país, 2017).

Rocha e Ribeiro (2018, p. 545) relembram que o Brasil “historicamente é um país de imigração”, contudo, também é um país marcado pelo racismo ao utilizar-se de políticas públicas de embranquecimento da população. Esse legado racista supervaloriza, por um lado, o imigrante europeu branco e rico e, por um lado, desenvolve e estimula a aversão ao imigrante pobre, negro, mulher e/ou LGBT. Quem causa mal estar é o pobre, aquele que coloca em risco o status quo da população local já afetada pela ausência de políticas públicas e sociais, o desemprego (CAIXETA & SOLTI, 2018, p. 7-8). Dessa forma, o ódio do brasileiro não é direcionado somente ao venezuelano, mas ao migrante pobre, preto, indígena, mulher, LGBT+.

Outro exemplo de violência extrema foi o caso dos brasileiros que arremeteram-se contra venezuelanos que se encontravam nas ruas, no município de Pacaraima, em agosto de 2018, após a acusação de roubo por parte de outros dois venezuelanos a um comerciante brasileiro e sua esposa. Segundo Brandão & Oliveira (2018), cerca de mil pessoas participaram do ato que destruiu os acampamentos improvisados, pertences foram queimados e venezuelanos acuados até a linha fronteira.

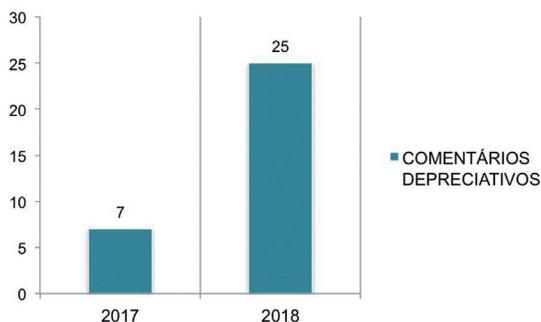
Qualquer humilhação, violência ou injúria dirigida aos migrantes torna-se aceitável e justificável, dada toda a construção de um “imigrante ruim” cuja vida pode ser descartada. É interessante também observar o esvaziamento e a perda de identidade sob o qual os imigrantes são sujeitados. Constrói-se um estigma de infâmia e cola-se ao nome “venezuelano”. Não são mais pessoas, são venezuelanos vis, cruéis, violentos, criminosos, “folgados” que se aproveitam do estado e mancham suas graças.

O ESTRANHO QUE BATE À NOSSA PORTA

A análise dos comentários dos leitores às matérias aqui trabalhadas sobre venezuelanos, no período de 2017 e 2018, indicam que, apesar das reportagens que retratavam os venezuelanos como vítimas os leitores

emitem comentários depreciativos, desvalorizam o sofrimento, culpam o excesso de imigrantes, enfatizam o fechamento das fronteiras como solução, entre outros. Dos poucos comentários às referidas reportagens aqui analisadas, em 2017, a maioria, ressaltava aspectos que depreciava e humilhava o migrante. Em 2018, dos 39 comentários registrados, 25 (mais da metade do primeiro), tinham o mesmo teor.

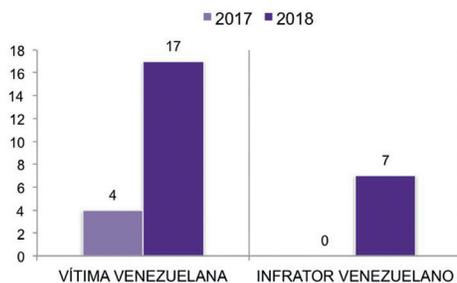
Figura 6: Comentários depreciativos direcionados às vítimas venezuelanas



Fonte: Folha de Boa Vista.

Quando os imigrantes são as vítimas há um silêncio generalizado, diferentemente de quando eles são os autores ou suspeitos de crimes ou delitos. Em 2017, enquanto 4 matérias de vítimas venezuelanas não foram comentadas, nenhuma teve ausência de postagens quando estes foram infratores.

Figura 7: Ausência de comentários nas notícias que trazem venezuelanos como vítimas



Fonte: Folha de Boa Vista.

Trata-se de uma vida que sequer merece a atenção e/ou tempo de ser comentada, um sofrimento que não vale a indignação, uma violência que é justificada e aceita.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao pensarmos nos objetivos desse trabalho, em uma conclusão inicial, podemos afirmar que há um equilíbrio entre o número de reportagens que citam vítimas venezuelanas(28) e autores venezuelanos (25). No entanto, o número de reportagens que não citam a nacionalidade dos acusados ou suspeitos é maior (12) que o número de vítimas sem a especificação da nacionalidade (7). Podemos afirmar, também, que grande parte das ocorrências envolvem venezuelanos como vítimas e autores, ou seja, parte da violência explicitada na Folha Web ocorrem entre pessoas da mesma Nacionalidade. Os dados indicam a parcialidade das reportagens da Folha Web, principalmente ao ressaltar a nacionalidade venezuelana e relativizar a nacionalidade brasileira mesmo quando alguns elementos indicavam que o autor do crime/delito não era venezuelano. A Folha contribui, assim, para disseminar um discurso anti-imigração, ao mesmo tempo em que fortalece a narrativa de que são os venezuelanos os únicos responsáveis pelo aumento do índice de violência no estado.

O intenso fluxo migratório vivenciado por Roraima nos últimos anos devido à conjuntura social e econômica na Venezuela, grande parte de responsabilidade dos embargos econômicos impostos ao país, reflete-se nas situações de rechaço, humilhação e violência contra o migrante e, em especial, venezuelano. Esse contexto somado à ausência de políticas públicas de inserção laboral e sociocultural à essa população em mobilidade tem contribuído para a sensação e percepção, por parte da população local, de estado de colapso dos serviços públicos e segurança o são devidos à migração e ao migrante e, não como parte de um processo contínuo de desmonte do Estado, seja devido à corrupção e malversação dos recursos públicos, seja pela má gestão. Todavia, tem-se atribuído, por meio dos diversos aparelhos ideológicos do Estado e, em especial os meios de comunicação a responsabilidade dessas mazelas aos migrantes.

A política que vigora é a de anti-imigração e criminalização do migrante tornando ainda mais hostil a sua entrada no país. A idealização

de um país acolhedor é, por fim, colocado em xeque, principalmente devido ao racismo, classismo e xenofobia que perpassa todas as camadas sociais e expressa, desta maneira, os inúmeros obstáculos para a efetivação da garantia de direitos aos migrantes.

REFERÊNCIAS

Atlas da violência (2019). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/atlas-da-violencia-2019>

Benites, A. (2017, janeiro 09). A pacata Roraima já registrou quase metade dos homicídios de um ano. El País Brasil. Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/09/politica/1483919073_396723.html. Acesso: 20 jun. 2019.

Brandão, I; Oliveira, V. (2018, agosto 18). Cidade de RR na fronteira com a Venezuela tem tumulto após assalto a comerciante. G1RR. (2018), Boa Vista, RR, Brasil. Recuperado de: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Brum, E. A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. El País, Brasil. 27 de agosto de 2018, 14:50 h Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html Acesso

Caixeta, D. M.; Solti, F. R. (2018). O fenômeno migratório e os desafios para o diálogo intercultural: da intolerância à integração. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL FILOSOFIA – TEOLOGIA E CIENCIA DA RELIGIÃO, 2018. Diálogos inter-religioso e intercultural, no centenário de Raimon Panikkar. Belo Horizonte. p. 1-13. Recuperado de: <https://bit.ly/2KCVabS>. Acesso: 20 jun. 2019.

Correia, L. G. Cinco venezuelanas foram estupradas em Roraima em menos de um mês. (2017, abril 18). Folha Web de Boa Vista. Recuperado de: <https://folhabv.com.br/noticia/Cinco-venezuelanas-foram-estupradas-em-Roraima-em-menos-de-um-mes/27536>. Acesso: 20 jun. 2019.

Fernandes, B. (2019). LGBT na fronteira Brasil-Venezuela: um tema (in) visível. Goiânia: Espaço Acadêmico. 101p.

Lowy, Michael (2019). A extrema direita: um fenômeno global. Esquerdanet. 20 de janeiro de 2019. Recuperado de <https://www.esquerda.net/artigo/extrema-direita-um-fenomeno-global/59168>. Acesso em 27 de novembro de 2019, as 14:30h

Nicoletti (2019). 1º Relatório da Comissão Externa: Crise na fronteira da Venezuela com o Brasil. Câmara dos Deputados. Brasília, Julho, 2019. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ. Acesso em 25 de nov. 2019 às 22:27h

Número de ocorrências envolvendo venezuelanos quintuplicou em 2017. (2018, março 06). Folha Web de Boa Vista. Recuperado de: <https://folhabv.com.br/noticia/Numero-de-ocorrencias-envolvendo-venezuelanos-quintuplicou-em-2017/37493>. Acesso: 20 jun. 2019.

Polícia Federal(2019). Serviços de Imigração. Junho, 2019. Disponível em <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentcao-policia-federal-ate-abrilde-2019.pdf>

Rocha, G. V.; Ribeiro, N. V. P. (2018). Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análises e estratégias. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, 20(122), p. 541-563. Recuperado de: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1820>. Acesso: 03 jul. 2019.

Rodrigues, E. (2019). RR sofre com o aumento de crimes cometidos por imigrantes 15/06/2019. Folha de Boa Vista, 15/06/2019. Recuperado de: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/RR-sofre-com-o-aumento-de-crimes-cometidos-por-imigrantes/54433>

Silva, S. (2018). A Fronteira Norte do Brasil: notas de pesquisa. In: Baeninger, R.; Canales, A. Migrações Fronteiriças. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP). p. 300-303.

Suspeito de matar travesti a facadas em RR alega legítima defesa e se entrega à polícia (2017) G1 RR. 25/10/2017 19h05. Recuperado de <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/suspeito-de-matar-travesti-a-facadas-em-rr-alega-legitima-defesa-e-se-entrega-a-policia.ghtml>. Acesso em

Venezuelanos vivem cotidiano de fome e violência em Roraima e sobrecarregam serviços públicos. (2018, agosto 26). Gazeta do Povo. Recuperado de: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/venezuelanos-vivem-cotidiano-de-fome-e-violencia-em-roraima-e-sobrecarregam-servicos-publicos-bncggqzaf6021xr4gwg466huu/>. Acesso: 20 jun 2019.

Venezuelano inocentado de crime segue preso enquanto brasileiro acusado é solto (2019) | 17/07/2019 15:10. Fonte: Último Segundo - iG @ <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-07-17/venezuelano-inocentado-de-crime-segue-preso-enquanto-brasileiro-acusado-e-solto.html>

APROPRIAÇÃO COMUNICACIONAL E FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: CCONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS PARA AS NOVAS MIGRAÇÕES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL- VENEZUELA

Tainá Aração de Almeida¹
Vângela Maria Isidoro de Moraes²
Francilene dos Santos Rodrigues³

INTRODUÇÃO

O desenho instrucional da pesquisa precede de importantes escolhas. Em um campo em que os estudos da comunicação muito se ocupam das produções vinculadas às mídias convencionais, aos meios massivos e suas novas plataformas de interação com o público, o objetivo deste artigo se volta à comunicação desenvolvida no âmbito das comunidades, coletivos e pessoas que necessitem reivindicar e negociar o espaço de fala, para além do interpessoal, mas na criação de mecanismos de representação legítima dos anseios e desejos de determinado grupo. Ou seja, uma comunicação que nasça de dentro para fora e que se construa múltiplas narrativas através do protagonismo comunitário.

O recorte inicial da comunicação comunitária, cidadã, alternativa e contra hegemônica soma-se à condição migrante que unifica o perfil das pesquisadoras nessa escrita e que se estende à significativa composição da população de Roraima, o estado situado no extremo Norte do Brasil, formado por uma intensa rede migratória interna e pela diversidade cultural de cerca de dez etnias indígenas. Nesse cenário, desde 2015, Roraima passa a ter em destaque o fenômeno da migração transnacional de pessoas vindas da Venezuela em busca de refúgio, forçadas a deixar seu país por melhores condições de sobrevivência. A urgência humanitária da migração e a necessidade de minimizar os efeitos complexos dessa

¹ Comunicadora Social- Jornalista e ex-, bolsista de Iniciação Científica (PIBC-CNPq-AF 2017-2018). Email: tainaalmar@gmail.com. Este artigo é resultado do trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo e da experiência como bolsista de iniciação científica junto ao Geifron/UFRR.

² Professora do curso de Comunicação Social - Jornalismo e do programa de Pós-Graduação em Comunicação na UFRR. E-mail: vangela.morais@ufr.br

³ Professora no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (PPGSOF) e Recursos Naturais (PRONAT) na UFRR. Email: franci.rodrigues@ufr.br

mobilidade, especialmente para os sujeitos em deslocamento, não podem negligenciar a comunicação como um direito, um anteparo democrático e inclusivo, capaz de produzir outras narrativas.

Assim nasceu o projeto *Somos Migrantes*, site com intuito de veicular produções comunicacionais voltadas à sensibilização sobre a migração venezuelana para Roraima, especialmente para Boa Vista. Esse projeto foi desenvolvido dentro do GEIFRON Geifro- Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras n e o apoiado pelo curso de Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Assim, o projeto *Somos Migrantes* que resultou, também, na pesquisa de TCC desenvolveu uma série de conteúdos comunicacionais com recorte comunitário, executados por um grupo de mulheres migrantes que vivem em Boa Vista-RR em decorrência da diáspora venezuelana. O objetivo central era entender como as mulheres venezuelanas em Roraima criam narrativas de ressignificação da sua identidade através da comunicação. A feminização da migração não apenas em seu aspecto quantitativo, mas também a visibilidade e a transformação do perfil da mulher migrante (MARINUCCI, 2007) foi um aspecto fundamental, a meu ver, para na criação de novas narrativas que contribuem para desvelar a dinâmica das migrações na América-Latina.

Nesses dois anos de projeto, notei que para se produzir uma comunicação com responsabilidade social e que traga outros olhares ao fluxo migratório venezuelano, sem reproduzir violências, era preciso se aproximar das pessoas, deixar que elas contassem suas histórias de vida e, principalmente, estar disposta, através da escuta ativa, chegar às essências, deixando que as pessoas falem por si.

Nesse trajeto de ir e vir entre abrigos e estar em contato contínuo com os migrantes venezuelanos em diferentes espaços (incluindo os festivais), descobri que, mesmo com alguns pontos em comum que motivam o deslocamento, a migração é diversa, e essa diversidade também deve ser pensada na criação e co-criação de narrativas que os envolvam e acolham. Um exemplo disso, talvez o mais marcante, é a distância entre a migração indígena e não indígena, e como essa distância deve ser pensada também no ato de comunicar, para que consigamos entender a profundidade de um deslocamento intenso e, acima de tudo, visando à diminuição da xenofobia ou quaisquer outros tipos de violência, físicas ou simbólicas.

Propõe-se, portanto, neste artigo uma reflexão teórico-metodológica para a construção de uma percepção ampla sobre a importância e

necessidade de narrativas mais plurais para se contar a migração venezuelana para o Brasil, utilizando como mote a observação-ação-participativa para compreender os processos que motivam o deslocamento, os direitos garantidos aos migrantes no Brasil e a discussão teórica sobre comunicação e representatividade. Como procedimento metodológico qualitativo fez-se uso das trajetórias de vida que nos possibilitam estabelecer relações entre as experiências individuais e coletivas, a trajetória individual e o ambiente social (MINTZ, 1960; BOURDIEU, 1986; GUERIOS, 2011). Foram realizadas uma série de reportagens que utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, de entrevistas narrativas que estimularam as interlocutoras da pesquisa a narrarem episódios importantes de suas vidas e, cujo ato de contar/narrar e escutar inclui aspectos do processo de rememoração das experiências diversas e que, nesse processo de associar passado, presente e futuro, reconstroem suas histórias de vida, tanto numa perspectiva individual quanto social (CABRAL; SOUSA, 2015, p 154). Foram quatro mulheres selecionadas a partir do nosso contato e trajetória de militância em defesa dos Direitos Humanos, que protagonizam a migração venezuelana e trajetórias de vida distintas e vivendo em Roraima. São Elas: Zoe: migrante Norte-Americana que vivia na Venezuela há 10 anos e migrou para o Brasil em decorrência da crise que a Venezuela vivencia, Diana: Jovem arte-muralista de Caracas que migrou em Boa Vista por intermédio do grafite e com pretensão de ampliar suas capacidades artísticas, Gênova: arte-educadora e mãe que migrou com sua filha no período que a fronteira estava fechada pelo governo venezuelano e Alexis: Indígena venezuelana da etnia Warao que vive na ocupação espontânea Ka-Ubanoco, em Boa Vista.

Entende-se que a comunicação é a via imagética onde as realidades se formam. É por ela que os discursos são criados, veiculados e recepcionados – mecanismo no qual atravessam as criações das materialidades. Portanto, seguindo os passos de Chimamanda Adhcie (2013), é de suma necessidade frisar que as *histórias importam*, e muitas histórias importam. “Histórias têm sido para expropriar e tornar maligno, mas histórias também podem ser usadas para capacitar e humanizar”. Portanto, as histórias podem devastar a dignidade de um povo, mas histórias podem também recuperar essa dignidade perdida através da cidadania e de processos comunitários capazes de dimensionar outras histórias, a partir do protagonismo e

presença comunicacional. Desta maneira, é indispensável afirmar que uma linguagem multicultural não só faz sentido na esfera do bem-viver, mas cria sentidos mais complexos e plurivalentes; direcionando o olhar para outros rumos possíveis, mais solidários, justos e empáticos e principalmente diversos e dinâmicos.

Ao migrante cabe além da fronteira física, a fronteira porosa do lugar e o não-lugar. Na travessia de um país para outro, as identidades absorvem referências e se transformam fazendo com que as memórias afetivas do lugar de origem se mesquem com a necessidade de interagir com os lugares-desconhecidos de destino. Em outra perspectiva, esse limbo do lugar e não-lugar cria e co-cria novas esferas de interação e possibilidades narrativas, campo fértil para a comunicação comunitária.

Dessa forma, o presente artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, abordar-se-á a globalização no contexto das novas migrações; na segunda parte abordaremos os processos de heterogeneização e democratização da comunicação, na terceira parte refletiremos sobre a Apropriação Social, comunicação e comunidade e, por fim, contaremos o processo de construção da série Mulheres em travessia: narrativa da migração venezuelana recriada de dentro pra fora.

GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS MIGRAÇÕES: MULHERES EM TRAVESSIA

Incontestavelmente a migração é bastante plural e com características próprias de cada configuração de deslocamento. Não é possível homogeneizar o processo migratório, mesmo frente ao modelo globalizado e globalizante protagonizado pela esfera sociocultural das relações e da construção da sociedade atual. Cada vez mais, os desafios contemporâneos se mesclam ou impulsionam os movimentos diaspóricos, visto que, os conflitos e questões impostas para: raça, classe e gênero também estão inseparáveis dos corpos que se movimentam, ao passo que se inter-relacionam. No cenário atual, há diversos movimentos humanos caracterizados no escopo de Novas Migrações. Essas configurações aparecem como respostas aos adventos do mundo contemporâneo, já que o ato de migrar corresponde a processos históricos e paradoxalmente emergentes. No oceano de novos deslocamentos, WENDEN (2016)

ênfatisa que os fatores da mobilidade estão longe de desaparecer; “eles são estruturais: defasagens entre os níveis de desenvolvimento humano” e por isso, tendem a crescer.

Entre os deslocamentos, existem novas categorias em ascensão: migrações regionais do chamado Sul-Sul global; aposentados ricos do Norte Global se radicando no Sul Global, transmigração e o processo de feminização da migração. O último aspecto é que vamos nos ater, pois, as mulheres correspondem a 48% dos migrantes do mundo. Já na América Latina, as mulheres correspondem a 51,6% do total de migrantes da Região. Esse movimento, conhecido como “feminização das migrações” se deve por vários aspectos e geram consequências. Entre essas consequências, cabe ressaltar que as mulheres tendem a ser mais numerosas do que os homens nos países ricos atingidos pelo envelhecimento de suas populações, que precisam de cuidadoras e de enfermeiras. As consequências da migração feminina são, além do care drain (êxodo de profissões de saúde), os riscos de desintegração familiar nos países de origem e sua dependência em relação aos novos fluxos, uma espécie de migração em cadeia. (WENDEN, 2016)

Contudo, o processo de feminização das migrações se dá em diferentes variáveis, e são transversais às relações de mercado de trabalho, leis migratórias, migrações forçadas e as estruturações de gênero. Para Milesi (2015) e Marucci (2007), o termo feminização da migração expressa três eixos: “o espaço produtivo, o espaço reprodutivo e o espaço público”. Mas também se refere ao: “Aumento quantitativo das mulheres migrantes, a mudança de perfil e a maior visibilidade do universo feminino no âmbito migratório”.

No espaço produtivo, é apresentada a relação da migração por questões de estudos, no qual, o maior impulso para a migração são oportunidades de ascensão econômica derivada da busca por aperfeiçoamento profissional e acadêmico. Na esfera reprodutiva, a migração se manifesta como um movimento estritamente ligado ao trabalho e ao envio de remessas para os familiares, mesmo se, em muitos casos, de forma transnacional. Muitas vezes, no espaço produtivo, as mulheres, na maioria dos casos, também não abandonam essa função de auto responsabilizar-se pelo sustento da família – função ligada diretamente à dimensão do cuidado (MILESI, 2015). O cuidado aparece como uma função historicamente atribuída ao corpo feminino, uma vez que o espaço privado, do lar e todas as atribuições que dali derivam ficam a cargo das mulheres.

A cientista social BIROLI (2018), em seu livro “Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil”, enfatiza que o exercício doméstico, do cuidado de crianças, de pessoas com deficiência ou idosos é um trabalho gratuito, o qual quem exerce, majoritariamente, são as mesmas que menos participam dos espaços de discussão da agenda política e de debates: mulheres. Por isso, segundo a autora, existe uma “divisão sexual do trabalho” ligado diretamente ao gênero, o que incide na vida e sobrecarga de funções nos corpos femininos. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho não só condiciona o sentido do feminino e masculino, mas limita também a participação das mulheres na esfera pública, já que, em sua maioria, as mulheres dedicam o dobro do seu tempo em atividades de “cuidado” dos demais. Essa métrica desigual, muitas vezes, é invisibilizada cotidianamente, e ao mesmo tempo, diminui a responsabilidade coletiva sobre o cuidado (BIROLI, 2018).

Mesmo com essa responsabilidade, no campo migratório, cresce o número de mulheres que foram empoderadas e saem sozinhas em busca de oportunidades em outros países e não estão ligadas à reunião familiar ou como acompanhantes dos maridos. Por outro lado, mulheres que migram sozinhas também carregam projetos familiares; os quais, dependem de envio de remessas. Desta maneira, o processo migratório é um símbolo não só de empoderamento, mas também de sobrecarga de responsabilidades, fruto de um projeto sistêmico neoliberal. Como enfatiza Rosita Milesi:

As mulheres migrantes e refugiadas denunciam com suas próprias vidas as falhas do projeto neoliberal de desenvolvimento, resistindo e engajando-se para garantir condições dignas de vida para os seus familiares. (MILESI, 2015, p. 67)

No campo da divisão sexual do trabalho dentro do contexto migratório, um processo que pode ser mencionado dentro do contexto da migração venezuelana para o Brasil é a estratégia de interiorização e distribuição de migrantes, visando oportunidades principalmente laborais para venezuelanos. Em 2019, 50 cidades de 17 Unidades da Federação já receberam migrantes. Nesse cenário, 5.250 pessoas já embarcaram para outros Estados, sendo que o perfil é composto, principalmente, por homens venezuelanos solteiros, como indica o Ministério da Defesa, o que limita as oportunidades laborais para as mulheres e isso é uma questão que é atribuída ao gênero, que impossibilita a autonomia financeira das

mulheres e as colocam em lugar em detrimento as oportunidades laborais oferecidas a homens migrantes. A oportunidade laboral é uma busca incessante no processo migratório, independente de gênero, principalmente no contexto da migração venezuelana, no qual as pessoas se deslocam por vulnerabilidade.

Um exemplo disto é de como essa relação desigual no processo de interiorização está posta em debate dentro do Abrigo Gilberto Salomão, em Boa Vista. Esse abrigo fica localizado no centro da capital de Roraima, composto principalmente por mulheres migrantes solteiras, população LGBTQ e um contingente de famílias. A população atual deste abrigo é de 506 pessoas. Destas, cerca de 200 são mulheres solteiras. Na ala das mulheres solteiras, em pesquisa de campo realizada entre os dias 8 a 10 de agosto de 2019, verifica-se uma insatisfação manifesta nos depoimentos por parte das mulheres migrantes sobre esse privilégio dado aos homens no contexto da interiorização. Das 20 mulheres entrevistadas no período, todas apresentaram vontade em participar do processo de interiorização e alegaram que não tiveram oportunidade por serem mulheres e solteiras. A falta de oportunidades laborais em outros estados pelo processo de interiorização, nesse cenário, são suprimidas tanto pela condição de migrante quanto pela condição do corpo de mulher e solteira.

É importante ressaltar que, segundo o Resumo Executivo do perfil sociodemográfico, elaborado pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello, em 2018, a migração venezuelana é majoritariamente composta por jovens (72% do total entre 20 e 39 anos), e pessoas solteiras (54%). As mulheres representam 48% desse contingente migratório. A presença feminina é alta, se comparado a outros movimentos intensos de migração para o Brasil, como, por exemplo, a migração haitiana a partir de 2011, na qual apenas 17% do total de migrantes eram mulheres. Frente a isso, é impossível ignorar ou subestimar a presença das mulheres migrantes na diáspora venezuelana, uma vez que elas apresentam um número expressivo que tende a aumentar conforme a continuidade do processo migratório. Portanto, mais do que necessário, é urgente, se pensar em políticas migratórias diferenciadas que pautem e deem relevância às desigualdades de gênero. Políticas essas que possibilitem às mulheres o acesso a serviços públicos de assistência social, saúde, não criminalização ou discriminação por razões migratórias e de gênero; acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita, quando

comprovada hipossuficiência; direito à educação, e liberdade de ir e vir e, principalmente, direitos laborais que possibilitem a plena integração à sociedade brasileira.

A seletividade institucional na assistência e apoio à integração nos processos migratórios divide os fluxos entre desejáveis e indesejáveis a depender do gênero. Isso é prejudicial ao acolhimento e gestão das respostas migratórias, causando uma exclusão na oportunidade por parte das mulheres, que acabam sendo menos acolhidas e integradas no país de destino. Para as mulheres que migram sozinhas da Venezuela, a inexistência de uma gestão migratória que pensa e articula com viés à questão gênero contribui para que as migrantes sejam duplamente expostas às violências, sejam elas ligadas à exploração laboral, sexual ou ao tráfico humano, pois a vulnerabilidade é acrescida. Como explica Rosita Milesi:

A exploração de mulheres migrantes e refugiadas oriundas do Sul do mundo em trabalhos domésticos e de cuidado ou na industrial têxtil e no agronegócio, representa uma severa denúncia contra o modelo vigente de desenvolvimento de muitos países, que reproduzem relações neocoloniais e discriminatórias, sem promover o respeito dos direitos humanos e da igualdade de gênero (MILESI, 2015, pg. 65)

Frente a esse contexto, a comunicação tem potencial de denunciar as desigualdades de gênero e também de propor outras formas de se contar as experiências a partir do outro; não só personificando, mas integrando com alteridade em busca de saídas inovadoras, como diz BOLANO (2009) “Lo que sucede en Latinoamerica hoy merece estudiar los fenómenos desde un horizonte de comprensión “otro” nos da la oportunidad de contribuir a esos movimientos sociales con aportes y salidas innovadoras”.

HETEROGENEIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Existem três movimentos conceituais que podem ser evidenciados como principais para se pensar a heterogeneização da comunicação: Hegemonia, Democratização e Apropriação Social. Adotaremos o conceito de *hegemonia* cunhado a partir dos Estudos Culturais (HALL, 2011), que enfatiza algo além da concentração de bens, mas implica a confluência e transformação cultural, entendendo o cânone e o recriando. Por outro lado, a democratização é pensada em um viés mais de possibilidade de

produção por vias institucionalizadas. Ou seja, a Lei que garante ou não que a comunicação se estabeleça de forma democrática. E por fim, a apropriação social será evidenciada como o mecanismo que legitima o intento dos setores populares para exercer o protagonismo social.

HALL (2011) enfatiza que a *hegemonia* deve ser entendida a partir do viés cultural como uma norma pré-estabelecida que impõe transformações e reflexões profundas sobre as estruturas sociais estabelecidas:

As metáforas de transformação devem fazer pelo menos duas coisas. Elas nos permitem imaginar o que aconteceria se os valores culturais predominantes fossem questionados e transformados, se as velhas hierarquias sociais fossem derrubadas, se os velhos padrões e normas desaparecessem ou fossem consumidos em um festival de revoluções. (HALL, 2011, p. 205).

A partir da hegemonia se pode perceber as hierarquias que são postas ao discurso; e ainda, como elas intervêm politicamente sobre essas construções sociais. Por outro lado, se compreende como os discursos dominantes também moldam, em certa medida, o histórico e as relações sociais, e estabelecem lugares, ou não-lugares de outras intervenções – das minorias sociais – necessárias para o equilíbrio. Outro conceito que está embutido e é indissociável à hegemonia é o conceito de ideologia. A ideologia aparece como o pensar o mundo através da produção simbólica dos sujeitos e suas representações (HALL, 2011).

O processo de intervenção e reinvenção através da consciência da hegemonia compreende a materialização das realidades, que são estabelecidas por meio dos discursos hegemônicos. Por esse viés, a questão de hegemonia é central nos Estudos Culturais e constitui um ponto de partida para se discutir o que estabelece socialmente as esferas de poder e os insumos de re-imaginação da política para a democratização dos espaços (HALL, 2011).

A *democratização da comunicação* é um pilar indispensável para a expansão dos discursos heterogêneos, indissociável desde a raiz. Esse movimento conceitual dentro da comunicação representa como são estabelecidos os meios que favoreçam a multiplicidade das narrativas. Para pensar em uma comunicação que produza outras versões do mesmo contexto, é importante verificar como a legislação nacional prevê o direito à comunicação.

No Brasil, a discussão em torno da democratização da mídia já completa mais de 30 anos. O Fundo Nacional de Democratização da Comunicação é a entidade que, junto com outras, como por exemplo, os coletivos Intervezes e o Observatório da Imprensa, discutem de forma constante o espaço democrático na comunicação do país.

A democratização da comunicação institucionalizada, segundo GARCEZ (2006), é essencial para a inclusão social e para a construção da democracia para e de todos. O direito à informação e o direito à comunicação – em seu caráter amplo – segundo o autor, ainda não são entendidos como fundamentais para o desenvolvimento da cidadania. No entanto, eles são a base para o exercício dos demais direitos:

A construção de uma política pública de comunicação é essencial para o futuro da democracia no Brasil, especialmente agora, no momento em que a tecnologia digital abre novas possibilidades para a multiplicação dos agentes que produzem conteúdo. Todos deveriam se perguntar sobre o que concede a alguns poucos o direito de descrever a realidade e interpretá-la para que todos os demais percebam o mundo com base nessa ótica alheia – e hegemônica. (GARCEZ, 2006, p. 124).

É pertinente ressaltar que os serviços de telecomunicações no Brasil serão enquadrados como serviços públicos, cuja responsabilidade de prestação é, em última instância, da União. Isto é o que prescreve o art. 221, XI, da Constituição Federal de 1988. Assim, todos os serviços de telecomunicações estão sujeitos à política pública estatal com vistas a estabelecer obrigações e reparar desigualdades na prestação desse serviço. No entanto, o que se percebe é que o Brasil adotou uma política comunicacional que privilegia a privatização dos meios e homogeneiza os discursos por meio do repasse das verbas estatais para a manutenção de grandes monopólios de mídia. O Brasil é considerado o país latino-americano com um sistema comunicacional mais monopolizado da Região; o que incide diretamente na manipulação de opiniões e alienação, mas também na deficiência da participação política, comunitária e social nas respostas das problemáticas que envolvem os espaços de disputa.

Para LIMA (2014) temos, por um lado, um sistema de mídia oligopolizado, que é corruptor da opinião pública, porque privatiza o acesso aos meios de comunicação e exclui da construção do debate público a maioria da população. Com isso, colabora para esse desequilíbrio

na representação da sociedade civil no parlamento. “Boa parte dos parlamentares, historicamente eleitos, está direta ou indiretamente envolvida com as concessões de radiodifusão e, portanto, com os interesses dos grandes grupos, porque são a eles afiliados ou diretamente controladores de concessões” (LIMA, 2014, p. 17). Por outro lado, uma das características da Constituição de 1988 é a descentralização administrativa e o aumento da participação popular, para a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. A comunicação foi contemplada na Constituição como um ponto a ser democratizado. Pela primeira vez até então, um documento legal considerou as três esferas de comunicação em que deveriam ser embasados os meios nacionais: privado, estatal e público. Marco legal que se contrapõe à privatização histórica dos meios de comunicação do Brasil. Um passivo histórico marcado por uma dinâmica em que os grandes veículos de comunicação seguem vigentes e concentrando concessões com verba estatal para monopolizar a comunicação. Esse passivo gera um discurso parcial e com baixo grau de representatividade em termos de produção midiática GARCEZ (2006).

O mesmo artigo 221 da Constituição avançou teoricamente na previsão de que a programação de rádio e televisão deve se orientar por alguns princípios. Um deles é a questão da produção regional. Ou seja, deveriam ser priorizadas as produções regionais, feitas para visibilizar a cultura nacional, educativa e a produção independente. A possibilidade de estímulo para produção cultural, jornalística, educativa, local, feita por produção independente local, contribui no rompimento de uma série de espaços privilegiados e garante, acima de tudo, que diferentes versões e pessoas se reconheçam. Em contrapartida, o que vemos na prática é o pouco ou nenhum incentivo estatal para as produções públicas regionais. O que causa uma concentração de visibilidade das identidades do eixo dos grandes centros urbanos, invisibilizando narrativas que se encontram afastadas desses polos, como por exemplo, narrativas produzidas no Norte e Nordeste brasileiro.

As repercussões negativas da concentração dos meios de comunicação interferem diretamente na formação profissional, no mercado de trabalho e na economia do Brasil. Não somente porque a produção independente geraria empregos, mas porque se criaria uma cadeia produtiva incentivada na produção permanente de discursos heterogêneos; o que contribuiria,

através da diversidade, para a construção de uma sociedade mais crítica e consciente das problemáticas em um sentido mais amplo (LIMA, 2014). Este fato ideal, se concretizado, teria efeito a longo prazo até no fortalecimento de identidades minoritárias, que passariam a ser representadas na programação de rádio e televisão. E, em contrapartida, poderia ser um mecanismo para a diminuição de violências físicas e simbólicas tecidas, em grande parte, através da estigmatização de corpos invisibilizados.

APROPRIAÇÃO SOCIAL, COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE

Com a expansão do ciberespaço e as novas tecnologias, a discussão do direito à comunicação ganha outros recortes e horizontes, que perpassam também temas como monopólio e acesso universal. Nesse sentido, cumpre salientar o que estabelece Marco Civil da Internet, que afirma ser o acesso à Internet essencial ao exercício da cidadania. Em complemento, a mesma lei assenta que a disciplina do uso da Internet no Brasil tem por objetivo a promoção do direito de acesso, reconhecendo que esse acesso direito deve ser garantido a todos os cidadãos.

Para LIMA (2014, p 87),

é possível pensar uma teoria democrática que não contemple as questões relacionadas à comunicação no mundo contemporâneo. O que nós estamos reivindicando é que não tem como separar uma da outra; elas são constitutivamente vinculadas. A nossa intenção é mostrar que as implicações vão desembocar numa discussão sobre o que é liberdade. É uma disputa sobre o significado da liberdade, que hoje está polarizada numa discussão entre a visão liberal de liberdade e a visão republicana de liberdade. (LIMA, 2014, p. 87).

A proposta original de se ter uma empresa controlada pelo Estado, que pudesse universalizar uma banda larga de qualidade para a população em geral não vingou. Temos então um exemplo do tipo de questão que está envolvida e das dificuldades de se regular democraticamente o mercado de mídia. Aliás, aqui se manifesta uma questão interessante: a crise de representação que existe no Brasil em relação aos parlamentos está ligada à falta de democracia nos meios de comunicação. Por esse motivo, *Apropriação Social* aparece como uma alternativa ao cenário de descumprimento da legislação que rege a comunicação brasileira. Esse

movimento possui formas distintas de se manifestar, e contribui a partir de sistemas colaborativos e coletivos na elaboração subversiva de discursos contra hegemônicos.

Para MORENO (1999), estudioso dos movimentos populares na América Latina, a apropriação social não se trata de grupos sociais que intervêm moderadamente na modernidade, mas que criam, recriam ou co-criam outras modernidades através da reivindicação do seu espaço de produção, construção e veiculação de conteúdos protagônicos, e por isso, autênticos:

La apropiación se trata de la posibilidad de que exista otra u otras epistemes, es decir horizontes de precomprensión del mundo, distintos al moderno y que además esa otra episteme se pactique desde mundo de vidas populares. Es decir, hacen visibles las formas como perciben y comprenden al mundo, cargados de sentidos distintos al esperado en las sociedades neoliberales pero no por ello descalificados de la práctica social (1999, p.33)

A prática a partir dos mundos das vidas populares apontada pelo autor é o cerne que conduz a apropriação social das comunicações. Ou seja, o seu núcleo é composto pela comunidade e todas as referências e simbologias aí embutidas. Através do lugar de pertencimento, da invisibilização e estigmatização, se dá a codificação, e por fim e não-necessariamente, o impulso para a apropriação social dos espaços de poder, em busca de representação linear e horizontal daqueles que se encontram a margem.

Para CERTEAU (1990), o termo apropriação cultural sempre esteve vinculado à vida cotidiana dos setores populares, no sentido de transmutação de uma realidade absurdamente opressora, o que impõe oposições através de guerrilhas de comunicação, táticas e subversões. “La apropiación hay acto popular de transformación de sentido y de la experiencia”. Esse ato popular já foi tecido em alguns países da América Latina, os quais, através da apropriação social dos meios de comunicação puderam criar contextos de ressignificação das identidades, e ainda, impor ao Estado a institucionalização dos princípios de democratização da comunicação. Processo semelhante aconteceu, por exemplo, na Bolívia e na Venezuela, de diferentes maneiras, mas que revolucionaram a maneira de como a população se apropria não só dos meios de comunicação, mas da vida política e de decisões comunitárias.

A Bolívia é um país que está em processo de considerar a apropriação social como um mecanismo institucionalizado e utilizado em nível de

Estado para possibilitar o acesso e as intervenções minoritárias no campo comunicacional. Basicamente, através dos movimentos sociais, o então presidente Evo Morales considerou uma política de construção popular de um novo imaginário de Estado, a partir da construção de trinta rádios comunitárias, principalmente indígenas, como afirma MALLEA (2000, p. 75):

Por las que Evo Morales pudo passar su mensaje de cambio y los avances que que hacía al respecto su gobierno. Sin embargo, no pudo percibir que mediante los movimientos sociales, los medios alternativos como radios comunitarias y un programa de alfabetización, la mayoría de los bolivianos estaban construyendo un nuevo y diferente proyecto estatal. (MALLEA, 2000, p. 75).

Com a expansão das rádios comunitárias, e a mudança de paradigma na ressignificação da identidade indígena, se reinventou o imaginário do país a partir dos movimentos de apropriação social. Dizendo de outra maneira, é nesse contexto que os bolivianos e bolivianas estão construindo um projeto social, tendo como pilar a comunicação comunitária. Seguindo os passos de Jesús Martín Barbero (1997): “comunicar es compartir la significación y participar es compartir la acción”.

Na Venezuela, o caminho foi inverso, primeiro se instituiu através da constituição 1999 o processo de apropriação social através de um marco legal inclusivo e o acesso de diferentes meios de difusão. No artigo 108 da Constituição Venezuelana, afirma-se que os meios de comunicação social, públicos e privados devem contribuir para a formação cidadã. Desta maneira, cabe ao Estado garantir “*servicios públicos de radio, televisión y redes de bibliotecas y de informática, con el fin de permitir el acceso universal a la información.*”.

O papel da comunicação comunitária, nesses dois exemplos, contribuiu para criar um espaço comum de participação na construção da coletividade e participação protagônica e engajada da população na solução dos seus próprios dilemas e problemáticas. A comunicação comunitária ainda se apresenta como a utopia possível para a criação de um campo de discursos mais plurais e diversificados.

É por meio desta pequena fissura que se abre a possibilidade de se ampliar horizontes. Conforme PERUZZO (2008, p. 12) categoriza:

A comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’. Possui conteúdo crítico emancipador

e reivindicativo e tem o ‘povo’ como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2008, p. 12).

A atuação em veículos comunitários pode ser compreendida como uma forma de funcionamento de uma comunidade gerativa, na medida em que se atua em consonância com estrutura comunitária em oposição à societária. Na qual as relações são prioritariamente contratuais e menos marcadas por vínculos, como os que definem os laços comunitários. Igualmente, a produção comunitária parte do pressuposto político, seja ele um com viés educacional – resgate de uma memória de determinada população – seja cultural ou de resistência. O sentido de ser de uma produção comunitária é exatamente de expressão de demandas sociais e o preenchimento de lacunas de representatividade.

No *clímax* das Diásporas existem um permanente sentido de criação, reinvenção e elaboração de identidades e subjetividades, e esse espaço em trânsito não é engessado, e tampouco estabelecido de uma forma única (HALL, 2013). Nessa perspectiva, se faz mais que necessária a criação de outras narrativas de deem conta da diversidade desse dado histórico. É possível, depois desse recorrido bibliográfico, observar que através da comunicação comunitária, se faz possível o caminho da construção de outras narrativas, ressignificando a cidadania através da participação comunal e na atuação prática de produção de sentidos. Dialogando com as premissas entre o poder comunal e o poder comunicacional, se torna palpável a criação de um espaço para que os sujeitos migrantes criem novas histórias, mais plurais e representativas, a partir da práxis que se estabelece conjuntamente com a noção de soberania popular e participação política.

MULHERES EM TRAVESSIA: NARRATIVA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA RECRIADA DE DENTRO PRA FORA

O intuito da série narrativa não se concretizou em apresentar dados, gráficos e muito menos consultar fontes especializadas sobre a temática migratória ou feminização da migração. Não tenho compromisso com a imparcialidade. Essa série é uma tentativa de colocar em disputa outro tipo

de narrativa, comunitária e, por isso, contra-hegemônica: aquela que nasce de dentro pra fora na dissolvência de uma única narração. Esse trabalho é um convite à travessia. Movimento que vem do âmago de 4 mulheres que migraram da Venezuela para o Brasil: Diana, Genova, Alexis e Zoe.

A *mulheridade* venezuelana se expressa de diferentes formas e até nacionalidades. Como já se podia esperar: o deslocamento também é tecido por uma rede difusa entre similitudes e contrastes. A diversidade pode assustar frente aos formatos moldados do dizer. Contar a migração a partir do corpo feminino pode ganhar formas menos quadráticas e mais desafiadoras: A força criadora dos depoimentos narrados e vivenciados por cinco mulheres que protagonizam e protagonizaram a migração rompe com o lugar-comum massificador sob a história em construção da migração venezuelana. Quem tem o poder de contar histórias? Uma questão ainda latente frente às novas tecnologias da informação.

A mulher que se desenha tem traço de barro, como a obra moldada pelas mãos de Gênova e -outras mulheres- na arte de recriar recriando-se em plena crise e poucos recursos. A travessia está em acolher e deixar ser acolhida em sentido cíclico –sem fim nem começo; mas completa em sua eterna ausência, como Zoe. O corpo criado por todos esses nomes é Urbano como de Diana e *Aborigen* feito a Warao Alexis, em um compasso que se mescla e ao mesmo tempo aterra na integração Latino-Americana, com um olhar para além fronteiras.

Observação, ação-participativa foi a linha metodológica e investigativa dessa série, em uma imersão envolvida também por afeto. O resultado foi a colaboração mútua entre mulheres que desencadeou em uma crônica da migração escrito por Zoe, um mural pintado por Diana e Genova em homenagem às mulheres no abrigo Latife Salomão, representando um recurso comunicacional-visual, um curta dirigido por Adriana da produtora cultural venezuelana La Mochila, uma série fotográfica experimental realizada por Alexis e uma série de perfis sobre mulheres em travessia, escrita por Tainá Aragão e revisada por Luciana Guerra.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A possibilidade da expansão de uma comunicação mais heterogênea não se faz possível, por conta dos entraves na legislação brasileira para as

comunicações, em grande parte, dentro do ciberespaço. Neste, diferentes grupos e movimentos culturais passaram a produzir seu próprio conteúdo e, mesmo sem recurso, veiculam outros tipos de narrativas, com uma carga de representatividade mais ampla. No entanto, consolida-se aos poucos, dentro das comunidades, o consenso no sentido de que a produção de discursos, a criação de narrativas e a montagem de mensagens funcionais engendram um lugar político. Espaço este, que se mostra fundamental para obtenção de direitos e oportunidades mais dignas e justas dentro da sociedade.

Desta forma, por meio desse recorrido teórico e prático foi possível para além de observar, o agir e participar do contexto migratório que representa um dos movimentos mais intensos já protagonizados na América Latina na contemporaneidade. Transcrever e desnudar tensionamentos de poder que o deslocamento provoca, demonstrando como a ferramenta que mescla a comunicação comunitária com o jornalismo no processo investigativo contribui para a ressignificação de uma narrativa que possibilite outros olhares sobre a fronteira, e neste caso, sobre o corpo feminino que migra.

Observar que a migração é resultado de contextos transversais à globalização, e se apresenta como uma denúncia silenciosa às problemáticas e atrocidades que acontecem do mundo é enfatizar que o sistema neoliberal está e sempre esteve em decadência, e que, os conflitos de poder, baseados em *commodities* ideológicos interferem e ferem a dignidade e poder de decisão dos povos. Para além disso, ditam seu direito de ir e vir, ou de decidir ficar, em um espiral homogeneizante.

No processo de observação, também foi possível a interiorização de que os contextos migratórios não representam uma crise ao país receptor ou de destino. É importante diferenciar o que é de fato crise, que geralmente está associada ao país de saída, e provocado por circunstâncias mundiais. No caso da migração venezuelana para o Brasil, não representa uma crise à soberania do país (Brasil), e muito menos, uma crise interna, já que à população migrante no Brasil não chega a representar nem 3% da população no território.

Observando a migração venezuelana, foi possível apreender que um país que se diz acolhedor, como o Brasil, pode mascarar muitas problemáticas, e ainda, se apresentar seletivo no acolhimento, o que (des)cobre processos históricos e estanques de opressão que envolvem: raça, gênero e classe. As feridas abertas da brasilidade demonstram as incapacidades de uma

nação de lidar com sua própria identidade que é baseada em processos migratórios (forçados ou não) e que recriam e continuam criando um povo novo, com uma história que precisa ser ressignificada e apropriada.

Não é possível homogeneizar o processo migratório. Na esfera da ação, foi possível identificar que as mulheres tendem a ser mais numerosas do que os homens, por razões que são relacionadas as atribuições de gênero, principalmente ligadas às esferas do cuidado. Frente a isso, é impossível ignorar ou subestimar a presença das mulheres migrantes na diáspora venezuelana. Uma vez que elas apresentam um número expressivo que tende a aumentar conforme a continuidade do processo migratório. Portanto, mais do que necessário, é urgente se pensar em políticas migratórias diferenciadas que pautem e deem relevância às desigualdades de gênero, buscando diminuí-las, e garantir o mínimo de segurança para as mulheres migrantes.

A seletividade institucional na assistência e apoio à integração nos processos migratórios, que divide os fluxos entre desejáveis e indesejáveis a depender do gênero, também foi um ponto vivenciado na esfera da Ação e na vivência proporcionada nos abrigos. O que ainda cabe discussões e aprofundamentos em alternativas da atuação no cenário de acolhimento, que envolvem tanto o Governo Federal, como Organizações Internacionais e a Sociedade Civil. Como acolher para *integrar* as mulheres? É uma discussão que ainda paira sobre as possibilidades de desdobramentos desse trabalho.

As comunidades fazem parte do processo de migração, ligadas ou não a deslocamentos intensos, já que quando uma migrante chega a outro país, geralmente, ela procura conterrâneos para se relacionar e trocar experiências. É através da *transculturização* que os grupos marginalizados – ou comunidades – se reinventam, a partir dos materiais a eles transmitidos pelo grupo dominante. Portanto, *participar* é mais que uma escolha, é uma possibilidade de integração ao país de destino e empoderamento da própria identidade.

A construção comunitária representa, na migração venezuelana, o fortalecimento das identidades culturais que se transformam à margem. A comunicação comunitária pode ser considerada não somente como o meio para que esse fortalecimento aconteça, mas um processo que pode possibilitar mudanças significativas no cotidiano das pessoas que migram, mesmo que seja na esfera da mudança de perspectiva sobre a migração para os próprios migrantes, um processo mais interno que externo.

Mesmo com as possibilidades comunicacionais com o recorte comunitárias, principalmente na esfera das novas tecnologias, esse trabalho não buscou diminuir a importância da pauta da democratização da comunicação no Brasil, pilar indispensável para a expansão dos discursos heterogêneos, indissociável desde a raiz a proposta desse trabalho. Mas, buscou apresentar a Apropriação Social como uma alternativa ao cenário de descumprimento da legislação que rege (de forma ineficaz) a comunicação brasileira.

Por isso, a apropriação social na criação de um espaço comunicacional comunitário, criado por mulheres migrantes nesse trabalho, possibilitou visualizar como as fronteiras são postas de diferentes maneiras, e, não obedecem a mesma regra para todas e todos. Nessa perspectiva, a comunidade é o ponto de partida para se constituir outras lógicas de vida na apresentação de diferentes narrativas, mais dialógicas e plurais para a disputa de espaços institucionalizados.

Comunalizar o poder através da comunicação, numa perspectiva de feminização da migração venezuelana, é construir, não só um processo de criação de narrativas, mas um espaço para que a cidadania ao sujeito que se desloca seja exercida, ou pelo menos, refletida.

Portanto, *comunidade* é um novo ponto de retorno encontrado nesse projeto, que possibilita a prática da cidadania através da participação comunal e a atuação na produção de sentidos pelas próprias pessoas que vivenciam, criando narrativas de ressignificação da identidade migratória através da comunicação. O que proporciona não só o produto final, mas uma reflexão necessária sobre o lugar da mulher migrante no protagonismo de travessias permeadas por violências de gênero, mas, em contrapartida, de resistências, belezas e potências para o melhor acolher, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENITO, P. **Relatos y miradas en torno a la construcción de la ciudadanía**, Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED: 2015.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLAÑO, C. *Comunicación, educación e movimientos sociales em América Latina*. **Casa das Musas**. Brasília: 2009.

BONDANINI, Francesco Bruno. *La metodología participativa en un trabajo de investigación y acción con los migrantes del centro de estancia temporal de inmigrantes (CETI) de Melilla*. Diversidade Cultural, [S. l.], 2012. Depto. Antropología Social, Universidad de Granada (UGR).

CANCLINI, N. *Las fronteras dentro de los países, las naciones fuera de su territorio*. México: 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia del Oprimido**. México: Siglo XXI. (1970).

_____. **La educación como práctica de la libertad**. Madrid: Siglo XXI. (1989).

GARCEZ, José Roberto. **O direito à comunicação: necessidade de uma política pública para promover a inclusão social** Inclusão Social. Brasília: 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GÓMEZ, G. Os meios de comunicação de massa na era da internet. **Comunicação & Educação**, (2006). Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v11i3p373-378>>.

GUERIOS, Paulo Renato O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos: Revista de Antropologia Social (UFPR)**, v. 12, p. 9-34, 2011. 2. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562> Acesso em 03/06/20 às 17:35h

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: 2003.

LIMA, V. Em defesa da democratização dos meios de comunicação. **Comunicação & Educação**, Ano XIX, número 1: Brasília: 2014.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? **REMHU** v. 15, n. 29, 2007. Disponível em https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf. Acesso em 03/06/2020 às 18:07 h

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Quem controla a mídia no Brasil**. <http://brazil.mom-rsf.org/br/>, 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 4 maio 2019.

MINTZ, S. **Worker in the cane**. New Haven: Yale University Press 1960

SANTOS, B. As Fronteiras entre muros e travessias. **Jornal de Letras**, 21 fev. 2018. Disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/boaventura-de-sousa-santos-as-fronteiras-entre-muros-e-travessias-jornal-de-letras-february-21-2018/?lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SIMÕES, Gustavo da Frota Simões (Org.). **Perfil sócio-demográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

MORENO, A. Resistencia Popular a la modernidad en America Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. No2-3 abril. Caracas, 1999.

PERUZZO, C. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus (1999)

SERRANO R. .Narrar con imágenes. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. N.º 35, septiembre - diciembre, 2016, pp. 71-104. ISSN: 1139-5737, DOI5.2016.17169

SODRÉ, M. **As estratégias Sensíveis: Afeto Mídia e Política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONALIZADO EM MANAUS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS, A AGÊNCIA DO SUJEITO MIGRANTE

Sidney Antonio da Silva¹

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucionalizado a imigrantes em Manaus passou por algumas fases e embates, desde a chegada dos haitianos no início de 2010, e depois com a presença dos venezuelanos, a partir de 2016. No caso dos haitianos, a sociedade civil se mobilizou via igrejas, particularmente, através da Pastoral do Migrante, para dar respostas no momento mais crítico da chegada deles. O poder público local pouco fez para criar políticas de acolhimento, limitando-se à algumas ações pontuais, ou a transferir suas responsabilidades para o governo federal. A maioria dos haitianos seguiu viagem para outras regiões do Brasil, em busca de oportunidades de trabalho e de profissionalização (SILVA, 2016).

Já no caso dos venezuelanos, a situação migratória é configurada de maneira distinta, em razão da mudança do cenário político brasileiro. Se no caso dos haitianos, a gestão migratória esteve à cargo do Ministério da Justiça, no caso dos venezuelanos, ela se desloca para o Ministério da Defesa. Isso é um indicativo de que a imigração volta a ser tratada como um tema de “Segurança Nacional”, nos moldes do antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980, o qual perdurou até 2017. Nesse ano, entrou em vigor a nova Lei de Migração (Lei 13445), pautada na “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”.

Procedentes de um país limítrofe com o Brasil, o qual enfrenta uma profunda crise socioeconômica e política, venezuelanos fogem da fome, da falta de assistência médica, da violência policial e também da perseguição política, em busca de um novo recomeço em terras brasileiras. A maioria entra por via terrestre, por Pacaraima, (RR), cidade na fronteira entre os dois países, para depois acessar Boa Vista (RR), e demais cidades de outros estados brasileiros, como é o caso de Manaus, no Amazonas. Contudo, ao

¹ Professor Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenador do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA); integra a rede de pesquisadores do INCT (Brasil Plural).

cruzarem a fronteira, alguns problemas os acompanham, como a falta de trabalho, moradia e acesso limitado a serviços básicos de saúde e educação.

Frente ao aumento da demanda por vagas em abrigos da cidade e do esgotamento da capacidade de acolhimento dos mesmos, tal situação ensejou a implantação da “Operação Acolhida”, política do governo brasileiro já vigente em Roraima, em parceria com agências da ONU, entre elas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), entre outras. Em 2019, tal ação começou a ser implementada em Manaus, ao lado do Terminal Rodoviário, num espaço já construído, o qual foi adaptado para receber escritórios das agências internacionais, banheiros, refeitório, lavanderia e armários para guardar pertences. Ao lado desse prédio foram montadas duas grandes carpas, apenas para o pernoite dos imigrantes, porque durante o dia eles devem sair em busca de trabalho.

A crescente presença de imigrantes venezuelanos, Warao e não indígenas, nas ruas de Manaus, além de incomodar a população local, revela limites de políticas de acolhimento e inserção na cidade, pois a rua passou a ser o único espaço de agência desses imigrantes, particularmente, de mulheres acompanhadas de crianças. Porém, ao se exporem nos espaços públicos para pedirem ajuda aos brasileiros ou vender alguma mercadoria nas esquinas, estão mais vulneráveis a doenças, em razão das condições insalubres da rua e da baixa imunidade, uma consequência direta da alimentação insuficiente.

Frente a este cenário complexo que, tende a se agravar ainda mais com a chegada da pandemia do Coronavírus, a partir de março de 2020, cabe compreender, como imigrantes venezuelanos tem reagido às políticas de acolhimento em Manaus e quais estratégias de sobrevivência vem adotando, num contexto de militarização das ações governamentais, tidas como “humanitárias” (FASSIN, 2014).

Os dados aqui apresentados foram colhidos de maneira intermitente entre 2018 e 2020, a partir de entrevistas semiabertas com venezuelanos (as), seja no acampamento que antecedeu a chegada da Operação Acolhida, ao lado do Terminal Rodoviário de Manaus, seja na rua, ao lado do Assaí Atacadista, onde mulheres permanecem diariamente em busca de alguma forma de ajuda.

A CHEGADA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA EM MANAUS

No final de 2016 e início de 2017, venezuelanos da etnia Warao começam a ser vistos em Manaus. Contudo, há relatos de que, desde 2014, eles já acessavam a fronteira, em Pacaraima para vender artesanato e comprar alimentos (RR). Em Manaus, um grupo deles ocupou duas casas antigas no centro da cidade e pagavam dez reais por dia para cada adulto que lá habitava para um intermediário que dizia ser o administrador do imóvel. Já, o outro grupo, em maior número, criou um acampamento ao lado da rodoviária local. Esta situação precária se prolongou por quatro meses, até que o Ministério Público Federal cobrou dos governos municipal e estadual uma solução para o problema (SILVA e TORELLY, 2018).

A saída foi criar um espaço de acolhimento numa quadra de esporte, no bairro do Coroado, situação que perdurou pouco mais de seis meses e esteve a cargo do governo do Estado. Concomitantemente, foram alugadas cinco casas em diferentes bairros da cidade para acolher grupos familiares destes indígenas, sob a gerência da Prefeitura de Manaus. Contudo, esta experiência que parecia promissora à época, não teve prosseguimento, permanecendo apenas uma dessas casas no centro da cidade. Parte deles foi levada para um conjunto habitacional (cinco blocos de dois andares), situado no bairro Alfredo Nascimento, Zona Norte de Manaus.

Em 2019, havia em torno de 600 indígenas no abrigo do Alfredo Nascimento em péssimas condições de saneamento (sobretudo quanto à distribuição de água), com espaço reduzido de habitação para cada família, alimentação insuficiente, acesso precário à educação escolar e problemas de saúde, esses agravados por falta de entrosamento do sistema público de saúde com o sistema tradicional de saúde Warao. Com a chegada da pandemia, eles foram divididos em pequenos grupos e removidos provisoriamente para outros locais públicos, como escolas e centro esportivos da cidade, como medida de prevenção do Covid 19.

Vale notar que o fluxo migratório Warao em Manaus, não só se manteve, mas prosseguiu para outros estados da Amazônia (sobretudo, Pará, chegando a Rondônia e até ao Maranhão) e do Brasil (estariam acessando São Paulo e até mesmo Brasília). Outros regressaram temporariamente à Venezuela para levar alimentos aos seus familiares e parentes. Nesse caso, o fluxo se mantém, configurando um campo migratório entre o Brasil e a Venezuela (SILVA; TORELLY, 2018).

Com o aumento da chegada de venezuelanos não indígenas nas cidades brasileiras, primeiramente em Boa Vista (RR) e depois em Manaus (AM), em 2018 começou a ser definida e implementada a “Operação Acolhida”. Integrada pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, essa ação é coordenada pela Casa Civil e começou sua atuação em Roraima, tanto no controle do fluxo migratório na fronteira, quanto no abrigamento dos venezuelanos em Pacaraima e Boa Vista (VASCONCELOS, 2020, p. 106). Além do governo brasileiro, participam agências da Organização das Nações Unidas - ONU, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), entre outras.

O Terminal Rodoviário de Manaus tornou-se o epicentro dos embates entre imigrantes venezuelanos e o poder público, em razão de ser o ponto de chegada para quem vem de Roraima, e também pela visibilidade que este espaço tem na cidade. Com o aumento da chegada de venezuelanos não indígenas, um outro acampamento surgiu no mesmo lugar, provocando reações negativas da população local que passou a atribuir aos imigrantes o aumento de assaltos e outros tipos de ilícitos. Contudo, o problema maior eram as péssimas condições sanitárias do local, pois na ausência de banheiros, os imigrantes eram obrigados a tomar banho de roupa num local improvisado e usar os sanitários da rodoviária para outras necessidades.

O desmonte do acampamento foi marcado por uma visível tensão, pois houve resistência de alguns imigrantes que lá estavam. Enquanto máquinas removiam os barracos, soldados do Exército e agentes municipais tentavam convencer aqueles que resistiam à remoção. Assim reagiu Jhony, um venezuelano de 59 anos: “não acredito mais em promessas. Pessoas vem aqui e prometem mundos e fundos, mas nada acontece. Aqui pelo menos comemos, graças à ajuda de igrejas e Ongs”. Enquanto máquinas preparavam o espaço para as novas estruturas da Operação Acolhida, parte dos imigrantes foi levada para o estádio de futebol, Arena da Amazônia.

A nova estrutura montada no local segue os padrões de acampamentos já utilizados pelas agências da ONU em campos de refugiados, a saber grande tendas de lona branca, sob as quais são armadas pequenas barracas para o pernoite e pela manhã são desmontadas e entregues aos agentes responsáveis, entre 6.00 e 7.00 horas. Além da barraca, é emprestado um

colchonete de fina espessura para cada imigrante, razão pela qual se ouve contínuas reclamações pelo grande desconforto para dormir praticamente no chão. No local há banheiros, um espaço para guardar pertences e um refeitório, onde é servido o café da manhã, almoço e o jantar, em geral, com doações de igrejas, Ongs e empresas de alimentação locais. Além desses espaços para os imigrantes, há também escritórios para agências da ONU, como é o caso do ACNUR e o do UNICEF.

Chama a atenção de quem visita o local as várias placas colocadas em lugares de visibilidade com a seguinte mensagem: “proibido permanecer neste local”, fato que causa estranheza, pois se aquele espaço é um lugar de “acolhida”, por que não se pode permanecer ali durante o dia. Tudo indica que uma nova ordem foi instituída naquele espaço, diferentemente daquela que havia anteriormente, pois, agora os imigrantes só podem permanecer no local para o pernoite, já que durante o dia devem procurar trabalho. Mas a questão é: onde encontrá-lo? Diante da falta de alimentação, a saída encontrada por muitos deles é ir para as ruas e avenidas da cidade pedir ajuda, como é o caso de mulheres Warao, inicialmente acompanhadas de crianças pequenas. Ações do Conselho tutelar coibiu por um certo tempo essa prática, mas não a eliminou completamente. Já entre os não indígenas, é comum ver mães com mais de uma criança na rua pedindo ajuda ou tentando vender alguma coisa, como água, frutas, alimentos, panos de prato, etc.

Com a chegada do novo coronavírus, a regra de não permanecer no espaço da Operação Acolhida durante o dia foi flexibilizada, até porque, com as atividades econômicas paralisadas na cidade, não há como sair em busca de trabalho, ou qualquer tipo de ajuda. Porém, a permanência deles do local trouxe outra preocupação, a aglomeração de pessoas sem qualquer tipo de proteção. No dia em que visitei o local, um domingo à tarde, poucos faziam o uso da máscara e crianças brincavam no chão como se estivéssemos em plena normalidade. Perguntei a um venezuelano que vendia café para os compatriotas e não fazia o uso da máscara, se ele não temia pegar o Covid 19. Ele suspirou e disse-me; “el sangue de Cristo me proteje”. Depois que um brasileiro que usava máscara se aproximou para comprar café, lhe chamou a atenção para o uso da mesma, ele a tirou do bolso e colocou.

Como medida preventiva contra a contaminação, as barracas de dormir não são desmontadas e devolvidas, como se fazia antes da pandemia, bem

como os colchonetes, os quais devem ser higienizados pelos usuários todos os dias.

Além da estrutura de acolhimento ao lado do Terminal Rodoviário, foi criado também, em novembro de 2019, o “Posto de Interiorização e Triagem da Operação Acolhida”, por meio do Comitê Federal de Assistência Emergencial do governo federal, o qual é apoiado por agências das Nações Unidas no Brasil, além de diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil. Este Posto foi concebido para fornecer, em um único espaço, assistência para os venezuelanos em intenso fluxo migratório: a ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações – OIM, facilitariam o acesso a informações e procedimentos preparatórios para solicitações de refúgio e residência temporária; enquanto a Polícia Federal procederia com a formalização dessas solicitações e efetiva documentação dessas pessoas para acessarem direitos, serviços públicos e estratégia de interiorização.

Porém, num contexto de baixo crescimento econômico, o desafio é encontrar oferta de empregos em outros estados da federação e quem queira fazer a mediação para o deslocamento dos imigrantes, já que a interiorização requer um planejamento prévio, com a adesão voluntária dos pretendentes, e envolve instituições governamentais, prefeituras, agências da ONU, Ongs e empresários dispostos a contratá-los. Segundo dados do Ministério da Defesa até outubro de 2019, já tinham sido interiorizados 15 mil venezuelanos (www.defesa.gov.br/aceso dia 30 de abril de 2020).

Visando a criação de um fundo privado para o recebimento de doações ao programa Operação Acolhida, em outubro de 2019 o governo federal lançou uma nova fase dessa operação, com a campanha “interiorização + humana”. Foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a União, representada pela Casa Civil, e a Fundação Banco do Brasil (FBB), e um Protocolo de Intenções entre a União e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Contudo, esse programa de realocação de imigrantes pelo Brasil não tem dado conta de desafogar as estruturas de acolhimento, seja em Boa Vista, onde há milhares deles em abrigos ou nas ruas², seja em Manaus,

² Em 2018, havia 5.632 venezuelanos abrigados nos 13 abrigos de Roraima (SILVA, 2018, p. 210), número que praticamente se manteve, já que em abril de 2020, havia 5.896, entre indígenas e não indígenas nos abrigos (<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/05/20200514-Relatorio-Mensal-Abrigos-Roraima.pdf>). acessado 28/05/2020.

além de ser um programa seletivo, já que o deslocamento deles acontece de acordo com demandas de empresas ou pessoas físicas interessadas nesta mão de obra. Com a diminuição de voos, em razão da pandemia, ficou mais difícil ainda vislumbrar uma saída.

MERCADO DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Dados levantados por Simões (2017) sobre o perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil, aponta que se trata de uma população jovem, numa faixa etária de 20 a 39 anos, em sua maioria solteiros e com um grau de escolaridade alto. Considerando os que tem ensino médio completo, superior completo e incompleto e pós-graduados, atinge-se um total de 78% dos 600 venezuelanos entrevistados em Boa Vista.

Se, por um lado, temos parte de uma mão de obra qualificada, por outro, temos setores do mercado de trabalho que impõem restrições à contratação de imigrantes, exigindo deles a revalidação de diplomas, cujo processo é longo e oneroso para quem deseja fazê-lo, como é caso dos médicos e outros profissionais liberais. Segundo Sayad (1998), o que define o imigrante é a sua condição de “trabalhador temporário” e com direitos mínimos. Porém, segundo o mesmo autor, há um “mercado de trabalho para imigrantes”, ou seja, eles são direcionados para trabalhos que, em geral os nacionais não querem fazê-lo. Nesse sentido, há um desvio de função, ou “uma inconsistência de status”, pois o trabalhador é obrigado a assumir funções muito aquém de suas qualificações (CAVALCANTI, 2015, p. 40). Nesse contexto, não é difícil encontrar imigrantes com nível de formação superior em postos de trabalho que jamais assumiria na sociedade de origem, como é o setor de serviços e do comércio.

Aqueles que conseguem algum tipo de inserção no mercado de trabalho local vivem em constante insegurança, pois os empregos são precários e muitos vezes sem a carteira assinada. É o caso de Raul, com 24 anos, de Puerto Ordaz (Estado Bolívar), há um ano no Brasil. Trabalhava como cozinheiro em Manaus, onde alugava um quarto por R\$ 300,00 (reais) e ainda conseguia enviar R\$ 100,00, por semana, para a família. Entretanto, ele perdeu o emprego e foi morar na rua. Disse-me ter vergonha de

procurar emprego, porque empresários locais não querem contratar venezuelanos, em razão do estigma construído sobre eles na cidade; “são gente que não quer trabalhar”. Raul disse que pretende ir para outra cidade, se tiver emprego. Já, Esperanza, de 30 anos, mãe de cinco crianças, viveu na rua em Boa Vista e também em Manaus. Disse: “aqui se vive como um animal”. Frente à situação de insegurança, também manifestou o desejo de ir para outra cidade, “se tiver emprego, é claro”, afirmou ela.

A informalidade tem sido a forma de inserção de grande parte dos venezuelanos que estão em Manaus. Um exemplo disso é o trabalho em lava jato, pois, além de não terem registro em carteira, ganham se tiver clientes e trabalham também aos domingos. Outro setor que tem contratado mão de obra venezuelana é o ramo da beleza e estética. Nesse caso, ganham de acordo com o que produzem e trabalham mais de oito horas por dia, inclusive, aos domingos.

Com a chegada do novo coronavírus, Covid 19, muitos perderam os seus empregos e alguns nem sequer receberam o que tinha direito, como é o caso de Carlos, natural de Caracas, 30 anos, casado e com dois filhos pequenos. Ele trabalhava como mecânico de motos e, segundo ele, o patrão o dispensou e não lhe pagou o que devia. Agora ele sobrevive com a ajuda oferecida pelo governo brasileiro e com o que consegue na rua, sobretudo, alimentos.

Num contexto de crescente precarização das relações de trabalho, consequência de políticas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro, falar em direitos soa quase como uma “blasfêmia” contra a sagrada vontade de acumulação do capital. Nesse sentido, além de assumir trabalhos que o trabalhador nacional, em geral, não quer realizar, por ser, às vezes, sujo, como é o caso da limpeza pública (COTINGUIBA, 2014), ou perigoso e desgastante, como é o caso de frigoríficos no Sul do Brasil (MAGALHÃES, 2016), o imigrante é acusado de roubar o emprego dos nacionais e de aumentar a demanda em serviços de saúde e educação. Nesse contexto, ele se transforma num “parasita”, num problema, na visão daqueles que se opõem à imigração na sociedade de residência (SAYAD, 1998).

Contudo, a rua tem sido o único espaço que resta àqueles que não encontram alguma forma de inserção no mercado de trabalho, ainda que precária. Com chuva ou com sol, é comum ver homens e mulheres nas ruas de Manaus segurando cartazes, escritos de forma improvisada em

papelão, pedindo, em primeiro lugar, trabalho, e depois ajuda para comprar alimentos para os filhos. Isto significa que, mesmo numa situação de vulnerabilidade e de aviltamento da dignidade humana, ainda se mantém uma ética, a do “imigrante trabalhador”, embora o senso comum diga o contrário, como lamentou Raul, diante do preconceito enfrentado na hora de procurar emprego.

Com a paralização das atividades econômicas e o início do isolamento social, como medida para conter o avanço do novo coronavírus em Manaus, a presença de mulheres venezuelanas nas ruas aumentou, e o que é pior, acompanhadas de crianças pequenas, inclusive, de recém-nascidos. Diante da real ameaça da fome, elas se obrigam a enfrentar outra ainda maior, a do Covid 19. É o caso de Nina de 23 anos, de Puerto la Cruz, com o primeiro grau completo e com dois filhos pequenos. Ela está em Manaus há seis meses e veio com a ajuda de um irmão que já estava na cidade. Ela levanta-se todos os dias às quatro horas da manhã e vem à pé com suas crianças para a avenida que dá acesso ao supermercado Assaí, zona Centro Sul de Manaus. Segundo ela, está sobrevivendo com a ajuda de brasileiros que vem ao mercado fazer compras e lhe dá alguma coisa. Perguntada sobre o que estava fazendo para prevenir-se do coronavírus, ela disse que usa álcool para fazer a assepsia das mãos, mas não estava usando máscara no momento da abordagem.

Aliás, vale notar que, no dia que visitei o local, um sábado pela manhã, havia mais de dez mulheres sentadas no chão ao longo da avenida com seus guarda-chuva abertos para protegerem-se do sol ou da chuva, mas apenas uma venezuelana usava este item de proteção. Outra disse-me que a tinha guardada e não a usava, porque não tinha ninguém por perto, o que não condizia com a realidade. A bem da verdade, a maioria delas não tinha nem máscara e nem álcool em gel para a mínima prevenção, como é o caso de Rosemary, de 22 anos e original de Barcelona. Ela está em Manaus há apenas um mês e vai para a rua pedir ajuda todos os dias, porque tanto ela quanto o marido, estão desempregados e para complicar ainda mais, pagam aluguel. Sobre o medo de contrair o coronavírus, ela disse-me que tem essa preocupação, mas ao mesmo tempo, não a tem. E acrescentou: “yo creo en Dios. Si Dios manda esta enfermedad, como diz la Bíblia, en los últimos tiempos habrán diferentes enfermedades y los medicos sabrán lo que hacer. No me preocupo, porque si es la voluntad de Dios que yo tenga esta enfermedad, bueno que sea. Nada pasa sin que Él lo permita”.

A concepção de que alguém não será infectado porque tem a proteção divina, ou se ela ocorrer foi pela vontade de Deus, pode parecer ingênua, contudo, ela encontra respaldo numa concepção teológica veterotestamentária presente em igrejas pentecostais de que Deus pune a quem erra, mas também cura. Já do ponto de vista antropológico, situações limites e de caos, como a da pandemia, que agrava ainda mais a condição de vulnerabilidade destes imigrantes, exigem a busca de sentido em outro sistema simbólico, o religioso, exatamente quando sistemas explicativos vigentes falham (GEERTZ, 1989).

No caso das indígenas Warao, a situação também não é diferente. A estratégia de pedir nas ruas é a única possibilidade de se conseguir algum recurso extra para complementar a alimentação, já que o que é fornecido pelo poder público local, além de ser uma alimentação básica, sem proteínas, é insuficiente para famílias cada vez mais numerosas, isto porque novos membros e parentes vão sendo incorporados ao longo do fluxo migratório. Indagado por um brasileiro do porquê homens Warao mandam suas mulheres para a rua pedirem, o cacique respondeu: “precisamos comer”. Contudo, eles se sentem incomodados com a imagem do indígena pedinte que já se construiu na cidade.

Iniciativas para geração de renda via artesanato já foram feitas por diferentes organizações não governamentais (ONG). Nesse caso, o grande desafio é o acesso a matéria prima, pois para a confecção de redes, por exemplo, a matéria prima é o morichi (buriti), e para poder acessá-lo é preciso obter a licença de órgãos de proteção ambiental, para o seu manejo sustentável. Além da matéria prima, é preciso criar canais de comercialização permanente destes produtos artesanais na cidade, fator preponderante para o sucesso de tais iniciativas.

Num contexto de crescente vulnerabilidade social, a rua assume diferentes significados. Ela pode ser o lugar da “liminaridade”, de um ritual que parece prolongar-se indefinidamente, e o que é pior, sem nenhuma perspectiva de reinserção social (TURNER, 1974). Na rua diferenças étnicas e culturais se transformam em estigmas, em identidades deterioradas³: o imigrante se transforma em estrangeiro, em não-cidadão, em invasor; a criança tem sua infância negada e direitos violados, porque,

³ Para Goffman (1975) o estigma é usado como um atributo depreciativo para estereotipar indivíduos numa determinada sociedade, e como tal, se transforma numa linguagem que permeia as relações sociais.

ao invés de estar numa sala de aula, ela está na rua trabalhando, e com um agravante, correndo o risco de contaminar-se de alguma doença ou ser atropelada. Mas, a rua é também o lugar da solidariedade e da resistência, daqueles que não querem negociar o que restou de sua liberdade, para viverem sob a tutela de instituições humanitárias, divididas muitas vezes, entre sentimentos “de comiseração, por um lado, e preocupação com a ordem, por outro, entre uma política de piedade e políticas de controle” (FASSIN, 2014, p. 05).

POLÍTICAS PÚBLICAS OU AÇÕES EMERGENCIAIS

A experiência com a imigração haitiana e, agora com a venezuelana, sinaliza que é preciso avançar na construção de políticas públicas que permaneçam para além das situações de “crise”, pois, segundo Baeninger (2015), se olharmos as imigrações internacionais a partir da perspectiva transnacional, teremos que atentar para suas especificidades e dar respostas a questões que vão além das fronteiras dos estados nacionais. No primeiro caso, a iniciativa privada, através de igrejas e Ongs tomou a dianteira no processo de acolhimento dos haitianos que passaram por Manaus. Nessa perspectiva, a Pastoral do Migrante, com sua rede de apoio espalhada por várias cidades brasileiras, acabou se tornando num fator de direcionamento desta mão de obra, a partir de redes migratórias, que foram sendo criadas pelos imigrantes ao longo do tempo (SILVA, 2017).

Embora a maioria dos haitianos se declare evangélica, em Manaus, a Pastoral do Migrante se tornou uma referência para estes imigrantes, no que se refere a encaminhamentos para documentação, abrigamento, questões de saúde e trabalho. Nesse sentido, visando gerar renda para aqueles que não encontram trabalho no mercado de trabalho formal, a Pastoral criou uma fábrica de picolés para que eles possam revendê-los nas ruas da cidade. Essa iniciativa tem garantido a sobrevivência para mais de 80 famílias haitianas.

No caso dos venezuelanos indígenas, várias propostas já foram feitas visando a implementação de políticas de geração de renda, de acordo com as suas especificidades culturais e trajetórias migratórias, já que grande parte deles já vivia em contextos urbanos na Venezuela. Nesse sentido,

Silva e Torelly (2018, p.26), sugerem “a criação de fundos para fomentar projetos de geração de renda, incluindo aquisição de materiais, capacitação gerencial, precificação, comercialização etc”; bem como a “criação de um grupo de trabalho intersetorial para estudar a adequação de políticas e programas de geração de renda atualmente existentes, visando atender as condições do público Warao”. Considerando as diferentes habilidades dos Warao, sugere-se ainda a inserção deles na atividade pesqueira local e a regularização profissional com reconhecimento de formação emitida na Venezuela.

Ouro desafio em relação aos indígenas Warao é o reconhecimento deles pelo Estado brasileiro enquanto indígenas e com direitos específicos dentro do estado nacional, como manda a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vale notar que no documento de permanência deles no Brasil consta apenas a categoria da nacionalidade, isto é, a de venezuelano. Já no documento venezuelano, consta as duas formas de identificação, a nacional e a étnica (Warao). Tal reconhecimento é de fundamental importância, pois, isso lhes garantiria, em tese, o acesso a políticas públicas específicas de saúde e educação, além do acesso a programas sociais do governo brasileiro, entre eles, o “Bolsa Família”. Esse direito já é garantido àqueles que tem filhos no sistema escolar. Entretanto, vale lembrar que os próprios indígenas brasileiros que vivem nas cidades não são alcançados por políticas indigenistas, mas enfrentam a pobreza, a discriminação, além de serem invisibilizados nas periferias urbanas (BAINES, 2001).

No âmbito governamental, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), propôs um Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e atenção aos Refugiados e Migrantes. Tal plano envolve diferentes organismos públicos, como Polícia Federal, Ministério Público Federal, diferentes secretarias de governo, universidades e sociedade civil. Embora a proposta de política pública já tenha sido aprovada e publicada, o referido plano ainda aguarda a sua implementação, para que se torne uma política pública do Estado do Amazonas.

No âmbito da conscientização, a SEJUSC tem desenvolvido ações sobre diferentes problemáticas, sobretudo, sobre o tráfico de pessoas no Estado do Amazonas, violência contra mulher e discriminação em razão de orientação sexual. No âmbito das migrações, a referida secretaria tem

organizado os chamados “Mutirões da Cidadania”, visando oferecer aos imigrantes diferentes serviços num mesmo local, entre eles, o de documentação, orientação jurídica, encaminhamento para o trabalho, serviços psicossociais, entre outros.

Outra iniciativa para chamar a atenção da sociedade manauara para o problema das migrações e dos refugiados foi a corrida e caminhada com os refugiados, realizada no Complexo Turístico da Ponta Negra no dia 09 de dezembro de 2018. A corrida foi uma iniciativa da Prefeitura de Manaus em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e União Europeia. O evento reuniu cerca de duas mil pessoas.

A chegada da Operação Acolhida na cidade foi vista como positiva pelos governos locais, já que esses não conseguiram oferecer aos venezuelanos soluções para além do emergencial. Vale lembrar, entretanto, que inicialmente a prefeitura de Manaus havia adotado uma forma de abrigo diferenciado para os indígenas Warao, o qual se efetivou através do aluguel de cinco casas em diferentes zonas da cidade e contou com a coparticipação dos próprios indígenas na gestão das mesmas. A distribuição em pequenos grupos obedecia, sobretudo, os critérios de parentesco, fator importante para a organização social destes indígenas (SILVA; TORELLY, 2018). Contudo, tal modelo, elogiado, inclusive pelas agências internacionais, foi abandonado por diversas razões, entre elas, o aumento do fluxo migratório, a dificuldade de acompanhamento destes grupos pelos agentes locais e a falta de uma atividade econômica que desse sustentação à autonomia dos Warao.

Já o modelo de abrigo para os não indígenas proposto pela Operação Acolhida, baseado na securitização, com soldados, inclusive armados, nem sempre agrada os que dele dependem de forma temporária, preferindo, às vezes, a rua, em vez de se submeterem a tal controle, como foi o caso de Milagros, que viveu meses nas ruas de Boa Vista (RR), em vez de se abrigar em algum abrigo daquela cidade (SILVA, 2018b, p.214). Se, por um lado, a Operação Acolhida imprimiu uma “nova ordem” no local, com regras e horários de permanência, por outro, ela desmobilizou formas de solidariedade que havia no acampamento dos imigrantes, embora eles também estivessem sob o controle de lideranças, que se formam situacionalmente.

Se antes havia uma participação maior da sociedade civil organizada, inclusive de igrejas que faziam seus cultos no local, agora essa participação se resume à doação de alimentos, algumas vezes por semana.

Considerando a persistência da crise sociopolítica e econômica na Venezuela, em razão da contração do produto interno bruto, cujos dados apontavam um recuo de 14,5% em 2017 (BERMUDEZ et al., 2018), agravada ainda pelo embargo americano e por uma provável recessão mundial no período pós-pandemia, tudo indica que venezuelanos continuarão buscando refúgio em vários países do continente Sulamericano, entre eles o Brasil. Segundo o ACNUR, cerca de 260 mil venezuelanos vivem no país, dos quais 130 mil solicitaram a condição de refugiado. Vale ressaltar que, desde que o Conselho Nacional para refugiados – CONARE, reconheceu a situação de “generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, em junho de 2019, os processos de solicitação de refúgio ficaram mais céleres, em razão da simplificação de procedimentos, entre eles, o da entrevista. Como resultado disso, 38 mil venezuelanos já tiveram seus pedidos deferidos pelo CONARE, inclusive crianças e adolescentes, fato que significa um avanço na política brasileira para refugiados. (<https://www.acnur.org/portugues/aceso> 30/04/2020).

Tais dados indicam que muitos deles construirão laços com o Brasil e acabarão permanecendo temporária ou definitivamente, pois a segurança jurídica é um elemento básico para a reconstrução da vida em qualquer lugar do planeta. Contudo, isso não significa acesso pleno às diferentes formas de cidadania, cujo acesso a direitos é, em geral, limitado para imigrantes pobres, negros e indígenas. Isso se deve, em parte, pela dicotomia remanescente na visão de gestores públicos que ainda distinguem nacionais de estrangeiros, apesar dos avanços da nova lei de migração de 2017, a qual suplantou tal dicotomia. Vale lembrar, no entanto, que a conquista de mais direitos, inclusive o direito ao voto, depende, em grande parte, da organização dos imigrantes. Nesse sentido, venezuelanos de Manaus começam a trilhar o caminho do associativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao crescente desafio de acolher imigrantes em situação de vulnerabilidade, a questão que se coloca é como fazê-lo, para que eles

não sejam apenas objeto de políticas denominadas “humanitárias”, que apesar de amenizarem o sofrimento de milhares deles pelo mundo afora, acabam contribuindo também para o seu controle (FASSIN, 2014). Nessa perspectiva, os interessados deverão ser ouvidos, em vista da construção de uma governança migratória que vá além das ditas “situações de crise” (MÁRMORA, 2018), já que essas, muitas vezes, são utilizadas para responsabilizar imigrantes pelo agravamento de diferentes problemas já existentes na sociedade de chegada, além de justificar políticas de controle de grupos considerados indesejáveis pelos estados nacionais.

A implementação de políticas públicas abrangentes, independentemente do estatuto migratório do imigrante, esbarra em diferentes entraves, entre eles, a “frágil articulação administrativa entre os entes federados (município, Estado, União), bem como entre as próprias organizações internacionais dedicadas às migrações, quanto à agilidade de tomada de decisões e à execução de ações” (SILVA; TORELLY, 2018 p. 28). Outra fragilidade é a troca constante de gestores, como é o caso de antropólogos contratados para acompanhar os Warao em Manaus, inviabilizando, desta forma, a continuidade do trabalho junto a esse grupo étnico.

Contudo, no contexto do neoliberalismo radical, como alerta Lopes (2018, p. 109), o eixo da discussão “se afasta da acessibilidade da cidadania ao estrangeiro e se volta para a (im)possibilidade de qualquer política pública de desenvolvimento social”. Nesse sentido, a imigração é vista como um problema, porque ameaça os direitos dos nacionais e, como tal, precisa ser controlada, fato que tenderá a se agravar ainda mais no contexto da pós-pandemia, com a piora das condições socioeconômicas globais, particularmente, no Brasil. Nesse sentido, além de serem considerados invasores, imigrantes pobres, negros, indígenas e LGBTQI+, são vistos também como uma ameaça à saúde pública, embora a circulação de diferentes vírus pelo mundo se deve mais à circulação de viajantes do que propriamente pela presença de imigrantes. Dessa forma, securitização e sanitização, compõem um cenário desafiador e dramático para quem é forçado a migrar.

Outra questão que se coloca é em relação ao legado que tais políticas de acolhimento deixam para cidades afetadas por fluxos migratórios intensos e longos, como foi o caso de Manaus com a presença dos haitianos, e agora o dos venezuelanos. O que a cidade ganhará em termos de melhorias em sua

infraestrutura de abrigos, escolas e serviços de saúde. Nessa perspectiva, o programa de interiorização funciona como uma antipolítica pública, na medida que abre mão de investir na melhoria dos serviços públicos locais (VASCONCELOS, 2020, p. 115). Assim, no apagar das luzes desta grande operação ficará a pergunta: quem serão os próximos refugiados e imigrantes a bater à nossa porta.

Uma coisa é certa, estas cidades já não serão as mesmas, pois a presença de *los Hermanos*, contribui para ampliar as fronteiras culturais na Amazônia e mostrar, que tanto venezuelanos quanto brasileiros, estão no mesmo barco, ou seja, remando contra políticas que, por um lado, imobilizam, criando campos de refugiados para os indesejados e, por outro restringem o acesso a polis, essa reservada “para uns poucos bem-aventurados” (FASSIN, 2014, p.20).

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. “Migrações Internacionais: elementos para o debate no século XXI” In CUTTI, D. et all (orgs). Migração, Trabalho e Cidadania São Paulo, EDUC, 2015, p. 17-47.

BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. Revista Brasil Índigena, ano 1, n. 07, p. 15-17, 2001.

BERMÚDEZ, Y., et al. Informe de movilidad humana venezolana. Perspectivas de quienes emigran (9 de abril al 6 de mayo de 2018). Trabalho apresentado no IV Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras, Boa Vista, UFRR, 23 a 26 de outubro de 2018.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e Mercado de Trabalho: características e tendências. Cadernos ÖBMIGRA, v.1, n.2, p.35-47, 2015.

COTINGUIBA, Geraldo C. Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho. 2014.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. In: Ponto Urbe, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 15, 2014, p. 01-27.

GEERTZ, Clifford. A Religião como sistema cultural. In: A Interpretação

das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving, *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. Trabalho apresentado na 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2017.

LOPES, Cristiane M.S. Uma janela de oportunidades: a migração venezuelana como fator de desenvolvimento. In: *Migrações Venezuelanas*, BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J.C. (Org), NEPO/UNICAMP, 2018, p.104-115.

MAGALHÃES, Luís, F. A. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: contradições da inserção laboral. In: *Imigração Haitiana no Brasil*. BAENINGER, R. ET AL (orgs). Jundiaí: Paco editorial, 2016, p. 505- 524.

MÁRMORA, Lelio. El proceso de gobernanza migratória en América del Sur en el siglo XXI. In BOGUS, L.; BAENINGER, R.,(Orgs.) *A nova face da emigração internacional no Brasil*. São Paulo, EDUC, 2018, p.31-57.

PEREIRA, J. C.; PARISE, P. Imigração Venezuelana e o acolhimento na Missão Paz. In BAENINGER, R.; CANALES, A. (Cord.). *Migrações Fronteiras*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 2018, p. 616-624.

SAYAD. Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Sidney. A. (Org.). “Aqui começa o Brasil: haitianos na Triplíce Fronteira e Manaus”. In: SILVA, S. A. (Org.) *Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012.p.300-22.

SILVA, Sidney. A. Haitianos em Manaus: mercado de trabalho e exercício da cidadania. In: *Em busca do Eldorado. O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Manaus: EDUA, 2016, p. 183-205.

SILVA, Sidney. A. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. In *Revista Brasileira de Estudos de População*, n.1, p.99-117, jan/abr. 2017.

SILVA, Sidney. A. “Travessias de vida e de pesquisa: notas sobre estudos da imigração hispanoamericana no Brasil”. In *Travessia – Revista do Migrante*, n. 82, p. 145-166, jan/abril de 2018a.

SILVA, Sidney. A. Políticas de abrigo a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus. In: Migrações Venezuelanas, BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J.C. (Org), NEPO/UNICAMP, 2018b, p. 206-216.

SILVA, Sidney, A.; TORELLY, Marcelo. (orgs) Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas. Brasília : Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.

SIMÕES, Gustavo. F. (Org.) Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Paraná: CRV, 2017.

TURNER, Victor. O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VASCONCELOS, Iana. “Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista/RR. In: Etnografias do refúgio no Brasil, RENÓ MACHADO, Igor (Org), São Carlos, EDUFSCAR, 2020, p. 104-117.

TRABAJO Y MIGRACIÓN EN EL IMAGINÁRIO DE LOS NIÑOS MAYAS YUCATECOS¹

João Paulino da Silva Neto²

“Nadie puede ser esclavo de su identidad cuando surge una posibilidad de cambio, hay que cambiar”.

Elliot Gould³

INTRODUCCIÓN

Al observar la carencia y el silencio de estudios sobre la niñez en contextos interculturales y migratorios simultáneamente, “escogimos al niño como actor principal de nuestro trabajo porque él ha sido, más por descuido imperdonable que por injusticia, el gran ausente en los diversos estudios sobre las culturas indígenas” (Pellicer, 1999, p. 69). En consonancia, “el pensamiento del niño funciona como el nuestro y presenta las mismas funciones especiales de coherencia, clasificación, explicación y relaciones etc. Pero las estructuras lógicas particulares que rehacen las funciones son susceptibles de desarrollo y variación” (Piaget, 1969, p. 70). Comparando las funciones del adulto, el niño, intenta agenciar su participación en las dimensiones sociales y familiares, pese al predominio adultocéntrico.

Desde finales del siglo XX e inicio del XXI, con los debates sobre etnicidad, la antropología social enfrenta varios giros epistémicos, entre ellos, los estudios interdisciplinarios envolviendo la educación y estudios específicos como la infancia en contexto global e intercultural, para así, “pensar los proyectos de investigación en el contexto de globalización y de un cosmopolitismo emergente” (Appadurai, 1991).

Para compartir este estudio etnográfico, bajo un sesgo interdisciplinario: antropológico–pedagógico de la infancia, se interpretó y analizó los factores que intervinieron en la habitualización de los procesos identitarios

¹ Esta pesquisa foi parte de minha tese de doutorado realizada no Instituto de Investigações Antropológicas da UNAM, Universidade Autónoma do México, 2008-2012, cujo conteúdo recupero como trabalho inédito e revejo novos dados para esta coletânea.

² Professor e pesquisador do Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima: joao.paulino@ufr.br. Pesquisador de Pós-Doutoramento da Universidade Autónoma do México.

³ Actor estadounidense nominado a los premios Óscar. Se volvió conocido en los años setenta, protagonizando varias películas de Hollywood.- <https://akifrases.com/frase/137297>

de los niños mayayucatecos en contextos de globalización, mediante las viñetas etnográficas que incluyeron la comunidad, la familia, envolviendo el trabajo y la migración,

Los grupos étnicos no están basados simple o necesariamente en la ocupación de territorios exclusivos; necesitamos analizar los diferentes medios por los cuales logran conservarse, pues no es sólo mediante un reclutamiento definitivo, sino en virtud de una expresión y una ratificación continua” (Barth, 1976, p. 17).

Rediseñado por la globalización e interconectado por espacios simbólicos trazados por la interculturalidad que nos trasladaran al debate de las investigaciones antropológicas en las líneas de la antropología educativa de la infancia intercultural. Asimismo, a los estudios interculturales apoyados en la interdisciplinariedad de la antropología social y pedagogía en la región peninsular de México, estado de Yucatán, cercano al famoso Cancún; recibida por los niños maya yucatecos en la comunidad de Kanxoc, buscamos desentrañar el impacto de la globalización en el imaginario de lo/as niña/os mayas.

Problematizando el objeto/sujeto de estudio ¿Cómo se está transformando la identidad marcadamente local de la/os niña/os mayas a una nueva identidad influenciada por los procesos migratorios que impactan en la comunidad de Kanxoc? Tesis qué más adelante desarrollaremos después de presentar al lector la ruta metodológica y, a vuelo de pájaro, el escenario de la investigación.

La ruta metodológica trazada fue la “etnografía doblemente reflexiva” (Dietz, 1999, 2003, 2010, 2012), que nos proporcionó herramientas metodológicas y analíticas para avanzar más allá de una etnografía “romántica” de la educación intercultural, donde “aparte de analizar críticamente las nociones esencialistas subyacentes en gran parte del discurso multicultural, la principal aportación que la antropología puede y debe ofrecer al debate contemporáneo sobre multiculturalismo e interculturalidad reside en su potencial etnográfico” (Dietz, 2012:214).

Por lo mismo, entendemos y sostenemos “que la etnografía no se reduce ni a un mero instrumento más del abanico de métodos y técnicas de las ciencias sociales ni a una simple arma de “liberación” de los “oprimidos”. Superando la disyuntiva entre academicismo –sea éste de origen positivista o posmoderno- y transformacionismo –conservador, a

su sistemático oscilar entre una visión *emic* y *etic* -interna y externa- de la realidad social como un quehacer reflexivo que desde adentro recupera el discurso del actor social estudiado, a la vez, desde afuera lo contrasta con su respectiva praxis habitualizada” (Dietz, 2012:214).

Conocer, entender y descifrar las contradicciones en las prácticas de los entramados discursivos y su contrastiva praxis habitualizada en contextos a menudo sesgadas de intenciones de un actor institucionalizado el –Estado-nación- y sus “piezas de ajedrez”, los actores sociales minoritarios, “en la educación intercultural, sin embargo, esta concatenación de discursos y praxis transcurren en contextos muy institucionalizados y jerarquizados. Por ello, para evitar caer en reduccionismos y, en última instancia, apologéticos, una etnografía del quehacer educativo en situaciones interculturales necesariamente habrá de ampliar el horizonte analítico de estas dimensiones discursiva y práctica hacia un tercer eje de análisis: las estructuraciones institucionales específicas, producto del papel que juegan las “pedagogías del otro” en la política de identidad del Estado-nación en cuestión (Dietz, 2012:214).

Por el anterior, el recorrido descriptivo, interpretativo y analítico de las miradas sincrónicas y diacrónicas de la historia de los mayas prehispánicos, al acaecimiento de la conquista, del momento actual de la comunidad de Kanxoc, de sus costumbres cotidianas y de su hibridización aunado con los sucesos de la arena familiar, comunitaria y escolar, se explica el qué dicen la/os niña/os mayas de Kanxoc sobre la imperiosa hibridización intercultural que atraviesa las dimensiones del empleo de sus padres, de la migración temporal, de los medios de comunicación, de la arena escolar y de su vocación en el porvenir identitario. ¿Cómo repercute la migración temporal de los padres en el porvenir identitario de la/os niña/os?

Problemática que nos lleva a reflexionar que la/os niña/os “reproducen” el “adultocentrismo”, la información escolarizada y familiar, pero luego se manifiestan mediante sus agencias, sobre estas categorías y toman otra perspectiva en el contexto de la globalización, a través de una nueva mirada hacia la infancia y sus desafíos interculturales y identitarios, mediante una “praxis habitualizada” que analizaremos a continuación adentrando a la comunidad maya de Kanxoc; recorreremos el rol del trabajo temporal migrante, sus pantallas lingüísticas en el imaginario y aportaremos del papel de estudios antropológicos sobre la niñez cuando recibe signos e impresiones de la migración.

LA COMUNIDAD MAYA KANXOC

La vida de los mayas desde sus orígenes hasta los días de hoy está centrada en la actividad económica de la agricultura, cuyo eje es la milpa⁴. Tal importancia reside en que de ésta se enmarca un puente entre su sobrevivencia tanto física, cultural y cosmogónica, ya que la milpa en si es la fuente de vida del hombre del maíz, donde en su “biblia maya” o libros sagrados como el “*Po'ol Vuh*” “de los quichés, el Memorial de Sololá de los *cakchiqueles* y el Libro del “*Chilam Balam*” de los mayas yucatecos, que relatan el papel de la naturaleza en la vida de los mayas por la creación del hombre del maíz.

El hombre [maya] está de tal manera armonizado con la naturaleza divina, que su ser se constituye de sustancias vegetales y animales, y su devenir se rige por las mismas leyes que el mundo físico, al mismo tiempo que el universo se comporta y actúa como el hombre (Mendiz Bolio 2001:1).

En consonancia con el anterior, al escuchar las voces de 36 niña/os mayas con la finalidad de contrastar la intencionalidad del Estado-nación mexicano con la identidad étnica, el niño contestó: “Yo vivo en el pueblo maravilloso de Kanxoc... me gusta la corrida de toros, la iglesia, y el gremio” (E-May 2010)⁵. La niña relataba: “Dicen que somos peleoneros y valientes; mas esto no es cierto. Aquí somos todos amigos y vivimos bien” (E-Janthe 2010).

Como observaran. Kanxoc es un pueblito rural, pintoresco y tranquilo, fusionado con el campo y la alegría de los niños, elemento que da movilidad a la vida cotidiana de la comunidad, además del ruido de setenta taxis que salen a cada 20 minutos para Valladolid, el municipio más cercano. Kanxoc es una comisaria⁶ de Valladolid, que está ubicada en el polo turístico del Estado de Yucatán, localizada a 2:30 horas de Cancún, 50 minutos de la octava maravilla del mundo moderna, la piramide de *Chichen Itzá* y 2:30 horas de Mérida, la capital del Estado de Yucatan.

Su población de 3,126 habitantes⁷, política y administrativamente es la comisaria del municipio de Valladolid y se encuentra comunicada a once kilómetros por la carretera municipal. Los edificios públicos están

⁴ Refere-se a plantação das roças de milho-criolo, feijão, abóbora, pimentas, mandioca e outros cultivos.

⁵ Las siglas E=entrevistas e logo o nome fictício das crianças maia.

⁶ Comunidade pertencente ao município.

⁷ Dados atualizados com o último censo de 2010.

localizados en la plaza principal, éstos son la comisaria municipal, cinco escuelas (Educación Inicial Indígena, Educación Preescolar Indígena, Educación Primaria, turno matutino y vespertino, con el sistema indígena, un Escuela Secundaria Estatal funcionando con el turno vespertino y Educación de Adultos - INEA, Instituto Nacional de Educación de Adultos.). Después de esta investigación⁸, se creó una telepreparatoria (colegio que no había cuando se realizó el trabajo de campo), la iglesia católica y nueve iglesias protestantes, un centro de salud, correos, tiendas de abarrotes⁹, un taller de carpintería y una comercializadora de miel. Posee servicios de energía eléctrica, un puesto de Internet, agua potable (muy precario), no hay servicio de drenaje.

La comisaria está constituida por asentamientos semidispersos organizados por el pueblo de Kanxoc y varias rancherías comunicadas por caminos de terracería. Kanxoc es una comunidad ochenta por ciento mayahablante y el veinte por ciento de castellano; el papel de la escuela es ser el “vínculo intercultural” para el proceso bilingüe maya-español. Tiendo como fiestas y tradiciones la vaquería y el día de los muertos, día del niño; con carpinterías y artesanías típicas (las mujeres costuran el huipil, vesido típico maya-bordado).

EL TRABAJO TEMPORAL MIGRANTE Y SUS PANTALLAS LINGÜÍSTICAS EN EL IMAGINARIO DE LA/OS NIÑA/OS

En 1973, surge explícita e incipientemente el debate hacia una antropología de la infancia con el artículo “¿*Can there be an Anthropology of Children?*” de Charlotte Hardman, pese a la duda abordada, la autora afirma la existencia de una dimensión particular del niño y su necesidad de superar el sentido común de que nada más es que un receptáculo de los conocimientos que les son transmitidos por las autoridades adultas. Argumentado aún que los niños conforman a un grupo social que pueden y deben ser estudiados específicamente, por sí solos, no por extensión de otros (Silva, 2002:12-13). El origen del concepto de la “antropología de la niñez aparece por primera vez:

⁸ Quando finalizamos a pesquisa, o diagnóstico foi encaminhado pelos pais de família solicitando a Secretaria de Educação que criasse uma Telepreparatória (para o Ensino Médio); porque terminando o Ensino Fundamental, os adolescentes não tinham onde estudar na comunidade de Kanxoc.

⁹ Vendas de produtos alimentícios e de limpeza.

“Los niños siguen siendo tratados como si fueran un grupo mudo. Es decir, no se toma en cuenta, en serio la noción que los niños tienen del mundo. Los adultos no se han preguntado qué es lo que los niños piensan de la sociedad, cómo clasifican a los animales, las personas y los alimentos y si sus conceptos son diferentes a los de los adultos en cuanto a sistemas de ideas y visión del mundo, y en qué sentido difieren” (HARDMAN,1973).

Los estudios antropológicos sobre los niños fueron realizados desde los 1920 y 1930 por los antropólogos norteamericanos de la Escuela de Cultura y Personalidad, destacándose a Margaret Mead, psicóloga, antropóloga y alumna de Franz Boas. La Escuela Culturalista fundada por éste, buscaba entender lo que significaba ser niño y adolescente en realidades socioculturales distintas a la norteamericana de la época. Siendo cultura para esta Escuela, lo que es transmitido entre generaciones y aprendido por los miembros de la sociedad. Los antropólogos de esta Escuela se vieron en el problema de delimitar lo que es cultura, particular, natural y por lo tanto universal en el comportamiento humano. Con esta formación, Mead realiza sus estudios sobre la adolescencia en Samoa, isla norte americana del Pacífico, en su libro de 1928, “*Coming of Age in Samoa*”, para verificar si los dilemas y rebeldías vividos por los adolescentes norteamericanos eran universales con este mismo ciclo de vida. Concluyendo que los dilemas y rebeldías de los adolescentes norteamericanos son datos culturales y por lo tanto no explicables por una condición biológica. Entendiendo que la propia tipología adolescente no es universal, cuya definición debe ser estudiada en contextos específicos. Después de una cierta desatención de la antropología social hacia los estudios de la antropología de la infancia, ésta se expande con fuerza para ir ocupando su puesto como una nueva disciplina antropológica a finales del siglo XX.

La antropología contribuye cada vez más al estudio del trabajo, incluyendo la forma en que las diferentes sociedades ven la naturaleza del trabajo, los patrones universales y particulares del comportamiento laboral y, las actitudes hacia el trabajo en todo el mundo (Applebaum, 1984: 516).

De acuerdo a este campo de investigación, el papel que juega los abuelitos, sábios de las comunidades mayas, la investigadora mexicana, Izquierdo (1998) decía que: El hombre maduro y de elevado linaje era quien, ejerciendo potestades civiles y religiosas, cumplía como un padre supremo dirigiendo el trabajo, la moral y el pensamiento religioso. El abuelo viene siendo como um modelo iconico para enseñar sobre el trabajo.

El trabajo es la labor que realizan, o se espera que realicen, los seres humanos, e incluye tanto físico como mental, aunque muchas veces solemos

distinguir entre ambos. Es la precondition para la vida humana que crea la cultura material que separa y protege al mismo tiempo la naturaleza humana del mundo natural. El trabajo es la fundación de la cultura, ya que no hay creencias, valores o comportamientos sin un entorno material pues no existe entorno material sin trabajo. (PARKIN, 2007: 515).

La dimensión humana del trabajo es una categoría analítica que proporciona a la antropología una extensa comprensión sobre los cambios socioculturales. Para el análisis de la presente investigación, el trabajo en la comunidad de Kanxoc, es una categoría fundamental para entender hoy en día el proceso identitario de la/os niña/os mayas, ya que los cambios socioculturales promovidos por la globalización se pueden entender y interpretar rastreando las relaciones promovidas por la migración de los agentes: los padres, los cuales fungen como catalizadores de nuevos léxicos que migran a los polos turísticos de la península Yucateca: Cancun, Palya del Carme y Mérida, y regresan a la comunidad de Kanxoc para propagar en los imaginarios de la/os niña/os una especie de “pantalla lingüística” de oportunidades laborales cuando la/os niña/os crezcan.

La categoría trabajo no es abordada aquí desde la perspectiva del trabajo infantil o trabajo productivo, sino de como el trabajo funge en comunidades indígenas: un modelo didáctico pedagógico de imitación de la/os niña/os que juegan de trabajar cuando imitan la actividad de sus padres y a la vez cómo repercute eso en su proceso identitario del mismo trabajo en su vida adulta. Puente, que para el psicólogo ruso, Lev Semiónovich Vygotsky, el juego era como un puente entre el imaginario infantil y la realidad, cuya intersección, iba materializandose en categorías del mundo real.

Además de los cambios socio-historicos del trabajo familiar y del trabajo infantil: el trabajo de lo/a niña/o como parte del trabajo familiar es socialmente necesario; del trabajo de la/o niña/o como factor esencial en su socialización de su devenir como adulto y de su integración tanto en su misma familia como en la sociedad; por ello se conforma también el factor educativo.

No se puede pensar en los cambios operados en el trabajo infantil tradicional (que propiamente habría que conceptualizar como “trabajo familiar del niño”) ni el que genera el inicial desarrollo del capital industrial, si no se entiende el papel de la escolarización en tales cambios, ya que la instrucción socializadora y de integración social, que antes

cumplía el trabajo familiar del niño sino que además constituía un factor muy importante en la reproducción de las mismas fuerzas productivas dentro del desarrollo capitalista. (SÁNCHEZ, 2004, p. 161).

Como asignatura pendiente¹⁰, la situación de la/os niña/os y adolescentes indígenas del Estado mexicano, cuanto a garantizar los derechos para el acceso a la educación, salud, protección contra el trabajo infantil y la erradicación de la violencia y la discriminación de este segmento de población.

Para El Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) y el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) en México, entre 2013-2017, encuestas más recientes, las condiciones de vida de la población infantil y adolescente. El diseño y la evaluación de las políticas públicas orientadas a erradicar la pobreza urbana, realizó una investigación para estimar la pobreza con un nivel de desagregación aún mayor al de los municipios mexicanos:

El porcentaje de pobreza y pobreza extrema a cada Área Geoestadística Básica (AGEB) no confidencial, ubicada en las localidades urbanas de los municipios con 15 mil habitantes o más, incluso aquellas que no fueron visitadas por la Encuesta Intercensal 2015. En esos municipios habita el 94% de la población y nueve de cada diez personas en situación de pobreza. La información generada permite identificar de forma georreferenciada todas las AGEB urbanas y, en particular, aquellas en que la mayor parte de la población está en situación de pobreza, así como las que 70% o más de su población se encuentra en dicha situación. En 2015, se identificó que en 15,181 AGEB la pobreza multidimensional era de 50% o más (de un total de 43,136) (CONEVAL, 2020).

De acuerdo a los criterios del Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI), se considera población indígena a todas las personas que forman parte de un hogar indígena, donde el jefe o jefa del hogar, su cónyuge y/o alguno de los ascendientes declaró ser hablante de lengua indígena. Además, se incluye a personas que declararon hablar alguna lengua indígena y que no forman parte de estos hogares. La precariedad en las condiciones de vida de la población indígena en México ha sido sistemáticamente mayor a la de la población no indígena¹¹.

¹⁰ Datos de la Encuesta Intercensal 2015 realizada por el INEGI, la Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, CDI, las condiciones socioeconómicas de la población y sus viviendas indígenas en el territorio mexicano, y aplicación de acciones públicas vinculadas a los pueblos, comunidades y población indígena. A nivel nacional hay un total de 12,025,947 personas indígenas, cantidad que constituye el 10.1% de la población total nacional. De los cuales, 6,146,479 son mujeres y 5,879,468 hombres.

¹¹ La distribución de la población indígena se concentra en primer lugar en niños y adolescentes (5-9 y 10-14 años), y en segundo lugar, se concentra en edades productivas (25-49 años). Sin embargo, la población de

La situación actual de pobreza en la población indígena: en 2018 muestran que 41.9% de la población de México se encuentra situación de pobreza¹², con ingresos insuficientes para satisfacer sus necesidades alimentarias y no alimentarias. En 2018, el porcentaje de población indígena en situación de pobreza es de 69.5%, en contraste con el 39% de la población no indígena que se encuentra en esta situación. Las localidades con menor número de habitantes presentan el mayor porcentaje de la población indígena en situación de pobreza. En las localidades de menos de 2,500 habitantes 78.7% de la población indígena se encuentra en situación de pobreza. En cambio, las localidades medianas (entre 2,500 a 14,999 habitantes) son las que muestran mayor porcentaje de la población no indígena en situación de pobreza, 54.3% en 2018.

El contexto de la comunidad maya de Kanxoc por cierto, particularmente agrícola, aun en contexto urbano, con su producción de maíz y algunas legumbres usadas para subsistencia, con excepción de algunos negocios: tiendas de abarrotes, vendedores ambulantes, vendedores informales, madres confeccionando huipiles en pequeñas cantidades, y algo de pequeña producción artesanal de hamacas y una carpintería, evidencian la carencia de otras fuentes de trabajo. Situación que impone a los padres de familia optar por la migración hacia a las zonas turísticas de la península, pero mientras la comunidad permanezca con ese problema de desarrollo para la generación de empleo, muchos padres y madres prefieren la migración temporal hacia los polos turísticos del Estado de Yucatán y Quintana Roo a trabajar en la zona turística especialmente en la oferta hotelera de Cancún, Playa del Carmen, Mérida, Valladolid y/o Chichén Itzá.

Así, estas salidas a los polos turísticos ocasionan una resignificación en el imaginario de los padres de familia que al regresar a la comunidad de Kanxoc trasladan consigo nuevos signos “silenciosos y globales”, que podemos llamar signos interculturales, entendidos como indicios de contactos de dos o más culturas que se interrelacionan mediante aproximaciones lingüísticas y simbólicas, mismas que crean nuevas adultos mayores representa un número importante de personas dentro de la distribución. Se han reducido los nacimientos en la población indígena. El 50% de la población indígena reside en localidades rurales (con menos de 2,500 habitantes). Solo el 10% de la población indígena vive en localidades medianas (15,000 a 99,999 habitantes), mientras que en localidades grandes (100,000 y más habitantes) reside el doble. Los menores porcentajes de población no económicamente activa se concentra en los grupos de edades productivas (25-59 años).

¹² Espera-se que no atual governo do Lic. Manuel López Obredor, a situação dos povos indígenas possa melhorar.

inquietudes en el imaginario social de los habitantes de Kanxoc. Sobre estos signos se preguntó a los profesores si: ¿La globalización había llegado a Kanxoc? y si fuera el caso, ¿De qué manera? Contesta el profesor:

Yo pienso que si ha llegado bastante [la globalización] a la comunidad y la gente lo ha percibido, y va a trabajar a Cancún ellos mismos traen la otra forma de vestir, de hablar, por eso mismo se ha dado que ellos pierdan los valores que tienen en su comunidad, porque ellos quieren imitar lo que ven, hacen cosas que ellos piensan, que no deben ser, que sí deben ser. (E-Prof. 2010)¹³.

Observamos como los signos interculturales generados por el contexto migratório temproal, mediante la actividad turísticas, translandanse a la comunidad a través de los padres y los adolescentes que van a trabajar a la zona hotelera, y estos signos impregnan sus ‘pantallas lingüísticas’ y ajustan los cambios socioculturales, llevándolos hacia a la/os niña/os, que empiezan a mimetizar nuevos signos interculturales.

Y ¿cómo impacta la globalización en su comunidad concretamente? Contesta el maestro:

Sí, interfiere bastante, le digo por ejemplo, ahorita la mayoría de los de acá [en Kanxoc] tiene su trabajo en la rivera maya y todos se van para haya y cuando van a trabajar hay una sala en español e inglés, entonces lo que tiene que hacer es aprender inglés para obtener un buen trabajo entonces poco a poco se va rezagando la lengua maya y se va dando más importancia la lengua extranjera, aquí en la comunidad existe un 70 u 80% que se va a trabajar allá a la rivera y el restante, pues unos trabajan aquí otros dan servicios o comerciantes (E-Mtro. Roger 2010).

La globalización está presente en la vida cotidiana de la comunidad y se señalan a través de indicios dialécticos. Señala el maestro que se requiere para trabajar la lengua inglesa (para comunicarse con los turistas) cuando se da la migración hacia las zonas turísticas, la cual, ocasiona el rezago de la lengua materna-maya. Señales no apocalípticos, sino que los kanxoquenses y profesores comprometidos con la comunidad deberían reclamar la inserción de la educación intercultural bilingüe de calidad en Kanxoc mediante políticas públicas, ya que los indicios globalizados están resignificando silenciosamente el léxico y consecuentemente los procesos identitarios en la comunidad, escuela y en especial en la identidad de la/os niña/os. Sin embargo, es necesario estar a la par de los nuevos signos

¹³ E-Prof= entrevista a professores.

globales y saber interpretarlos para apropiarlos como nuevos elementos interculturales, pues el inglés, podría ser otra opción para evitar el rezago laboral y mejoría de vida en la comunidad.

Alguna/os niña/os manifestaran su deseo de conservar la identidad étnica por su familia, por sus padres en seren milperos¹⁴ y expresan muy claramente que quieren ser como ellos. Así mismo exponen en una entrevista sobre el trabajo de sus papás:

J.- Y sus papás: ¿Trabajan en Kanxoc o trabajan afuera? ¿Dónde trabaja tu papi?

Niña. - En Valladolid.

J.- ¿En Valladolid? ¿Mérida, quien más trabaja en Mérida, de sus papis?

N.- Mi papá no trabaja aquí [en Kanxoc].

J.- ¿En donde trabaja?

N.- En playa. Playa del Carmen. (Mucho ruido de los niños) N.- Y mi mamá también, allá en Cancún.

J.- ¡Oh! y ¿van todos los días?

N.- ¡Sí!

J.- La semana y regresan, ¿Cómo es?

N.- En quince días regresan.

J.- Y ¿Tú, con quién te quedas?

N.- Con mi abuelita.

J.- ¡Oh! con tu abuelita, y ¿A qué se dedica?

N.- ¿Cómo?

J.- ¿Ellos trabajan en qué cosa allá?

N.- ¿Mi abuelito?

J.- No, tus papis.

N.- Mi papá es albañil y mi mamá es camarera.

N. - Mi papá trabaja en taxi y también mi hermano y quiero cuando crezca trabajar en un hotel.

Los efectos que el turismo ejerce directamente sobre el imaginario de la/os niña/os, a causa de la “migración lexical” que los padres de familia traen consigo de las zonas turísticas, una suerte de “pantalla lingüística”, que para Dietz y Mateos Cortés:

¹⁴ Agricultores.

Según Charle, Schriewer y Wagner (2007: 47) la definen como el vocabulario adecuado para transportar los conceptos y el conocimiento a un ambiente cultural diferente que: “las pantallas lingüísticas pueden ser producidas de manera consciente o inconsciente, tanto de manera individual como colectiva: si se originan de manera consciente, producen un proyecto de identidad; en cambio, si son producidas de forma inconsciente y colectiva, son habitualizadas y rutinizadas. (DIETZ Y MATEOS CORTÉS, 2011, p. 47).

En este caso, el proceso identitario de los niños mayas de Kanxoc, es permeado por la habitualización y una rutinización identitaria ocasionado por la “migraciones lexicales” intervenidas por la migración de sus padres e insertas en sus “pantallas lingüísticas”, éstos nuevos signos interculturales, que no producen un nacimiento de un proyecto identitario de etnogénesis, sino la vulnerabilidad del tejido social y identitario de la/os niña/os y de la comunidad de Kanxoc.

Los niños reflejan la realidad familiar vivida por las experiencias proporcionadas por sus padres. El efecto ocasionado por la migración temporal a las zonas turísticas, donde sus padres van a trabajar como albañiles y sus madres como camareras de hoteles, exhiben en el imaginario de la/os niña/os, en su “pantalla lingüística”, una especie de contratransferência, que quizás, pueda también en un futuro querer trabajar en una actividad como la de sus padres. Imitando, mimetizando y/o reproduciendo el fenómeno que su modelo de vida refleja en el espejo laboral de sus padres al trabajar en los grandes consorcios hoteleros de los polos turísticos de Cancaun y Playa del Carmen.

Sobre estos signos globales, una niña de 10 años comenta sobre el trabajo: “Pienso que el trabajo es lo más bueno, mi papá trabaja en fábrica, pero yo quiero ser empresario de Hoteles” (E-May 2010).

Sigue el espejismo en su “pantalla lingüística”: laborar en los consorcios hoteleros; la niña aún escribe la palabra hotel con mayúsculas, insistiendo en la gran importancia del sentido para su vida, el trabajar en hotel; su deseo en imitar a sus padres. ¿Por qué la insistencia de los niños en trabajar en hoteles? Al ser cuestionados sobre este punto, los niños decían que era porque ganaban más dinero. (Contrastar los datos estadísticos de la pobreza en las comunidades indígenas de Méxcio, páginas: 7-9 deste artículo).

Entonces se van suministrando los nudos de las relaciones: carencia laboral en la comunidad, fenómeno que los impulsa a migrar

temporalmente de la comunidad. Ésta migración proporciona un cierto “diálogo intercultural” con los turistas de lengua inglesa que llegan a Cancún o Playa del Carmen, que a su vez dejan en los padres que el inglés, es un capital generador de ganancias para la familia y para sus hijos, ya que les proporcionará una fuente de trabajo más sencilla para ganar dinero y garantizar su sobrevivencia. Preocupación relatada por los padres cuando se les preguntaba sobre el futuro de sus hijos.

La contraparte sobre el pensar exógeno de los niños es el apego por la tierra que continúa como signo identitario y sigue perdurando en las costumbres y en el imaginario de los kanxoquenses. En la narrativa de los niños, se atestiguan etnográficamente la vivencia de tales prácticas en el habla de la niña Yaneth (2010): “Pienso que es muy duro lo que te hacen: mis papás trabajan en la milpa... Quiero aprender lo que hace mi familia y los demás, y ser lo que somos”.

A pesar de los cambios identitarios promovidos por el contexto global al local hacia el niño kanxoquense, se manifiesta una relación “identitaria” con sus raíces y costumbres étnicas. Aunque “el duro” que te hacen, es decir, el trato que dan hacia los mayas, repercutiendo en discriminación, en rechazo, en políticas de abandono del campo, al no aceptarlos como hablantes de otra lengua, al manifestarse diferente de la identidad nacional del Estado-nación mexicano, prosiguen en una arena de resistencia identitaria proyectada en las “pantallas lingüísticas” de la/os niña/os de Kanxoc. Aunadas con el fenómeno migratorio donde se manifiestan sorpresas entorno a la identidad étnica de la comunidad.

A continuación veremos los signos migratorios y su proceso de resignificación.

MIGRACIÓN: CAMBIO Y RESIGNIFICACIÓN

La migración ha llamado la atención de muchos antropólogos por sus múltiples relaciones con las redes económicas, políticas, culturales y demográficas. Fenómeno estudiado por la antropología social especialmente en México, dado su condición fronteriza con los Estados Unidos. La migración ha propiciado que diversas culturas a través de la historia interactúen y reconstruyan sus identidades, sin embargo, estas

relaciones se dan de manera asimétricas, instituyendo desigualdades y cambios de modos de vida, que a veces dialécticamente repercuten como fenómeno de mejoramiento en las comunidades.

La migración difícilmente es una simple acción individual por lo que una persona decide trasladarse en busca de mejores condiciones de vida, deja sus raíces en su terruño y se asimila de forma rápida en el nuevo país [u otro lugar]. Con mayor frecuencia, la migración y el establecimiento son un proceso a largo plazo que se desarrollará por el resto de la vida del migrante y que afectará también a generaciones subsecuentes [...] incluso trascender la muerte. (TRIBALAT, 1995, p. 109-111).

A su vez, el impacto y consecuencias del migrar trascienden expectativas y nuevas esperanzas. Son como una suerte de *reseteo* en el imaginario del sujeto migrante. Son nuevos guiones a se escribir, a esperar, a soñar con nuevas conquistas, amistades, amores, realizaciones de vida¹⁵. Asimismo:

la migración es una acción colectiva que se origina en el cambio social y que afecta toda la sociedad, tanto en las áreas de salida como en las de llegada. Además, la experiencia de la migración y de vivir en otro país, con frecuencia lleva a modificar los planes originales, de modo que las intenciones del migrante en el momento de la partida no son buenas prediciendo el comportamiento real. De manera similar, ningún gobierno se ha dado a la tarea de construir una sociedad éticamente a través de la migración, aún cuando las políticas de reclutamiento de mano de obra, con frecuencia conducen a la formación de minorías étnicas, lo que tiene consecuencias a largo plazo para las relaciones sociales, las políticas públicas, la identidad nacional [y étnicas] y las relaciones internacionales (CASTLES Y MILLER, 2004, p. 33).

El debate en torno al reto de un sociedad éticamente migratoria a nivel internacional y nacional, el caso de los indígenas en países con tal público, es uno de las polémicas de las nuevas metas narrativas del siglo XXI, fenómeno que requiere de una atención privilegiada en torno de las políticas públicas requeridas actualmente, la cual, desembocará indiscutiblemente en políticas interculturales y en problemáticas de educación intercultural para atención a nuevas necesidades lingüísticas y culturales; fenómeno que inició desde principios de la segunda mitad del siglo XIX.

La primera ola migratoria del siglo XIX (1840-1850) propiciada por la plaga de la papa en Holanda, y los problemas en Alemania, así como la

¹⁵ Resfrescando nuestra “emoción social” /solidariedad, no sería un mal ejercicio humanitario nos colocar en el zapato de los migrantes venezuelanos, principalmente de la/os niña/os venezolana/os aquí en Boa Vista, Roraima.

segunda ola en 1880-1910 en el sur de Europa impulsada por las dificultades económicas y por la demanda de mano de obra en Estados Unidos por su rápida industrialización. Las mayores migraciones a nivel mundial hacia Norte América, América Latina y el Caribe incluyendo grandes cantidades de esclavos africanos.

El antropólogo Lewis, en 1952, alertaba para los estudios de los procesos migratorios no sólo a nivel rural-urbano, sino a las migraciones transnacionales¹⁶, las que aparecerían más tarde como vaticinadoras de la antropología urbana.

En la actualidad, la migración es estudiada por etnógrafos que describen como las ciudades perdidas u otros tipos de guetos de bajos recursos (1960-1970) revelan que la migración del campo a la ciudad se asociaba a la creciente pobreza urbana (Lomnitz, 1977). A su vez, otros estudios etnográficos documentaron que estas migraciones proporcionaban fracaso y decepción a los migrantes suministrando, así, a los estudios antropológicos, otro cambio de mirada teórica a los fenómenos migratorios direccionando hacia la teoría de la dependencia de los años 1960-70, y la teoría de la articulación.

La teoría de la modernización asumía que los migrantes facilitarían la difusión al campo de los rasgos culturales, sociales y tecnológicos modernos de la ciudad, y que esto, a su vez, harían que se desarrollarían las áreas rurales.

La teoría de la dependencia, en cambio, proponía que del campo a la ciudad fluía valor económico neto, y que eso promovía la involución de las áreas periféricas. Afirmaba que, como las áreas subdesarrolladas predominaban relaciones de producción capitalistas, la migración del campo a la ciudad era uno de los muchos medios por los cuales se drenaba al campo de excedentes económicos y capital humano, para dirigirlos hacia los centros urbanos de los países del tercer Mundo (Chilcote, 1981: 3-16).

Sin embargo, la teoría de la articulación, refutaba ambos enfoques (la teoría de la modernización y la teoría de la dependencia), afirmando que con frecuencia se perseveraba en los modos de producción no capitalistas, y que incluso se les integraba con el capitalismo, entre otras formas por medio de la migración entre esos dos tipos polares (Meillassoux, [1977] 1981).

¹⁶ Veamos como estamos en Roraima con la migración venezolana, la haitiana, la cuba.

CONSIDERACIONES FINALES

La industrialización y la urbanización han propiciado los cambios fundamentales, cuya referencia a las rupturas ideológicas en torno a la concepción y el ejercicio de la maternidad y/o la paternidad, a las nuevas formas y relaciones familiares. En este sentido, la estructura y la dinámica de los grupos domésticos, los patrones de conyugalidad, las prácticas de crianza y los procesos de adaptación de los hijos e hijas de familias migrantes en origen y destino enfrentan nuevos desafíos en un contexto migratorio transnacional (Pedone, 2006). Por ello:

La problematización del fenómeno migratorio como tal, a menudo se dramatiza con el topos de Huntington (1997), acerca de la inevitabilidad del “choque” civilizacional entre las culturas. En gran parte del discurso de las pedagogías de la “otredad”, la diversidad cultural se visualiza de forma bipolar y mecanicista. (DIETZ, 2003:152).

Promovidos por los nuevos signos ocasionados por el desempleo en la comunidad, empuje que lleva a los padres y madres¹⁷ de familia a inscribirse a los procesos migratorios hacia a las zonas turísticas, dejando sus hijos al cuidado de los abuelos, tíos, o otros parientes, y en última instancia en el Albergue Indígena de Kanxoc¹⁸. De allí que los procesos migratorios son un elemento catalizador de resignificación de los matrimonios modernos en la comunidad, ya que la migración temporal hacia los polos turísticos para trabajar en el comercio informal, en los hoteles, restaurantes de las zonas de Cancún, Playa del Carmen, Mérida, Valladolid y Chichen Itzá, aparecen como canal comunicativo de nuevos léxicos aprendidos en las zonas turísticas en contacto con la lógica consumista neoliberal, fungiendo como un correo que ve, aprende y transmite a los hijos, que el papel del turismo es un buen negocio que hay que cultivar, generando en el imaginario del niño signos globales como la necesidad de estudiar inglés para trabajar.

¹⁷ La migración femenina en nuestro país “se asocia particularmente con la desestructuración de las economías campesinas, el proceso de urbanización y la fuerte demanda de empleo doméstico que generan los núcleos urbanos en expansión” (Cabrera s/f) sin embargo los patrones de movilidad eran por lo general internos, hacia las ciudades del país, dándose una fuerte relación de migración género.

¹⁸ Los Albergues Indígenas son administrados por la Comisión para el Desarrollo de los pueblos Indígenas, para este la opinión de los niños es como entrar a un “castigo”, donde están meses sin sus padres y al cuidado del director del albergue, que tiene la misión de proveer alimentos, estancias y repase de las tareas escolares de los niños. Hoy, los albergues ya existen más.

Así, cambiando estas costumbres patrilocales, la familia en Kanxoc está atravesando procesos de resemantización sociocultural, económico y conceptual que la lleva a hibridizar y complejizar con el influjo del mundo mestizo y globalizado. Sobre el anterior comenta un estudiante:

Han introducido muchas cosas que en realidad... Pues no es originario de lo que es la cultura maya, en cuanto a la lengua pues he visto que también se está yendo perdiendo, principalmente por los jóvenes que van a trabajar a la Riviera Maya como le decía, cuando vienen a veces ya no hablan el maya... Se inclinan a hablar lo que es el español, el hecho de que dicen que allá en la Riviera Maya, pues que se les discrimina. Pero el caso entonces deja de hablar la maya para no ser discriminados. (E- Puc 2010).

La migración de los padres y de los jóvenes hace a los polos turísticos, está orientada y asignada a una conveniencia dialéctica-pragmática, dirigida hace un futuro predeterminado y “seguro”. Como si el presente y/o porvenir de los niños estuviera predestinado a imitar a sus padres, a estar direccionado a una reproducción de la mano de obra turística en un eterno ir y venir subalterno a jerarquías y obreros determinativas hacia los mayas, por ser indios que no pudiera ser y hacer otras cosas en la vida, dentro de una ‘lógica capitalista’ en siempre obedecer a las castas divinas de antaño y de hoy, que fueron un día los reyes del henequén¹⁹, el “oro verde” de Yucatán; y que en una especie de espiral incesante, no podrán escapar jamás. Lo que afortunadamente no es cierto.

Sin embargo, no toda migración es sinónimo de pérdida de identidad cultural, ya que moviliza y proporciona elementos para aproximar y/o permitir una comunicación intercultural, a priori, ya que provee a los niños, en su necesidad educativa-formativa a otras oportunidades de desarrollo y inclusión social. Así concluye el profesor de la comunidad de Kanxoc:

La globalización abre puertas también a la mayoría de la gente, por ejemplo, antes, hablemos de no mucho tiempo, diez años atrás, era difícil que un muchacho saliera a estudiar a la nacional [escuela preparatoria], terminar la secundaria ya estuvo se dedicó a trabajar en el campo, ayudar a la mamá el papá, los niños se casaban de 12, 13 o 17 años y ahora ya no, ahorita, muchos hablan en Kanxoc varios idiomas, ya salen a la ciudad a estudiar y siguen estudiando y desde ese momento se abren puertas para trabajar, por ejemplo, hay muchas mujeres que se salen a trabajar y la equidad de género ya se va desarrollando. (E-Mtro. Roger 2010).

¹⁹ A planta de sisal.

REFERÊNCIAS

- Applebaum, H. (1984). **Work in market and industrial societies**. En T. Barifield, Diccionario de antropología (pág. 516). México: Siglo XXI.
- Appadurai, A. (1991). **Global Ethnoscapes - Notes and queries for a Transnational Anthropology**. En R. Fox, Recapturing Anthropology (pág. 209). Santa Fé: SARP.
- Arizpe, L. & Serrano, C. (comp.) (1993). **Balance de la Antropología en América Latina y el Caribe**. México. UNAM / IIA / CRIM.
- Baquerio, O. (1974). La maya y el problema de la cultura indígena. **Revista de la Universidad de Yucatán**, 33-80.
- Barrera Vásquez, A. (1980). **Diccionario Maya-Español, Español-Maya Cordemex**. México: Porrúa.
- Barth, F. (comp.) (1976). **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México. FCE.
- Beck, U. (1998). **¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona: Paidós.
- Benhabib, S. (2006). **Las reivindicaciones de la cultura**. Igualdad y diversidad en la era global. Katz. Buenos Aires.
- Beck, U. (jueves 21 de diciembre de 2006). **¿Por qué se equivoca Huntington?** El País, Madrid.
- Bertely, B. y Schmelkes, S. (2000). En Dietz, G. y Mateos Cortés, L. (2011). **Interculturalidad y educación intercultural en México**: un análisis de los discursos nacionales e internacionales en su impacto en los modelos educativos mexicanos. México: Secretaria de Educación Pública / Coordinación General de Educación Intercultural y Bilingüe.
- Bertely, B. y González, A. (2003). "Etnicidad en la Escuela". En: Bertely, M. (coord.). **Educación, derechos sociales y equidad**. México: COMIE. Vol. 3, tomo1. pp. 57-83.
- Botello, R. (2007). **"El Popol-Vuh: Un drama de la cración. Interpretación dramáticoteatral del mito Maya-Quiche"**. Tesis de maestría. México: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM.
- Bracamonte y Sosa, P. (2007). **Una deuda histórica**: ensayo sobre las condiciones de pobreza secular entre los mayas de Yucatán. México: CIESAS/Porrúa.

Burgos-Debray, E. (1985). **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. México: Siglo XXI.

Bustillos, R. (1987). **El gran Kanxoc**. José María Iturralde Traconis. México: Editor Rafael Bustillos Méndez.

Cantoral, S. (2000). **La identidad en la Educación Básica**. Un estudio de la constitución de la conciencia. México. UPN.

Castellanos, A. (2008). **Turismo, identidad y exclusión**. México: Univerisidad Autónoma Metropolitana-Unidad Iztapalapa.

Castellanos, M. (2010). **A Return to servitude**. Maya Migration and the Tourist Trade in Cancún. United States: University of Minnesota Press - Fisrt Peoples.

Castillo, J. & Catañeda, Q. (2004). **Estrategias identitarias**. Educación y la Antropología Histórica en Yucatán. Mérida. UPN-U. 31-A, Mérida/ The Open School of Ethnography & Anthropology Community Institute for Transcultural Exchange / Secretaría de Educación de Yucatán.

Castells, M. (2009). **La era de la información**. Economía, sociedad y cultura. El poder de la identidad. Vol. II. Quinta edición. México: Siglo XXI.

Castles y Miller. (2004). **La era de la migración**: Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México: Honorable Cámara de Diputados / Universidad Autónoma de Zacatecas / Secretaría de Gobernación / Instituto Nacional de Migración / Fundación Colosio / Miguel Ángel Porrúa.

Carrithers, M. (1992). **¿Por qué los humanos tenemos culturas?** España: Antropología/Alianza.

CONEVAL. (24 de abril de 2020). https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Documents/Pobreza_Poblacion_indigena_2008-2018.pdf. Fonte: Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/POBREZA-URBANA-EN-MEXICO-2015.aspx>

Chilcote, R. (1981). Issues of theory in dependency and marsism. **Latin American Perspective**, 8, 3-16.

Cardoso de Oliveira, R. (2007). **Etnicidad y estructura social**. México. CIESAS / UAM / Universidad Iberoamerica.

_____, (2006). Caminhos da identidade. **Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo. UNESP.

Cornelius, W. et al. (2007). **Caminantes del Mayab**. Los nuevos migrantes de Yucatán a los Estados Unidos. México. Instituto de Cultura de Yucatán / INAH.

Cruces, F. & Pérez, B.(comp.) (2010). **Textos de Antropología Contemporánea**. España. Universidad Nacional de Educación a Distancia.

Daltabuit, M., & Cisneros, H. (2007). **Globalización y sustentabilidad**. El turismo en el sur de Quintana Roo. Cuernavaca, Morelos: UNAM - CRIM.

De la Garza, M. (2008). **Relaciones Histórico-geográficas de la Gobernación de Yucatán**. Ciudad de México: UNAM.

Dietz, G. y Mateos Cortés, L. (2011). **Interculturalidad y educación intercultural en México**: un análisis de los discursos nacionales e internacionales en su impacto en los modelos educativos mexicanos. México: Secretaria de Educación Pública / Coordinación General de Educación Intercultural y Bilingüe.

_____. (2008). **El discurso intercultural ante el paradigma de la diversidad: estructuraciones subyacentes y migraciones discursivas del multiculturalismo contemporáneo**. En S. Bastos, Multiculturalismo y futuro en Guatemala. Guatemala: FLACSO.

_____. (2007). **Multiculturalismo**. En Barañano, A. Diccionario de relaciones interculturales. Diversidad y globalización (págs. 250-254). Granada: Complutense.

_____. (2003). **Multiculturalismo, interculturalidad y educación**: una aproximación antropológica. Granada: Univerisdad de Granada-CIESAS.

_____. (2011). “Hacia una etnografía doblemente reflexiva: una propuesta desde la antropología de la interculturalidad”. **Revista de Antropología Iberoamericana**. Vol. 6 número 1, enero-abril, pp. 3-26.

_____. (2012). **Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación**. Una aproximación antropológica. México. Fondo de Cultura Económica.

Duarte, A. (2006). **Espíritu de lucha**: Cuerpo, poder y cambio sociocultural. México: Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Iztapalapa. Tesis doctoral.

Duterme, B. (2008). “Expansión del turismo internacional: ganadores y perdedores”. **En A. & Castellanos, Turismo, identidades y exclusión** (págs. 11-30). México: UAM-I / Casa Juan Pablos.

Goldstone, P. (2003). **Turismo**. Más allá del ocio y del negocio. Barcelona: Randon House-

Izquierdo, A. (1998). **La educación maya en los tiempos prehispánicos**. México. Universidad Nacional Autónoma de México.

Kortstanje, M. (2009). Turismo metamorfosis lingüística: formación, expansión, dominación y mutación de una lengua. **TURyDES**, Vol. 2 (Nº 6).

Krotz, E. (2008). **Yucatán ante la Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas**. México: Instituto Nacional de Lenguas Indígenas / Universidad de Oriente.

Landa, D. (1994). **Relaciones de las cosas de Yucatán**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

Lomnitz, L. (1977). **Network and marginality: Life in a Mexican shantytown**. Nueva York: Academic.

Machuca, J. (2008). “Estrategias turísticas y segregación socioterritorial en regiones indígenas”. **En A. & Castellanos, Turismo, identidad y exclusión** (págs. 51-96). México: UAM-I / Casa Juan Pablos.

Mateos Cortés, L. (2011). **La migración transnacional de Idiscurso intercultural**. Su incorporación, apropiación y resignificación por actores educativos en Veracruz, México. Quito-Ecuador: Abya-Yala.

Martínez, D. (1973). **Hunab Ku**. Síntesis del pensamiento filosófico maya. México: Orión.

Mead, M. (2006). **Cultura y compromiso**. Estudio sobre la ruptura generacional. España: Gedisa.

Mead, G. (1999). **Espíritu, Persona y Sociedad**: desde el punto de vista del conductismo social. Barcelona: Paidós.

Medina Guzmán, V. (2005). **Una nueva mirada hacia los mayas de Yucatán**. identidad, cultura y poder. Mérida, Yucatán: Universidad Autónoma de Yucatán.

Meillassoux, C. ([1977] 1981). **Mujeres, graneros y capitales**. Economía doméstica y capitalismo. México: Siglo XXI.

Morley, S. (1985). **La civilización maya**. México. FCE.

OIT (1989, p. 1). **Convenio número 169 sobre los pueblos indígenas y tribales en países independientes**. Consultado en <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/lima/publ/conv-169/convenio.shtml>.

Parkin, D. (2007). **Trabajo**. En T. Barfiel, Diccionario de antropología (pág. 515). México: Siglo XXI.

Pedone, C. (2006). “**Tú siempre jalas a los tuyos**. Cadenas y redes migratorias de las familias ecuatorianas hacia España”. Tesis doctoral. Barcelona. Quito: Abya-Yala, PMCD-AECI.

Piaget, J. (1965). **Études sociologiques**. París-Ginebra: Libréire Droz.

Sánchez, J. (2004). **Orfandades infantiles y adolescentes. Introducción a una sociología de la infancia**. Quito-Ecuador: Universidad Politécnica Salesiana / Save the Children / Red Latinoamericana de Maestría en Derechos de Infancia / Abya-Yala.

Tribalat, M. (1995). Faire France. **Une Enfoquête sur les Inmigrés et leurs Enfants**. París: La Découverte.

EXPERIENCIA MIGRATORIA COMPARTIDA

Marielys Briceno Altuve¹

Para entender que me hizo dejar todo, debo empezar por especificar qué es “todo” para mi; todo es simplemente “mi vida”. Siempre escuché a mis papás hablar de ganarse la vida con trabajo honesto para tener una vida digna y qué es una vida digna en nuestro pensar? Aquella que se vive con la satisfacción de alcanzar lo que se sonó con esfuerzo personal, tendiendo la mano al otro y con lo suficiente como para alimentarse, calzarse, vestirse, abrigarse y viajar para conocer lo desconocido.

Pues bien, alimentarnos, calzarnos, vestirnos y abrigarnos de la intemperie fueron las cosas que ya no pudimos hacer en mi familia en el último año de mi estadía con ellos. Después de pasar mi juventud estudiando y trabajando, preparando mi regreso a casa, porque ese era nuestro proyecto como familia, consolidar una pequeña granja familiar autosustentable.

Todo cambió, me negaba a aceptar la realidad, siempre pensando que lo íbamos a lograr, que con trabajo y esfuerzo, lograríamos mantenernos a flote, siempre resistiéndome a “salir”. Poco a poco fui enfrentando la dura realidad. La primera medida fue renunciar a mi trabajo; fue duró, especialmente para mi mamá, para ella no era posible dejar un trabajo cómodo, bien remunerado y con opción a jubilación para dedicarme al trabajo de campo; pero ahí estaba junto a mi papá, pensando y convencidos de que, si bien no era como lo habíamos imaginado, que era un poco pronto, que todavía necesitábamos fondos para cubrir algunas inversiones...en fin....

Fueron pasando los meses, animales y cultivo se redujeron a los necesarios para subsistir, no pudimos cubrir concentrados..., no pudimos pagar personal y si teníamos, no querían trabajar porque la inflación no les permitía adquirir ni “el chimó”^{2 3}. La decisión no fue fácil, me resistí hasta el último momento, necesite dejar ordenadas muchas cosas, documentos personales, autorizaciones, representaciones (...) planes sanitarios,

¹ Abogada, actúa como administradora de proyectos de la Fundación Fe y alegría. Maestranda del Programa de Postgrado en Sociedad y Fronteras de la Universidad Federal de Roraima.

² Chimó. Pasta de uso indígena preparada a base de tabaco.

³ Quienes tengan interés en conocer más detalles sobre todo lo que hicimos mis papás y yo para alimentar de forma alternativa nuestros animales y sustituir algunos insumos agropecuarios, pueden con toda confianza preguntar en alguna oportunidad futura.

permisologías sanitarias, un trabajo que duró meses; mientras tanto abrigaba la esperanza de que en el transcurso de ese tiempo, cambiaría el panorama; estuve equivocada.

Nuestras reuniones familiares siempre terminaban en lágrimas de mi mamá y una tristeza profunda en la mirada de mi papá, la mirada lo decía todo, pero estaba decidido; sus palabras sobre el tema se resumen en estas “siéntese hija, debemos hablar, tiene que irse, no hay otra salida. Me duele en el alma, pero su vida se está acabando aquí, en la pobreza le dimos estudios con sacrificio para que su vida fuese menos dura que la nuestra, ya nosotros somos viejos, usted todavía está joven pero su hijo es muy pequeño y su juventud no será para siempre, no sabemos cuánto va a durar esta situación; pero no debe esperar a que se le haga tarde.

Aquí quedamos nosotros, viendo de su hijo, sus animales, sus siembras, su casa, lo que fue de sus abuelos, y un poco antes de sus abuelos, cuidando lo que con tanto esfuerzo y sacrificios hemos construido su mamá y yo todos estos años; daremos nuestra última batalla por usted, su hermana y los muchachos, no hay más que hablar”. Cómo se pasa la vida entera pensando que se puede andar por el mundo y al final regresar a casa para disfrutar del calor del hogar, de los abrazos y dulces caricias de los padres de uno, en la casa que es de todos, en las tierras que preservaron los abuelos, para luego concluir un día que simplemente, hay que marcharse?

Cómo me pasé la vida de un lado a otro, atesorando libros, fotos, CDs, suvenires (...), imaginando su lugar definitivo “cuando este devuelta en casa” y encontrar que ni termine de sacarlos de sus cajas cuando tuve que simplemente, “salir”, que no es lo mismo que “viajar”, como decimos en Venezuela; “ni es lo mismo, ni se escribe igual”, usted puede “salir” para estudiar y que gusto tan sabroso tiene; puede “salir” para conocer y que delicia de la vida, pero salir con el dolor de dejar los seres que se aman, incluyendo los animalitos, cómo duele. “Salir” con la espalda soportando el peso de la responsabilidad sobre el futuro de la familia, pesa.

“Llegar” es otra historia. Lo primero, entender y aceptar la “máxima de vida” de que siempre hay personas en peores condiciones que uno; bueno, no me hizo falta viajar a Turquía, Pakistan, el Líbano (...) para constatarlo, claro con un sistema de documentación y acogida basados en una legislación progresista, pero con una cantidad de hermanos venezolanos que sobrepasaron mi imaginación; pensé, no es solo una cruz

de dolor y tristeza, son muchas cruces con banderas venezolanas de un lado a otro, con dolor y con tristeza, tropezándose en la calle, compartiendo solidariamente un pedazo de pan, un cartón en el piso, un vaso de agua.

Ante este panorama, surge aquí en todo Brasil y de manera vivencial, aquí en Roraima, expresiones de solidaridad en la que organizaciones de la sociedad civil, iglesia y la academia juegan un papel determinante en la acogida, protección y promoción de nuestros derechos. En mi caso, la UFRR, ha jugado un papel determinante, porque en ella encontré un espacio, no solo para continuar mis estudios, sino además para la reivindicación de lo que empiezo a entender como “el tsunami de la migración” producto de fuerzas globales basadas en una regla simple “producir más con la menor inversión posible”, nosotros los migrantes, “la menor inversión posible”, llevados por la ola a un velocidad que asusta y que contribuye a aumentar nuestras angustias, la angustia de no saber qué va a ocurrir con nosotros, de no saber cuándo va a parar, la angustia de lo provisorio, de la ilusión del retorno de la que nos habla Sayad (1999).

Pero, por una fuerza que no se describir, seco mis lágrimas, y continúo porque no puedo dejar que el sistema global me pise sin siquiera dar la batalla, contra las dificultades del idioma, la inclemencia del calor, procurando mi integración local, disfrutando la diversidad de la Amazonia (...) mis papás están librando probablemente su última batalla; yo no puedo hacer menos.

EXPERIENCIAS MIGRATORIAS COMPARTIDAS – II

Oswaldo José Ponce Pérez¹

Mi nombre es Oswaldo José Ponce Pérez, nací en la región de Los Llanos, específicamente en la ciudad de Valle de la Pascua, Estado Guárico, Venezuela en el año 1.966. En mi adolescencia viví en Ciudad Bolívar, Capital del Estado Bolívar, donde estudié el bachillerato y me formé como Guitarrista Clásico de manos del Insigne Profesor Ivo Mario Farfán, quien además me enseñó a conocer paralelamente la música brasilera, el blues y el jazz. En mi carrera como Concertista de Guitarra Clásica me presenté en los más granados escenarios de mi País, teniendo el privilegio de ser alumno de los Eximios Maestros de la Guitarra Clásica mundialmente consagrados como fueron los Maestros Alirio Díaz, Rodrigo Riera y Leopoldo Igarza.

Pertenezco a la Familia Ponce, una de las estirpes fundadora de la República y descendientes de nuestro Libertador Simón Bolívar. A la edad de 20 años fundé y presidí la Sociedad Patriótica Contemporánea, movimiento rebelde inspirado en el Pensamiento Bolivariano Puro, totalmente distinto a lo que en los últimos 20 años se constituyó en el falso bolivarianismo o bolivarianismo sin Bolívar, que hoy tanto conocemos en nuestra Patria y que lamentablemente ha enlodado el nombre de nuestro Libertador, quien en su gesta heroica lanzó el yugo del imperio español a seis Naciones Americanas.

A los 28 años comencé a estudiar la carrera de Derecho en la Universidad Santa María en la Ciudad de Caracas, graduándome a los 33 años. Desde los albores de mi carrera, luego de un período de libre ejercicio de la Abogacía, concursé y tomé pose como Juez con Competencia Nacional en la Ciudad de Caracas, consiguiendo llevar mi labor judicial con dignidad y decoro hasta mi solicitud de retiro por causas personales. Posteriormente instalé un Escritorio Jurídico en la ciudad de Upata, Estado Bolívar hasta que otra vez concursé y ejercí la labor jurisdiccional, en esta ocasión como Juez Federal hasta el año 2.012, época en que ya era humanamente insoportable la persecución política por algunos personeros del gobierno, tanto nacional como regional.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, da Universidade Federal de Roraima.

Ocurrieron una serie de situaciones incómodas conmigo por no aceptar entrar en el esquema que los oligarcas políticos de turno trataron de imponerme, luego a consecuencia de ello la persecución arreció en mi contra. En el año 2.013 aconteció la desgracia más grande que pueda ocurrirle a un ser humano, asesinaron a mi Santo Hijo Primogénito Jeremías Ponce. Eso me dejó totalmente destruido moralmente y aun así permanecí dos años más en mi Nación hasta el año 2.015 cuando decidí cruzar la frontera con mi otro Hijo de nombre Isaac Ponce, llegando a Boa Vista, RR en junio de ese mismo año.

La primera vez que visité a Boa Vista en el año 1.984, la ciudad era el Centro Cívico y los barrios que lo rodeaban, aún la carretera de Pacaraima hasta Boa Vista era de tierra con puentes de madera, recuerdo que era una ciudad minera. Después volví en varias oportunidades llegando a conocer hasta Alter do Chão en el Estado de Pará. Cito estas referencias para ilustrar que ya conocía partes de esta gran Nación como lo es Brasil.

Cuando me tocó definir mi vida en lo sucesivo, primero pensé a donde ir a rehacer mi vida y aunque tenía la posibilidad en ese momento de ir casi a cualquier parte del planeta, escogí venir a Brasil por dos razones importantes, en primer lugar no quise alejarme demasiado de mi Nación, en segundo lugar el romance que ya venía cultivando hace años con la Nación brasileña, el gusto por su cultura, la simpatía por su Pueblo y la firme voluntad de hacerme uno más de sus ciudadanos, aportando mi legado profesional y artístico. Con ese firme propósito, previo análisis y ponderación de los elementos en consideración, pesqué la posibilidad de revalidar mi Título de Abogado en esta Nación, lo cual posteriormente conseguí después de haber cumplido con todos los requisitos legales y académicos exigidos por la legislación brasileña, evento acontecido en la Universidad Federal de Roraima.

Una vez con esa posibilidad por delante, realicé previamente los trámites pertinentes a tales fines en Venezuela. Llegado a esta tierra generosa, guardaba en el anonimato, por razones obvias, mi vida institucional pasada, pasé a ejercer distintos y modestos oficios para sobrevivir, ya que infelizmente el dinero que logré reunir en las condiciones contrarias a las que estaba temporalmente sometido para salir de mi País, no alcanzó para cubrir mis necesidades básicas por mucho tiempo. En tales actividades llegué a limpiar patios, limpiar parabrisas en los semáforos y hasta estuve

cerca de tres meses sometido a condiciones análogas a la esclavitud en un taller de tractores en la ciudad de Boa Vista RR.

Fueron días difíciles cuando en las noches solamente comía farinha mojada con sal y agua, situaciones existenciales que no consiguieron apartar mi foco hacia el objetivo que me había trazado y luego conducido hasta esta Nación. Tenía algunos amigos brasileros que había cultivado en mis pasados viajes de placer al Brasil pero me sentía tímido para buscarlos al verme degradado en mi posición financiera del momento, aunque cuando fue necesario acudir en su ayuda, siempre me tendieron su mano amiga, de lo cual les estaré siempre agradecido.

Paralelo a las situaciones existenciales iba conquistando grado a grado el proceso de Revalidación de mi Título, como primer paso para continuar en la realización de mi sueño, cargado de grandes metas y esperanzas, toda vez que los grandes sueños comienzan con las pequeñas cosas. En un momento de ese arduo camino, eche mano de mi Arpa y comencé una larga caminata de dos años como Artista de Calle, donde subsistía acompañado con el Cuatro (Instrumento Musical Venezolano), por mi Hija más joven Frannielys Ponce, la cual traje en el año 2.017, cambiando nuestra Arte por la caridad de la gente boavistense en las lanches y plazas públicas de la ciudad, a cuyos habitantes también debo mi eterno agradecimiento por colaborar conmigo cuando más lo necesité de forma sincera y bondadosa.

Esa actividad de Artista de Rua la realizaba con toda la expresión creativa que un Artista debe brindarle a su público, bien sea en altos escenarios o hasta en la misma calle, como verbigracia estaba aconteciendo en esos momentos. A su vez la actividad artística me servía como terapia para soportar el cambio de rumbo que mi vida había dado de la noche a la mañana al convertirme en Emigrante después de verme compulsado a dejar mi País por persecución política luego de haber ejercido importantes responsabilidades cuando fui una Alta Autoridad en mi Nación. Dicha persecución se generó por mi posición moral y ética enfrentada a un sistema que traicionó los valores republicanos de mi Nación al entregar a intereses trasnacionales las ingentes riquezas estratégicas del País.

Dentro de las esferas institucionales del ámbito judicial donde me desarrollé, obtuve informaciones caracterizadas como Secretos de Estado, los cuales eran parte de un plan preconcebido desde importantes centros de poder mundial para saquear los recursos naturales de orden

estratégicos que Venezuela posee y para ese fin se han instalado Software Sociales en la mente colectiva de la Nación cuya finalidad entre otras, es la alienación mental colectiva del Pueblo venezolano, borrando primero su identidad nacional y transculturizando su idiosincrasia. Esa tecnología de informática social entre otras cosas aún más miserables, ha provocado la emigración en masas de casi el 25% de la Población.

El Proceso migratorio venezolano es un proceso inducido resultado de planes preconcebidos y utilización de medios tecnológicos de última generación en el dominio de las masas. En este estado de cosas no es posible a través de un silogismo lógico encontrar el resultado del análisis de la crisis sino se cuenta con los elementos de convicción necesarios para deducir de las premisas en combinación el resultado lógico que lejos de alcanzarse, por el contrario se torna inexplicable algunas veces y otras contradictorio.

Los motivos de la migración venezolana no están en la carencia de alimentos, medicinas u otros rubros, como tampoco lo está en la falta de empleo ni solamente en un régimen gubernamental contrario a los intereses de la Nación, sino que sus orígenes subyacen más profundos y ultrapasan las fronteras patrias, siendo los elementos citados apenas expresiones objetivas de la crisis provocada, pero no la causa principal del proceso migratorio siendo esta consecuencia preconcebida de la ejecución de dicho programa.

Podría ilustrar cientos de tomos con situaciones dantescas consecuencia de la aplicación de los planes referidos *ut supra*, además con descripciones tan extraordinarias que la mente creativa de Verme competiría con tales realidades en la dimensión de lo increíble, pero el objetivo limitado de esta reseña no permite que ello sea posible en esta oportunidad, lo que no obsta que dicha temática sea desarrollada en posteriores trabajos científicos.

Luego para dar solución de continuidad al Hilo Ariádrico de este relato, hoy en día me encuentro como Migrante aún en la ciudad de Boa Vista, RR. y ejerzo como Conciliador Judicial y Traductor Juramentado en el Tribunal de Justicia del Estado de Roraima. De esta forma dejo claro mi infinito amor por la Nación brasileña y mi empatía con el Estado de Roraima, especialmente por la ciudad de Boa Vista, donde conocí grandes personas que gozan de mi más alta estima y guardo en mi corazón, desde luego sin desmerecer mi Amada Patria Venezuela creadora de Libertadores y Hombres Universales. He Dicho.



ISBN 658606251-9

